



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

BRASÍLIA, SUA GENTE, SEUS SOTAQUES: DIFUSÃO CANDANGA E
FOCALIZAÇÃO BRASILIENSE NA CAPITAL FEDERAL

NEWTON VIEIRA LIMA NETO

BRASÍLIA

2018

NEWTON VIEIRA LIMA NETO

BRASÍLIA, SUA GENTE, SEUS SOTAQUES: DIFUSÃO CANDANGA E
FOCALIZAÇÃO BRASILIENSE NA CAPITAL FEDERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Português, Linguística e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Rosineide Magalhães de Sousa

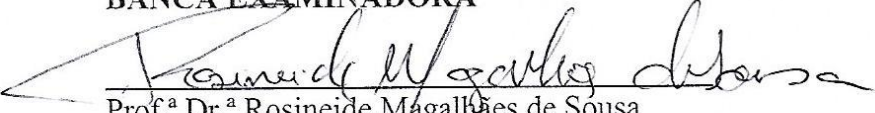
BRASÍLIA

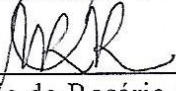
2018

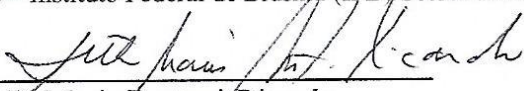
NEWTON VIEIRA LIMA NETO

**BRASÍLIA, SUA GENTE, SEUS SOTAQUES: DIFUSÃO CANDANGA E
FOCALIZAÇÃO BRASILIENSE NA CAPITAL FEDERAL**

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Rosineide Magalhães de Sousa
Presidenta – Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB)


Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário Cordeiro Rocha
Membro externo – Instituto Federal de Brasília (IFB)/Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF)


Prof.^a Dr.^a Stella Maris Bortoni-Ricardo
Membro interno – Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB)

Prof. Dr. Renato Cabral Rezende
Membro suplente – Instituto de Letras (UnB)

Brasília, 20 de dezembro de 2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LN567b Lima Neto, Newton Vieira
Brasília, sua gente, seus sotaques: difusão candanga e
focalização brasiliense na capital federal / Newton Vieira
Lima Neto; orientador Rosineide Magalhães de Sousa. --
Brasília, 2018.
259 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em
Linguística) -- Universidade de Brasília, 2018.

Brasília. 2. Falar candango. 3. Falares brasilienses.
4. Focalização dialetal. 5. Sotaque. I. de Sousa, Rosineide
Magalhães, orient. II. Título.

Aos candangos.

Aos candangos da sociolinguística do Distrito Federal, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Elizabeth Hanna, Djalma Melo e Josepha Adant, que abriram eixos, tesourinhas e agulhinhas para que um empreendimento como este se sustentasse trinta anos depois.

AGRADECIMENTOS

Aos candangos e brasilienses da família,

Meus avós maternos, Maísa e Newton, pela coragem de deixar para trás aquilo que lhes era concreto de verdade, os lugares em que viveram a sua infância e adolescência. Pelo sangue nordestino que vingou no cerrado.

Minha mãe, Núbia, a terceira brasiliense da família, por ter me dado a vida, a e-xa-ta vida que tive. Fosse brincando no meu cantinho na 203 sul, nas idas juntos até a Escola Classe 407 Norte ou na comemoração de minha aprovação no vestibular, você sempre me propiciou a sensação de que tudo estava bem, a sensação de lugar de retorno, de aconchego. Sem o seu investimento de tempo, dinheiro e afeto nada disso seria possível.

Tia Nilma e tio Carlinhos, pelas tantas memórias saudosas de minha infância, em Taguatinga, na Asa Sul e no Jardim Botânico.

Meu irmão, Pedro, meu brasiliense da terceira geração favorito, por me ensinar muito mais do que eu jamais o ensinarei.

Àqueles que contribuíram diretamente para que essas ideias ganhassem vida,

Professora Rosineide Magalhães, por comprar o projeto com tanto apreço e pela orientação de uma gamense da primeira geração, enriquecedora neste percurso.

Professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, professora Maria do Rosário Cordeiro Rocha e professor Renato Cabral Rezende, pela disponibilidade em compor a banca examinadora e ler este trabalho em tempo tão exíguo. Pelas contribuições que certamente o abrihantarão.

Professora Rachel do Valle Dettoni e professor Dionev Moreira Gomes, por terem despertado em mim, ainda na graduação, essa paixão pela (Socio)linguística.

Os vinte e um colaboradores, divididos em sete famílias, por me doarem seu tempo precioso e partilharem histórias inesquecíveis e tão genuinamente brasilienses.

Luana, Renan, Matheus e Larissa, pela inestimável ajuda com as transcriçõe::es//

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), por propiciar o meu afastamento das atividades de docente, sem o qual a realização deste trabalho, nesses moldes, não seria possível.

Aos amigos,

Camila, Bárbara e Ricardo, pela amizade que perdura. Brasília, Rio (com o Alexandre!), São Paulo, Buenos Aires. Beirute, Gates, Landscape, Piauí, Itiquira, romantismo, realismo, o menino no balão. A minha verdadeira formação eu cursei com vocês.

Lucas e Gabi, por serem a família que escolhi. Não há sentido em vitórias que não são compartilhadas com vocês. Que continuem os sucos de laranja e morango.

Luana, minha *half*, pelos tantos caminhos trilhados juntos. Pelas tantas esquetes vividas nas ruas da capital. Por mais dias como aquele em que rimos até cair no Habib's da Asa Sul.

Paula e Mattheus, por algumas de minhas melhores memórias da adultescência. Pelos tantos Mendes e Beirutes. *Anything could happen*.

Ludimilla, Giuliana, André, Ana Paula e Mônica, pelos cachorros-quentes de fim de expediente no Jardim Botânico. Pelo falecido Friday's. Por noites como aquela de um junho distante na Esplanada dos Ministérios, que selaram essa família que formamos.

Fer, Lari, Leo, Roger, Ju, Dani, Dri, Ana e Tatá, a gente que mais me inspira a ser uma pessoa melhor, enquanto tentando sobreviver às peripécias da vida acadêmica. Com esses vocativos curtinhos assim nem parece que esses não-brasilienses são os melhores profissionais e acadêmicos que conheço.

Dayse, Gustavo e Tássia, por alguns dos momentos mais divertidos, bem longe de qualquer rastro acadêmico, vividos nos últimos dois anos.

Luciana, sagitariana como esta dissertação, pela amizade verdadeira conquistada já beirando os meus trinta. Ao futuro.

À cã-panheira e ao amiga-to,

Cora e Dalí, pelo afeto que transcende as noções de linguagem e língua discutidas no Capítulo 1. Pelos carinhos e brincadeiras entre um tec-tec-tec e outro.

Ao Pepe,

Herbert, pelo amor, companheirismo, paciência e pelas horas que nos foram roubadas dedicadas à conclusão deste projeto. Por todas as alegrias, por todo o aprendizado partilhado, por tudo aquilo vivido entre Taguatinga e Asa Norte. Por todos os desaniversários e tudo aquilo construído onde quer que fosse, até mesmo em Águas Claras. Aguaí.

*o nível do mar baixou
e o esqueleto de Brasília surgiu*

*quem foram os construtores
dessa fantástica cidade?*

*teriam sido felizes
os seus habitantes?*

Nicolas Behr, em BraXília

RESUMO

Conduzido à luz da Sociolinguística Etnográfico-interacional (HYMES, 1974; SAVILLE-TROIKE, 2003; BLOOM e GUMPERZ, 2013 [1972]; BELL, 2014) a investigação se dispõe a contrastar duas variedades linguísticas do DF, apresentar narrativas sobre o ser candango e o ser brasiliense quase sessenta anos após a fundação da capital federal, além de abordar a máxima de que *brasiliense não tem sotaque*. Para isso, foram elencadas sete famílias de duas regiões administrativas (RAs) do DF com realidades socioeconômicas e histórico-culturais relativamente distintas, quais sejam: o Plano Piloto (RA-I) e o Gama (RA-II). O estudo se propõe a alinhar os três termos em evidência no título: *Brasília, suas gentes e seus sotaques*, com vias a compreender sua relação tácita, no âmbito das situações comunicativas em foco. Além de contrastar os falares dos colaboradores em nível diatópico, o estudo contrasta também as variedades linguísticas utilizadas pelas duas primeiras gerações da capital federal: a (G1), formada por pessoas com idades entre 43 e 60 anos no ano de conclusão da pesquisa; e a (G2), constituída por pessoas com idades entre 23 e 32 anos. Como metodologia, o estudo recorre aos pilares de algumas etnografias, tais como a Etnografia da Comunicação (HYMES, 1974), a Autoetnografia (HAYANO, 1979; SANTOS, 2017) e a Netnografia (KOZINETS, 2002), com dados gerados a partir das estratégias de observação participante, registros em diários de bordo e entrevistas narrativas/semiestruturadas. O enfoque linguístico recaiu sobre a realização do /s/ pós-vocálico, embora outros fenômenos tenham sido observados qualitativamente. Os resultados apontam que sobre a assertiva do *não-sotaque* existem diversas crenças a respeito do que se entende por *sotaque* e até mesmo *Brasília*. O que se constata é que há diferença entre crenças e falares das duas RAs, especialmente em nível diageracional. Nas duas RAs observou-se que os falares da primeira geração parecem estar associados a um processo de difusão dialetal, aqui entendida como *difusão candanga*, enquanto as falas da segunda parecem se encontrar num estágio de focalização dialetal, ou *focalização brasiliense*, (LE PAGE, 1980; MILROY, 1980; BORTONI-RICARDO, 2011[1985]) bem encaminhado. O estudo contribui ao demonstrar como a imensa desigualdade entre as realidades das duas RAs desvela também diferenças sociais que incidem nas variedades linguísticas utilizadas.

Palavras-chave: Brasília. Falar candango. Falares brasilienses. Focalização dialetal. Sotaque.

ABSTRACT

This study draws on Ethnographic-Interactional Sociolinguistics (HYMES, 1974, SAVILLE-TROIKE, 2003; BLOOM & GUMPERZ, 2013[1972]; BELL, 2014) in order to investigate and contrast two linguistic varieties in Brasilia. Furthermore, it is aimed at presenting narratives on the *candangos* and the *brasilienses* almost sixty years after the Brazilian federal capital was founded. The belief that there is no accent in Brasilia will also be tackled. In order to do so, the researcher turned to seven families from two administrative regions (RAs) with very distinct socioeconomic and historic-cultural realities in the Federal District: Plano Piloto (RA-I) and Gama (RA-II). The study intends to join the three terms in the title: *Brasília, its people(s), its accents*, so as to comprehend their tacit relationship within the communicative situations at stake. Besides contrasting the participants' accents on a diatopic level, the study also contrasts the linguistic varieties used by the two first generations in the Brazilian federal capital: the (G1), which includes people aged 43-60, and the (G2), which comprises people aged 23-32. As methodology, the study draws on the contributions of some ethnographies, such as the Ethnography of Communication (HYMES, 1974), Autoethnography (HAYANO, 1979; SANTOS, 2017) and Netnography (KOZINETS, 2002). The data were generated from three strategies: participant observation, journal entries, and narrative/semi structured interviews. The linguistic focus was the realization of the postvocalic /s/, although other phenomena were also qualitatively observed. The results reveal that there are many underlying beliefs on the myth of the *no accent*, and even on *Brasilia* itself. What may be inferred is that there are differences between the beliefs and the accents in the two RAs, especially on a diagenational level. In the two RAs, the accents used by both G1 seem to be associated to a process of dialect diffusion, which the researcher understands as *candango diffusion*, while the speech of the G2 seems to be found at a well under way dialect focussing stage, or the *brasiliense focussing* (LE PAGE, 1980; MILROY, 1980; BORTONI-RICARDO, 2011). The study contributes in demonstrating how the many discrepancies found in the two RAs also reveal social differences which influence on the linguistic varieties used by the participants.

Keywords: Brasilia. Candango dialect. Brasiliense dialects. Dialect focussing. Accent.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RAMIFICAÇÕES DA MICROSSOCIOLINGUÍSTICA	33
TABELA 2 – ALGUNS ASPECTOS DA PRONÚNCIA PADRÃO BRASILEIRA	54
TABELA 3 – FASES PRINCIPAIS DA ENTREVISTA NARRATIVA.....	126
TABELA 4 – GRAUS DE INTEGRAÇÃO ÀS RAs	132
TABELA 5 – PERFIL DOS COLABORADORES PLENAMENTE RATIFICADOS	219
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO UNIVERSAL DO /S/ PÓS-VOCÁLICO	221
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO PERCEPTÍVEL DO /S/ PÓS-VOCÁLICO	222
TABELA 8 – VARIAÇÃO DIAGERACIONAL DO /S/ PÓS-VOCÁLICO.....	222
TABELA 9 – VARIAÇÃO DIATÓPICA DO /S/ PÓS VOCÁLICO	223

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – OS TERMOS “BRASÍLIA” E “PLANO PILOTO” NA LEGISLAÇÃO	69
QUADRO 2 – CRIAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	76
QUADRO 3 – RENDA MÉDIA MENSAL EM 2015: RA-I, RA-II E DF	82
QUADRO 4 – A VARIAÇÃO TU/VOCÊ/CÊ EM BRASÍLIA, DF	91
QUADRO 5 – EXCERTO DE ENTREVISTA DE PEREIRA (2018).....	94
QUADRO 6 – EXEMPLO DE SITUAÇÃO COMUNICATIVA E EVENTOS COMUNICATIVOS.....	104
QUADRO 7 – <i>SPEAKING</i> : COMPONENTES COMUNICATIVOS	105
QUADRO 8 – TOTAL DE COLABORADORES PLENAMENTE RATIFICADOS	117
QUADRO 9 – PAPÉIS DO PESQUISADOR NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	122
QUADRO 10 – FORMULAÇÃO DO TÓPICO INICIAL (FAMÍLIA BRUM).....	127
QUADRO 11 – NATURALIDADE DOS USUÁRIOS E CONTEÚDO DOS COMENTÁRIOS REALIZADOS NO FACEBOOK.....	141
QUADRO 12 – A NOÇÃO DE “SOTAQUE” E O SOTAQUE DE BRASÍLIA.....	156
QUADRO 13 – ASPECTOS MAIS EVIDENTES SEGUNDO INTERLOCUTORES DO FACEBOOK.....	157
QUADRO 14 – AVALIAÇÃO DOS SOTAQUES DE BRASÍLIA SEGUNDO INTERLOCUTORES DO FACEBOOK	157
QUADRO 15 – PRINCIPAIS EVENTOS COMUNICATIVOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES	187

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– ISOGLOSSAS PROPOSTAS POR NASCENTES (1922).....	47
FIGURA 2 – O PLANO PILOTO DE LÚCIO COSTA	63
FIGURA 3 – BRASÍLIA OU PLANO PILOTO?.....	69
FIGURA 4 – REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	75
FIGURA 5 – VISTA ÁEREA DA DO PLANO PILOTO (RA-I)	78
FIGURA 6 – VISTA AÉREA DO GAMA (RA-II): ÁREA RURAL E ÁREA URBANA	80
FIGURA 7 – ÁREA URBANA DO GAMA.....	81
FIGURA 8 – INTERSECÇÃO DE OBJETIVOS, ASSERÇÕES E PERGUNTAS (I)	112
FIGURA 9 – OBJETIVOS, ASSERÇÕES E PERGUNTAS (II).....	114
FIGURA 10 - GERAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL.....	116
FIGURA 11 – TRIANGULAÇÃO DOS DADOS GERADOS.....	121
FIGURA 12 – QUE SOTAQUE É ESSE?.....	139
FIGURA 13 – ESCOLA CLASSE 407 NORTE EM 1998	161
FIGURA 14 – ESCOLA CLASSE 407 NORTE EM 2018	161
FIGURA 15 – ISSO É BRASÍLIA, POR UMA CRIANÇA.....	163
FIGURA 16 – BOAS-VINDAS AO GAMA	165
FIGURA 17 – VERTICALIZAÇÃO NO GAMA	166
FIGURA 18 – CENTRO CULTURAL ITAPUÃ, NO GAMA	167
FIGURA 19 – LETREIRO “EU AMO GAMA”.....	168

LISTA DE ESQUEMAS FAMILIARES

ESQUEMA 1 – FAMÍLIA BRUM	172
ESQUEMA 2 – FAMÍLIA DE ABREU	173
ESQUEMA 3 – FAMÍLIA BAEZA.....	174
ESQUEMA 4 – FAMÍLIA MEDEIROS.....	176
ESQUEMA 5 – FAMÍLIA SOUZA.....	178
ESQUEMA 6 – FAMÍLIA OLIVEIRA	179
ESQUEMA 7 – FAMÍLIA CARVALHO.....	180

LISTA DE ENQUADRES

ENQUADRE 1 – ALICE: “O QUE VOCÊ QUERIA OUVIR”	182
ENQUADRE 2 – GIOVANA: “TE CONHECI E MUDEI DE IDEIA”	183
ENQUADRE 3 – BRENO: “COMO SE FOSSE UMA FAMÍLIA”	184
ENQUADRE 4 – BEATRIZ: “ALGUÉM QUE ME CONHECE NÃO CONHECE SÓ A MIM”	185
ENQUADRE 5 – BEATRIZ: “A GENTE SE ATRAVESSA”	186
ENQUADRE 6 – ALICE: “O VIZINHO IA FAZER A MESMA COISA”	190
ENQUADRE 7 – FERNANDO: “BRASÍLIA FOI UM NOVO NASCIMENTO”	190
ENQUADRE 8 – NEUSA: “FORAM PARAR AQUI EM BRASÍLIA”	191
ENQUADRE 9 – ALICE: “EU ERA A ÚNICA DE BRASÍLIA”	191
ENQUADRE 10 – DALVA: “A PRIMEIRA VEZ QUE EU FUI A BRASÍLIA”	192
ENQUADRE 11 – SAMUEL: “AQUI NO PLANO PILOTO”	192
ENQUADRE 12 – MARIANA: “NESSE CASO, EU MORO NO GAMA”	192
ENQUADRE 13 – BRENO: “AÍ TÁ... BAIRO, GAMA”	193
ENQUADRE 14 – SOFIA: “ESSAS DUAS CIDADES”	194
ENQUADRE 15 – SAMUEL: “UM BAIRO NOBRE”	194
ENQUADRE 16 – FERNANDO: “BRASÍLIA NÃO ERA A SUPERQUADRA”	195
ENQUADRE 17 – PAULO: “O VERDE NÃO É QUESTÃO DE QUANTIDADE”	195
ENQUADRE 18 – HEITOR: “UM CARTÃO POSTAL QUE IMPRESSIONA”	196
ENQUADRE 19 – DALVA: “CHEGAR APRESENTÁVEL ERA DIFÍCIL”	196
ENQUADRE 20 – MARIANA: “A MULHER DA PADOCA SABE”	197
ENQUADRE 21 – GIOVANA: “O BRASILIENSE FORA DE BRASÍLIA”	198
ENQUADRE 22 – KAREN: “A COMIDA DO BRASILIENSE”	198
ENQUADRE 23 – GISELE: “VÉI É MUITO BRASILIENSE”	198
ENQUADRE 24 – MICHELE: “EU APRENDI NA ESCOLA”	198
ENQUADRE 25 – PAULO: “NÃO SOU CANDANGO, EU SOU CALANGO”	200
ENQUADRE 26 – NEUSA: “GERAÇÃO DE GAMENSE”	201
ENQUADRE 27 – GIOVANA: “ASANORTISTA, POR EXEMPLO”	201
ENQUADRE 28 – JEAN: “FILA PRA IR BUSCAR ÁGUA”	202
ENQUADRE 29 – BRENO: “TINHA QUE ENCHER OS TAMBORES D'ÁGUA”	203
ENQUADRE 30 – MAÍSA: “PAPAI FOI DELEGADO”	204
ENQUADRE 31 – FERNANDO: “UM FILME VINHA NUMA LATA”	206

ENQUADRE 32 – SAMUEL: “O TIME É UM LANCE ÚNICO DO GAMA”	206
ENQUADRE 33 – MICHELE: “ELA DESCIA UMA CESTINHA”	208
ENQUADRE 34 – MARIANA: “UMA CRIAÇÃO DIFERENTE”	209
ENQUADRE 35 – HEITOR: “LEMBRO DE ELES COLOCAREM A GENTE PRA CONVERSAR”	211
ENQUADRE 36 – ÉRICA: “PUXO MAIS PRO CARIOCA”	212
ENQUADRE 37 – BRENO: “APESAR DE...”	213
ENQUADRE 38 – BRENO: “SE EU QUISE FALAR EU FALO”	213
ENQUADRE 39 – PAULO: “VÉI”	214
ENQUADRE 40 – SOFIA: “FIZ UM BALÃO”	215
ENQUADRE 41 – MIGUEL: “ESSE 'R', ASSIM, MUITO PECULIAR, NÉ?”	216
ENQUADRE 42 – SAMARA: “QUE COISA FEIA”	217

LISTA DE NOTAS NO DIÁRIO DO BORDO ELETRÔNICO

NOTA 1: Flashback netnográfico.....	138
NOTA 2: Debaixo do bloco.....	159
NOTA 3: Arturzinho	164

LISTA DE SIGLAS

Codeplan	– Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONIC	– Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Ed. Venâncio IV-V)
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GDF	– Governo do Distrito Federal
GEB	– Guarda Especial de Brasília
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Novacap	– Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
NURC	– Norma Urbana Culta
PDAD	– Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílios
SEEDF	– Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Segeth	– Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
SLA	– Second Language Acquisition
UnB	– Universidade de Brasília

LISTA DE ABREVIATURAS

BSB	– Brasília
DBE	– Diário de bordo eletrônico
DBF	– Diário de bordo físico
DF	– Distrito Federal
G1	– Geração 1
G2	– Geração 2
GN	– Gramática normativa
JK	– Juscelino Kubitschek
PB	– Português brasileiro
RA	– Região administrativa
SOLEDOC	– Grupo de pesquisa Sociolinguística, Letramentos Múltiplos e Educação

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

	Ocorrência	Símbolo	Exemplo
Conclusões sintagmáticas	Pseudônimo dos colaboradores	Negrito	DALVA
	Entonação descendente suave <i>(há mais por vir)</i>	/	eu quis/ mas ela não
	Entonação descendente final <i>(elocução relativamente completa)</i>	//	sim, eu quis//
	Entonação ascendente suave <i>(listagem de um conjunto de itens)</i>	,	tem arroz, feijão, mandioca
	Entonação ascendente <i>(perguntas)</i>	?	ocê foi lá ?
	Truncamento <i>(fala interrompida)</i>	–	eu ã– eu nunca fui
Transições intersintagmáticas	Pausas uniformes		eu moro aqui
	Pausas curtas (de até meio segundo)	. ou ..	eu.. moro aqui
	Pausas médias (entre meio e um segundo)	...	eu... moro aqui
	Pausas longas (de um segundo ou mais) <i>(duração exata expressa em segundos)</i>	<2>	eu... <3> moro aqui
	Turno engatado (sem pausas)	=	e o que você faz? =estudo muito.
Sobreposição de falas ou ações	=fala A= =fala B =	eu até = queria = = você? =	
Pistas intrassintagmáticas	Proeminência silábica (ênfase)	CAPS	muita violÊncia
	Aumento de volume	{[aum] }	mas {[aum] por que eu ?}
	Redução de volume	{[red] }	é que eu {[red] não gosto}
	Fala acelerada	{[ac] }	{[ac] eu não procura você}
	Fala desacelerada	{[dc] }	e foi {[dc] incrível a viagem}
	Muito barulho ao fundo	{[f] }	{[f] porque não...}
	Extensão de som curta	:	eu cu:рто isso
	Extensão de som média	::	eu cu::рто isso
Extensão de som longa	:::	eu cu:::рто isso	
Fenômenos não lexicais, tanto verbais quanto não-verbais, subjacentes à elocução lexical	[]	[pigarreando] eu fui sim	
Segmentos incertos	Fala ininteligível	()	eu () aqui
	Um bom palpite a um segmento incerto	camin(hei)	eu camin(hei) aqui
	Um bom palpite a uma palavra incerta	(caminhei)	eu (caminhei) aqui
	Palavra incerta. É possível inferir apenas o número de sílabas. Cada “x” representa uma delas.	(xxx)	eu (xxx) aqui
	Regularização	(“ ”)	Comé (“como é”)
	Transcrição parcial ou eliminação de trecho	/.../	e ela disse que /.../
Comentários do pesquisador	#	#começa a tropejar	

FONTE: Adaptado de GUMPERZ (1992; 2001); GUMPERZ e BERENZ (1993); PEREIRA (2015)

SUMÁRIO

EIXOS DESENHADOS	21
(Uma introdução que não pode ser pulada)	
1 SOCIOLINGUISTIQUÊS	27
1.1 (SOCIO)LINGUÍSTICA: DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS	27
1.1.1 Predecessores	28
1.1.2 Estruturalismo	29
1.1.3 Gerativismo.....	30
1.1.4 Sociolinguística.....	31
1.1.4.1 Sociolinguística Variacionista.....	33
1.1.4.2 Sociolinguística Etnográfico-interacional	34
1.2 CONCEITOS EM FOCO	38
1.2.1 Variação	38
1.2.2 Variações regional, social e geracional.....	39
1.2.3 Entrevê: variantes, variáveis e variedades	43
1.2.4 Entre os V: dialetos, sotaques e falares.....	44
1.2.5 Difusão e focalização dialetal	51
1.2.6 O lugar do não-sotaque	53
1.2.7 Comunidades, identidades e Redes Sociais	55
2 BRASÍLIA DE CONCRETO	58
2.1 SURGE “A MAIS FANTÁSTICA CIDADE”	60
2.1.1 Brasília em branco, verde e amarelo.....	60
2.1.2 O <i>Planeta</i> central e suas satélites; candangos e brasilienses.....	65
2.1.3 As RAs elencadas	74
2.1.3.1 Plano Piloto (RA-I)	77
2.1.3.2 Gama (RA-II).....	79
2.1.3.3 Contraste em números.....	82
2.2 BREVE MEMÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DE BRASÍLIA	84
2.2.1 Décadas de 1980 e 1990	84
2.2.2 Décadas de 2000 e 2010	88
3 BR-060: RODOVIA METODOLÓGICA	96
3.1 UMA ESTRADA QUALITATIVO-INTERPRETATIVISTA.....	96
(Com bagagens quantitativas)	
3.2 OS MÉTODOS.....	99

3.2.1 Um olhar etnográfico	99
3.2.1.1 Etnografia da Comunicação	103
3.2.1.1.1 SPEAKING	104
3.2.1.1.2 Pesquisador E participante?.....	109
3.2.1.2 Autoetnografia.....	110
3.2.1.3 Netnografia.....	111
3.3 RETOMADA: OBJETIVOS, ASSERÇÕES E PERGUNTAS DE PESQUISA .	112
3.4 OS COLABORADORES	115
3.4.1 Os colaboradores “ideais”	116
3.4.2 Seleção de colaboradores: Redes Sociais	118
3.5 GERAÇÃO DE DADOS	120
3.5.1 Instrumentos e estratégias	120
3.5.1.1 Observação participante	121
3.5.1.2 Documentação e diários de bordo	124
3.5.1.3 Entrevistas narrativas/semiestruturadas	125
3.5.2 Questões éticas na obtenção dos dados.....	128
3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	129
3.6.1 Análise de eventos comunicativos	129
3.6.2 Índice de Integração à RA.....	130
3.6.3 Ecos da Sociolinguística Etnográfico-interacional	133
3.6.3.1 Enquadres interacionais	133
3.6.3.2 <i>Footing</i>	133
3.6.3.3 Pistas de contextualização.....	134
3.6.4 Ecos da Sociolinguística Variacionista.....	135
3.6.4.1 O /s/ pós-vocálico como variável.....	136
3.7 ABASTECIMENTO.....	137
4 UMA NETNOGRAFIA PILOTO	138
4.1 BRASILIENSES E OS OUTROS: A NOÇÃO DE SOTAQUE EM UM FÓRUM VIRTUAL.....	142
4.2 FALARES BRASILIENSES: ASPECTOS PERCEBIDOS	149
4.2.1 Léxico e sintaxe	150
4.2.2 Aspectos fonético-fonológicos.....	152
4.2.3 Prosódia e ritmo	153
4.3 QUANTO VALEM OS FALARES DE BRASÍLIA?.....	154
4.4 DESDOBRAMENTOS	156

5 PARA ALÉM DAS PRANCHETAS: BRASÍLIA E SUAS GENTES.....	158
5.1 MINHA BRASÍLIA AMARELA.....	158
5.1.1 Incursões no Plano Piloto.....	160
5.1.2 Incursões no Gama.....	164
5.2 OS COLABORADORES REAIS.....	168
5.2.1 Crias do Plano Piloto	170
5.2.1.1 Os Brum	171
5.2.1.2 Os de Abreu.....	172
5.2.1.3 Os Baeza.....	174
5.2.1.4 Os Medeiros	175
5.2.2 Crias do Gama.....	176
5.2.2.1 Os Souza.....	177
5.2.2.2 Os Oliveira	178
5.2.2.3 Os Carvalho.....	180
5.3 INTERAÇÕES E NARRATIVAS	181
5.3.1 <i>Footings</i> brasilienses e eventos comunicativos	181
5.3.2 Sinfonia da Alvorada (remasterizada)	189
5.3.2.1 Ato I: Brasília de Goiás, Brasília do DF	189
5.3.2.2 Ato II: Candangos, brasilienses e calangos.....	197
5.3.2.3 Ato III: Vidas no Plano, vidas gamenses	202
6 PARA ALÉM DA MISTURA: SOTAQUES NA CAPITAL FEDERAL	211
6.1 ATO IV: BRASILIENSES COM A PALAVRA	211
6.2 SOTAQUES: DIFUSÃO CANDANGA E FOCALIZAÇÃO BRASILIENSE... 218	
6.2.1 Ocorrências em foco: o /s/ pós-vocálico.....	220
6.2.2 Ocorrências observáveis	223
6.2.2.1 O /r/ pós-vocálico.....	224
6.2.2.2 As vogais médias pretônicas	224
6.2.2.3 As consoantes /t/ e /d/ diante de [i]	225
6.2.2.4 A aspiração de /v/ no morfema verbal -ava	225
6.3 ÚLTIMA PARADA	226
EIXOS CRUZADOS	227
REFERÊNCIAS	234
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	248

APÊNDICE B – ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO À RA (FORMULÁRIO)	249
APÊNDICE C – COMPILAÇÃO DOS PRINCIPAIS DADOS DA PDAD (2015)	251
APÊNDICE D – /S/ PÓS-VOCÁLICO: TOTAIS INDIVIDUAIS.....	254
ANEXO I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	255

EIXOS DESENHADOS

(Uma introdução que não pode ser pulada)

Minha mãe nasceu e cresceu em Brasília. Ainda criança, eu, que também nasci e cresci em Brasília, via a reação de espanto das pessoas quando, questionado acerca da origem de meus progenitores, respondia: “minha mãe nasceu e cresceu aqui”. “*Aqui?* E o seu pai?”, indagavam em seguida. E outras sobranceiras se erguiam: não só eu era filho de uma brasiliense legítima, como de uma mãe separada. Esse não era um contexto tão comum assim nos anos 1990. A maioria dos meus amigos no jardim de infância vivia com pai e mãe na mesma casa. Seus genitores deveriam ter por volta de trinta anos, muito provavelmente imigrantes – pelas estatísticas – dos estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro ou de outros da Região Nordeste.

Isso porque Brasília nasceu oficialmente em 21 de abril de 1960. Quando eu nasci, os brasilienses mais velhos da cidade tinham a mesma idade que eu ao iniciar esta pesquisa: 28 anos. Não é de se estranhar, portanto, que a maior parte da população à época de minha alfabetização na Escola Canarinho, na 906 sul, fosse de fora e que perguntar a origem dos progenitores fosse algo rotineiro. Na verdade, dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2013), revelam que foi somente no censo demográfico de 2010 que a maioria dos habitantes do DF, 53.8%, se declarou também natural da capital federal. O mesmo estudo revela que a porcentagem nos anos 1990 era de aproximadamente 40% e que, entre os anos 1960 e 1970, década em que minha mãe nasceu, o percentual evoluiu de 4,2% a 22,1%. Assim, enquanto os pais e mães da maior parte de meus amigos viam em seus filhos a primeira geração de brasilienses, a minha família não só já estava em sua segunda, como contava também com uma geração de candangos, imigrantes pioneiros que chegaram antes mesmo da inauguração para erguer a cidade.

Esta pesquisa é, antes de tudo, sobre isso: candangos, brasilienses da primeira geração e seus filhos. Esta pesquisa é sobre a Brasília dos brasilienses e também sobre o que é ser *brasiliense*. Com ela, eu quis resgatar, em primeira instância, narrativas de vida dessas duas gerações. Eis aqui a minha primeira motivação à condução deste estudo que rendeu mais páginas do que eu esperava.

A segunda motivação vem de outras sobranceiras levantadas quando viajava a outros estados em minhas férias escolares. “Diferente o seu sotaque!”, “Engraçadinho o seu sotaque”, “Não consigo saber de onde você é pelo seu sotaque”. “Sotaque?” – as sobranceiras arqueadas eram as minhas. Boa parte dos nascidos no Distrito Federal cresce não só entendendo um sistema organizacional urbano baseado em siglas, letras e números, mas também acreditando

que *não tem* sotaque. Eu era um deles. Para mim, o falar do Distrito Federal era uma mistura incaracterística que havia se tornado, talvez, o ponto neutro dos falares brasileiros.

Muita coisa mudou quando eu cursei Letras na Universidade de Brasília. Estudar sociolinguística redefiniu o meu entendimento de *sotaque* e me fez perceber que o Distrito Federal era um laboratório linguístico singular e pouco explorado. Poucas cidades na história da humanidade viveram uma confluência tão intensa de imigrantes falantes de uma mesma língua a uma área comum, sem que essa área fosse objeto histórico de interesse de grupos em conflito. Poucas cidades viveram para ver nascer uma nova variedade linguística a partir de sotaques de estados tão distintos e tão distantes coexistindo num mesmo espaço e período de tempo. O sotaque de Brasília poderia ter resultado em qualquer coisa, afinal. Esta pesquisa se junta a cerca de não mais que uma dúzia de outras que se debruçaram sobre *como*, enfim, se configuraram os falares utilizados no Distrito Federal. Aqui me utilizo ¹da expressão no plural “falares” porque o DF atualmente conta com 31 regiões administrativas, com realidades socioeconômicas, culturais e históricas tão distintas que seria estranho não imaginar que essas diferenças também não refletiriam efeitos vários sobre as falas dessas *gentes* tão singulares. Os falares de Brasília revelam muitos aspectos dos paradigmas sociolinguísticos existentes nos diversos falares brasileiros.

Mas não quero me adiantar na teoria. Em termos práticos, o que estudo aqui é a questão do sotaque na capital federal: *existe ou não?* E, antes de tudo: *o que é sotaque? O que é Brasília?* Debruço-me, nesse sentido, sobre as crenças dos naturais do DF a respeito de seu próprio *modus operandi*, que inclui o seu falar. Aliás, como se chamam os naturais do DF é outra coisa que aqui quero tocar. Se existem, portanto, *falares*, como acabei de apontar, seria possível, mediante alguns atributos linguísticos, delimitá-los consistentemente a partir de fatores sociais comuns a uma comunidade regional ou grupo etário?

Resolvi responder essas indagações – que a mim eram verdadeiras *inquietações* – ao realizar esta pesquisa, que é primordialmente qualitativo-interpretativista, mas que traz consigo o que chamo de algumas “bagagens” de dados quantitativos. Para isso, elenquei duas regiões administrativas do DF: o Plano Piloto, com que possuo forte vínculo; e o Gama, com o qual cultivava, antes deste estudo, não mais que nostalgia ou apreço. Além disso, a escolha do Gama como um dos lócus investigados foi muito motivada pelo fato de a minha orientadora nesta

¹ Me perdoem leitores mais ortodoxos, mas todo o texto está permeado por alternâncias entre próclises e ênclises. A predominância da primeira colocação se deve ao fato de que a próclise é norma na variedade oral do português brasileiro (Cf. Bagno, 1999, p. 24) e, como o texto é permeado de uma autoetnografia - que valoriza e dá voz a narrativas de vida de brasilienses, inclusive as minhas – é meu intuito que sejam refletidas algumas construções utilizadas predominantemente em discurso direto oral.

empreitada ser originária dessa região administrativa (RA), uma verdadeira brasiliense da primeira geração. Mas não quero me adiantar nas narrativas, tampouco.

Além da delimitação das duas RAs, elenquei também dois grupos etários, correspondentes às primeiras gerações de naturais do DF: A G1, que contempla pessoas com idades entre 43 e 58 anos (ou um pouco mais, no caso daqueles que chegaram antes da inauguração de Brasília) e a G2, que contempla os colaboradores com idades entre 23 e 32 anos. Os principais processos investigados neste estudo são os de difusão e focalização dialetal (LE PAGE, 1980; MILROY, 1980; BORTONI-RICARDO, 2011[1985]); meu interesse é entender de que forma eles se relacionam às variedades linguísticas utilizadas por esses grupos, bem como as suas crenças expressas acerca do DF e seus falares.

Falando assim, pareço até um quantitativista nato (sou um pouco, confesso). É que não quero colocar a carroça na frente dos bois. Os colaboradores e as colaboradoras deste estudo foram angariados a partir de minha rede pessoal de apoio, por uma ferramenta analítica da Sociolinguística entendida como Redes Sociais. A pesquisa correu também fora, mas essencialmente dentro de núcleos familiares, que me acolheram com bastante gentileza para dispor de seu tempo e paciência ao narrar suas histórias de vida em Brasília.

Sobre a Sociolinguística, aliás, ela é uma disciplina ampla, como aqui pretendo argumentar. No entanto, parto da sua vertente conhecida como Etnográfico-Interacional (GUMPERZ e HYMES, 1972; BELL, 2014), sem deixar de recorrer às contribuições de sua vertente Variacionista (WEINREICH, LABOV e HERZOG, (2006[1968])). As correntes possuem paradigmas distintos, mas também muitas similaridades ao configurarem o que hoje se entende por *Microsociolinguística*, área que situa este estudo em seu escopo teórico.

No metodológico, busquei suporte em algumas vertentes da Etnografia, como a Etnografia da Comunicação (HYMES, 1974; SAVILLE-TROIKE, 2003), a Autoetnografia (HAYANO, 1979; SILVA, 2017) e a Netnografia (KOZINETS, 2002); em conceitos emprestados de áreas tangentes como os de *enquadre* (BATESON, 1972), *footing* (GOFFMAN, 1979) e *pistas de contextualização* (GUMPERZ, 1982); na ferramenta de recrutamento e de análise das Redes Sociais, bem como na elaboração de Índices de Integração (MILROY, 1980; BORTONI-RICARDO (2011[1985])); e nas contribuições fornecidas a partir de correlações entre a realização de determinadas variáveis e aspectos sociais. Aqui elas foram quatro: a realização do /s/ pós-vocálico, submetida a uma análise quantitativa que levou em conta a frequência e a proporção das ocorrências; e outras três, tratadas como ocorrências observáveis, do ponto de vista qualitativo: o /r/ pós-vocálico, as vogais médias pretônicas /e/ e /o/, as consoantes /t/ e /d/ diante de [i] e o fonema /v/ no morfema -ava.

Com esse primeiro *enquadre*, nos termos de Bateson (1972), penso já ter fornecido o aporte necessário à apresentação de meu desenho de pesquisa. Seguem, a seguir², os meus objetivos, perguntas exploratórias e asserções subjacentes a todo este estudo. Ressalto que a dinâmica de interação entre eles está melhor explícita na seção 3.3, caso uma rápida visita – na forma de *flashforward* – seja de interesse do leitor antes de seguir com a leitura.

Objetivos Gerais

(I) Investigar a máxima relativamente comum de que “brasiliense não tem sotaque”, as justificativas para essa assertiva e seus contrapontos, isto é, os possíveis fenômenos sociais que tenham contribuído à constituição das variedades linguísticas do Distrito Federal nas formas como se apresentam quase sessenta anos após a sua inauguração.

(II) Partindo de dentro das comunidades de fala, analisar alguns dos falares brasilienses utilizados por pessoas de duas gerações provenientes do Plano Piloto (RA-1) ou do Gama (RA-2), por meio da descrição de alguns dos traços mais evidentes de cada um desses falares, especialmente no nível fonético-fonológico.

Objetivos específicos

(1) Investigar e contrastar crenças dos colaboradores relacionadas aos falares brasilienses, às regiões administrativas em foco e a conceitos de natureza (socio)linguística.

(2) Contrastar as variedades linguísticas dos colaboradores nos eixos diatópico (Plano Piloto e Gama) e diageracional (Geração 1 e Geração 2).

(3) Identificar, num espectro de focalização dialetal, quais variedades linguísticas se mostram mais difusas e quais se mostram mais focalizadas.

(4) Apontar eventuais tendências transformadoras nas falas da geração mais jovem, tanto no Plano Piloto quanto no Gama.

(5) Identificar de que forma o nível de integração dos colaboradores revela uma variedade linguística mais difusa ou focalizada.

Perguntas exploratórias

(1ª) Como os colaboradores enxergam as suas regiões administrativas e entendem alguns conceitos como *Brasília*, *brasiliense*, *candango* e *sotaque*?

(2ª) É coerente (re)associar o termo *falar candango* à difusão dialetal promovida pelos primeiros imigrantes e seus filhos, a primeira geração de brasilienses, e legar o termo *falar brasiliense* à focalização dialetal em evidência promovida a partir da segunda geração?

(3ª) Como um Índice de Integração à RA menor ou maior pode influenciar a fala dos colaboradores?

² Optei por não numerar os quadros que aparecem a seguir, já que o desenho de pesquisa aparece bem mais claro nas Figuras 08 e 09 do estudo. Aqui, a delimitação nesse formato serve a mero propósito visual.

Asserções Gerais

(I) A maior parte dos colaboradores, naturais do DF, não reconhece possuir sotaque, o que pode ter a ver com o seu entendimento de conceitos como *sotaque* e/ou *dialeto*.

(II) Pessoas das duas gerações em foco nascidas e criadas no Plano Piloto ou no Gama provavelmente utilizam sotaques e/ou variedades linguísticas distintas. É esperado que utilizem variedades mais focalizadas – em nível diatópico – os colaboradores nascidos e criados no Gama e – em nível diageracional – as pessoas da Geração 2, independentemente da RA de origem. Por conseguinte, é provável que pessoas nascidas e criadas no Plano Piloto, bem como da Geração 1 das duas RAs, utilizem variedades mais difusas.

Subasserções

A – Colaboradores provenientes do DF não se identificam com o gentílico *candango*, preferindo o termo *brasiliense* nas duas RAs em foco.

B – Colaboradores das duas RAs raramente utilizam gentílicos formados a partir dos nomes das RAs (como *gamense* ou *taguatinguense*, por exemplo), exceto em alguns contextos limitados.

C – Colaboradores provenientes do Gama apresentam traços fonológicos mais marcados em seu falar, tais quais eventual palatalização do /s/ pós-vocálico, especialmente em ambientes favorecedores, como diante de consoantes africadas.

D – Colaboradores provenientes do Plano Piloto apresentam traços fonológicos menos marcados em seu falar, tais quais a sibilização do /s/ pós-vocálico, exceto em ambientes favorecedores, como diante de consoantes africadas, em que a palatalização possivelmente é a norma.

E – Quanto menos integrado um colaborador for à RA de procedência, mais difusa será a sua variedade linguística e vice-versa.

Agora com os principais elementos dispostos, posso seguir à apresentação da estrutura desta dissertação, que se divide em seis capítulos. Antes, contudo, é preciso fazer um esclarecimento. Quando digo que esta introdução “não pode ser pulada”, o mesmo é válido aos capítulos seguintes. Isso porque, em se tratando de pesquisa qualitativa, nada é mera contextualização, senão a própria pesquisa. Ecos da minha Autoetnografia estão espalhados por todo o trabalho, além de idas e vindas nas discussões presumidamente levantadas só em capítulos específicos. A breve sinopse a seguir, portanto, trata apenas daquilo que esteve no cerne das atenções em cada um desses capítulos.

No Capítulo 1, faço um breve apanhado da história da Linguística enquanto ciência até a proposição de uma corrente denominada *Sociolinguística*, que subsidia todo este estudo. Além disso, serão discutidos de um ponto de vista acadêmico – e, portanto, científico –

importantes conceitos aqui presentes, tais como os de *sotaque*, *dialeto*, *variedade linguística* e *comunidade social*.

No segundo capítulo, apresento uma pesquisa documental que resultou num breve histórico sobre a capital federal e as RAs elencadas, Plano Piloto e Gama. Além disso, é nele que apresento uma concisa memória sociolinguística de investigações que, tal qual este estudo, se debruçaram sobre os falares do Distrito Federal.

O Capítulo 3 é a BR-060 que liga todos os outros. Ele é, de fato, a rodovia metodológica que conecta todo o empreendimento aqui realizado. Ali será apresentado o paradigma epistemológico que norteia este estudo, bem como os métodos, estratégias, instrumentos e procedimentos de análise a que recorro. Também demonstro de que forma transcorreu a seleção de colaboradores. Esse poderia ter sido o primeiro capítulo deste estudo, mas julguei que a leitura prévia dos dois capítulos anteriores lhe dá os subsídios necessários ao seu melhor entendimento.

O quarto capítulo configura o que chamo de *flashback* da pesquisa em evidência. Isso porque, escrito antes de todos os outros, me serviu ao propósito de ser um estudo piloto que embasou o delineamento de pesquisa ainda há pouco apresentado. Ele fornece pistas àquilo que seria encontrado em campo. O estudo – que poderia por si só ser uma investigação à parte – foi realizado numa rede social virtual, o *Facebook*, e trouxe diversas contribuições, no sentido de desvelar algumas crenças de naturais e não naturais do DF sobre os sotaques na capital federal.

O clímax se dá no Capítulo 5, que versa sobre *as gentes* de Brasília. Ali são apresentados os colaboradores e núcleos familiares que, em suas interações, ressignificaram as asserções por mim delineadas. Apresento, no que chamo de Sinfonia da Alvorada (remasterizada) – que me perdoem Tom Jobim e Vinícius! – um pouco do que foi apreendido acerca de suas concepções terminológicas (*O que é Brasília? O que é candango? O que é sotaque?*) e de seus modos de vida.

O Capítulo 6 é um desdobramento do quinto e, por isso, o menor de todos. Enquanto não é possível desvencilhar *as gentes* de um lócus específico de seus *sotaques*, optei por separá-lo já que nele trato da questão dos falares na capital federal sob dois ângulos distintos: a partir de uma análise qualitativa subsequente e conectada à do capítulo anterior, e de uma análise quantitativa, que embasa algumas discussões levantadas em todo este estudo.

Por fim, se aqui desenho eixos – grandes como os de Brasília – de que trata este trabalho, em minhas considerações finais, às quais resolvi chamar *Eixos Cruzados*, revisito-os com o intuito de avaliar o alcance dos objetivos, a veracidade das asserções delineadas e a viabilidade de responder sumariamente as perguntas exploratórias colocadas nesta introdução.

1 SOCIOLINGUISTIQUÊS

Isso aqui [o Planalto Central] vira uma fronteira agrícola que é o que fez... tirar a Luíza da parte muito mais bonita que é... estudar a língua. O vocábulo que tem... que tem textura, cor, plumagem, né? Que é... que faz com que a gente se comunique. É a coisa muito mais forte que tem que é... a interação. É feita pela língua falada, muito mais que a língua escrita. Ela devia tá nisso.

Heitor, colaborador deste estudo, em referência à sua sobrinha Luíza ter trocado a área de Letras pela de Agronomia.

Neste capítulo, forneço o aporte teórico quanto à disciplina em que este estudo se localiza: a Sociolinguística. Na primeira seção, apresento de que forma ela se firmou como uma corrente da Linguística em meados do século XX e como suas diferentes vertentes pressupõem construtos teórico-metodológicos complementares em essência, ainda que relativamente distintos. Na segunda seção, conceituo alguns termos técnicos associados ao fazer sociolinguístico e fundamentais à compreensão deste trabalho.

1.1 (SOCIO)LINGUÍSTICA: DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS

Nem todo ser humano aprende a nadar. Alguns jamais desenvolverão habilidades artísticas como o desenho, o canto ou a performance. Outros, ainda nos dias de hoje, são reféns do analfabetismo. Todo ser humano, porém, desde que não possua algum impedimento cognitivo grave, adquire ao menos uma língua ao longo de sua vida (CARNIE, 2007, p. 4). O fato de que as línguas estejam, na maioria das vezes, literal e figurativamente, *na boca do povo*, faz da linguagem um assunto presente no dia-a-dia das mais diversas sociedades. Os temas variam. Algumas pessoas gostam de chamar atenção para formas linguísticas que entendem como corretas ou incorretas: “você não vai *no* banheiro, você vai *ao* banheiro”. Outras elegem alguns sotaques como sendo mais charmosos ou feios. Outras, como eu, se gabam de saber de cor a letra de uma canção narrativa sobre Brasília tão longa como *Faroeste Caboclo*³.

A realidade que se mostra evidente é que possuir e tecer opiniões sobre as diversas línguas existentes é quase tão inerente à condição humana quanto o fato de se adquirir pelo menos uma delas. Assim, enquanto apenas um nicho muito específico de pessoas se arriscará a dar opiniões concretas sobre a Biomedicina, a Engenharia Florestal ou a Astronomia, por

³ Composição de Renato Russo lançada pelo grupo Legião Urbana em 1979.

exemplo, o caso com a língua(gem) é outro: ela é objeto constante de reflexão e valoração pela maioria das pessoas. Conquanto, porém, o saber popular tenha a sua devida validade, a linguagem também pode ser tratada pelo viés científico e rigoroso da Linguística. É nela que este estudo se situa, especificamente na versão traduzida em *Sociolinguística*. Para uma localização mais precisa da disciplina, apresento brevemente de que forma a Linguística se firmou como ciência até o surgimento da vertente elencada na condução de minha pesquisa.

1.1.1 Predecessores

Como uma propriedade imanentemente universal e humana, a linguagem e as línguas têm sido objeto de estudo e investigação desde o início das civilizações. Pelos gregos antigos, eram mais uma esfera de interesse da filosofia, ao lado da Lógica, da Matemática e da Dialética. Na Índia antiga, Panini produz uma gramática do sânscrito, o que lhe rende nos dias de hoje o título de primeiro gramático da história. Por muitos séculos, o estudo da linguagem ficou relegado à observação, à especulação e à prescrição. É a partir da Idade Média que ganha força a análise comparativa de línguas, assim como a sua estruturação em famílias. Esses estudos posteriormente seriam chamados de Filologia e se concentravam nas derivas de formas linguísticas ao longo do tempo, o que configurava tais análises como sendo de ordem diacrônica (Cf. WEEDWOOD, 2002; LYONS, 2009; MARTELOTTA, 2015).

É curioso pensar que a Linguística só tenha surgido formalmente no início do século XX, quando ainda no fim do século XIX, por exemplo, um grupo de professores de línguas e dialetologistas europeus já havia se reunido para criar um sistema fonético universal que desse conta de todas as línguas, o *International Phonetic Alphabet* (IPA), usado até os dias de hoje. Além disso, a Dialetologia, uma disciplina análoga, já se firmara forte na década de 1890. Foi só a partir de 1916, entretanto, que a Linguística enquanto disciplina formal se consolidou com a publicação de *Curso de Linguística Geral*, uma obra póstuma de Ferdinand Saussure, editada por seus discípulos a partir de anotações de aulas feitas com esse linguista suíço.

Consolidada, portanto, há pouco mais de um século, a Linguística responde ao mesmo tempo pelo estudo científico da linguagem e pelo estudo científico da(s) língua(s). A tradução da obra de Lyons (2009 [1981]), *Language and Linguistics*, evidencia essa dualidade ao propor o termo *Lingua(gem)*, uma vez que a palavra *language*, no inglês, pode abarcar as duas denotações. Tal marcação se faz necessária uma vez que os conceitos de *linguagem* e *língua* estão longe de ser consenso. O primeiro é normalmente referido a uma faculdade exclusivamente humana de se comunicar por meio de línguas. Para Lobato (1986), essa

definição deve ser expandida, no sentido de que muitos outros critérios costumam ser associados à noção de linguagem, tais como o fato de possuir produtividade ilimitada, ser independente de estímulo e atender a diferentes funções para além da comunicação, como a emotiva, a poética ou a fática. Outros autores fazem menção ao seu caráter neurobiológico, pois, enquanto faculdade mental, pressupõe-se a existência de uma região específica no cérebro a cargo de operá-la. Evidências para tal asserção encontram-se no fato de algumas pessoas terem certas capacidades linguísticas afetadas após sofrerem traumas em regiões específicas do cérebro, que incorrem em transtornos diversos, como a afasia de broca.

A linguagem enquanto faculdade da representação do pensamento permite, ademais, a criação de frases nunca proferidas sobre entidades abstratas ou concretas, em diferentes tempos: é possível falar sobre o que não se vê e sobre o que sequer existe. Uma língua, por sua vez, diz respeito à realização particular da linguagem, compartilhada por membros de uma determinada comunidade; tem a ver com a constituição de sistemas específicos de signos vocais (ou visuais, no caso das línguas de sinais), cujo objetivo maior visa à realização da comunicação.

1.1.2 Estruturalismo

Saussure confere à Linguística o seu caráter empírico e inicia uma tradição de estudos de ordem descritiva às expensas dos modos prescritivos que vigoravam nos séculos anteriores quanto aos estudos de línguas. Assim, o trabalho do linguista passa a ser não o de recomendar a utilização de determinadas variantes, mas o de descrever a língua como um sistema em sua essência. O modelo estruturalista de Saussure é o início de uma tradição fundamentada em dicotomias que vigorou fortemente até meados do século XX. A dicotomia saussureana mais conhecida concerne o contraste entre *langue* e *parole*. Enquanto o primeiro estaria associado ao sistema linguístico compartilhado por um grupo de indivíduos – a língua enquanto sistema social –, o segundo termo diria respeito à execução deste sistema por um determinado indivíduo. Aqui, os estudos linguísticos devem recair sobre a *langue*, uma vez que na *parole* haveria apenas a atualização de um determinado código social, e um indivíduo por si só não seria capaz de modificar ou criar um novo código. Na famosa metáfora de um jogo de xadrez em curso, Saussure argumenta que os estudos linguísticos devem descrever o momento presente de uma determinada língua, colocando em foco uma perspectiva sincrônica em oposição às tradições diacrônicas vigentes. O pressuposto é que, assim como um observador desavisado assistindo a um jogo de xadrez a partir da metade não se beneficiaria demasiadamente em entender como a

partida chegou àquele ponto específico, também o linguista deveria avançar seus estudos sobre a língua a partir da forma como ela se encontra.

Ainda no âmbito da Linguística Estruturalista, Leonard Bloomfield é considerado o autor responsável por fortalecer uma corrente norte-americana de estudos que ficou conhecida como distribucionalismo, ou Linguística Distribucional. Essa vertente se apoia fortemente nos pressupostos behavioristas e entende a linguagem como um sistema de hábitos gerado a partir de respostas a determinados estímulos.

1.1.3 Gerativismo

O Estruturalismo se confundia com a própria Linguística até pelo menos meados do século XX, quando Chomsky (1957) propõe um novo modelo que aborda a linguagem sob uma perspectiva cognitiva. A corrente gerativista, assim como a estruturalista, enxerga a língua como um sistema. Entretanto, há profundas diferenças na concepção desse conceito. Para o Estruturalismo, a linguagem é um sistema social, enquanto o Gerativismo se distancia dessa noção ao concebê-la como uma propriedade mental inerente ao indivíduo.

Dessa forma, o modelo gerativista rompe com paradigmas diversos do Behaviorismo, à medida que questiona o fato de a linguagem ser entendida como uma propriedade aprendida, ou como resposta a determinados estímulos. A fundamentação básica proposta por autores como Carnie (2007) e Miotto et al. (2013) é que crianças já em seus primeiros dois anos de vida são capazes de produzir uma gama de sentenças originais nunca antes ouvidas, mesmo tendo sido expostas a estímulos relativamente limitados. Além disso, como já apontado, todos os seres humanos que não tenham sofrido algum prejuízo de suas faculdades mentais parecem adquirir uma ou mais línguas na mesma idade, independentemente de onde e de que forma os estímulos lhes sejam dados. Assim, a linguagem passa a ser considerada uma faculdade inata inerente à espécie humana.

Enquanto no Estruturalismo os conceitos de *langue* e *parole* são dicotômicos, no modelo gerativista são introduzidas as noções de *competência* – a capacidade de um indivíduo gerar infinitas sentenças em uma determinada língua – e *desempenho* – a maneira como essas sentenças são geradas. O enfoque teórico da corrente gerativista recai na competência, especialmente sobre como se estruturam as sentenças na mente humana. Para essa corrente, todas as línguas possuem um conjunto comum de propriedades, denominados *princípios*. Um princípio universal, por exemplo, é o de que todas as línguas têm verbos. Cada língua, entretanto, disporia de particularidades adquiridas já nos primeiros anos de vida do indivíduo,

os chamados *parâmetros*. Um exemplo de parâmetro seria a posição do verbo, que pode preceder o objeto em línguas SVO, como o português ou o inglês, ou sucedê-lo em línguas SOV, tais como o japonês ou o coreano.

1.1.4 Sociolinguística

Ao lado das duas perspectivas apresentadas, uma profusão de novas teorias se desenvolveu ao longo do século XX, dando lugar a novas correntes como a Linguística Sistemico-Funcional, a Análise do Discurso, a Linguística Aplicada e a Sociolinguística. Em alguns modelos teóricos o foco do linguista pode recair sobre a *competência* – como uma língua é adquirida e/ou aprendida –, enquanto em outros no *desempenho* – como, por quem, onde, e por que uma determinada língua é utilizada da forma como o é. Seja o objeto de estudo a língua ou a linguagem, o fato é que todas essas abordagens são ramificações da grande ciência denominada Linguística. Assim, por serem científicas, Lobato (1986) sintetiza um conjunto de propriedades comuns a todas elas: são empíricas, de modo que as hipóteses devem ser comprovadas pelos dados; são não-preconceituosas, uma vez que não existem línguas ou variedades linguísticas primitivas, inferiores ou mesmo superiores; são explicativas, de modo a fornecer evidências que expliquem um determinado fenômeno; são explícitas, já que sua terminologia e metodologia devem ser objetivas e claras. Como já colocado, esta pesquisa se fundamenta na Sociolinguística e, sendo assim, especial atenção será dada a essa corrente.

A Sociolinguística nasce formalmente em 1964, quando William Bright, um linguista estadunidense, promove a *UCLA Sociolinguistics Conference*. Desse evento, participaram alguns dos maiores nomes que respondem hoje pela base teórica dessa ramificação, tais como William Labov, Charles Ferguson, Dell Hymes e John Gumperz. A Sociolinguística surge como um escopo interdisciplinar e bebe nas fontes da Sociologia da Linguagem, da Linguística Antropológica e da própria Sociologia. Seu enfoque recai sobre a relação entre sociedade e língua(gem), observando-se que *socio*, na condição de prefixo, antecede e é, portanto, o ponto de partida em direção ao que é linguístico. Nesse sentido, alguns autores, como Calvet (2002) e o próprio Labov (2008 [1972]) em seus primeiros escritos, defendem que todo estudo linguístico é dependente da dimensão social e que o termo seria redundante, já que toda prática linguística seria, na verdade, *sociolinguística*. Entretanto, a Sociolinguística tem se firmado nas últimas décadas como uma disciplina forte, com metodologias e escopo teórico tão característicos que não a distinguir de outras perspectivas me parece um grave equívoco.

Bell (2014)⁴ esclarece que “sociolinguistas são espiões profissionais – não no que as pessoas dizem, mas em como dizem”⁵. De acordo com esse autor neozelandês, a própria sociolinguística se ramifica em três grandes campos de estudo: a Sociolinguística do Multilinguismo – que por sua vez se dividiria nas perspectivas Crítico-construtivista e da Sociologia da Linguagem –, a Sociolinguística Variacionista e a Sociolinguística Etnográfico-interacional⁶. Ao longo deste estudo, trato mais especificamente das duas últimas. Vale salientar, porém, que a Sociolinguística do Multilinguismo é primordialmente utilizada em contextos macro e investiga especialmente sociedades plurilíngues nos contextos de alternância ou mistura de códigos. Assim, que língua é utilizada, em que contexto e como ocorre a manutenção de múltiplos códigos disponíveis em situações globalizadas são exemplos de questões objetos de pesquisa dessa perspectiva. Na Sociologia da Linguagem, o fundador é Joshua Fishman (1972), enquanto são os estudos de Monica Heller (2011) que parecem encabeçar a perspectiva Crítico-construtivista.

As correntes variacionista e etnográfico-interacional representam o que se entende por *Microsociolinguística*, pois se debruçam sobre contextos particulares de comunidades específicas. Juntas, são responsáveis pela maior parte das publicações e produções em Sociolinguística, sendo que a primeira é a vertente mais adotada na América do Norte e, por conseguinte, nas sociedades ocidentais. É interessante notar que os grandes nomes que participaram da *UCLA Sociolinguistics Conference*, em 1964, já ali tinham olhares diferenciados sobre essa nova disciplina emergente. Não havia, porém, separação clara e delimitada entre um fazer variacionista e outro etnográfico-interacional. Por essa razão, o que Bell (2014) aponta é que o ponto de partida de cada perspectiva, assim como suas premissas e metodologia costumam ser diferentes, embora em alguns estudos – *como este* – elas possam se interseccionar. Na Tabela 1, disposta a seguir, o autor sintetiza as principais distinções estabelecidas entre essas duas vertentes da microsociolinguística. Reitero, porém, que as distinções servem a título de contraste e que podem haver semelhanças entre elas, especialmente no que diz respeito às perguntas de pesquisa e às descobertas típicas. Por essa razão, discuto brevemente a seguir a fundamentação que alicerça a teoria subjacente a cada uma delas.

⁴ Cf. seção 1.0 da obra. A versão consultada se trata de um e-book Kobo não-paginado. Ao longo de todo este estudo, portanto, farei a referência por seção quando cabível.

⁵ Tradução e grifos meus de “sociolinguists are professional eavesdroppers - not on what people say, but on how they are saying it”. Não há equivalente direto em português para *eavesdropper*. A palavra se refere a um indivíduo que escuta atentamente a uma conversa, sem permissão. Mais a frente, traduzirei o termo por *ouvinte proposital*.

⁶ Essa divisão não contempla a *Sociolinguística Educacional*, vertente que no Brasil tem adquirido grande reconhecimento a partir de trabalhos como os de Bortoni-Ricardo (1984; 2004; 2008) e afiliados.

Posteriormente, no Capítulo 3, tratarei em mais detalhes das duas ramificações do ponto de vista metodológico.

TABELA 1 – RAMIFICAÇÕES DA MICROSSOCIOLINGUÍSTICA

	Sociolinguística Etnográfico-interacional	Sociolinguística Variacionista
Foco	Como indivíduos e grupos pequenos utilizam a língua	Como fatores linguísticos variam com fatores sociais
Orientação	Ambas sociedade e linguagem	Em direção à linguagem
Disciplina	Sociologia, Linguística, Antropologia	Linguística
Premissas	Interpretativa	Empírica
Escala	Micro	Micro
Fundadores/líderes	Dell Hymes, John Gumperz	William Labov
Pergunta de pesquisa típica	Que língua é utilizada em situações particulares?	Que variedade da língua é utilizada?
Descobertas típicas	Uso da língua: diferentes códigos linguísticos usados com diferentes interlocutores	Mudança linguística: diferentes aspectos linguísticos usados com diferentes grupos etários
Exemplo de estudo	Inglês Britânico vs. Indiano John Gumperz	Cidade de Nova Iorque William Labov

FONTE: Adaptado e traduzido de BELL (2014)⁷

1.1.4.1 Sociolinguística Variacionista

No Brasil, essa é também a perspectiva relativamente mais difundida. Começa com os estudos de William Labov (2008 [1963]) em Martha's Vineyard, uma ilha no estado de Massachusetts, e com jovens negros no Harlem, na cidade de Nova Iorque. Brevemente, apresento o primeiro estudo, em que Labov identifica e traça uma relação direta entre as atitudes frente a Martha's Vineyard e às formas linguísticas utilizadas por seus habitantes.

À época da investigação, Martha's Vineyard era, e ainda é, uma ilha de veraneio que recebia muitos turistas nessa estação. A questão que se fez notória naquele estudo é que os habitantes de Martha's Vineyard, quando mantinham uma atitude positiva com relação à ilha a ponto de não alimentarem desejo de migração, pareciam conservar formas fonológicas locais e mais características, num ímpeto de afirmarem o seu lugar e identidade frente aos veranistas. Por sua vez, os habitantes que não mantivessem uma relação tão positiva com a ilha e que nutrissem desejo de deixá-la pareciam utilizar em sua variedade linguística formas mais padrão e mais distantes do falar característico local.

⁷ Cf. Tabela 1 da obra.

Para investigar essa questão, Labov selecionou como variáveis linguísticas a realização dos ditongos /ay/ e /aw/ na fala de seus colaboradores. Para os vineyardenses, a realização em vocábulos como *right* e *now*, poderia se afastar do padrão [aI] e [aʊ] e ocorrer de maneira centralizada como em [rɪɪt] e [nɐʊ], ou até mesmo [rɛɪt] e [nəʊ]. O que se seguiu foi um estudo empírico sobre o percurso histórico das variáveis em questão, além de uma seleção de variáveis sociais, como local de residência (ilha baixa ou ilha alta), grupos étnicos (ingleses, portugueses ou indígenas) e faixa etária, com posterior quantificação dos dados e análises estatísticas exaustivas da relação entre as regras produtivas e os contextos de suas realizações. Nasce aqui uma tradição que correlaciona variáveis linguísticas a fatores sociais, com vias a explicar fenômenos de ordem sociológica.

O ponto de partida, portanto, diz respeito a como os fatores linguísticos variam no espectro de fatores sociais. O que se pode constatar, assim, é que a premissa básica da Sociolinguística Variacionista é empirista, ou seja, pressupõe a formulação de hipóteses, que são testadas por meio de coleta de dados, posteriormente quantificados e submetidos a pacotes estatísticos como o *GoldVARB* ou o mais recente *R*, para que se obtenha resultados confiáveis a partir da proporção e pesos relativos incidentes sobre o uso de cada variável. Por privilegiar um enfoque que se apoia fortemente em dados estatísticos, essa vertente é também denominada *Sociolinguística Quantitativa*. Nesse sentido, o método mais utilizado para a obtenção de dados é a entrevista gravada. A tarefa do linguista é, então, debruçar-se sobre os resultados obtidos e realizar uma análise interpretativa exaustiva para chegar a possíveis conclusões acerca da correlação entre os fatores sociais e os linguísticos.

Além disso, é importante ressaltar que outros teóricos se referem a essa vertente como Teoria da Variação (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968), já que nela se pressupõe o entendimento de que em quaisquer variedades linguísticas de uma língua co-ocorrem ou concorrem variantes de um mesmo fenômeno. Algumas variáveis dicotômicas, entretanto, são estáveis, enquanto outras podem indicar uma mudança em curso na língua. Em suma, para essa teoria, a realização de uma variante em lugar de outra não seria assistemática ou simples fruto do acaso; elas representariam, em realidade, regras linguísticas motivadas por fatores sociais.

1.1.4.2 Sociolinguística Etnográfico-interacional

Uma diferença fundamental dessa perspectiva em relação às outras é que o ponto de partida recai não nos fenômenos linguísticos, mas nos fenômenos sociais observáveis, ou seja., em como os indivíduos se comportam e utilizam a língua (BORTONI-RICARDO, 2011; BELL,

2014). Tais fenômenos podem implicar a existência de variáveis linguísticas relevantes, embora não necessariamente. Aqui, a entrada do linguista nas ditas *comunidades de fala* (Cf. 1.2.7) não pressupõe exatamente a formulação de hipóteses pré-estabelecidas sobre variáveis linguísticas, mas a constatação de que a língua é mais uma das práticas presentes nas raízes de um grupo social, assim como a sua história, política e cultura. Por conseguinte, não seria possível entender determinados fenômenos linguísticos sem entender as identidades socioculturais, as crenças e os comportamentos dos indivíduos de uma dada comunidade.

Essa perspectiva, também referida na literatura como *Sociolinguística Qualitativa*, nasce do casamento da Sociolinguística Interacional, proposta por John Gumperz, e da Etnografia da Comunicação, de Dell Hymes (GUMPERZ e HYMES, 1972). As duas ramificações se fundamentam em pilares bastante semelhantes, embora tenham “escalas de trabalho e métodos muito diferentes” (BELL, 2014⁸). A partir dessa conjunção – numa abordagem etnográfico-interacional, portanto – é axiomática a noção de que a língua não acontece isoladamente, mas sim de forma situada em contextos dos mais variados, como um jogo de cartas, uma rodada de bingo ou uma discussão de relacionamento entre um casal. Ela é utilizada por indivíduos que se alternam em papéis de falantes e ouvintes em diferentes situações. É, pois, situacional e contextual, e definir os limites de quem toma parte em um evento comunicativo pode ser tarefa árdua.

Goffman (2013[1964]), um dos sociólogos mais citados da atualidade, já previa que numa dada situação podem existir interlocutores e ouvintes ratificados e não-ratificados para participar de determinadas interações, e que suas atitudes diante de um evento comunicativo em foco podem dizer muito a respeito de como ele pode se desenvolver. A esse respeito, a própria noção de *evento comunicativo*, por exemplo, se consolidou no âmbito da Etnografia da Comunicação, enquanto a Sociolinguística Interacional pode entender o mesmo conceito como *situação de fala*. Assim, para entender essas e outras distinções que desvelam como opera a conjunção dessas duas vertentes, é preciso apresentá-las de forma sucinta individualmente.

A Etnografia da Comunicação, proposta por Dell Hymes (1972; 1974), linguista e antropólogo estadunidense, deriva da Antropologia Social. Nela, a tarefa do linguista é descrever como ocorre a comunicação de um grupo ou comunidade em diversas frentes, o que pressupõe o conhecimento de suas formas de vida e práticas sociais. Assim, ao conferir uma abordagem etnográfica à Sociolinguística, Hymes evidencia que os códigos são mais um dos fatores que devem ser observados na competência comunicativa de um determinado indivíduo.

⁸ Cf. Seção 1.3 da obra.

É importante ressaltar que seu entendimento de *competência comunicativa* é uma resposta à noção chomskyana de *competência*:

Dentro da matriz social em que adquire um sistema de gramática, a criança adquire também um sistema do seu uso, que concerne pessoas, lugares, objetivos, outros modos de comunicação etc – todos os componentes de eventos comunicativos, juntos com atitudes e crenças a seu respeito. Desenvolvem-se também padrões do uso sequencial de uma língua na conversa, local, rotinas regulares e coisas similares. Nessa aquisição reside a competência sociolinguística da criança (ou, mais amplamente, a competência comunicativa), sua habilidade de participar em sua sociedade não só como um membro falante, mas como um membro comunicativo. Uma teoria de descrição sociolinguística deve dar conta de descrever, dessa forma, aquilo que as crianças adquirem. (HYMES, 1974, p. 75, tradução minha)

No empreendimento dessa descrição, o pesquisador em evidência nesse construto não é, então, o linguista, mas o etnógrafo da comunicação. Ao propor que a linguagem seja estudada do ponto de vista da comunicação, pretende-se que as análises se distanciem da noção de linguagem como entidade abstrata e que o etnógrafo capture situações contextuais concretas experienciadas por indivíduos reais, bem como seus eventos de comunicação e suas situações de trocas sociais. Dessa forma, as premissas para o trabalho do etnógrafo seriam as de estreitar os laços entre os aspectos linguísticos e os princípios da etnografia; de se utilizar da chamada observação participante; compreender valores atribuídos às especificidades culturais e colocar em evidência a voz dos participantes, além de quebrar paradigmas de modelos pré-estabelecidos. Ademais, para saber o que conta ou não como evento comunicativo, não bastaria a observação sistemática. É preciso valer-se das teorias elaboradas pelos próprios participantes para prever ou avaliar determinados comportamentos culturais.

Assim, essa ramificação propõe uma quebra com a tendência em voga de se correlacionar fatores linguísticos a sociais. Para esse autor, abordagens correlacionais apresentam limitações no sentido de revelar somente o que está à superfície, aquilo que é visto, em detrimento de conhecimentos intersubjetivos que só podem ser obtidos por participantes ratificados em um determinado contexto social. Desse modo, argumenta que é preciso avançar na união das questões sociais às linguísticas, de tal maneira que os indivíduos, e não os códigos e modalidades que utilizam, estejam em foco (HYMES, 1974, p. 4). Para alcançar esse objetivo do ponto de vista metodológico, o autor propõe ao etnógrafo um quadro referencial para a análise comunicativa que pede atenção a quatro dimensões (ibid., p. 9):

- 1) os componentes dos eventos comunicativos, explícitos a partir de uma taxonomia mnemônica da palavra SPEAKING (*speakers, participants, ends, acts of sequence, key, instrumentalities, norms, genres*) discutidos em detalhes na seção 3.2.1.1.1;
- 2) as relações entre os componentes, ou seja, a compreensão de que a relação entre tais componentes não ocorre livremente e que perceber a maneira como os elementos se relacionam e se limitam diz muito sobre a comunidade em evidência;
- 3) a capacidade e o estado dos componentes, o que envolve compreender não as limitações de um determinado código, mas por que, como e quando determinadas estruturas são utilizadas;
- 4) a atividade do todo quando constituído, o que pressupõe compreender determinada comunidade em uma dimensão cibernética, ou seja, na esfera de como a comunicação acontece, é processada e respondida;

Menos diretivo, mas em consonância com Dell Hymes na coedição de *Directions in Sociolinguistics* (1972), John Gumperz argumenta em favor de uma sociolinguística que se debruce sobre as minúcias da conversa e da interação. O empreendimento de Gumperz, nos termos de Bell (2014)⁹ é, entretanto, “mais prático que programático”, visto que a Sociolinguística Interacional não se desvela condensada em uma obra fundadora e pragmática, mas nas entrelinhas das estratégias utilizadas por Gumperz e seus pesquisadores afiliados.

Um dos conceitos mais relevantes de sua obra é a atenção dispensada às *pistas de contextualização*. Para além do nível semântico e pragmático, o nível contextual forneceria pistas que subsidiam a apurada interpretação de uma determinada elocução em um *ato comunicativo* (Cf. 3.6.1). Essas pistas podem ser de ordem prosódica, fonológica, sintática, lexical e evidenciar, por exemplo, quando a mudança de código/variedade linguística deve ocorrer. São elas que permitem o alcance de uma sincronia conversacional, além de prover meios para a negociação sobre como uma conversa deve prosseguir. Nesse sentido, muitos problemas de comunicação decorrem do fato de os participantes ratificados em uma determinada conversa não partilharem do mesmo repertório de pistas de contextualização. No português brasileiro (PB), por exemplo, num contexto de um jantar formal, ainda que os

⁹ Cf. Seção 6.6 da obra, tradução minha.

participantes não fossem próximos, o pedido “me passa a batata?” poderia ser considerado perfeitamente polido, se a ele fosse acrescida uma entonação ascendente. Em contraste, na maior parte dos países de língua inglesa, tal elocução nesse contexto poderia soar rude sem a expressão *please*, ou a utilização dos modais *Can* ou *May* (*Can I have the potatoes?*).

Além das pistas de contextualização, a Sociolinguística Interacional estabelece também um diálogo próximo da Sociologia e recorre a conceitos dessa disciplina, tais como *enquadre* e *footing* (GOFFMAN, 2013a[1964]; 2013b[1979]) – noções aqui discutidas em 3.6 –, utilizadas para capturar a dimensão interacional de práticas sociais nas mais diversas comunidades.

O que se pode depreender dessa vertente, em suma, é que em se tratando de Sociolinguística Interacional – embora não haja coesão e direcionamento tão estritos em seu quadro teórico-metodológico –, o pressuposto é que, no que concerne a língua, é preciso dar especial atenção a como, em que momento e com quem as interações acontecem, além de compreender quais pistas de contextualização estão ou não disponíveis numa determinada interação. São esses os pressupostos que a aproximam substancialmente da Etnografia da Comunicação e permitem que autores como Bell as tomem por um só construto.

1.2 CONCEITOS EM FOCO

Ao longo de toda esta pesquisa, faço referência a uma série de conceitos e pressupostos relativamente consensuais entre as duas vertentes da Sociolinguística explicitadas, a Variacionista e a Etnográfico-interacional. Por essa razão, cabe agora uma incursão esclarecedora do *sociolinguistiquês* adotado na condução desta empreitada. Para facilitar o retorno a esses conceitos sempre que necessário, destacarei em negrito alguns dos termos técnicos aqui presentes.

1.2.1 Variação

Um dos pressupostos mais aceitos dentro da Sociolinguística é o de que as línguas não são entidades uniformes, concretas e finitas. Pelo contrário, o objeto desta ciência relativamente recente está no cerne da variação e da mudança linguística¹⁰. Aqui, atenho-me à primeira.

¹⁰ Já na página de abertura do primeiro capítulo de uma das obras clássicas dessa disciplina, *Padrões Sociolinguísticos*, Labov (2008 [1972]) apresenta seus objetivos: “Espera-se que os resultados desse procedimento contribuam para nossa compreensão geral do mecanismo da mudança linguística.” E continua: “[...] o modelo que

Entende-se por variação linguística o que Tarallo (2003, p. 8) apresenta como “diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com mesmo valor de verdade”. Assim, em uma mesma língua podem-se apresentar variações de ordens diversas, sejam elas fonético-fonológicas, prosódicas, lexicais, sintáticas ou discursivas.

Para mencionar, por exemplo, um caso de variação fonética do português brasileiro (PB), tome-se o vocábulo *tia*, pronunciado de maneira distinta pela maioria dos falantes das cidades do Recife e do Rio de Janeiro. Enquanto os primeiros tendem a realizar a consoante alveolar, produzindo [ˈtʲi̯ə], os últimos produzem uma consoante africada – identificada pelo acréscimo de um chiado característico típico da região palatal do céu da boca – e realizarão a forma [ˈtʲʲi̯ə]. Se uma pessoa recifense ouve uma carioca dizer “minha tia chegou”, ainda que pronunciado de forma distinta, o segundo vocábulo será interpretado como denotando /ˈtia/. Isso porque no PB os sons [t] e [tʲ] não são entendidos como fonemas distintos, senão como alofones do mesmo fonema /t/ em alguns ambientes fonológicos. Assim, embora haja divergências na pronúncia do vocábulo, as duas formas coexistem e não produzem significados *com valor de verdade* distintos, como seria se dissessem, por exemplo, /ˈpia/ ou /ˈmia/. O mesmo não é válido na língua inglesa, em que /t/ e /tʃ/ representam fonemas distintos em qualquer ambiente fonológico. Nessa língua, a realização de uma forma ou de outra denota, portanto, diferentes significados: /wɒt/ vs. /wɒtʃ/, /tæp/ vs. /tʃæp/¹¹.

Nessa perspectiva, o entendimento é de que a variação é iminente dentro de qualquer código e acontece já que as línguas não são apenas faculdades abstratas da mente. São, antes de tudo, propriedades imanentemente humanas, realizadas por pessoas distintas, investidas em grupos e comunidades com ordem social, história, política, e cultura próprias. Essa noção é partilhada entre todas as vertentes da Sociolinguística, mas fundamenta toda a escala de trabalho da Sociolinguística Variacionista. Como já discutido, a essa vertente interessa primordialmente investigar as motivações para a coexistência de uma ou mais formas (as variantes) de um mesmo fenômeno (a variável). O que pode, à primeira vista, parecer assistemático é, na maioria das vezes, explicado por fatores de naturezas diversas como os de ordem regional, social, geracional, de estilo e de gênero. A esta pesquisa interessa um maior esclarecimento sobre os três primeiros tipos.

1.2.2 Variações regional, social e geracional

subjaz a essa tripartição requer como ponto de partida a variação em uma ou mais palavras na fala de um ou mais indivíduos.” (p. 18, grifos meus)

¹¹ *what*, pronome interrogativo *o quê/qual* em oposição a *watch*, verbo *assistir*, ou *relógio*; *tap* denota *torneira* ou verbo *bater* em oposição a *chap*, vocábulo informal e já em desuso para *camarada*.

Tome-se o exemplo anterior, sobre os alofones do fonema /t/. No Brasil, a dicotomia entre /t/ e /tʃ/ não é arbitrária, isto é, os falantes não escolhem ao acaso que versão produzir. A realização de uma ou outra forma (alofone), portanto, muito provavelmente terá a ver com a região de procedência do falante. Para propor outro exemplo, na língua castelhana os vocábulos *gafas*, *anteojos* e *lentes* denotam a mesma entidade física no mundo: o que é, para a maioria dos brasileiros, *óculos*. A prevalência de uma forma ou outra estará relacionada à origem do falante e representa uma variação lexical dentro do castelhano. Isto implica dizer que no México, por exemplo, a preferência aparente pelo vocábulo *lentes* é atributo de mulheres, homens e não-binários¹², de classes sociais e gerações variadas e que a utilização de outras formas terá mais a ver com a procedência dos locutores que quaisquer outros fatores. Estamos aqui diante de uma **variação regional ou diatópica**¹³, que nesse exemplo é de ordem lexical.

Muitas outras ocorrências, entretanto, se produzem dentro de um espaço físico comum e surgem como rastros de um paradigma social mais complexo. Estudos como os de Vianna e Lopes (2015) demonstram, por exemplo, que a produção de ocorrências como *nós come* e *a gente comemos* em oposição às formas de prestígio *nós comemos* e *a gente come* acontece na maioria das grandes capitais brasileiras. Enquanto as primeiras formas são mais produtivas no repertório linguístico de pessoas de classes socioeconômicas menos abastadas, as segundas aparecem predominantemente na fala de pessoas dos grandes centros, com maior escolarização e poder aquisitivo. Ocorrências dessa natureza são atribuídas à **variação social ou diastrática**, presente na maioria das línguas e mais nítida em sociedades mais desiguais.

Em se tratando de Linguística – e, especialmente, *Sociolinguística* – não se pressupõe juízo de valor sobre as regras que regem o repertório linguístico de uma dada comunidade. Não há, portanto, português melhor ou pior, certo ou errado. Sem embargo, enquanto mais uma das realizações das práxis sociais (FAIRCLOUGH, 1999; 2008; BORDIEU, 1991), à maneira como é falada uma língua atribui-se um valor social – tanto por seus usuários, quanto por pessoas de outras comunidades –, o que contribui à constituição do caráter identitário das pessoas que a usam. Isso implica dizer que existem versões de uma língua que recebem prestígio social, enquanto outras são legadas à estigmatização. Assim, não há qualquer razão lógica ou científica para o argumento de que a forma *nós comemos* é mais correta que a forma *nós come*. De um ponto de vista de economia linguística seria, na verdade, mais dispendioso familiarizar-se com um maior conjunto de formas. Isso se mostra evidente em algumas línguas, como no inglês, em

¹² Pessoas que se identificam com algum outro gênero dentro do espectro de identidades homem-mulher, cf. Butler (2004).

¹³ Para maior detalhamento sobre tipos de variação, cf. Cardoso (2016).

que o número de formas é reduzido: só há duas no presente simples, *eat* e *eats*, para a terceira pessoa do singular. No francês, a diferença só é marcada na escrita, já que das formas *mange*, *manges*, *mange*, *mangeons*, *mangez*, *mangent*, quatro são pronunciadas da mesma maneira em diversas variedades de prestígio. O que se tem, portanto, é o que Bourdieu (1991) cunhou como **capital linguístico simbólico**: variedades de uma mesma língua serão submetidas à comparação àquelas melhor avaliadas no mercado linguístico, já que cada língua ou “variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes” (GNERRE, 1985, p. 4).

Dessa forma, em uma parte das línguas, especialmente as chamadas línguas históricas¹⁴, existem **variedades de prestígio** e **variedades estigmatizadas**. Variedades de prestígio se aproximam, em maior escala, de uma variedade documentada, registrada e prescrita. Tal realização da língua é entendida por alguns autores como variedade ou **norma padrão**, enquanto outros a tratarão de norma culta, termo cada vez menos utilizado por sugerir que a realização de outras normas que não a de pessoas academicamente letradas não é imbuída em cultura. Cabe observar que, ainda que alguns clamem utilizá-la em todos os contextos, todos os falantes de uma dada língua se distanciam em seu repertório real dessa norma. Para muitos linguistas, como Bagno (1999; 2004), é a qualidade do distanciamento o que conta na avaliação dessas variedades. Por exemplo, não marcar a concordância do segundo termo (*os livro tão ali*), reduzir o segmento -ndo (*fazeno*), não utilizar o pronome oblíquo (*eu vi ele*) parecem todas formas produtivas em maior ou menor escala no repertório da maioria de falantes dos grandes centros urbanos brasileiros, de classes sociais mais favorecidas e devidamente escolarizados. O mesmo não ocorre com fenômenos chamados não-padrão, que podem ser constitutivos de variedades estigmatizadas, tais como utilizar a forma verbal da terceira pessoa do singular com o pronome de terceira pessoa do plural (*nós vai*), valer-se do pronome reflexivo *se* para todas as pessoas (*eu se machuquei*, *nós se machucou*), ou ainda produzir *ieísmos* diversos (*paia*, em lugar de palha). Se o distanciamento do padrão implica em erro – como o senso comum costuma argumentar – existiriam então valores diferentes atribuídos ao tipo de *erro* que se comete. Aqui, todas essas questões se referem a parte *socio* da Sociolinguística, já que do ponto de vista linguístico não há erro, mas juízo de valor. Como pontua Bagno (2000), “[...] onde há variação, há também avaliação” (p. 63, grifos do autor).

Bortoni-Ricardo (2011, p. 23) corrobora essa visão e propõe a noção de **traços graduais** e **traços descontínuos** subjacentes à fala. Para entender esses conceitos, é preciso

¹⁴ Por excelência, como explica Bechara (2009, p. 37), “línguas como produto cultural histórico, constituídas como unidade ideal, reconhecida por falantes nativos ou por falantes de outras línguas, e praticada por todas as comunidades integrantes desse domínio linguístico”.

considerar que enquanto as variedades de prestígio são normalmente reservadas a sociedades urbanas, as variedades rurais costumam receber estigmatização. A transição entre meio urbano e rural raramente ocorre de forma abrupta, de modo que algumas comunidades viveriam num entrelugar, numa realidade que Bortoni-Ricardo trata por *rurbana*. Esse é o caso, por exemplo, de muitas famílias provenientes de Brazlândia ou Planaltina – regiões administrativas do Distrito Federal – que, embora residam no campo, recorrem constantemente à cidade em busca de mantimentos, estudo, trabalho ou entretenimento. Nesse sentido, os traços descontínuos, ou abruptos, seriam aqueles que denunciam a procedência rural ou rurbana do falante, enquanto os traços graduais seriam aqueles utilizados socialmente tanto por pessoas residindo nas grandes cidades, quanto no campo, sem estabelecer um limite bem marcado que separa duas variedades linguísticas em contato.

Já no que concerne a **variação geracional**, também chamada, **diageracional**, o desafio do pesquisador é entender se as possíveis diferenças encontradas entre a geração mais velha e mais nova representam **mudanças em tempo aparente** ou **mudanças em tempo real**. O tempo aparente representa o estatuto atual do repertório linguístico de pessoas adultas, que teria sido adquirido majoritariamente até o fim da puberdade. Nesse sentido, ao colocar duas gerações em contraste, por exemplo, uma Geração 1 (G1) formada por pessoas de 40 a 50 anos, e uma Geração 2 (G2) por pessoas de 20 a 30 anos, a fala dos dois grupos seriam comparáveis na premissa de que refletiriam repertórios adquiridos por todos os participantes durante os seus primeiros quinze ou dezesseis anos de vida.

Tal hipótese é questionada por diversos autores, já que cada faixa etária demanda novos ajustes ao repertório linguístico dos falantes de uma língua comum. Ao ingressar na educação superior, por exemplo, estudantes recém saídos da educação básica normalmente precisam se familiarizar com vocabulário acadêmico e gêneros textuais com os quais até então não mantinham contato, o que provavelmente resultará, durante os quatro ou cinco anos de universidade, num letramento acadêmico (KLEIMAN, 2016) que amplia em muito o seu repertório linguístico. Nesse sentido, contudo, Fix (2013) argumenta que as mudanças decorrentes de uma aquisição dialetal tardia normalmente agregam novas formas lexicais ou morfossintáticas, mas não tão comumente fonológicas.

Estudos de mudança em tempo real, por sua vez, são mais dispendiosos e demandam compromisso diacrônico com a pesquisa. Isso porque o pesquisador que por ventura constatou, por exemplo, contraste nítido entre o uso de *tu* e *você* em tempo aparente para duas gerações como as exemplificadas acima, terá de replicar o estudo anos mais tarde com novos participantes, também separados em duas gerações com mesmo intervalo etário, para averiguar

se o contraste inicial encontrado representa de fato uma mudança completa naquela comunidade de falantes, ou se o caso é que há pressões e demandas etárias para que um grupo geracional produza mais ocorrências que outro.

1.2.3 Entrevê: variantes, variáveis e variedades

Cabe agora esclarecer conceitos associados a essas três letras V, tão presentes em pesquisa sociolinguística e às quais me refiro algumas vezes ao longo deste estudo. Elucido-as propondo a constituição da seguinte imagem: se visualizamos uma planta de caule arredondado, consumida por mais de meio bilhão de pessoas, fonte rica de carboidratos e utilizada na produção de farinha, alguns a chamarão *mandioca*, outros preferirão *macaxeira* e outros *aipim*. Ao se constatar pelo menos três formas de designar na fala a mesma espécie, identifica-se uma **variável** lexical no português brasileiro. As formas de designação são chamadas **variantes**. No estado do Rio de Janeiro, a variante elencada é normalmente *aipim*, enquanto em Alagoas parece ser *macaxeira*. Da mesma forma, *anteojos*, *gafas* e *lentes* são formas variantes dentro da língua castelhana. Em se tratando de metodologia quantitativa, as variantes podem ainda ser chamadas de **variáveis independentes**, enquanto o fenômeno, isto é, o fato de se existirem algumas formas para designar a mesma coisa, **variável dependente**. Tais variáveis podem ser de ordem linguística ou social. Tradicionalmente, em pelo menos uma das vertentes da sociolinguística, a variacionista, investiga-se *como* as variáveis do último tipo se correlacionam às do primeiro.

Os repertórios linguísticos de uma dada comunidade se constituem por meio de um conjunto de variantes consistentes, de ordem fonológica, lexical, prosódica e até mesmo sintática, que, associadas, podem formar uma **variedade linguística** da língua. Por exemplo, reduzir o sufixo de gerúndio (*bebenu*), utilizar a interjeição *uai*, falar acelerado, omitir o reflexivo (*eu formei em direito*) parecem todas variantes produtivas, que, juntas a muitas outras, constituem a **variedade mineira**¹⁵ do português brasileiro. Uma variedade tem, portanto, consistência, quando utilizada por um conjunto de pessoas que dividem um espaço comum ou outras características identitárias, socioeconômicas e culturais. Assim, colhidas amostras de seus repertórios linguísticos, como propõe, por exemplo, o projeto NURC – Projeto da Norma Urbana Culta¹⁶ – nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador e Porto Alegre,

¹⁵ Há linguistas, como Cristóforo (2005), que tratam também por *variante* aquilo que aqui se entende por *variedade*.

¹⁶ De acordo com Silva (1996), a instalação do projeto ocorreu em 1969 e surge inspirada no *Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*,

serão encontradas similaridades relevantes entre os habitantes das mesmas cidades com perfil social semelhante. No Brasil, a maioria das pessoas tem consciência da existência de diferentes variedades linguísticas, embora costumem atribuir a elas as designações *sotaque* ou *dialeto*, sobre as quais me debruço agora.

1.2.4 Entre os V: dialetos, sotaques e falares

O que poderia parecer mera questão terminológica é, na verdade, um ponto crucial na condução desta pesquisa, já que os termos são massivamente utilizados na literatura e pelos colaboradores deste estudo. A delimitação desses termos figura dentro da discussão acima sobre variedades linguísticas e pressupõe o entendimento, pela maioria dos linguistas, de tratá-los por entidades relativamente distintas.

Primeiramente, esclareçamos o que vem a ser entendido por dialeto. Os **dialetos** são objetos primeiros de estudo da Dialectologia, disciplina que se firmou pelo menos meio século antes da Sociolinguística. Os estudos dialetais se propõem a mapear isoglossas de uma determinada região, especialmente regiões com línguas nacionais comuns. **Isoglossas**, por sua vez, são fronteiras imaginárias que delimitam o início e o fim do uso de uma forma ou outra dentro de regiões específicas. A investigação dialetais, especialmente àquelas realizadas no início do século XX, interessa saber *como* dois ou mais grupos de falantes pronunciam uma mesma palavra (fonética) ou como designam determinados objetos/seres no mundo (lexicologia). Os resultados são tradicionalmente quantificados e publicados em forma de cartas dialetais. A constituição de diversas cartas pode visar a publicação de um atlas linguístico¹⁷ e sugerir que o conjunto de formas linguísticas de naturezas diversas, utilizado por um grupo específico, desvela a existência de um **dialeto regional** ou **social**.

Dessa maneira, um dialeto regional, por exemplo, se diferenciaria de outro em aspectos fonéticos, prosódicos, morfológicos e até mesmo sintáticos. Não obstante, nesse escopo a noção de *dialeto* de um falante da Noruega pode não ser a mesma de um brasileiro ou um estadunidense. Isso porque delimitar até que ponto a diferença entre dois dialetos é tal que deveriam ser tratados como línguas distintas não é uma tarefa de ordem linguística, senão essencialmente política. Enquanto alguns argumentariam que as fronteiras linguísticas devam

concebido no âmbito de um simpósio realizado em Bloomington, em 1964. O projeto NURC previa três etapas nas cinco cidades: gravações, transcrições e análises ostensivas de corpus.

¹⁷ Cardoso (2016, pp. 13-14) aponta que o *Atlas linguistique de la France*, de Jules Gilliéron e Edmond Edmont, publicado em 13 volumes entre 1902 e 1910 foi o primeiro do gênero. No Brasil, o *Atlas linguístico do Brasil-ALiB* (Cardoso, 2014a; 2014b) parece ser a publicação recente de maior relevância.

ser demarcadas onde termina a inteligibilidade, esse não parece ser o caso em diversas partes do mundo. Na China, o cantonês é tratado como um dialeto rural da língua nacional oficial, o mandarim. As diferenças entre as duas variedades, entretanto, parecem ser maiores que aquelas entre o que são consideradas línguas distintas, como o português e o espanhol, por exemplo. Na Itália, também recebem comumente o status de dialeto as variedades napolitana e siciliana, embora diversos estudos linguísticos apontem que tais variedades tenham se desdobrado a partir do latim vulgar de forma distinta a que entendemos por língua italiana, variedade essencialmente baseada na fala toscana¹⁸.

Nesse sentido, Bloom e Gumperz (2013[1972]) demonstram a alternância entre o que é entendido como *dialect* e *standard* em Hemnesberget, na Noruega, especialmente na fala de jovens universitários. A alternância parece ocorrer no âmbito de diferentes situações contextuais. Nos tópicos acadêmicos ou relacionados a temas mais urbanos, o *standard* é majoritariamente elencado, enquanto o *dialect* é legado a temas mais familiares, especialmente quando se referem a momentos pregressos à vida universitária. Sobre essa alternância, os dois autores argumentam que existe

[...] evidência empírica para validar a visão do dialeto como uma entidade linguística distinta. Mediante comparações das informações adquiridas segundo esse método com as formas de fala locais em outros lugares do Norte da Noruega, os dialetólogos interessados em reconstrução histórica identificam o ranamål¹⁹ como um dos componentes de uma série de dialetos do norte da Noruega. (p. 52)

Logo, de um ponto de vista linguístico poderia ser argumentado que a situação na Noruega é similar à dicotomia Castelhana/Guarani no Paraguai, país em que a alternância de código é reconhecida como bilinguismo (RUBIN, 1968). De um ponto de vista político, entretanto, o domínio do *dialect* e do *standard* não configura tal cenário em Hemnesberget.

Todo o quadro até aqui apresentado, no entanto, não parece espelhar a situação dialetal no Brasil. Falar de dialetos regionais do português brasileiro não implica pensar a perda de inteligibilidade entre as variedades. Curiosamente, aquele que é referido como o primeiro estudo dialetal relevante no Brasil, *O Dialeto Caipira*, publicado em 1920 por Amadeu Amaral, não descreve as falas dos grandes centros urbanos, mas a variedade representativa das falas rurais nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Nele, podem-se encontrar descrições de cunho fonético/fonológico:

¹⁸ Sobre línguas e dialetos na China e na Itália, cf. respectivamente Ramsey (1987) e Maiden e Parry (1997).

¹⁹ Variedade tratada por *dialect* entre os habitantes de Hemnesberget. O método ao qual se referem os autores é o histórico-comparativo.

CONSOANTES 19. b e v - Muda-se às vezes uma na outra, dando lugar a várias formas sincréticas:

burbuia e vevúia - **borbulha**

bassôra e vassora - **vassoura**

berruga e verruga - **verruca**

(AMARAL, 1920, p. 8, grifos do autor em todos os exemplos);

Morfológico:

Para exprimir ação muito repetida, usa-se uma perífrase formada com o auxiliar **vir**, **ir**, **estar**, **andar**, seguido de infinitivo e gerúndio de outro verbo. Assim: *vinha pulá(r)-pulando, ia caí(r)-caindo, estava ou andava chorá(r)-chorando*. (ibidem, p. 26);

E até mesmo sintático:

17. Nas orações relativas não se emprega senão **que**. Nos casos que, em bom português, reclamam este pronome precedido de preposição, o caipira desloca a partícula, empregando-a no fim da frase com um pronome pessoal. Exemplos:

A casa em que eu morei *A casa... que eu morei nela.*

O livro de que falei *O livro... que eu falei dele.*

(ibidem, p. 33).

Embora o estudo de Amaral (1920) apresente bastante rigor metodológico, percebe-se que o autor se refere às variedades de prestígio urbanas como *bom português*. Assim, o dialeto caipira parece ser entendido na obra como um desvio das variedades dos centros urbanos, não como uma entidade linguística distinta, isto é, outra língua. É em 1922, com a publicação de *O Linguajar Carioca* que Antenor Nascentes propõe pela primeira vez o que seriam as delimitações dialetais – ou isoglossas – do português brasileiro. São identificados seis falares brasileiros: o amazônico, o nordestino, o baiano, o mineiro, o sulista e um incaracterístico. A Figura 1 a seguir revela as isoglossas propostas entre eles:

FIGURA 1– ISOGLOSSAS PROPOSTAS POR NASCENTES (1922)



FONTE: NASCENTES (1922)

É importante apontar que, ao longo da obra, Nascentes parece estar mais confortável com os termos *linguajar* e *falar* para se referir às variedades linguísticas do português brasileiro. Como ele, e talvez para não gerar possíveis ambiguidades, muitos autores se abstêm de utilizar o termo *dialeto*, elencando possibilidades menos controversas. Câmara Jr. (1995 [1970], pp. 105-106, grifos meus) delimita seu estudo à “fala coloquial culta da área do Rio de Janeiro” ou ao “registro formal da língua culta da área do Rio de Janeiro.” De maneira similar, na publicação recente de *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro* (ABRAÇADO e MARTINS, 2015), os organizadores não utilizam em qualquer momento na apresentação do volume o termo *dialeto*. O escopo da obra é delimitado às “análises de processos e/ou mudança envolvendo o português brasileiro”²⁰, em que *processos* se referem às *variações* apresentadas entre as diversas variedades linguísticas do PB analisadas na publicação.

Dialeto e variedade linguística – sinônimos, portanto – parecem ser termos essencialmente técnicos. A maioria das pessoas reconhece por *sotaque* a existência de falares distintos. Muitas atribuem a esse termo a noção de um conjunto de diferenças fonético-fonológicas, prosódicas e morfossintáticas dentro de uma mesma língua e facilmente

²⁰ Trecho retirado da orelha do livro.

identificáveis. Note-se que em 2014 o *Jornal Hoje*²¹ fez uma série de reportagens intitulada *Sotaques do Brasil*, baseada, segundo os produtores, na publicação que sairia ainda naquele ano de *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO, 2014). Nesta ordem, a série rendeu cinco episódios: 1) *Os "R's" do Brasil*; 2) *Onde se fala com o "S" chiado?* 3) *"Tu" x "Você"*; 4) *Vogais*; 5) *Como as palavras mudam de estado para estado*. Enquanto os episódios 1, 2 e 4 centraram-se em questões fonéticas, os episódios 3 e 5 enfocaram fenômenos lexicais e sintáticos. Lexicalmente, discutiu-se diferenças regionais de termos como *mexerica* vs. *tangerina*, *muriçoca* vs. *pernilongo*, *bala* vs. *bombom* e a escolha do pronome de segunda pessoa, *tu* vs. *você*. No âmbito da sintaxe, o foco se deu nas implicações de conjugação a partir do pronome elencado (*tu* ou *você*). Transversalmente, muitos entrevistados comentaram, ainda, acerca da prosódia de diversos sotaques, evidenciando a existência de diferentes falares *cantados*.

A ilustração da série de reportagens feita pelo *Jornal Hoje* serve para evidenciar que mesmo veículos de comunicação de grande alcance reforçam a sinonímia entre os termos *sotaque* e *dialeto*. Para a grande maioria de linguistas, entretanto, esses não são conceitos que possam ser intercambiáveis. Muitos autores argumentam que enquanto o primeiro se reservaria ao escopo fonético e prosódico, o dialeto compreenderia características linguísticas de natureza diversa. É o que propõe Roach (2009):

As línguas têm diferentes **sotaques**: elas são pronunciadas distintamente por pessoas de diferentes lugares geográficos, de diferentes classes sociais ou diferentes idades e diferentes experiências educacionais. A palavra *sotaque* é frequentemente confundida com **dialeto**. Nós usamos a palavra *dialeto* para nos referirmos a uma variedade de uma língua que é diferente de outras não só na pronúncia, mas também em questões de vocabulário, gramática e ordem das palavras. Diferenças de sotaque, em contrapartida, são somente diferenças de pronúncia (p. 3, grifos do autor, tradução minha).

Hughes, Trudgill e Watt (2012) concordam com essa proposição ao reconhecer a existência de diversos dialetos – inclusive de diferentes dialetos padrão – da língua inglesa, como os dialetos padrão norte-americano, britânico e escocês, e que entre todos eles haverá consideráveis diferenças lexicais e gramaticais. Seu estudo, porém, enfoca os diversos sotaques dentro de um mesmo sistema dialetal (por exemplo, os diferentes sotaques londrinos, como o *cockney* e o *estuary*) em contraste a outros sotaques de dialetos distintos do Reino Unido.

Para Lyons (2009), as diferenças de pronúncia existentes entre sotaques são, igualmente limitadas à fonética, já que não geram oposições de significado:

²¹ No ar desde 1971, o *Jornal Hoje* é um telejornal brasileiro da emissora Rede Globo, exibido de segunda-feira a sábado no início da tarde. Para mais detalhes sobre a série *Sotaques do Brasil*, cf. Zimmerman (2014).

[...] é porque sistemas linguísticos fonologicamente idênticos podem ser realizados diferentemente no meio fônico que faz sentido falar do mesmo dialeto de uma língua pronunciado com tal ou qual sotaque. Pois “sotaque”, compreende todo tipo de variação fonética, inclusive aquilo que é subfonêmico no sentido de que nunca é considerado como a base de contraste funcional, como essa noção é normalmente aplicada pelos fonólogos (pp. 201-203).

Muitos dicionários de língua portuguesa e etimologia²² parecem estar em consonância com essa proposição. Quer sejam de editoras brasileiras ou europeias, suas primeiras entradas para *sotaque* normalmente reiteram o “modo ou tom particular de fala de um indivíduo ou comunidade”. Etimologicamente, porém, parece difícil recuperar suas origens. Das obras consultadas, na seção de etimologia a origem consta sempre como “desconhecida”, “duvidosa” ou “obscura”. Apenas Bueno (1963) se arrisca a afirmar que, embora obscura, a procedência é possivelmente onomatopaica. Um outro fato interessante é o de que uma das entradas do verbete seja sempre a de sinônimo de “remoque” ou “motejo”, palavras que denotam uma zombaria ou “dito picante” em uma discussão, sentido que parece estar em desuso na maior parte das variedades linguísticas do PB.

Já em outras línguas, o vocábulo é referido de uma maneira que remonta ao latim *accentus*: *accent*, em inglês e francês; *Akzent*, em alemão; *acento*, em espanhol. De acordo com o Wehmeier (2006), esse seria um termo traduzido do grego *prosōidia* (entonação), denotando “tom, sinal ou intensidade”, noção mais similar às propostas até aqui e que excluem, já em sua etimologia, a gramática e o léxico. Em português, por sua vez, “acento” se refere não a uma maneira particular de pronúncia e entonação de uma pessoa ou comunidade, mas à tonicidade em um uma palavra, sílaba poética ou sentença.

Há ainda um outro viés pelo qual podem ser entendidos os *sotaques*: quando associados à aquisição de uma língua estrangeira ou segunda língua. Como propõem Halliday, McIntosh e Stevens (1972), em seu processo de aprendizagem ou aquisição de uma língua, os indivíduos se apoiam em sons de sua(s) língua(s) materna(s) para produzir fonemas da língua alvo. Falantes brasileiros, por exemplo, tendem a estranhar ou a ter dificuldades para produzir o fonema /θ/ – que lhes é explicado normalmente como o famoso *th* com a língua entre os dentes – quando apresentados à língua inglesa. Por não existir no português brasileiro, o fonema é

²² Os dicionários consultados foram: o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS et al, 2009); o *Dicionário da língua portuguesa de Cândido de Figueiredo*, de Figueiredo [194-]; o *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa* (BUENO, 1963); e as obras homônimas *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Nascentes (1952), Machado (1977) e Cunha et al (2007). *Online*, acessou-se as versões eletrônicas do *Dicionário Aurélio de Português*, disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com>>, do *Michaelis*, disponível em <<http://michaelis.uol.com.br>>, do *Dicionário Online de Português*, disponível em <<https://www.dicio.com.br>> e do *Priberam da língua portuguesa*, sítio europeu disponível em <<https://www.priberam.pt>>. Todos os acessos foram feitos entre fevereiro e março de 2018.

muitas vezes realizado por brasileiros a partir da produção de um som fricativo aproximado, normalmente o labiodental [f] ou o alveolar [s]. Tal produção pode gerar ambiguidade ou incompreensão, já que, enquanto fonema de variedades de prestígio, /θ/ distingue significados e opõe pares como /θɪŋk/ vs. /sɪŋk/ (*think* e *sink*) e /θɪn/ vs. /fɪn/ (*thin* e *fin*).

O que é interessante reforçar é que, embora os desafios à frente de brasileiros aprendendo inglês sejam diferentes daqueles colocados a alemães, por exemplo – o que pode incorrer no que se entende por *sotaque brasileiro* –, o sotaque emergente nesse contexto terá mais a ver não com uma comunidade, senão com a produção individual do falante à medida em que se torna mais proficiente na língua alvo. O melhor ou pior desempenho individual será associado a diversos fatores propostos na literatura de Aquisição de Segunda Língua (SLA)²³, tais como filtro afetivo, motivação, competência comunicativa, aptidão linguística, exposição à língua alvo e até mesmo, como argumenta Norton (2000), a questões de cunho social, como o direito à fala em práticas sociais fundamentalmente associadas às comunidades de falantes nativos.

Nesta pesquisa, o enfoque não recai sobre o sotaque emergente de um processo de aquisição de uma língua adicional, mas sobre a maneira como falantes nativos realizam sua(s) língua(s) primeira(s)²⁴. Em diversos estudos, como o de Milroy (1980), há discussões acerca da utilização de alofones do fonema /θ/ no inglês, isto é, sobre formas de realização diferentes daquela com a “língua entre os dentes”. No entanto, debruçar-se sobre como os nativos de Belfast realizam o *th*, como o fez a autora, é essencialmente diferente de investigar a maneira como falantes brasileiros o produzem em um contexto de SLA. Há razões de cunho político, econômico e distribucional para que as variedades linguísticas do inglês padrão norte-americano e britânico sejam as elencadas no contexto de ensino de inglês no Brasil. A realização de um alofone em lugar de outro no Reino Unido por falantes nativos, entretanto, terá outras implicações históricas, políticas e linguísticas; é a esse último entendimento de *sotaque* que me atenho neste estudo.

Nesse terreno sinuoso em que utilizar os termos *variedade linguística*, *dialeto* e *sotaque* pode requerer maiores esclarecimentos, cunhou-se a alternativa mais abrangente **falar**,

²³ Há diferenças significativas entre o que se entende por *língua estrangeira* e *segunda língua*. Alguns autores preferem, portanto, utilizar os termos *aquisição de língua adicional*, embora o acrônimo SLA (*second language acquisition*) já tenha se consagrado como uma disciplina dentro da Linguística. Para um entendimento significativo acerca da SLA, cf. Ortega (2009).

²⁴ Referi-me anteriormente utilizando o plural *línguas maternas* e agora *línguas primeiras*, porque, diferentemente do que ocorre para a maioria dos brasileiros e estadunidenses, a maioria das pessoas no mundo nasce e cresce em contextos plurilíngues. Por esse motivo, alguns autores, como Makoni (1999), sugerem que o termo seja utilizado no plural.

como em “os falares nordestinos”. Embora a opção pareça oferecer menor contrassenso, ainda assim parece ser sempre necessário remeter-se ao arcabouço teórico que justifica a escolha desse termo em lugar de outro. Nesta pesquisa, adoto o entendimento de que há distinção clara entre *sotaque* e *dialeto*, o primeiro associado a diferenças exclusivamente fonéticas e prosódicas, e o segundo, para além desses aspectos, também ao léxico e à sintaxe (constituindo, portanto, uma variedade linguística). Embora, nesse sentido, me debruço sobre os *sotaques* de Brasília, reconheço que eles são elementos constitutivos das variedades linguísticas utilizadas no Distrito Federal. Por defender que Brasília tem variedades linguísticas características, também me referirei a elas como *falares*. Refiro-me, portanto, aos diversos falares de Brasília, em oposição a outros falares brasileiros. Quando me ater à fonética e prosódia, no entanto, utilizarei o termo *sotaque(s)* de Brasília.

1.2.5 Difusão e focalização dialetal

Inicialmente, é preciso esclarecer que esses dois conceitos, mais do que os até aqui apresentados, estão transversais ao longo de toda esta pesquisa. A discussão receberá especial atenção e estará associada à memória sociolinguística da capital federal na seção 2.2. Aqui, inicio o debate.

Diz-se de qualquer região que passe por um processo similar ao de Brasília, no qual falantes de variedades distintas de uma mesma língua necessitem conviver em uma delimitação geográfica específica, que se estabelece uma **coiné**. O termo significa “comum” e foi criado no período helenístico para designar a norma unificada proveniente dos dialetos Iônico, Dórico e Ático (séc. 4 a.C.) em Atenas (SILVA NETO, 1986). A produção da coiné pressupõe a sobrevivência de formas linguísticas menos marcadas, a preferência por formas mais neutras e o apagamento de sotaques regionais mais evidentes. A maior parte dessas transformações ocorre na pronúncia, no caráter fonético-fonológico do dialeto.

Em sintonia com o surgimento de uma coiné estão os conceitos de difusão dialetal e focalização dialetal, definidos por Le Page (1980) e muito difundidos por Milroy (1980) e Bortoni-Ricardo (1985). Na **difusão dialetal** pressupõe-se a transformação inicial das variedades coexistentes de modo que, em longo prazo, uma nova seja produzida. Tais modificações envolvem o apagamento de marcas mais características em lugar da formação de uma variedade mais neutra, próxima de formas mais padrão. A difusão dialetal, entretanto, acontece de forma mais assistemática e sobre ela incidirão fatores de cunho econômico, educacional, político e sociocultural. A **focalização dialetal**, por sua vez, prevê a

sistematização de fenômenos linguísticos por uma comunidade de falantes. Nesse sentido, pode-se dizer que dialetos como o baiano ou o mineiro, por exemplo, são variedades bem focalizadas, uma vez que colhidas amostras de fala de indivíduos destas comunidades, a realização fonético-fonológica e morfossintática de diversos fenômenos acontecerá de maneira similar. A outra face da moeda que faz com que esses dialetos sejam considerados focalizados é a sua percepção externa. Suas marcas características – o falar “cantado” do gaúcho, ou o /R/ do paulistano, por exemplo – fazem com que interlocutores de outras comunidades os reconheçam com considerável facilidade.

Além disso, comunidades mais homogêneas e mais identificáveis, onde haja um senso de pertencimento e solidariedade, provavelmente partilharão um conjunto de normas sociais comuns, ao qual estão inseridas também as variedades linguísticas emergentes, chamadas **vernaculares**. É no próprio desejo de autoafirmação que grupos como os estudados por Labov et al. (1968) – as gangues dos Jets, Cobras e Thunderbirds no Harlem, na cidade de Nova Iorque – exercem pressão sobre seus membros para que haja uniformização em ações, costumes, formas de vestir e de falar. Dessa maneira, jovens costumam ser os precursores da variação e, por conseguinte, da mudança linguística exatamente pela aparente tentativa de se investirem em nichos específicos, onde somente pares cuidadosamente selecionados podem se tornar membros ratificados de grupos almejados. É muito provável que, quanto mais ratificado dentro de um grupo seja uma pessoa, maior seja a sua **lealdade linguística**, isto é, mais similar seja a sua variedade linguística a dos demais membros. Assim, uma variedade linguística que denuncie claramente o status social, a região de procedência ou o pertencimento a um determinado grupo pode também ser entendida como focalizada.

Dialetos focalizados, porém, não dizem respeito somente a comunidades menores ou isoladas. Um dialeto como o *carioca*, por exemplo, é considerado bastante focalizado no PB. É claro que mesmo no espectro de variedades cariocas, algumas serão consideradas mais focalizadas que outras. Quando uma pessoa academicamente letrada se autodenomina, por exemplo, *carioca da gema*, fica claro que, antes de privilegiar a utilização de formas mais padrões e menos marcadas, o seu desejo é o de ser reconhecido como carioca genuína. Para isso, muito provavelmente tal pertencimento será evidenciado por meio da utilização de formas mais marcadas, como o /S/ chiado e a inserção das vogais [i] e [u] em alguns contextos específicos (*nascimento, douze*).

Quanto à Brasília, as pesquisas de natureza sociolinguística realizadas até aqui (Cf. Capítulo 2) evidenciam que, embora a(s) variedade(s) linguística(s) da capital federal não sejam

facilmente identificáveis, há um conjunto sintético de normas utilizadas por brasileiros que já demonstra um distanciamento da difusão em favor da focalização dialetal.

1.2.6 O lugar do não-sotaque

Na seção 1.2.4, apresentei diversos entendimentos para a noção de *sotaque*. O que é preciso destacar ainda é que lhe é subjacente o fato de poderem ser mais ou menos consistentes e mais ou menos identificáveis. Essas duas características parecem ter a ver com os conceitos de difusão dialetal e focalização dialetal, discutidos há pouco. Em variedades mais focalizadas, recebem elas o status de padrão ou vernaculares, parece haver uma consistência relevante em diversos aspectos linguísticos na fala de seus usuários. É a partir de sua projeção histórica na língua nacional, entretanto, que essas variedades linguísticas se tornam reconhecíveis. Dessa maneira, identificar uma pessoa carioca ou paulista não parece oferecer qualquer desafio a brasileiros de Norte a Sul. Isso porque, enquanto dois grandes centros, os falares do Rio de Janeiro e de São Paulo dominam as programações de televisão, rádio, internet e outras mídias. Some-se a isso que, em se tratando de PB, traços comuns, especialmente prosódicos, tendem a revelar ao menos a região do interlocutor, especialmente quando originários do Sul ou do Nordeste. Assim, embora haja diferenças significativas entre os falares de Sergipe e do Ceará, por exemplo, para um ouvinte de fora da região desses estados, as duas variedades possivelmente se aproximam em alguma esfera.

O que argumento aqui, então, é que identificar precisamente o estado, município, ou até mesmo o bairro onde uma variedade linguística é predominante tem a ver com a projeção desta variedade em relação a quem ouve. Dessa forma, em estados fronteiriços, cidades de veraneio com fluxo de visitantes homogêneo ou regiões que recebem maior veiculação midiática, a identificação parece ocorrer mais facilmente. Em contrapartida, a não-identificação de um sotaque por marcas evidentes na fala de uma pessoa ou comunidade, ou o fato de que certa pronúncia ou entonação não denuncie a sua procedência regional ou social pode contribuir para a constituição de asserções como as de que determinada pessoa (ou comunidade) “não tem sotaque”.

Bagno (2017) sugere que a interpretação de tal afirmação não deve ser a de que haja ausência de sotaque em qualquer variedade linguística. O entendimento, entretanto, deve pressupor que as variedades pensadas “sem sotaque” pelo senso comum teriam, na realidade, se aproximado de uma pronúncia de prestígio da língua nacional, cujas marcas fonéticas seriam consideradas neutras. O autor argumenta que essa pronúncia teria sido alçada ao caráter de

“padrão” e que, no Brasil, “é aquela resultante de uma síntese das falas das camadas mais letradas das grandes cidades das regiões Sudeste, depois de eliminados os traços mais característicos” (p. 443). Bagno destaca, ainda, cinco aspectos dentre muitos outros que constituiriam o que se entende por *pronúncia padrão brasileira*, considerada neutralizada. Aqui, os aspectos estão condensados na Tabela 2:

TABELA 2 – ALGUNS ASPECTOS DA PRONÚNCIA PADRÃO BRASILEIRA

Aspecto 1	Não apresenta o “S chiado” característico do Rio de Janeiro; em lugar dele, ocorre o [s] sibilado;
Aspecto 2	Não apresenta o [r] simples vibrado em sílaba travada, característico da fala paulistana, nem o [x] uvular de alguns falares cariocas; em lugar deles se usa uma aspiração leve [h];
Aspecto 3	Apresenta as consoantes [dʒ] e [tʃ] diante de [i], característica das variedades carioca, paulistana, belo-horizontina; isso porque a pronúncia não palatalizada dessas consoantes remete imediatamente a falares nordestinos, tradicionalmente desprestigiados ou alvos de escárnio da parte de muitos sudestinos;
Aspecto 4	Apresenta a semivogal [ʊ] na pronúncia do -/ final de sílaba e de palavra, que também é comum às variedades carioca, paulistana e belo-horizontina: <i>Brasil</i> [bra'ziʊ], e não [bra'zil] ou [bra'ziɪ].
Aspecto 5	Evita o alçamento das vogais pretônicas [e] e [o] em [i] e [u], como <i>menino</i> , <i>começo</i> , <i>pedir</i> , <i>moeda</i> etc., pronunciando as vogais de um modo mais próximo da escrita.

FONTE: BAGNO (2017, P. 443)

Como apresento mais adiante, em 2.2, o sotaque de prestígio em Brasília parece englobar os quatro primeiros desses aspectos e, embora pareça existir alçamento das vogais pretônicas em alguns contextos, não há abaixamento²⁵, o que certamente não lhe rende estigmatização nessa categoria. Ao afirmar que, após mais de meio século de existência, “os pesquisadores começam a detectar alguns traços capazes de configurar um futuro sotaque brasiliense”, Bagno (id. p. 446) parece apresentar o sotaque de Brasília como parte de uma variedade ainda em formação. Tal proposição vai parcialmente de encontro ao que proponho neste estudo e será discutida em diversos momentos ao longo da pesquisa, especialmente no Capítulo 2, em que apresento pesquisas que evidenciam uma focalização dialetal já bem encaminhada na capital federal.

Ainda com relação à associação desses e de outros aspectos da pronúncia padrão brasileira, Bagno aponta que ela se aproximaria bastante, na realidade, daquela utilizada na variedade mineira belo-horizontina. Ressalva, entretanto, que a prosódia dessa variedade é bem característica, o que provavelmente não lhe confere o status de pronúncia padrão. Isso se pode

²⁵ Cf. 2.2.1.

notar amplamente na presença de diversos fenômenos fonéticos, como a queda das sílabas finais (*um poquim* para *um pouquinho*) que denunciam um falar tipicamente mineiro e longe, portanto, de ser entendido como neutro.

1.2.7 Comunidades, identidades e Redes Sociais

Considere-se agora alguns estudos recentes em sociolinguística: Oliveira (2014), que investiga a influência do candomblé no falar de homossexuais; Andrade (2015), que estuda a introjeção do pronome *tu* em áreas geográficas do Distrito Federal; Sousa, Andrade e Dionísio (2015), que mapeiam um sotaque no telejornalismo brasileiro. Em meio a propostas tão distintas, evidencia-se grande discrepância a respeito do que venha a ser entendido por **comunidade linguística**.

Calvet (2002) argumenta que uma mesma pessoa pode pertencer a uma sociedade multilíngue, além de ter de ser proficientes em diversos registros – estilos possíveis de acordo com as normas de um determinado evento comunicativo (HYMES, 1974) – de uma língua específica. Para esse autor, não parece ser factível, portanto, pensar-se em *comunidade linguística*, senão em *comunidade social*:

A única maneira de ir até o fim da concepção da língua como fato social não é perguntar quais são os efeitos da sociedade sobre a língua, pois isso seria, uma vez mais, fazer o problema sociolinguístico derivar do problema linguístico, como um problema diferente, sucessivo ou ulterior. Trata-se, bem ao contrário, de dizer que o *objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto linguístico*. (pp. 120-121, grifos do autor)

Dessa maneira, Calvet reconhece que as línguas ou variedades linguísticas utilizadas em determinada comunidade sejam estudadas considerando-se as limitações advindas da prerrogativa de que seus membros estão provavelmente ratificados em diversas outras comunidades sociais, essas que transgrediriam o fator meramente geográfico; daí, portanto, a existência de estudos com grupos tão distintos como os apresentados no início desta subseção.

A própria noção de **comunidade social** tem sido colocada em xeque por alguns estudiosos. De acordo com Hall (2006), diferentemente do que ocorria em outras épocas da história, como no Iluminismo, quando se pensava em sujeitos com identidades razoavelmente estáveis e com papéis sociais mais delimitados, os sujeitos pós-modernos assumem identidades diversas, fragmentadas em essência por uma nova lógica econômica reforçada pela ideologia neoliberal da flexibilização:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (ibid., pp. 12-13)

Essa fragmentação parece quebrar também com uma noção pré-determinada de comunidade, formada pelo que Hall entende por *sujeitos sociológicos*²⁶. Assim, a **identidade** de um indivíduo não seria tampouco definida somente pela forma como se relacione com membros de um mesmo grupo que lhe seja de relevância – isto é, não seria formada e ressignificada somente a partir do contato relevante com seus pares, já que um mesmo indivíduo pertenceria não só a uma nação ou comunidade geográfica, mas a diversos grupos sociais e culturais, com fronteiras não demarcadas. Nesse sentido, uma mesma pessoa pode exercer, por exemplo, a identidade de empresária, mulher, moradora de periferia, ativista das redes sociais, mãe, amiga, vegana, entre muitas outras. Em cada um desses papéis, a interação com indivíduos que exerçam papéis similares ou diferentes não será a mesma. Isso porque entende-se que o repertório linguístico de um falante seja vasto e que, para cada interação, poderá ser utilizado um estilo – ou registro – diferente, mais ou menos monitorado, de acordo com a formalidade e as normas exigidas pelo contexto (HYMES, 1974; GOFFMAN, 2013b[1979]; GUMPERZ, 2013[1982]).

Investigações de cunho social, portanto, devem levar em conta que os sujeitos do século XXI, especialmente aqueles vivendo em sociedades urbanas, não vivem em redutos herméticos imunes a influências e pressões externas. Vivem, de fato, em comunidades em que suas identidades são negociadas a todo o tempo. Assim, antes de investigar, por exemplo, o *falar de Brasília*, o pesquisador deve proceder por entender as pessoas de Brasília, sua relação com o mundo, suas identidades, sua relação com Brasília e seu senso de pertencimento a determinadas comunidades.

Nesse sentido, uma ferramenta considerável que tenta capturar a dimensão mais complexa da relação de um indivíduo com uma comunidade é a de análise de **Redes Sociais** (MILROY 1980; BORTONI-RICARDO, 2011 [1985]). Por ela, pode-se obter uma perspectiva

²⁶ Para esse autor, o *sujeito sociológico* teria sucedido o *sujeito do Iluminismo*, e é identificado com a formação das ciências sociais. A partir daí, elabora-se uma “concepção ‘interativa’ da identidade do eu” (ibid., p. 11). Assim, o “sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o seu ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.”

mais palpável de o quanto uma determinada rede a que esteja vinculado um indivíduo é forte (de **tessitura-miúda**) ou esparsa (de **tessitura-larga**). Entende-se que, quanto mais espessa seja a tessitura, menor serão as pressões externas para a mudança e maior serão as pressões internas para a manutenção de uma variedade vernacular. Nesse sentido, parece fazer sentido que a maioria dos estudos em Sociolinguística se proponha a investigar comunidades menores, mais isoladas e, portanto, mais delimitáveis, já que as identidades dos sujeitos investigados não se apresentam tão fragmentadas e distintas entre si.

Essa discussão é crucial para este estudo, pois embora me refira aos *falares* ou *sotaques de Brasília*, trago como pressuposto que esses falares são utilizados por indivíduos investidos em comunidades outras que aquelas para além das geográficas; no entanto, embora considere as limitações advindas de uma multiplexidade identitária, a pesquisa está primordialmente assentada na relação identitária que os colaboradores mantêm com a sua região administrativa, evidenciando-os *brasilienses*, *planopilotenses*, *gamenses* ou o que quer que proponham. É exatamente sobre isso que o próximo capítulo se debruça: Brasília, suas pessoas, delimitações geográficas e memória sociolinguística.

2 BRASÍLIA DE CONCRETO

Quando o mundo foi criado foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar, e depois o mundo deformado às nossas necessidades. Brasília ainda não tem o homem de Brasília.

[...]

Faz lá um friozinho revigorante. Que fome, mas que fome. Perguntei se havia muito crime na cidade. Disseram-me que no satélite de Grama (é mesmo este o nome?) há uns três homicídios por semana.

Clarice Lispector, em sua segunda visita à capital, na crônica *Brasília: Esplendor* (1974)

Uma crença tem corrido o imaginário de muitos brasileiros e brasileiras nas últimas décadas: a de que na área demarcada para ser o Distrito Federal, antes da chegada dos candangos no fim da década de 1950, reinava um cerrado virgem e absoluto, livre de qualquer interferência humana; a de que teriam sido, portanto, os traços nas pranchetas do urbanista Lúcio Costa e do arquiteto Oscar Niemeyer os primeiros responsáveis pela transformação e ocupação de um Planalto Central ermo e inóspito. Embora haja alguma verdade nessa teoria – o cerrado reinava *quase* virgem e absoluto, guardadas as devidas proporções –, não se pode desconsiderar que os muitos séculos precedentes à inauguração de Brasília viram naquelas terras diversos indícios de agenciamento humano, fosse em expedições pontuais, fosse na demarcação de fazendas ou na formação de pequenas vilas e conglomerados rurais. Nesse sentido, o que diversos historiadores como Bertran (1988; 2011[1995]), Barbosa (1993) e Costa (2013) têm apontado é que a região goza não só de uma história rica que antecede em muito a construção da nova capital, como de uma pré-história relativamente documentada.

Em sua obra mais conhecida, Bertran (2011) nos leva a um planalto de sítios arqueológicos em regiões como Gama (DF) e Formosa (GO), cujas formações geológicas já se assemelhavam às atuais há cerca de 65 milhões de anos. Avança à descoberta de artes rupestres realizadas dez mil anos atrás, primeiros indícios de aglomerados sociais pré-históricos nos sertões brasileiros. Segue para explicitar a ocupação central do Brasil por populações indígenas, especialmente pelos povos Jê, que se moviam e caçavam pelas savanas brasileiras, e narra a chegada de diversos colonizadores, paulistas e portugueses, que cruzaram com esses povos – dizimando-os, muitas vezes – em expedições auríferas no século XVIII.

Partindo daquele aos séculos subsequentes, seu estudo trata em detalhes do sistema de sesmarias, um empreendimento português de distribuições de terras com vias à produção agrícola, nas regiões de Goiás e Distrito Federal. Ali, são apresentados nomes de bandeirantes que se fixaram com suas famílias naqueles solos, e se demonstra de que forma esse sistema privilegiou a manutenção de grandes latifúndios por pelo menos dois séculos, fosse por herança ou pelo mercado de compra e venda. Nesse contexto, discute-se, inclusive, a chegada de povos africanos e de sua escravização naquelas que se tornariam as grandes fazendas predecessoras do Distrito Federal e entorno.

Ao descrever a eco-história da região, o autor ainda: apresenta rotas de estradas antigas que conectavam o sul ao norte do Brasil e pressupunham passagens por terras hoje correspondentes ao Plano Piloto e Planaltina; aborda questões como a história da alimentação no Cerrado e os roteiros de cientistas brasileiros e estrangeiros em incursões pelo Planalto Central; descreve em minúcias a fundação de cidades goianas como Pirenópolis, Formosa e Luziânia. Sobre essa última, em especial, apresenta uma contagem populacional de aproximadamente 2600 habitantes em 1812 (ibid., p. 361), quando ainda se chamava Santa Luzia.

Longe de propor uma discussão exaustiva, esta pequena súpula de *História da terra e do homem do planalto central: eco-história do Distrito Federal* (BERTRAN, 2011[1995]) serve apenas ao propósito de demonstrar que muitos foram os homens e mulheres ocupando ou cruzando terras do Planalto Central já muito antes de serem publicadas as duas crônicas da escritora Clarice Lispector sobre a cidade²⁷. Muitos foram os homens e mulheres *de Brasília*. Tendo nascido aqui, contudo, posso afirmar que não é difícil concordar com a autora: da forma como nos é ensinado, o retângulo demarcado para se tornar a capital parece ter sido *adaptado* a quem chegaria, e não o contrário. Isso porque mesmo aqueles nascidos no Distrito Federal costumam ter surrupiada de seu currículo escolar a história que antecede a Brasília de Dom Bosco, Kubitschek e Niemeyer. Não foi antes de me tornar adulto e pesquisador, por exemplo, que decidi investigá-la por conta própria.

Não obstante, neste capítulo me debruço sobre o Distrito Federal recente, a capital de concreto armado e terra vermelha que impressionou – *incomodou?* – a escritora modernista. Este capítulo é sobre a Brasília capital da república, as *Brasílias* não tão capitais assim e a sua gente. Inicialmente, apresento um breve histórico da capital federal e das regiões-

²⁷ As duas crônicas são *Brasília e Brasília: Esplendor*, publicadas, respectivamente, em 1964 e 1974. Ambas fazem parte de Lispector (1999).

administrativas elencadas à minha investigação. Em seguida, apresento uma memória da pesquisa sociolinguística realizada sobre Brasília nos últimos trinta anos.

2.1 SURGE “A MAIS FANTÁSTICA CIDADE”

Brasília tem dois hinos: o oficial e aquele que a sua gente conhece de verdade. O primeiro é instituído por decreto (BRASIL, 1961) e ganhou a alcunha de *Hino a Brasília*. O segundo se chama *Brasília Capital da Esperança* e era o que se executava na Escola Classe 407 Norte, quando lá estudei. Era o que se executava nas escolas de meus amigos e é também o que a maior parte dos nascidos aqui conhecem. Também pudera: o primeiro tem uma melodia quase burocrática como a capital que deveríamos ser. Urge-nos à responsabilidade de ser o “símbolo da força de um país!” e de ser uma “epopeia a surgir do chão”. O segundo trata do nascimento da “mais fantástica cidade”, da “oitava maravilha” que temos, e tudo isso num ritmo animador quase que de cantiga.

Brasília é assim, feita de dualidades: da história oficial, muitas vezes pré-fabricada e planejada, e daquilo que a sua gente fez dela, de fato. Esta pesquisa é sobre o que contam as pessoas que aqui viveram; sobre suas narrativas e impressões. Nas subseções que se seguem tratarei dessa ambiguidade assumindo a minha própria: a de pesquisador e a de brasiliense. É só a partir do Capítulo 4 deste estudo, entretanto, que outras vozes se juntam à minha nesse diálogo.

2.1.1 Brasília em branco, verde e amarelo

A história oficial é mais ou menos como se segue²⁸. Desde que o Brasil se tornara sede do império português em 1822 e a família real se instalara no Rio de Janeiro havia preocupações de cunho geográfico em relação ao posicionamento daquela cidade. Isso porque a então capital se desenvolvera às margens do Atlântico e estaria sujeita a ataques e invasões de outras nações. Foi só com a Proclamação da República em 1889, entretanto, e com a promulgação de sua primeira constituição em 1891, que essa questão foi sanada. Nela, os artigos segundo e terceiro já apontavam que a cidade do Rio de Janeiro permaneceria como capital da república apenas temporariamente:

²⁸ Esta síntese é fortemente baseada em Conterrâneos (1992), Silva (1999), Pinheiro (2001) e Derntl (2016).

Art. 2º Cada uma das antigas provincias formará um Estado, e o antigo municipio neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte. [sic]

Art. 3º Fica pertencendo á União, no planalto central da Republica, uma zona de 14.400 kilometros quadrados, que será opportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal. [sic] (BRASIL,1891)

Em 1892, com o intuito de se demarcar as terras da futura capital federal e realizar a topografia da região, mediante o estudo apurado do solo, das águas e das condições climáticas no planalto central, acontece então uma expedição liderada pelo astrônomo e oficial do exército Luiz Cruls. O relatório da *Missão Cruls*, como ficou conhecida, demarcou a área de 14.400 km² prevista na constituição de 1891, embora apenas um terço dessa extensão seria utilizado, décadas mais tarde, à delimitação do Distrito Federal.

No período que se segue, o Brasil vivenciou bastante instabilidade política: a primeira metade do século XX viu a ascensão e deposição de diversos regimes e presidentes. Apesar disso, a transferência da capital da república à porção central do país permaneceu prevista nas Constituições de 1934 e 1946. Antes de Juscelino Kubitschek (JK), outros presidentes como Floriano Peixoto, Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas e Café Filho, já haviam realizado empreendimentos para cumprir o disposto naqueles documentos. Assim, outras missões foram enviadas à região para realizar a mudança, embora sem de fato concretizá-la. As razões para a transferência também se acentuavam, especialmente com o ideal de ocupação da porção interiorana do país, evidente em políticas como a *Marcha Para o Oeste*, de Getúlio Vargas, no período conhecido por Estado Novo.

O que se pode constatar, então, é que, antes de se concretizar, a transferência da capital já se tornara iminente há algumas décadas e estava presente nos discursos públicos de diversos governantes. Afora as razões políticas e econômicas, era ainda necessário convencer a população das vantagens desse dispendioso esforço; era também preciso um mito profético que alicerçasse essa empreitada. Para isso, recorreu-se a um sonho de 1883 descrito por Dom Bosco, um padre italiano que hoje figura ao lado de Nossa Senhora Aparecida como copadroeiro da capital. O sonho – como descrito pelo sacerdote que mais tarde se tornaria santo – não abordava precisamente coisa alguma relacionada à transferência de uma sede administrativa. Passava-se na área central da América do Sul e tratava em sentido geral das riquezas daquelas terras que visitara apenas em expedição onírica. No entanto, muitos apoiadores da transferência se valiam de uma descrição geográfica precisa ali delineada, algo “entre os graus 15 e 20”, em que se

revelaria uma “terra prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”²⁹ para legitimar a transferência, já que, nesse viés, o empreendimento não seria mera coisa política, senão atendimento celestial. Funcionou: Dom Bosco, hoje São João Bosco, dá nome a um parque, a uma editora, a uma escola, a um setor de casas e a uma pizzaria bastante tradicional em Brasília.

Embora a ideia se maturasse institucionalmente e no imaginário do povo brasileiro, não foi antes de 1956, no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, que a transferência da capital federal se tornaria algo materializável. Silva (1997, p. 353) narra que, em campanha presidencial num comício em Jataí (GO), JK teria sido indagado por um certo Antônio Cavaleiro Soares (*Toniquinho*) acerca da construção da nova capital federal, prevista na constituição de 1946. O então candidato teria respondido que, se eleito, a construção de Brasília se iniciaria ainda em seu governo, embora não houvesse feito campanha nesse sentido antes daquela ocasião. Até ali, Brasília não era uma das 30 metas previstas em seu plano de governo *50 anos de progresso em 5*. O candidato, contudo, foi além em sua resposta supostamente *im promptu*: eleito presidente, inauguraria a cidade ainda em seu governo.

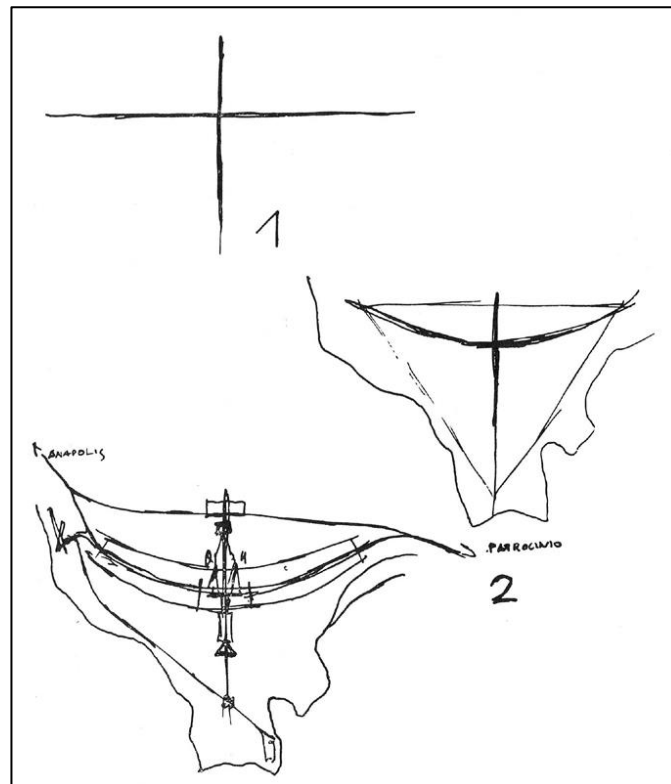
Um ano depois e já como presidente da república, JK sanciona, em 19 de setembro de 1956, uma lei³⁰ que dispõe sobre a transferência da capital, oficializa o nome *Brasília* e cria a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), encarregada de realizar toda a operação envolvida em sua construção. Após alguns dias, em 30 de setembro daquele ano, a Novacap lança o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. O edital previa cerca de cinco meses para a execução do processo, desde a data inicial das inscrições até a apreciação final dos projetos pelo júri. Enquanto isso, ainda em 1956, a Companhia iniciaria a construção da residência oficial do Presidente da República, do Hotel Brasília Palace e do aeroporto. Assim, já chegavam, antes mesmo da escolha do projeto vencedor, as primeiras dezenas de imigrantes.

No concurso, 26 projetos foram apresentados. O júri elegeu um dos mais simples e entregues de última hora. O projeto vencedor foi o do urbanista Lúcio Costa e previa o cruzamento de dois eixos principais, a partir dos quais a cidade se desenvolveria:

²⁹ Essa e outras passagens do sonho de Dom Bosco são encontradas nos sítios do Senado Federal, do Memorial JK e do Santuário Dom Bosco. Disponíveis, respectivamente, em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not08.asp>>, <<http://www.memorialjk.com.br/bsb/pgs/sonhodb.htm>>, <<http://santuariodombosco.org.br/padroeiro/>>. Acessos em 02 jan 2018.

³⁰ Cf. Brasil (1956).

FIGURA 2 – O PLANO PILOTO DE LÚCIO COSTA



FONTE: COSTA (1991[1957], p. 19)

Um dos eixos seria o Monumental, onde se dispormiam numa grande reta uma esplanada administrativa, “o ‘mall’ dos ingleses” (ibid., p. 22), e os principais setores da cidade: o comercial e bancário, o de diversões, o esportivo etc. até chegar à sede administrativa do Distrito Federal, à Praça da Municipalidade (hoje Praça do Buriti), tudo disposto numa sequência em que “cada setor vale por si como organismo praticamente autônomo”, embora estivessem fortemente interligados, já que “essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo” (ibid., p. 26).

No eixo arqueado residiria, numa sequência de quadras relativamente independentes, mas também interconectadas, a gente que ali moraria. O Eixo Monumental dividiria o arco em *alas* (e não *asas*, no projeto original) sul e norte. O conceito adotado seria o de cidade-parque: as quadras seriam arborizadas e pedestres não competiriam com automóveis, graças aos edifícios residenciais suspensos em pilotis. O gabarito dos edifícios seria limitado a seis andares, também para não competir com o horizonte. O terreno e a visão clara da cidade, portanto, seriam de acesso a todos: a ideia subjacente de seu projeto era a mais democrática e integradora o possível. Além disso, o cruzamento desses dois grandes eixos seria o único. Os

carros se moveriam em retas e a mudança de pista se daria por “trevos completos” (ibid., p. 22) hoje chamados pela população de *tesourinhas*.

Feitas as devidas ressalvas, a Novacap – presidida por Israel Pinheiro, posteriormente o primeiro prefeito do Distrito Federal – realizou diversas revisões no projeto e então a construção começou. Diferentemente do que previa Lúcio Costa, para citar algumas alterações, as regiões próximas ao lago seriam ocupadas por residências; as ruas comerciais não serviriam apenas de vias de serviço, fundos de acesso aos comércios – originalmente voltados às quadras residenciais –, seriam senão a própria rua principal; o jardim botânico e o zoológico seriam levados a outras áreas.

Para erguer Brasília em três anos e meio, o governo incentivou a vinda de trabalhadores de todo o país. De acordo com estudo publicado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2013), o maior contingente de imigrantes antes da inauguração da capital em 1960 veio do próprio Centro-Oeste, seguido das regiões Sudeste e Nordeste. Os dados foram obtidos a partir do Censo Experimental de Brasília, realizado em 1959, e revelam que os estados que mais enviaram trabalhadores naqueles anos foram, respectivamente, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Já alguns meses após a inauguração, em outubro de 1960, o IBGE realiza o primeiro censo oficial na capital. O que se revela é que já ali o Nordeste assumiria a primeira posição no *ranking* de imigrações ao DF, com 43,2%, seguido do Sudeste (32%) e do Centro-Oeste (19,3%). É interessante observar que, embora a proporção tenha se alterado, esse mesmo padrão distribucional se manteve ao longo das últimas quase seis décadas. Além disso, os estados com contingentes migratórios mais expressivos foram sempre Minas Gerais e Goiás, com Bahia, Ceará ou Piauí ocupando a terceira posição nos diferentes censos realizados.

A migração expressiva nordestina entre as décadas de 1950 e 1960 teve a ver com um período de seca devastador em diversos pontos da região e da consequente busca de melhores condições de vida em outras terras. A título de exemplo, ainda em 1960 minha avó materna chegaria a Brasília num pau-de-arara com seus pais e outros 9 irmãos, depois de uma longa viagem desde o município de Tianguá, no Ceará. Em 1958, seu pai já havia imigrado primeiro para abrir caminhos a família que chegaria dois anos mais tarde fugindo de uma das secas mais devastadoras da Região Nordeste. Meu avô também foi um dos nordestinos que imigrara ainda antes da inauguração, tendo vindo de Sergipe em busca de oportunidades de emprego. Dos diversos postos que ocupou naqueles anos antecedentes, o de maior relevância deve ter sido ingressar sem maiores dificuldades na Guarda Especial de Brasília (GEB), um serviço de vigilância da Novacap quando ainda não se contava ali com qualquer aparelhamento policial.

Em 21 de abril de 1960 foi a GEB que fez a guarda do então presidente Juscelino Kubitscheck. Naquela data, quando a bandeira da República era hasteada na recém capital inaugurada, muito provavelmente hasteavam ali também a primeira bandeira do Distrito Federal, com as mesmas cores – embora em tons diferentes – da nacional. Somente nove anos depois, o DF ganharia uma nova bandeira. Por algum motivo, removeram-lhe o azul. O Distrito Federal oficial se tornaria, desde então, aquele em branco, verde e amarelo. Brasilienses mais efusivos diriam que o azul ficou reservado ao céu incomparável.

2.1.2 O *Planeta* central e suas satélites; candangos e brasilienses

Como visto, a Brasília do concurso previa apenas o planejamento de um Plano Piloto central, isto é, da região que abrigaria a administração da nova capital da República dentro do DF. À época, a nova unidade federativa herdaria de Goiás apenas os municípios de Planaltina (fundada em 1859) e Braslândia (fundada em 1933, e com s até então), que juntas deveriam contar com não mais de seis mil habitantes (CODEPLAN, 2013, p. 11). Perdendo o seu status de município, as duas cidades passariam a ser referidas como **idades satélites** de Brasília, designação utilizada mesmo em documentos oficiais, tais como a Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, que dispunha sobre a organização administrativa do novo Distrito Federal.

O previsto pelo edital é que o Plano Piloto fosse planejado para abrigar quinhentas mil pessoas. Já cientes de limitações espaciais e demográficas que poderiam advir num futuro não muito distante, outros candidatos trataram em seus projetos da articulação de Brasília com as cidades satélites pré-existentes. Alguns avançaram ainda mais ao sugerir locais específicos para a construção de novas delas. Como é de conhecimento geral, não foi esse o caso do projeto vencedor, apresentado por Lúcio Costa e descrito por ele próprio como “sumário” (COSTA, 1991[1957], p. 18). É só na apreciação final do júri do concurso que se encontra breve menção à matéria:

3. O plano estará concluído em dez anos, embora a cidade continue a crescer.

4. O tamanho da cidade é limitado: seu crescimento após 20 anos se fará (a) pelas penínsulas e (b) por cidades satélites. (RELATÓRIO, 1991, p. 33)

Em diversos pronunciamentos públicos, Lúcio Costa nunca parece ter se oposto à criação de tais cidades. Tal qual o júri de seu projeto, contudo, o urbanista entendia que elas deveriam ser criadas paulatinamente e com o mesmo rigor de planejamento do Plano Piloto. Com a chegada massiva de imigrantes a Brasília, porém, a história que se seguiu foi outra. As

décadas subsequentes testemunhariam pouco planejamento e bastante conflito de interesses entre a esfera governamental e as populações que se radicavam no DF.

De acordo com a Codeplan (2013, p. 12), estima-se que no ápice dos movimentos migratórios precedente à inauguração da capital, a cidade recebia cerca de 700 pessoas por mês, em sua maioria homens trabalhadores da construção civil. A maior parte desses novos imigrantes habitava um núcleo construído para abrigá-los temporariamente conhecido como Cidade Livre. Isso porque a União teria dado incentivos para que comerciantes ali se estabelecessem por tempo determinado, com o intuito de fornecer condições básicas para que trabalhadores pudessem se manter até a inauguração da nova capital. Os comerciantes ali alojados estariam isentos de tributos, daí o “livre” no nome do assentamento.

Embora o projeto de Costa advogasse em favor de uma *urbs* democrática, que favorecesse a integração de diversas camadas sociais, trabalhadores recém-chegados àquelas terras em busca de melhores condições de vida não recebiam incentivos para nelas permanecerem após a construção da cidade. Seguindo-se a inauguração de Brasília, previa-se o desmonte da Cidade Livre e seus barracos de madeira, sem projeção de incorporar ao Plano Piloto o contingente de trabalhadores da construção civil. Ocorre, portanto, uma das primeiras lutas de resistência popular no novo Distrito Federal, uma vez que boa parte dos imigrantes já havia trazido esposas e filhos e a comunidade se recusaria a deixar o local pacificamente. Após longo embate³¹, o então presidente da República João Goulart sanciona em 1961 lei federal³² que reconhece como cidade satélite de Brasília o assentamento da Cidade Livre, sob a alcunha de Núcleo Bandeirante.

Dessa forma, de acordo com Derntl (2016, p. 370), “invertendo a lógica usual, a construção de Brasília iniciou-se pelo que viria a ser sua periferia e não pelo seu centro.” Como na Cidade Livre, outros núcleos – ocupando regiões distantes do Plano Piloto, como Gama e Sobradinho – serviram também de assentamento a imigrantes. Tal qual acontecera com o Núcleo Bandeirante, parte das ocupações populares não-planejadas se manteve para dar origem a outras cidades satélites, embora não sem grandes embates políticos. Nesse sentido, Derntl esclarece que enquanto na maior parte dos centros urbanos brasileiros pode-se perceber uma oposição clara entre um centro mais abastado e uma periferia socioeconomicamente desfavorecida, em Brasília esse contraste parece ter se tornado ainda mais evidente já desde o

³¹ O documentário de Vladimir Carvalho, *Conterrâneos Velhos de Guerra* (1991), narra em detalhes esse e outros embates enfrentados nos anos da construção de Brasília.

³² Cf. Brasil (1961).

início. De fato, cinquenta anos após a sua inauguração, a capital federal se tornaria uma das cidades mais desiguais do país e do mundo.³³

Com o reconhecimento institucional de novos conglomerados populacionais, em 1964 promulga-se nova lei³⁴ que divide o Distrito Federal em oito **regiões administrativas**: Taguatinga, Planaltina, Sobradinho, Braslândia, Gama, Jardim, Paranoá e Brasília. A nova ordenação pressupunha a criação de administrações regionais com administradores nomeados pelo então prefeito do Distrito Federal, quando ainda existia tal posto. Assim, novas regiões administrativas (RAs) foram criadas nas décadas seguintes, sendo numeradas somente em 1989 mediante decreto governamental³⁵. À época, o Distrito Federal se dividia em 12 RAs; atualmente são 31, conforme mapa disposto na Figura 4, da seção 2.1.3.

Enquanto novas RAs eram criadas e o contingente demográfico no Distrito Federal aumentava (o censo do IBGE de 1980 já registrava 1.176.908 pessoas³⁶), a configuração geográfica do Plano Piloto se manteve relativamente estável pouco mais de duas décadas após a sua inauguração. Isso porque qualquer mudança na concepção original requeria autorização prévia da União. Fundamentado em ideais modernistas e no *boom* econômico do pós-guerra, o projeto de Lúcio Costa era ainda enriquecido com edificações de Oscar Niemeyer, jardins de Burle Marx e azulejos de Athos Bulcão. O conjunto se mostrara tão singular que, em 1987, Brasília³⁷ receberia da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, tornando-se a cidade mais jovem da história agraciada com tal reconhecimento. A partir dali, preservar a concepção urbanística original da área tombada seria um compromisso firmado pelo Governo do Distrito Federal com uma das maiores agências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Por essa razão, instituiu-se a preservação do conjunto urbanístico-arquitetônico de Brasília por meio da manutenção constante de quatro escalas: a monumental (todo o Eixo Monumental), a residencial (as quadras das Asas Sul e Norte), a gregária (todo o entorno da intersecção entre o Eixo Monumental e rodoviário, tal como o setor comercial, hoteleiro e de diversões) e a bucólica (toda a concepção paisagística que configura a região como cidade-parque)³⁸.

O que se depreende, portanto, é que maior atenção sempre foi dispensada por parte das instituições governamentais e organizações internacionais à região traçada por Lúcio Costa, e

³³ Cf. UN-HABITAT (2012) e IBGE (2015).

³⁴ Cf. Brasil (1964).

³⁵ Cf. Distrito Federal (1989b)

³⁶ Cf. Codeplan (2013, p. 40)

³⁷ Aqui, na verdade, me refiro, em especial, ao *Plano Piloto*, como discuto em seguida.

³⁸ Cf. Distrito Federal (1987).

não ao todo do Distrito Federal. Afora todo o planejamento urbanístico, foi no âmbito de seu eixo arqueado que se pensou a implantação de uma universidade inovadora sob a tutela de Darcy Ribeiro, e de escolas parque, na concepção de Anísio Teixeira; foi ali que se investiu na manutenção de um Parque da Cidade bem cuidado e com diversas opções de lazer; é ali também que ocorre, desde 1965, um dos maiores festivais de cinema do Brasil³⁹. Não obstante, no âmbito da educação e do entretenimento, por exemplo, a descentralização de políticas públicas a outras regiões administrativas começou a ganhar forma apenas na última década.

Quase tão difícil quanto compreender o abismo sociocultural e econômico entre o centro e a periferia da Capital da República é se enveredar pela terminologia utilizada para designar suas delimitações geográficas. Quando se fala de Brasília, afinal, a que se refere? A uma região administrativa, a uma cidade, a uma capital ou a um sinônimo para *Distrito Federal*? Até aqui, tenho tratado os termos *Brasília* e *Distrito Federal* como distintos, porque na maior parte de sua breve história existiu, de fato, essa diferença. Cabe agora, entretanto, uma análise mais apurada da toponímia presente na legislação e daquela utilizada pela população.

Na concepção original, a capital da República é a cidade de Brasília, que se encontra dentro dos limites do DF, unidade de federação pertencente à União. Como visto, outras cidades fora do perímetro do Plano Piloto recebiam a designação de “satélites”. Isso mudou em 1964, quando o Distrito Federal passou a ser dividido em regiões administrativas, e não mais em cidades satélites; Brasília era uma delas. Curiosamente, contudo, a noção espacial proposta na legislação inaugural não foi a que se firmou no dia-a-dia da sua gente. A oposição entre o centro e a periferia desde a inauguração figurou popularmente como *Plano* vs. *satélites*. Assim, sair da Asa Norte para visitar o Catetinho – o primeiro palácio presidencial –, nos arredores do Gama, não significa sair de Brasília, senão do *Plano*. Morar em Planaltina e estudar na Asa Sul, tampouco significa deslocamentos a Brasília, senão ao *Plano*.

Embora a área da região administrativa de Brasília tenha se reconfigurado ao longo das décadas para dar origem a outras RAs como o Lago Sul e o Lago Norte, o trato interno sempre foi por *Plano*. Talvez por esse motivo, em 1989, quando se promulgou lei distrital⁴⁰ para criar novas RAs e numerá-las, a RA-I passou a receber a designação de *Plano Piloto*. No entanto, ciente da obscuridade terminológica que poderia ser acarretada a partir dessa decisão, o disposto foi revogado em menos de um ano pelo então governador do DF, Wanderley da Silva, e a RA seria novamente tratada por *Brasília*. O movimento pendular, no entanto, continuou e, em 1997, a Câmara Legislativa Distrital – muito provavelmente respaldada por

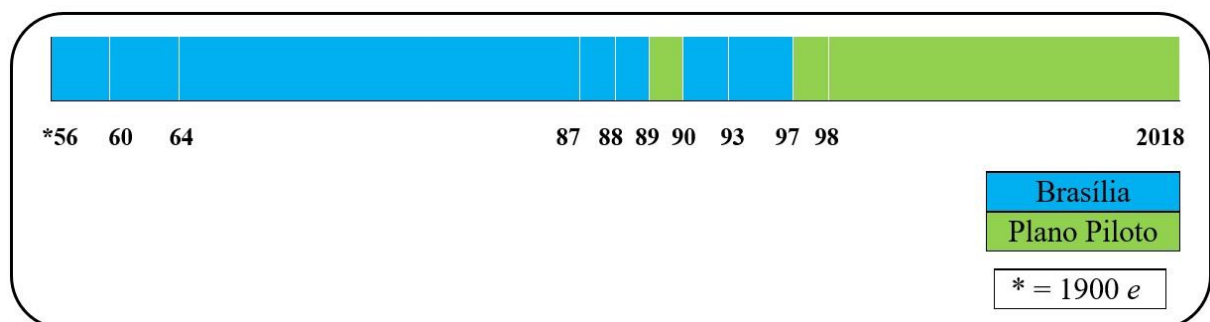
³⁹ Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

⁴⁰ Cf. Distrito Federal (1989a; 1989b)

apelo popular – alterou novamente a denominação da RA-I para *Plano Piloto*⁴¹. Apesar de parecer mais representativa das oposições reais existentes dentro do DF, a designação corrente se deu às custas de uma delimitação clara, já que documentos da maior relevância, como a Constituição Federal de 1988, tratam especificamente de uma região denominada *Brasília*, dentro do Distrito Federal, que é a capital da República Federativa do Brasil. Assim, apesar de a lei distrital em vigor não delimitar uma região específica para Brasília, o entendimento por leis hierarquicamente superiores é, possivelmente, o de que Brasília representa o traçado original; o de que Brasília é o Plano Piloto.

A Figura 3 apresenta a alternância em diversos instrumentos legislativos entre as designações *Brasília* e *Plano Piloto*, desde a lei que trata da mudança da capital federal até os dias de hoje. Na linha do tempo, cada ano representa uma publicação legislativa relevante quanto às designações utilizadas. No Quadro 1, esclareço como os termos figuram em cada uma dessas publicações.

FIGURA 3 – BRASÍLIA OU PLANO PILOTO?



FONTE: O autor

QUADRO 1 – OS TERMOS “BRASÍLIA” E “PLANO PILOTO” NA LEGISLAÇÃO

1956 Lei federal nº 2.874, de 19 de setembro;	<u>Brasília</u> é a nova Capital Federal, dentro dos limites do Distrito Federal.
1960 Lei federal nº 3.751, de 13 de abril;	<u>Brasília</u> , Capital Federal, é referida como <i>cidade</i> , juntamente às suas cidades satélites, dentro dos limites do Distrito Federal.
1964 Lei federal nº 4.545, de 10 de dezembro;	<u>Brasília</u> , Capital Federal, passa a receber o status de região administrativa (RA) do Distrito Federal, junto a outras sete.
1987 Decreto distrital nº 10.829, de 14 outubro;	A região administrativa <u>Brasília</u> , também Capital Federal, se torna Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. O decreto em questão visa à preservação da concepção urbanístico-arquitetônica.
1988 Constituição Federal, 05 de outubro;	O DF é unidade federativa autônoma, com divisão em municípios vedada. Deve ser regido por lei orgânica e possui competências legislativas, tanto de municípios quanto de estados. <u>Brasília</u> é a Capital Federal.

⁴¹ Cf. Distrito Federal (1997)

1989 Lei distrital nº 49 e Decreto nº 11.921, de 25 de outubro;	O DF passa a ser dividido em doze regiões administrativas numeradas. A RA-I é denominada <u>Plano Piloto</u> , e não há qualquer menção a Brasília.
1990 Lei distrital nº110, de 20 de junho;	Revoga-se o disposto na lei Nº 49, de 25 de outubro de 1989. A RA-I passa a receber a designação <u>Brasília</u> .
1993 Lei orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho;	<u>Brasília</u> , Capital da República, é também a sede do Distrito Federal, unidade federativa dividida em RAs.
1997 Lei distrital nº 1.648, de 16 de setembro;	A RA-I passa a ser denominada <u>Plano Piloto</u> .
1998 Decreto governamental nº 19.040, de 18 de fevereiro;	Por assumirem características de cidades, bastante independentes do <u>Plano Piloto</u> , é vedada a utilização da expressão “satélite” em documentos oficiais em referência às outras regiões administrativas do DF.

FONTE: O autor

Do Quadro 1, depreende-se que contradições de diversas naturezas são desveladas nesse que parece ser um grande desencontro terminológico no âmbito institucional. Para ilustrar mais uma delas, tome-se o próprio Governo do Distrito Federal (GDF), que utiliza em seu logotipo atual os dizeres *Governo de Brasília*⁴². O entendimento corrente do poder executivo, desse modo, parece ser o de que *Brasília* é uma sinédoque – figura de linguagem que se refere a um entendimento lexical simultâneo – de *Distrito Federal*. Assim, da forma como apresenta, *Brasília é o Distrito Federal*. Na prática, contudo, os contrassensos do poder executivo são acentuados. Quando se referindo à porção central da capital, por exemplo, a sinalização de trânsito se alterna entre *Brasília* e *Plano Piloto*, opondo – ora sim, ora não – *Brasília* às outras RAs do DF.

Apesar disso, tratar *Brasília* por *Distrito Federal*, me parece estar em consonância com a terminologia verdadeiramente utilizada pela população da capital. Isso porque os nascidos nas diversas regiões administrativas do DF tendem a se apresentar a interlocutores de outros estados como alguém “de Brasília”, e não como “do DF”, ou ainda, por exemplo, como “de Taguatinga”. Quanto a essa questão, inclusive, uma outra disputa terminológica diz respeito ao gentílico adotado na capital federal: *candango* ou *brasiliense*? É possível ir além e pensar, por exemplo, designações como *gamense*, *taguatinguense* ou *sobradinhense*? O que se mostra claro é que a adoção de uma ou outra forma tem a ver com razões históricas e identitárias.

No início dos anos 1960, podia-se pensar os também chamados “bandeirantes do século XX” em pelo menos duas categorias: os **pioneiros** e os **candangos**. Enquanto a primeira era legada em especial aos funcionários, técnicos e indivíduos mais ligados ao setor terciário da economia, o termo *candango* era elencado para referir-se aos operários da construção civil,

⁴² A expressão foi massivamente utilizada na gestão do então governador Rodrigo Rollemberg, de 2015-2018.

uma forma ressignificada, menos depreciativa e alternativa a *peões de obra* ou *trabalhadores braçais* (Cf. HOLSTON, 1993; LUIZ, 2007). Não se sabe ao certo como o termo recebeu nova conotação, já que etimologicamente a palavra parece ter se originado do quimbundo, língua africana, e se refere à forma com que escravos negros se referiam negativamente a portugueses. O caso é que houve, quando da inauguração, utilização massiva da do termo – inclusive por governantes como JK – para homenagear os primeiros operários radicados na capital. Assim, *candango* passou a receber o sentido heroico de outras alcunhas, como *bandeirante* e *desbravador*. Nesse sentido, a obra de 1959 do escultor Bruno Giorgi, “Os Dois Guerreiros” é hoje conhecida como “Os Dois Candangos”. Também é ilustrativo o fato de que filmes vencedores do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro recebam o *troféu candango*. Além disso, e mais próxima à realidade desta pesquisa, posso citar também a publicação de *O Falar Candango* (BORTONI-RICARDO et al., 2010), obra em homenagem ao cinquentenário da capital que compila alguns dos artigos mais relevantes produzidos acerca da pesquisa em sociolinguística realizada no DF. Segundo Bortoni-Ricardo et al. (id., p. 13), a presença do termo já no título da obra se ancora no argumento de que:

[...] a palavra *candango* é um índice identitário do Distrito Federal, por isso empregado na denominação de instituições e locais públicos em Brasília e nas demais cidades desta região metropolitana, que hoje já é a terceira mais populosa do Brasil. *Candango* está para os moradores da região, como *carioca* está para a cidade do Rio de Janeiro; *manezinho* para Florianópolis e *barriga-verde* para Santa Catarina, entre muitos outros gentílicos que o povo consagrou.

Tal proposição vai de encontro ao que, como cidadão nascido e crescido no DF, pude constatar ao longo de uma vida. Contrária também o que é revelado na fala dos colaboradores desta pesquisa, como apresento a partir do Capítulo 4. Ainda que o termo *candango* venha a ganhar a força de termos como *carioca* ou *manezinho*, a auto-identificação corrente das gerações mais recentes parece estar bem alicerçada no termo **brasiliense**. As pessoas mais jovens do Distrito Federal cresceram e crescem sendo ensinadas que *candangos* foram os primeiros imigrantes que contribuíram com a construção da nova capital, e não os nascidos nela. Ainda nos livros didáticos das séries iniciais do Ensino Fundamental, nossas crianças encontram as frequentes explicações:

O termo "candango" foi utilizado no período da construção de Brasília para se referir aos trabalhadores da construção civil que vinham geralmente do Nordeste brasileiro e que não tinham muita qualificação profissional. Os candangos foram de fato os pioneiros de Brasília e seus verdadeiros exploradores. Hoje em dia, o termo é informalmente utilizado para indicar a naturalidade das pessoas que nascem no Distrito Federal, como homenagem aos construtores de Brasília. Oficialmente,

entretanto, utiliza-se o adjetivo pátrio "brasiliense" para aqueles que nascem no Distrito Federal. (ARRAIS e OLIVEIRA, 2011, p.36)

Tendo nascido no Distrito Federal, só posso concordar com o excerto do referido livro didático parcialmente. O termo, de fato, é ainda utilizado informalmente, especialmente para dar nomes a alguns programas correntes do Governo, como o *Criança Candanga*. Não é geralmente utilizado, no entanto, para se referir ao gentílico das gerações que nasceram e cresceram no DF. Na verdade, talvez seja esse um dos raros encontros entre o que se dispõe na esfera oficial e o que acontece na vida social: os originários do DF preferem ser chamados de *brasilienses*, muitas vezes se apresentando como descendentes de *candangos*. Isso fica muito nítido na presença corrente da palavra no cotidiano do Distrito Federal. Utilizam o termo associações atléticas, como o *Brasiliense Futebol Clube*, culturais, como a *Academia Brasiliense de Letras*, o jornal *Correio Braziliense*, e lojas como as *Óticas Brasilienses*. Além disso, uma rápida procura em ferramentas de busca *online* pelo termo “brasilienses” sugere o acesso a notícias como: “Após a chuva, seca deve voltar a castigar os brasilienses no fim de semana”; “Brasilienses e moradores do Entorno do DF participam da Corrida pela Água”; “Brasilienses lotam casas lotéricas para apostar na Mega da Virada”. Em contrapartida, quando a operação é repetida com o termo “candangos”, as sugestões se referem, em sua maioria, a publicações acerca da vinda dos primeiros imigrantes de Brasília e longe de retratar o cotidiano atual da cidade. Isso fica nítido em publicações como: “Nordestinos não eram maioria entre os candangos, mas sim goianos e mineiros”; “Brasília segundo os candangos: nova série do *History Channel* mostra a saga da construção da capital sob a ótica de quem fez a cidade”⁴³. O que se depreende, por conseguinte, é que, embora a palavra *candango* faça parte do repertório usual dos nascidos no DF, parece ser ao termo *brasiliense* que se recorre para designar os naturais da capital federal. Como apresento ainda na Introdução (nos Eixos Desenhados), essa é, inclusive, uma de minhas asserções ao longo desta pesquisa.

Para além da dicotomia *candango/brasiliense*, contudo, há que se falar também da opção por outros gentílicos terminados no sufixo *-ense*, adotados no DF. Vellasco (2010), oferece uma visita ao léxico utilizado por jovens na década de 1990. Em seu estudo, a autora atribui aos nascidos no Distrito Federal o gentílico *candango*, legando o termo *brasiliense* aos nascidos e criados na RA-I, em contraste, por exemplo, aos *gamenses*, provenientes da RA-II, os *taguatinguenses*, da RA-III, e assim sucessivamente. Como já discutido, essa solução não

⁴³ Todas as manchetes aqui citadas pertencem a jornais de grande circulação: *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília*, *Estado de São Paulo* ou *Agência Brasil*. Elas estão disponíveis, respectivamente, em Rios (2018), Pimentel (2018), Arantes (2017), *Correio* (2002) e Monnerat e Beraldo (2018).

parece fazer jus à real escolha de gentílico feita pelos nascidos no Distrito Federal, pelo menos àquela feita pelos falantes de gerações mais jovens. Os gentílicos sufixados em *-ense* propostos pela autora só parecem fazer sentido dentro das realidades locais das RAs, em contextos limitados de autoafirmação de sua própria região em oposição ou solidariedade a outras. Ao falar de sua origem para interlocutores de fora da região metropolitana do DF, os ditos *gamenses*, *brazlandenses*, *sobradinenses* costumam se unir ao se afirmarem *brasilienses*, e não *candangos*. Ainda assim, quando adotados, os sufixos terminados em *-ense* parecem ser utilizados pelos moradores das primeiras cidades satélites: enquanto é possível se ouvir a formação *cruzeirense*, por exemplo, o mesmo não é válido para regiões criadas a menos tempo, como São Sebastião, Santa Maria, Sudoeste ou Varjão.

Ainda no que concerne o uso da expressão “cidade satélite”, o Quadro 1, apresentado anteriormente, revela que embora sua utilização se mantenha produtiva nos diversos falares *brasilienses*, a partir de 1998 o seu uso se tornou vedado em documentos oficiais. Entre os motivos elencados à proibição da expressão, o decreto governamental apresenta que “as aglomerações urbanas do Distrito Federal já assumem características de cidades, cada vez mais independentes social, econômica e culturalmente do Plano Piloto” (DISTRITO FEDERAL, 1998). Com efeito, tal argumento é legítimo para boa parte das RAs do DF, tais como Ceilândia, Taguatinga e Gama. Outras, no entanto, guardam características de cidades dormitórios⁴⁴, sendo ainda bastante dependentes do polo administrativo central do DF, o Plano Piloto. Esse é o caso de RAs como o Jardim Botânico, Sobradinho, Candangolândia e Lago Norte. Por essa razão, me parece mais justo entender as regiões administrativas do Distrito Federal, em sentido geral, como imbuídas numa dinâmica de funcionamento mais próxima à noção urbana dos bairros brasileiros, e não a de cidades independentes. Embora algumas RAs sejam densamente populosas e grandes em sua área total, outras como o Cruzeiro (RA-XI) e a Candangolândia (RA-XIX) chegam a ser até três vezes menores em extensão e duzentas vezes menos populosas que bairros tradicionais da cidade de São Paulo, tais como Pinheiros e São Mateus. O que se percebe, então, é que a questão terminológica na capital federal parece seguir uma tendência brasileira, em que os gentílicos são atribuídos com força às cidades e aos estados, mas não aos bairros.

Desse modo, por exemplo, *jundiaenses* costumam se opor a *paulistanos* em sua dinâmica e estilo de vida, mas enquanto *paulistas* juntos se opõem ainda mais aos *fluminenses*⁴⁵.

⁴⁴ Locais em que a maior parte da população estudantil e trabalhadora tem de se deslocar a outras RAs.

⁴⁵ *Jundiaenses* são os naturais da cidade de Jundiaí e *paulistanos* os da cidade de São Paulo, SP; *paulistas* e *fluminenses* são designações para se referirem, respectivamente, aos nascidos no estado de SP e RJ.

Embora na cidade de São Paulo, por exemplo, haja oposições profundas entre bairros como Higienópolis e Vila Madalena, e em Belo Horizonte entre a região de prestígio denominada Savassi e o bairro Barreiro, a estrutura utilizada por seus residentes ao se referirem à sua procedência não costuma resultar num novo gentílico, mas sim em construções como: “sou paulistano, de Higienópolis”; “posso afirmar isto como belorizontina, moradora da Savassi”. Analogamente, as construções na capital federal provavelmente serão “sou de São Sebastião”, “sou do Paranoá” e, num sentido geral, “sou de Brasília” ou “sou brasiliense”.

Afora isso, assumidamente *brasiliense*, engrosso o coro confuso de meus conterrâneos em outros desafios simples do cotidiano, como preencher ou explicar endereços do Distrito Federal. Isso porque a realidade desdobrada a partir do projeto de Lúcio Costa não se encaixa no modelo dos *Correios* de bairro-cidade-estado. Além disso, apenas algumas RAs nomeiam as suas ruas e avenidas e, quando o fazem, costumam mesclar o sistema tradicional ao numérico. Para fazer uma compra *online*, por exemplo, a solução adotada na maioria das vezes é proceder da seguinte forma: o Distrito Federal, uma unidade federativa, ocupa o espaço de estado; Brasília, o de cidade; Águas Claras, Guará e Recanto das Emas, originalmente regiões administrativas, o de bairro. Esses e outros ajustes são feitos para ressignificar conceitos pensado à União, mas não aplicáveis à realidade do Distrito Federal. Tais sutilezas desvelam o que as pessoas fazem das cidades na relação direta com elas, e não na observação burocrática presente na esfera legislativa. Dessa forma, embora documentos oficiais apresentem muitas contradições toponímicas, as diversas comunidades assentadas em Brasília desde a sua inauguração construíram, social e contextualmente, os seus próprios significados ao estabelecerem vínculos com a região. Tais significados serão analisados dentro do construto da Sociolinguística Etnográfico-interacional (GUMPERZ e HYMES, 1972)⁴⁶ ao longo deste estudo. É importante ressaltar, ainda, que toda a argumentação disposta até aqui tem também a ver com a minha experiência autoetnográfica enquanto membro legítimo de algumas comunidades sociais do DF. É meu intuito, conforme o apresentado em meu desenho de pesquisa, alinhar ou refutar tais argumentações às crenças dos colaboradores da investigação.

2.1.3 As RAs elencadas

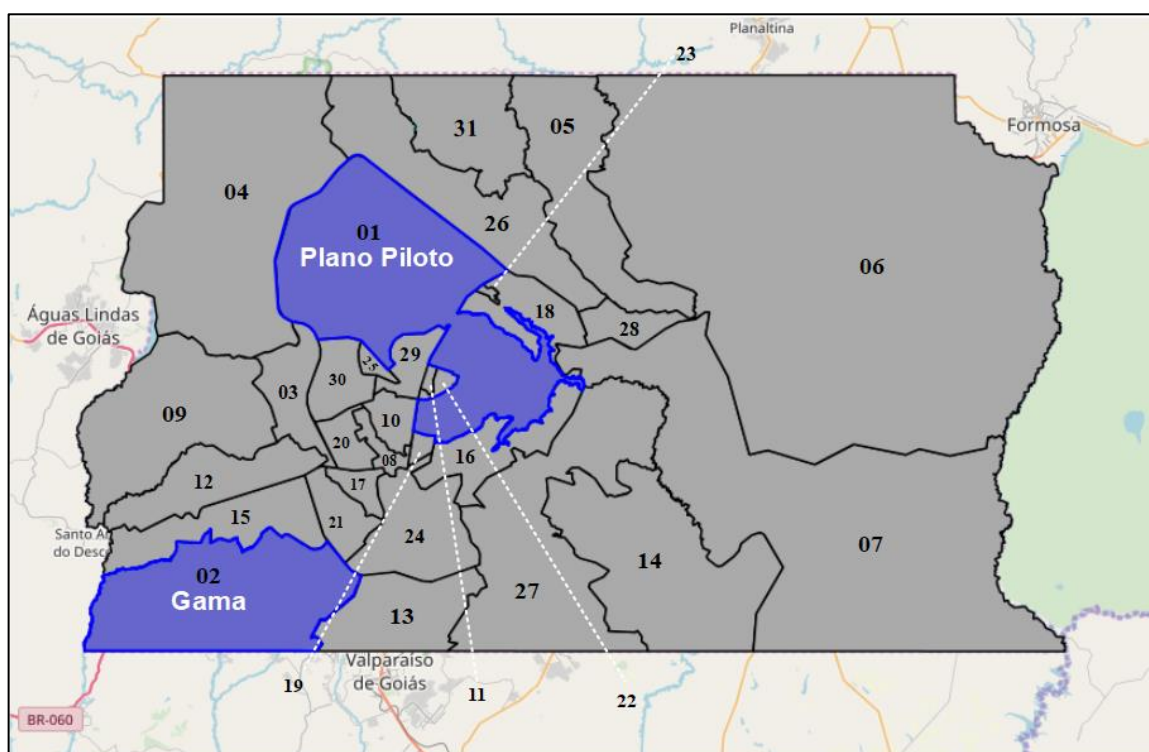
Como visto até aqui, desde antes da sua primeira divisão oficial, em 1964, o Distrito Federal testemunhou a formação de diversos conglomerados populacionais que reivindicaram

⁴⁶ Cf. Capítulos 1 e 3.

reconhecimento por parte da Administração Pública. Dessa forma, as oito primeiras RAs oficializadas sofreram sucessivos desmembramentos para elevar antigos setores habitacionais ao status de RA. Assim, o DF atualmente se divide em 31 regiões administrativas⁴⁷.

Nesta pesquisa, o enfoque recai sobre duas das atuais RAs: o Plano Piloto (RA-I) e o Gama (RA-II). A Figura 4 – que deve ser interpretada junto ao Quadro 2 – apresenta as delimitações das RAs atuais e destaca em azul a localização das duas elencadas neste estudo. Antes, contudo, é importante ressaltar que embora as RAs tenham sido criadas mediante as leis dispostas no Quadro 2, seus limites não são revisados oficialmente desde 1989, quando o DF ainda contava com apenas 19 delas. Em 2013, por meio de decreto, o GDF constituiu grupo de trabalho com membros de diversos órgãos para definir as poligonais das novas 31 RAs. Embora a delimitação ainda não tenha sido aprovada oficialmente, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan-DF) e a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (Segeth-DF) disponibilizam, em seus sítios eletrônicos, proposta de divisão baseada nas conclusões fornecidas pelo grupo de trabalho:

FIGURA 4 – REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CODEPLAN (2018)

⁴⁷ É possível, contudo, que o número aumente em breve, já que novas concentrações urbanas – em áreas hoje ocupadas por setores habitacionais, tais como o Noroeste, o Mangueiral e o Sol Nascente –, crescem aceleradamente.

QUADRO 2 – CRIAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF

Nº no mapa	regiões administrativas	Lei/Data de Criação	Desmembramentos
01	RA-I – Plano Piloto ¹	4.545 - 10/12/1964	A primeira subdivisão do território com a nomeação dos administradores escolhidos pelo Governador
02	RA-II – Gama	4.545 - 10/12/1964	
03	RA-III – Taguatinga	4.545 - 10/12/1964	
04	RA-IV – Brazlândia	4.545 - 10/12/1964	
05	RA-V – Sobradinho	4.545 - 10/12/1964	
06	RA-VI – Planaltina	4.545 - 10/12/1964	
07	RA-VII – Paranoá	4.545 - 10/12/1964	
-	RA-VIII – Jardim ²	4.545 - 10/12/1964	
08	RA-VIII - Núcleo Bandeirante	049 - 25/10/1989	RA I – Brasília
09	RA-IX – Ceilândia	049 - 25/10/1989	RA III – Taguatinga
10	RA-X – Guará	049 - 25/10/1989	RA I – Brasília
11	RA-XI – Cruzeiro	049 - 25/10/1989	RA I – Brasília
12	RA-XII – Samambaia	049 - 25/10/1989	RA III – Taguatinga
13	RA-XIII – Santa Maria	348 - 04/11/1992	RA II – Gama
14	RA-XIV – São Sebastião	467 - 25/06/1993	RA VII – Paranoá
15	RA-XV – Recanto das Emas	510 - 28/07/1993	RA II – Gama
16	RA-XVI – Lago Sul	643 - 10/01/1994	RA I – Brasília
17	RA-XVII – Riacho Fundo	620 - 15/12/1993	RA VIII – N. Bandeirante
18	RA-XVIII – Lago Norte	641 - 10/01/1994	RA I – Brasília
19	RA-XIX – Candangolândia	658 - 27/01/1994	RA I – Brasília
20	RA-XX – Águas Claras	3.153 - 06/05/2003	RA III – Taguatinga
21	RA-XXI – Riacho Fundo II	3.153 - 06/05/2003	RA XVII – R. Fundo
22	RA-XXII – Sudoeste/Octogonal	3.153 - 06/05/2003	RA I – Brasília
23	RA-XXIII – Varjão	3.153 - 06/05/2003	RA XVIII – L. Norte
24	RA-XXIV – Park Way	3.255 - 29/12/2003	RA VIII – N. Bandeirante
25	RA-XXV – SCIA (Estrutural) ³	3.315 - 27/01/2004	RA X – Guará
26	RA-XXVI – Sobradinho II	3.314 - 27/01/2004	RA V – Sobradinho
27	RA-XXVII – Jardim Botânico	3.435 - 31/08/2004	RA XIV – S. Sebastião
28	RA-XXVIII – Itapoã	3.527 - 03/01/2005	RA VII – Paranoá
29	RA-XXIX – SIA ⁴	3.618 - 14/07/2005	RA X – Guará
30	RA-XXX – Vicente Pires	4.327 - 26/05/2009	RA III – Taguatinga
31	RA-XXXI – Fercal	4.745 - 29/01/2012	RA XXVI – Sobradinho II

FONTE: Adaptado de CODEPLAN (2017)

NOTAS: ¹ A RA também já recebeu a designação de Brasília (Cf. Figura 3 e Quadro 1)

² A RA VIII passou a denominar-se Núcleo Bandeirante, e a área da RA Jardim foi distribuída entre as RAs do Paranoá e de São Sebastião.

³ SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - inclui a Vila Estrutural.

⁴ SIA - Setor de Indústria e Abastecimento

Com suas 31 regiões administrativas dispostas em 5.802km², O DF é a menor unidade federativa do Brasil. De acordo com o IBGE (2018), no entanto, é também a terceira cidade⁴⁸ mais populosa do país, com 2.974.703 habitantes, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto a maior distância entre os centros urbanos das RAs do DF supera pouco mais de 40km, a renda *per capita* entre a RA de maior poder aquisitivo, o Lago Sul (RA-XVI), é dezesseis vezes maior que aquela mais desfavorecida, a Estrutural (RA-XXV). O que se observa é que tamanha discrepância reflete na maior parte de indicadores sociais, tais como grau de

⁴⁸ O IBGE é um dos órgãos que trata como intercambiáveis os termos Brasília e Distrito Federal. Brasília figura nos *rankings* populacionais em pé de igualdade com todos os municípios da federação.

escolaridade, raça declarada, empregabilidade e infraestrutura domiciliar. Dessa forma, se em alguns contextos *Distrito Federal* pode ser, enfim, sinônimo de *Brasília*, há várias Brasília's distintas a se investigar. Nesta pesquisa, o enfoque recai sobre colaboradores provenientes de duas das mais antigas RAs, com realidades socioeconômicas e culturais tão distintas que muito provavelmente refletem também a existência de diferentes *falares brasilienses*. Apresento, a seguir, as razões para elencá-las.

2.1.3.1 Plano Piloto (RA-I)

Tendo recebido a designação inicial de *Brasília*, essa RA se confunde com a própria noção de Capital da República. Por conta disso, a maior parte da pesquisa sociológica e sociolinguística realizada no DF se propôs a investigar pessoas que viveram e/ou vivem no Plano Piloto. No que concerne a pesquisa sociolinguística realizada a respeito da RA-I, entretanto, recorreu-se primordialmente à abordagem variacionista, de modo que este estudo, de cunho etnográfico-interacional, soma-se aos outros conduzidos até aqui e fornece tratamento relativamente distinto quanto à obtenção e análise de dados, como esclareço no Capítulo 3.

Além disso, possuo uma relação de inserção nessa RA desejada a uma investigação de cunho (auto)etnográfico. Passei minha infância e início da pré-adolescência no Plano Piloto. Mesmo tendo me mudado da RA-I aos doze anos de idade para viver em RAs dormitórios como Jardim Botânico e Águas Claras – e voltar a morar, ano ou outro, no *Plano* – mantive com ela fortes vínculos. Toda a minha vida escolar, inclusive o ensino superior, se deu no Plano Piloto. Lá também exerci, pela maior parte do tempo, a minha profissão de professor. Alternando-me principalmente entre a Asa Sul e Asa Norte, participei e participo até hoje de sua cena cultural. Por esses motivos, o meu Índice de Integração à RA do Plano Piloto é 0,79, o que pode ser considerado alto (Cf. 3.6.2). Consequentemente, é do Plano Piloto que parto neste estudo. É sobretudo a partir dessa RA que consigo recorrer a memórias de trinta anos para compor o conjunto de minha observação participante e autoetnografia. É do *Plano* que vem, eu diria, o meu modo *default* de entender relações espaciais e, claro, de falar.

Ao longo de minha experiência de morador, residente ou trabalhador dessa RA, vivenciei a confusão terminológica – Brasília ou Plano Piloto? – apresentada há pouco. Vivenciei também algumas de suas subdivisões e ainda testemunho frequentemente a dificuldade dos naturais do DF em estabelecer os limites de onde começa e termina a RA central. Por essa razão, apresento a seguir a Figura 5, que traz em mais detalhes as poligonais propostas ao atual Plano Piloto. Nela, o que se pode observar é que a maior parte da área total

é ocupada pelo Parque Nacional de Brasília – para os brasilienses, a “Água Mineral” – e pelas Asa sul e Norte. Além disso, de acordo com a Codeplan (2016a, p. 14), a RA é composta também pela “[...] Estação Rodoviária, Setores de Oficinas, Armazenagem e Abastecimento, Indústrias Gráficas, Embaixadas Norte e Sul, Militar Urbano, Clubes, entre outros. Inclui ainda Parque Sarah Kubitscheck (Parque da Cidade); Área de Camping; Eixo Monumental; Esplanada dos Ministérios; as vilas: Planalto, Telebrasília e Weslian Roriz e o Setor Noroeste.”

Como mostra em retrospecto o Quadro 2, a RA-I foi a que mais sofreu subdivisões ao longo das últimas décadas. Núcleo Bandeirante, Guará, Candangolândia, Cruzeiro, Sudoeste, Lago Sul e Lago Norte todos se desmembraram do Plano Piloto para dar origem a RAs independentes. Parte do conjunto arquitetônico tombado pela UNESCO entendido como *Brasília*, pertence, portanto, a algumas dessas RAs. O desmembramento também deve ser levado em conta no que diz respeito ao contingente populacional da RA-I. Os dados mais atuais, de 2015, estimam o total populacional em 220.393 habitantes. Embora tenha sido projetada para receber 500.000 pessoas até o ano 2000, há que se considerar que, se contadas RAs que antes pertenciam às delimitações do Plano Piloto/Brasília, o número total de habitantes em 2018 ultrapassaria a meta inicial em apenas algumas centenas. Esse fator, por si só, desvela um contingente populacional desequilibrado no Distrito Federal, já que se recorreu a um modelo de ocupação geograficamente periférico décadas antes de um possível inchamento da RA-I.

FIGURA 5 – VISTA ÁEREA DA DO PLANO PILOTO (RA-I)



FONTE: Adaptado de CODEPLAN (2016a)

O Plano Piloto é uma das regiões que goza de maior prestígio econômico no Distrito Federal. Além de ser centro das decisões políticas do país, é também a sede do GDF. Ademais, a maior parte das oportunidades de educação e trabalho se encontram também na RA-I: aproximadamente 20% de todo o contingente de estudantes do DF estuda no Plano Piloto, enquanto pouco mais de 40% da população ocupada também exerce sua atividade nessa RA, proporções que são as mais altas entre todas as RAs do DF. Os dados ainda revelam que 97,61% dos estudantes que moram nessa região também nela estudam, enquanto a proporção de residentes que também trabalha na RA-I chega a quase 90%, o que a evidencia bastante independente em relação às outras regiões administrativas.

2.1.3.2 Gama (RA-II)

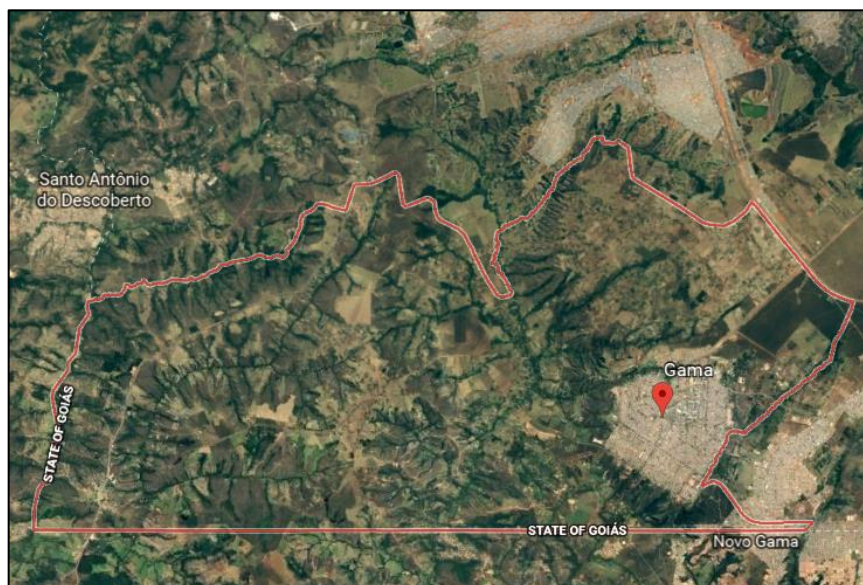
Por entender que os brasilienses majoritariamente retratados nas principais pesquisas sociolinguísticas são aqueles nascidos e criados no Plano Piloto, era meu desejo apresentar pelo menos uma outra RA que contrastasse a esse perfil. Atualmente, o Gama é uma das regiões administrativas com o maior número de moradores nascidos no Distrito Federal: 54,96%, como revelam dados apresentados pela Codeplan (2015). A mesma pesquisa revela que 82,68% dos estudantes residentes do Gama também nele estudam, enquanto a maior parte de sua população trabalhadora, 46,42%, exerce sua ocupação nessa mesma RA, situação que atualmente existe em poucas regiões administrativas do DF. O Gama também está a 30 km do Plano Piloto, sendo uma das RAs mais geograficamente afastadas da RA-I. Criada em 12 de outubro de 1960 e oficializada em 1964, é também uma das mais independentes em relação ao Plano Piloto, o que, num estudo contrastivo como este, é um cenário bastante favorável.

A área demarcada para se tornar o atual Gama provém de quatro fazendas pré-existentes: Ipê, Ponte Alta, Alagado e Gama. Não há consenso acerca da origem do nome da última fazenda, que posteriormente batizaria a RA-II do DF; uma hipótese é que teria sido uma homenagem ao Padre Luís da Gama Mendonça, um dos primeiros sacerdotes – senão o primeiro – a chegar ao povoado de Santa Luzia, ainda no final do século XVIII. O Gama é dividido em área rural e urbana, conforme o disposto na Figura 6 a seguir. O primeiro conglomerado populacional se originou a partir da remoção de algumas dezenas de famílias residindo na barragem do Paranoá no final da década de 1950 em momento anterior à inauguração de Brasília. A partir de diversas desapropriações como aquela, o Gama recebeu também contingente relevante de famílias da Vila Amaury, Vila Planalto e do Setor de Indústria de

Taguatinga. Em vista disso, a RA-II nasce como uma região periférica, geográfico e economicamente.

Em meados da década de 1990, quando ainda criança visitei o Gama pela primeira vez, eram exatamente essas as impressões que ficavam em mim: chegar ao Gama a partir do Plano Piloto não era fácil e a realidade de meus familiares que lá residiam era de bastante pobreza.

FIGURA 6 – VISTA AÉREA DO GAMA (RA-II): ÁREA RURAL E ÁREA URBANA



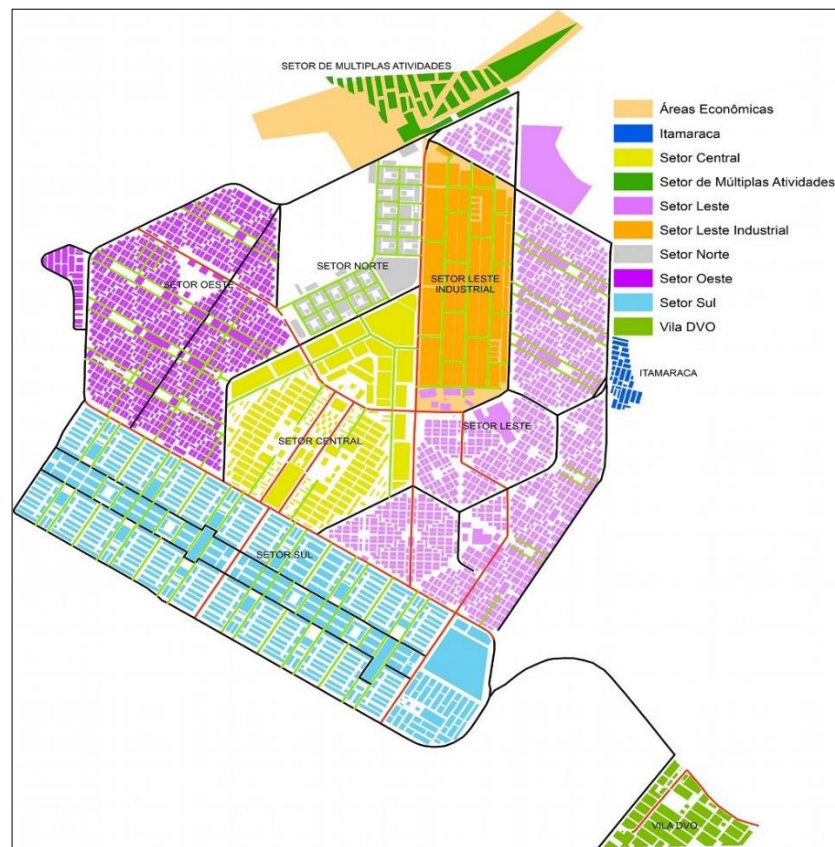
FONTE: GOOGLE (2018)

Minha relação com a RA-II também se deu na infância, embora de maneira bem menos acentuada. Minha avó materna costumava me levar à casa de sua irmã para passar alguns fins-de-semana. Lá eu brincava com os meus primos durante todo o dia em ruas não asfaltadas no Setor Leste. À noite voltávamos para dormir na casa singela, um barraco de madeira. A memória que tinha do Gama antes de iniciar este estudo, portanto, era a de visitar a parte mais economicamente desfavorecida da família. Depois que aquele núcleo familiar fizera movimento inverso, emigrando de volta ao Ceará, eu só havia retornado ao Gama uma vez antes desta pesquisa, para visitar uma amiga num hospital materno em 2011. Já na ocasião eu desconstruía o imaginário de pobreza que preservava de minhas memórias de criança. Embora ela ainda seja bastante atual em alguns setores, o Gama é hoje uma região administrativa bastante desenvolvida, servindo como polo urbano de apoio a cidades goianas do entorno do DF como Novo Gama, Valparaíso e Santo Antônio do Descoberto.

Bem menos conhecida que a do Plano Piloto, a planta geral da parte urbana do Gama ficou pronta em 1965 e é de autoria de Gladson da Rocha, um dos arquitetos que compôs a equipe de Niemeyer no início da construção de Brasília. Se o Plano Piloto se assemelha a um

avião – ou a uma borboleta, nos termos de Lúcio Costa – o Gama está disposto em figuras hexagonais que o assemelham a uma Colmeia. Originalmente projetada em cinco setores (Central, Norte, Sul, Leste e Oeste), a parte urbana do Gama é atualmente também composta pelo Setor Industrial, o Setor de Múltiplas Atividades, a Ponte Alta (Norte e Sul), O DVO e a Vila Roriz.

FIGURA 7 – ÁREA URBANA DO GAMA



FONTE: SEGETH (2009)

O desenvolvimento urbano do Gama pode ser visto especialmente a partir do Setor Central, de onde emanam o centro cívico e comercial. Lá estão a Administração Regional (exatamente no centro da Colmeia), o Estádio Bezerrão, o Teatro Galpãozinho e o Gama Shopping. Já no Setor Leste, pode-se encontrar a Praça do Cine Itapuã, cinema muito popular da RA-II até a década de 1990, antes de ser desativado. Além disso, o Gama passa atualmente por um processo de verticalização comum a outras RAs do DF, recebendo prédios residenciais e empreendimentos comerciais de mais de vinte andares, especialmente na entrada da RA.

Quanto ao contingente populacional do Gama, em 2015 o número era de 141.911 habitantes, cerca de 65% do contingente populacional do Plano Piloto. Outros dos principais

contrastes estatísticos entre as duas RAs contempladas neste estudo são apresentados na sequência.

2.1.3.3 Contraste em números

As desigualdades socioeconômicas e, por conseguinte, histórico-culturais entre Plano Piloto e Gama, embora não sejam as mais discrepantes do DF, são bastante relevantes. Dados da mais atual Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios do DF (PDAD), ano 2015, (CODEPLAN, 2015; 2016a; 2016b), revelam que a renda *per capita* no Plano Piloto era de 7,06 salários mínimos, enquanto no Gama correspondia a 1,77 salários mínimos, conforme o disposto no Quadro 3:

QUADRO 3 – RENDA MÉDIA MENSAL EM 2015: RA-I, RA-II E DF

	Plano Piloto (RA-I)	Gama (RA-II)	Distrito Federal
Renda Per Capita*	5.559,7 7,06 SM	1.396,83 1,77 SM	1.652,97 2,10 SM
Renda domiciliar*	12.391,62 15,73 SM	4.541,70 5,76 SM	5.192,38 6,59 SM

FONTE: CODEPLAN (2015; 2016a; 2016b)

NOTA: *Valores expressos em reais

SM = salários mínimos

O Quadro 3 revela que, em 2015, a renda *per capita* do Plano Piloto superava até mesmo a renda domiciliar total no Gama. Além disso, a renda domiciliar no Plano Piloto era quase três vezes superior à do Gama. A renda média domiciliar do DF considera as 31 RAs e, naquele ano, foi de 6,59 salários mínimos, ou 5.192,38 reais. A PDAD ranqueia todas as RAs e as divide em quatro grupos: renda alta (Grupo I), renda média-alta (Grupo II), renda média-baixa (Grupo III) e renda baixa (Grupo IV). O Plano Piloto faz parte do Grupo I, estando em 4º lugar no *ranking*, atrás apenas de Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal. O Gama, por sua vez, figura no Grupo III, de renda domiciliar média-baixa, ocupando a 17ª posição e abaixo, portanto, da renda média domiciliar do DF⁴⁹. Os dados revelam também que a proporção de população ocupada é bastante similar nas duas RAs: 46,21% no Plano Piloto e 45,4% no Gama. O perfil de atividade, contudo, é bastante distinto. No Plano Piloto, a maior parte da população trabalha na Administração Pública Federal; no Gama, a maior parte está vinculada ao comércio.

⁴⁹ Embora os dados não sejam diretamente comparáveis, a renda média *per capita* no Brasil em 2015 era de 1113 reais (IBGE, 2015). O Gama estaria muito próximo à média nacional, portanto, e o Plano Piloto estaria cinco vezes acima dela.

No que concernem algumas características gerais da população, é nítida a maneira em que os indicadores sociais refletem a distribuição de renda entre as duas RAs. No quesito racial, por exemplo, mais de 60% do total geral dos habitantes do Plano Piloto se declara de cor branca, enquanto no Gama mais de 50% se declara de cor parda. A maior parte dos imigrantes do Gama provêm da Região Nordeste, tida como a mais pobre do país, ao passo que no Plano Piloto a proporção mais relevante pertence à Região Sudeste, a mais rica.

Curiosamente, a maior parte dos residentes do Gama nasceu no DF (54,9%), o que faz dessa RA a segunda com o maior contingente de naturais dessa unidade federativa. A primeira é Fercal, RA mais jovem do DF, desmembrada de Sobradinho somente em 2012. Se somados os contingentes de Sobradinho e Fercal, contudo, o Gama passaria a ser a RA com o maior número de brasilienses natos. No Plano Piloto, o cenário é bem distinto, uma vez que é o contingente de imigrantes o mais expressivo (63,04%). Além disso, é interessante pontuar que a maioria dos imigrantes do Gama chegou ao DF ainda antes dos anos 1970, possivelmente em busca de melhores oportunidades de emprego. Já no Plano Piloto, a maior parte dos imigrantes chegou após o ano 2000, o que está em consonância com o setor de atividade mais expressivo da RA – a Administração Pública Federal –, uma vez que o aumento e preenchimento de vagas no serviço público foi bastante estimulado nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

Com relação ao grau de instrução da população, os que têm ensino superior completo são maioria no Plano Piloto (56,55%). Já no Gama, a maior parte (32,96%) cursou apenas o ensino fundamental, sem concluí-lo. Apenas 12,55% do total universal possui ensino superior completo na RA-II. Um outro dado chama atenção: 42% da população estudante do Plano Piloto estuda em escolas particulares, enquanto no Gama a proporção é de 30%. À primeira vista, o quantitativo entre as RAs não parece tão discrepante. É possível, contudo, que a proporção no Plano Piloto seja muito maior se considerada apenas a educação básica. A PDAD não subdivide os dados em níveis de escolaridade e, por isso, a proporção alta de estudantes de escola pública no Plano Piloto (57%) pode ser explicada pelo número considerável de discentes da Universidade de Brasília (UnB), que é pública e, portanto, aumenta expressivamente o percentual nessa categoria. Quando estudei numa escola primária pública do Plano Piloto, a maior parte de meus colegas era proveniente de outras RAs, realidade que é bastante comum na RA-I. Isso porque, já que detêm uma das maiores rendas da Capital Federal, os moradores do Plano Piloto geralmente matriculam seus filhos em escolas particulares. Posteriormente, em geral é essa parcela estudantil que acessa com mais facilidade a universidade pública.

As informações até aqui apresentadas são apenas um recorte que ilustra diferenças significativas entre as duas RAs abordadas neste estudo. No Apêndice C, apresento compiladas em cinco quadros as principais estatísticas presentes na PDAD 2015 referentes ao Plano Piloto e ao Gama. Além de informações adicionais sobre as características gerais da população, renda, trabalho e grau de instrução, é possível contrastar também o acesso a serviços e bens de consumo nas duas RAs. Os quadros servem de referência e estão alinhados às memórias dos colaboradores desta pesquisa, apresentadas no Capítulo 5. Nesse momento, no entanto, é imprescindível o retorno a outras memórias: as das pesquisas realizadas sobre os falares brasilienses (e candangos) nos últimos 30 anos.

2.2 BREVE MEMÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DE BRASÍLIA

Como apresento no Capítulo 1, a Sociolinguística enquanto disciplina formal é quase tão jovem quanto o Distrito Federal: possui pouco mais de meio século. Com a inauguração da cidade, quase coincide também a criação da Universidade de Brasília, em 1962, pensada sob um viés tão inovador quanto o da então nova Capital da República. Não demorou muito, portanto, para que o estudo desse ramo específico da linguística se fortalecesse nos grupos de pesquisa dessa instituição. A UnB alçou ao reconhecimento grandes nomes nacionais da Sociolinguística, como Stella Maris Bortoni-Ricardo, Marta Scherre e Marcos Bagno. Boa parte da pesquisa consolidada nessa universidade, no entanto, se traduziu no que se entende por *Sociolinguística Educacional*, conduzida primordialmente por Bortoni-Ricardo (1984; 2004; 2008) e afiliados. Assim, é preciso esclarecer que nesta breve síntese privilegio os poucos – mas fundamentais – estudos que se valeram da Sociolinguística para tratar especificamente de Brasília, sua gente e os seus falares.

2.2.1 Décadas de 1980 e 1990

As primeiras pesquisas a abordar a fala da jovem capital do país foram conduzidas quando Brasília⁵⁰ completava o seu vigésimo-quinto aniversário. Naquela época, Brasília já tinha pouco mais de um milhão de habitantes, e o contingente de nascidos na cidade era de apenas 31,7%⁵¹. À medida em que a mistura de costumes e culturas brasileiras começava lentamente a dar lugar a um *modus operandi* brasiliense, os diversos falares em contato se

⁵⁰ Daqui em diante, utilizo-me dos termos *Brasília* e *Distrito Federal* de forma intercambiável.

⁵¹ Cf. Codeplan (2017, pp. 49-43)

mesclavam e se modificavam, evidenciando um processo de difusão – e posterior focalização – dialetal. Dessa forma, a abordagem desses dois conceitos se tornou um dos eixos de pesquisa em Sociolinguística sobre Brasília mais consolidados, iniciando-se com o estudo de Bortoni-Ricardo (1985) e tendo continuidade com as investigações de seus orientandos, Hanna (1986), Melo (1988), Adant (1988) e Corrêa (1998).

Já tratado no Capítulo 1, relembro que Le Page (1980, apud MILROY, 1980) apresenta o dialeto difuso como aquele mais esparso, por ter como raiz as mobilidades sociais ou regionais. Nessa forma, o dialeto é de certa forma incharacterístico, e apresenta traços bem marcados oriundos de regiões ou classes sociais muito distintas, concentrados numa limitação geográfica comum. Não se mostra, portanto, como uma entidade singular ou facilmente reconhecida, como no caso do dialeto gaúcho ou do carioca. Dialectos como esses são facilmente reconhecíveis e podem ser classificados como focalizados, já que possuem características muito peculiares e relativamente consistentes. Dialectos focalizados surgem da constante interação entre membros de uma comunidade específica e da identificação cultural e social desses com a sua comunidade.

Aplicada ao caso de Brasília, a situação da cidade nos anos iniciais era de relevante difusão dialetal, pois, em maior ou menor número, pessoas de todas as regiões do Brasil migravam à nova capital, seja para trabalhar nas construções, para buscar novas oportunidades ou por transferência de emprego. A migração foi incentivada não só aos trabalhadores da construção civil, mas também aos funcionários públicos – especialmente os mineiros e cariocas –, que recebiam incentivos tais como melhor moradia e aumento salarial para trocar suas confortáveis cidades pelas incertezas de uma vida no cerrado brasileiro.

Em consonância com esse conceito, Bortoni-Ricardo (1985)⁵² conduz estudo pioneiro numa comunidade de Brazlândia, RA a 45 km da Rodoviária do Plano Piloto, ao observar o processo de urbanização de imigrantes rurais provenientes do estado de Minas Gerais e ali radicados. Ao longo da pesquisa, pôde-se constatar que colaboradores que tivessem se fixado na capital até os doze anos de idade e que frequentassem a escola apresentavam mais traços padrão em sua variedade de fala, enquanto os mais velhos e não-escolarizados – ou pelo menos não no Distrito Federal – tendiam a conservar os traços mais marcados de seu sotaque. Os traços investigados pela autora se traduzem em duas variáveis fonológicas – a realização ou não de vocalização da alveolopalatal /k/ (*paia*, em vez de *palha*) e a redução de ditongos (*negoçu*, em vez de *negócio*) – e uma de natureza sintática – as regras de concordância verbal no contexto

⁵² Cf. Bortoni-Ricardo (2011[1985])

da 1ª e da 3ª pessoa do plural. O estudo revelou que seria tanto maior a difusão quanto maior fosse o contato dos moradores com pessoas provenientes de outras regiões. Assim, a difusão se manifestou maior entre os homens, pois eram eles que saíam para trabalhar em regiões mais urbanizadas, estando imersos em redes sociais abertas, ou de tessitura larga, enquanto as mulheres tendiam a cuidar da casa e dos filhos, preservando em maior escala sua variedade sociorregional por participarem de redes sociais mais fechadas, ou de tessitura-miúda.

Um ano depois, a pesquisa de Hanna (1986) se torna a precursora ao tentar identificar traços comuns entre os naturais da zona urbana do Distrito Federal (Plano Piloto, Lago Sul e Octogonal), sugerindo a aparição de um sotaque já focalizado pouco mais de um quarto de século após a inauguração da cidade. A investigação, realizada com imigrantes da Paraíba e do Rio de Janeiro radicados nessas RAs até os oito anos de idade e com seus respectivos pais, mostrou num primeiro momento que os genitores conservavam muito mais os traços típicos de suas regiões de origem que seus filhos. No caso dos pais e mães provenientes da Paraíba, os traços típicos mais preservados eram as vogais médias pretônicas /e/ e /o/ abertas e a não-africação de /t/ e /d/ diante de /i/. Para os cariocas, observou-se a frequente palatalização do /s/ pós-vocálico. Pôde-se perceber também que os colaboradores provenientes da Paraíba tendiam a fazer um apagamento relativamente maior das marcas de seu sotaque – o que se pode explicar pela maior estigmatização dessa variedade –, em oposição ao falar carioca, digno de maior prestígio nacional, pelo menos à época da condução do estudo.

Numa segunda etapa, Hanna observou que a competição entre os diversos dialetos em contato em Brasília já estaria se encaminhando para a formação de um novo falar, num processo de focalização dialetal. Por meio de gravações de entrevistas informais por telefone, a autora analisou quatro variáveis entre jovens nascidos e criados em Brasília: a não palatalização do /s/ pós-vocálico, isto é, a ausência predominante de chiado em final de sílaba; a posteriorização do /r/ pós-vocálico, de modo aspirado; o não-abaixamento das vogais pretônicas /e/ e /o/ (*dê-lícia* e não *dé-lícia*, *fôr-taleza* e não *fór-taleza*⁵³); a palatalização de /t/ e /d/ diante de [i]. Como conclusão, constatou que as quatro variantes eram majoritariamente usadas por todos os falantes entrevistados, sendo a última unânime no corpus. A partir da realização de uma forma ou de outra no âmbito das variáveis discretas elencadas, Hanna aponta à ocorrência de um dialeto específico em formação. A consistência na utilização das variantes serviu para mostrar que a segunda geração brasileira já estaria constituindo uma comunidade de fala, com normas locais próprias. Sobre o então dialeto emergente, afirma:

⁵³ [de'lisie] vs. [de'lisie]; [foh'talezɐ] vs. [fɔh'talezɐ].

A única comparação que se poderia fazer é com a pronúncia típica dos locutores de televisão, que é uma pronúncia neutra (i.e., sem regionalismos) e cuidada. Por essa razão, alguns informantes mais atentos classificariam o sotaque de Brasília como um “não-sotaque”. (HANNA, 1986, p. 131)

Talvez tenha sido, de fato, a percepção de um não-sotaque – crença presente até os dias de hoje e que, em primeiro lugar, justifica a condução do estudo que aqui conduzo – o que levou os colaboradores de Melo (1988) a melhor avaliar, entre seis dialetos brasileiros, o de Brasília. Num estudo de atitudes linguísticas, o autor submeteu a testes de avaliação falas gravadas por colaboradores do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Pernambuco. Os áudios de um mesmo fragmento de texto, gravados por colaboradores dessas unidades da federação, foram apreciados por 60 ouvintes-juízes, estudantes do curso de Letras da Universidade de Brasília, e em sua maioria provenientes da capital federal. Sem saber de que parte da federação se originava o falante, os estudantes deveriam avaliar os áudios num universo semântico de adjetivos positivos e negativos, além de prever qual seria a atividade ocupacional do falante. O que se constatou é que a maior parte dos colaboradores avaliou mais positivamente o falar de Brasília, seguido pelo carioca, o gaúcho, o goiano, o paulista e, por fim, o pernambucano. Além disso, a Brasília e ao estado de São Paulo foram atribuídas profissões socialmente consideradas de prestígio, das áreas de medicina, da docência ou do ramo empresarial, enquanto os dialetos de Pernambuco e Goiás foram associados a profissões que requerem menor grau de escolaridade, tais como operários da construção civil, motoristas ou balconistas.

Uma outra pesquisa de peso foi conduzida por Adant (1988) e corrobora, de certo modo, os dados de Melo quanto à estigmatização de um falar nordestino em lugar da fala de prestígio de Brasília. A autora analisou o caso de adultos alagoanos radicados no Distrito Federal há mais de dez anos na época. Com amostras de fala de alagoanos residindo nos meios rural e urbano de Alagoas comparadas às de seus conterrâneos fixados no Plano Piloto e em outras cinco regiões administrativas do DF, Adant (id., p. 284) atesta um fenômeno de difusão dialetal evidente na fala daqueles residindo no DF em decorrência de “mudanças fonológicas importantes, mas também [d]a conservação do dialeto nordestino em grau significativo, justificada pelas redes de comunicação social do falante, pela idade acima dos quarenta anos e pelas atitudes linguísticas inconscientes.” As mudanças fonológicas ocorrentes, em geral, vão em direção àquelas características do dialeto brasiliense descritas por Hanna (1986).

Dando sequência aos trabalhos anteriores e corroborando a hipótese da focalização dialetal na fala dos naturais de Brasília, é relevante a pesquisa de Corrêa (1998) ao mostrar que

ela evolui de forma diferente em grupos sociorregionais distintos. Ali, as variáveis em evidência, em consonância com os estudos predecessores, foram a realização do /s/ pós-vocálico e das vogais médias pretônicas /e/ e /o/. Analisando duas comunidades, uma no Plano Piloto e outra em Ceilândia (RA distante 26 km da Rodoviária do Plano Piloto), a pesquisadora observou que os membros dessa última ainda preservavam muito mais traços dos seus núcleos de origem. O que se constatou é que, sendo a maioria dos moradores de Ceilândia provenientes do Nordeste ou nascidos na própria cidade, a preocupação em fazer o apagamento de marcas estereotipadas foi menor. Outra razão seria o próprio distanciamento geográfico das instâncias que detêm o poder e têm maior preocupação com as formas de prestígio, que se encontram majoritariamente no Plano Piloto. Assim, houve presença relativamente maior do abaixamento das vogais pretônicas /e/ e /o/ e do /s/ pós-vocálico palatalizado (chiado) no repertório dos moradores de Ceilândia, especialmente por aqueles que não haviam concluído ou frequentassem o ensino superior. Um fato interessante é que mesmo alguns dos colaboradores sem raízes nordestinas produziram o abaixamento das vogais em evidência e apresentaram um chiado consistente em coda silábica, o que pôde sugerir que essa variação estaria se consolidando como característica de um falar específico de Ceilândia, em contraste ao de prestígio falado no Plano Piloto.

2.2.2 Décadas de 2000 e 2010

A focalização dialetal é um fenômeno, como já visto, que considera não só os aspectos comuns na fala de pessoas de uma mesma comunidade linguística, mas também a consciência que elas terão dessas marcas, ou seja, a identificação cultural que atribuirão ou não a seu dialeto. Em outras palavras, um dialeto focalizado é reconhecido por seus próprios falantes como entidade distinta e a ele serão atrelados valores por indivíduos de fora e de dentro de uma comunidade linguística específica. Enquanto Melo (1988) explorou as atitudes linguísticas de colaboradores frente a seis dialetos brasileiros, Barbosa (2002) investiga a consciência dos próprios brasilienses quanto a ter ou não um conjunto de normas linguísticas comum.

Assim, com o intuito de explorar mais as reações subjetivas desses falantes, a autora retoma o viés das atitudes linguísticas para aferir as impressões de brasilienses quanto ao seu sotaque. Na pesquisa de Barbosa, que é a única das aqui apresentadas realizadas no âmbito de outra universidade⁵⁴, foram delineadas perguntas como: “Você acha que existe um jeito

⁵⁴ A pesquisa foi conduzida no âmbito do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

brasiliense de falar?"; "Você acha que fala desse jeito?"; "Como é esse jeito?"; "Você identifica esse jeito como um sotaque?". Na análise de resultados, Barbosa discute a forte presença da resposta "Brasília não tem sotaque". O que se mostrou é que os entrevistados afirmaram se identificar com o falar "neutro" de Brasília, embora argumentem não ser reconhecidos como brasilienses ao visitar outras cidades. O trabalho demonstra também que, conscientemente, a maioria dos moradores do Distrito Federal não percebem ou atribuem grandes diferenças entre os falares da região central (Plano Piloto) e das cidades-satélites analisadas (Taguatinga, Ceilândia e Gama). Todavia, aqueles que dizem existir diferenças assinalam presença de marcas tipicamente nordestinas nos falares das outras RAs, em oposição ao que julgam por sobriedade, neutralidade e até formalidade no dialeto do Plano Piloto. Esse fato corrobora a pesquisa de Corrêa (1998) ao distinguir os processos de focalização dialetal em Ceilândia e Plano Piloto, mostrando agora que alguns de seus residentes têm consciência do fenômeno.

Quanto a esse mesmo estudo de Corrêa tratado na subseção anterior, algumas de suas conclusões foram revisitadas por mim, doze anos depois, em Lima Neto (2010). Ao tentar buscar características comuns nos falares de Ceilândia e Plano Piloto, e na expectativa de comprovar o surgimento de uma focalização dialetal no Distrito Federal, Corrêa (1998) mostra que o /s/ alveolar é quase categórico, sendo realizado em 97% dos dados de seu corpus. Um dos moradores do Plano Piloto, entretanto, produziu ocorrências palatais em vocábulos como *vestibular* [vef.tʃi.bu.ˈlah] e *destino* [ˈdʒiʃ.tʃi.nu], ou seja, diante da sílaba /tʃi/. A esse fenômeno, e também pelo motivo de o autor dos dados não ser filho de pais provenientes de regiões onde a palatalização acontece em contexto macro, Corrêa atribui a explicação de que o chiado se sucedeu em ambientes linguisticamente favorecedores, isto é, diante da consoante africada /tʃ/.

Em Lima Neto (2010), considerei a hipótese de assimilação fonológica válida, mas lanço também algumas proposições de cunho histórico-social à realização do fenômeno. Ao analisar a fala de colaboradores de duas gerações nascidos e criados no Plano Piloto, o que pude perceber é que os falantes da primeira geração se alternavam em formas sibilantes e palatais nesse contexto. Os da segunda geração, por sua vez, já utilizavam a palatalização com unanimidade, sendo que em alguns momentos anulavam até mesmo as consoantes africadas /tʃ/ e /dʒ/⁵⁵. Dessa maneira, tendo em vista que numa coíné sobrevivem formas menos marcadas e, evidenciando que o chiado era uma forma majoritariamente utilizada por vários imigrantes nordestinos e cariocas quando da inauguração de Brasília, a minha hipótese era a de que o

⁵⁵ No vocábulo "poste", por exemplo, ocorrências como [ˈpɔʃi] em vez de [ˈpɔʃtʃi] ou [pɔstʃi].

chiado universal naquele contexto seria um índice de focalização dialetal na fala dos jovens brasilienses, não só por mera facilidade articulatória, mas também porque, dada a sua sutileza e quase não-percepção, estigmas de qualquer natureza não lhe seriam atribuídos, constatação a qual pretendo me atentar também neste estudo.

Ainda partindo da premissa de uma focalização dialetal bem encaminhada no DF, um outro eixo de pesquisa se consolidou entre os anos de 2004 e 2015, com as pesquisas conduzidas por Marta Scherre e orientandas. Embora tenham enfoque sintático, esses estudos merecem maior atenção por revelarem uma faceta interessante na fala das gerações mais novas. As pesquisas se propuseram a mapear a presença da variante de segunda pessoa *tu* nas falas de jovens brasilienses, especialmente em contextos menos monitorados e entre falantes e interlocutores do sexo masculino. Elas vêm para endossar o fato de que, num aparente vão de predominância “você” que separa o sul e norte/nordeste do país, as gerações mais jovens de Brasília preterem a variante *você* quando estão entre seus pares e amigos. O *tu* mapeado em Brasília e de que tratam as autoras é aquele semelhante ao utilizado no Rio de Janeiro: sem possibilidade de concordância normativa, como em *tu gostas*, e com uma concordância de terceira pessoa, como em *tu gosta*.

Os principais estudos nesse eixo estão compilados num artigo publicado em 2011 (SCHERRE et al., 2011) e revisitados e ampliados por Andrade (2015). O estudo de Lucca (2005), que subsidia a publicação de 2011, é um dos mais referenciados, talvez por ser o primeiro a apontar o Distrito Federal como um ponto no Centro-Oeste favorecedor do uso do *tu* em contextos de fala mais informais e espontâneos, embora *você* seja a variante de predominância na região como um todo. Com isso, a autora constata ainda a dificuldade de capturar esses dados: isso porque os jovens do Distrito Federal, como os de Goiás, por exemplo, utilizam muito frequentemente a variante *você*; quando o ambiente, o interlocutor e o tema lhe são familiares, entretanto, é o *tu* que costuma ser elencado.

Andrade (2015) relembra que, para além do estudo de Lucca (2005), outras três dissertações acerca da variação dos pronomes de segunda pessoa em Brasília já haviam sido defendidas à época e as sumariza assim:

QUADRO 4 – A VARIAÇÃO TU/VOCÊ/CÊ EM BRASÍLIA, DF

Pesquisa	Período das coletas	Você	Cê	Tu
Andrade, A. (2004)	1991-1992	108/ 189 = 57%	48/ 189 = 25%	0%
Lucca (2005)	2003-2004	125/ 453 = 28%		327/453 = 72%
Dias (2007)	2005-2006	785/ 900 = 87,2%		115/ 900 = 12,8%
Andrade, C. (2010)	2008-2009	149/ 574 = 26%	152/ 574 = 26%	273/ 574 = 48%

FONTE: ANDRADE (2015), a partir de SCHERRE et al. (2011)

Como se pode perceber, ocorrências com *tu* só foram catalogadas a partir dos estudos de Lucca (2005). A ausência de *tu* nos estudos de Andrade, A. (2004) são reveladoras no sentido de que a variante, talvez por estar ainda em vias de se introjetar na fala brasiliense, não era selecionada para análise nem mesmo pelos pesquisadores à época, uma vez que os dados foram coletados entre 1991 e 1992. É notório também o contraste entre os dados de Dias (2007) e Lucca (2005). Enquanto os dados do primeiro estudo parecem estar em consonância com a crença comum de que em Brasília a variante utilizada é *você*, Lucca inova, como visto, ao mostrar que *tu* é a forma mais utilizada entre jovens meninos. Muito mais do que se oporem, porém, essas duas pesquisas tendem a se convergir. A variante *você* é a forma elencada mais naturalmente percebida, utilizada amplamente em contextos mais monitorados e nas relações assimétricas, em que as distinções diatópicas, diastráticas, diageracionais e diassexuais⁵⁶ são mais marcadas. Além disso, os dados de Dias têm um recorte menor no quesito geográfico e social, já que se contemplou somente o Plano Piloto, RA de maior prestígio sociocultural e econômico do DF. Já nos quesitos diageracional e diassexual, Dias ampliou seu corpus para a análise de três faixas etárias nos dois gêneros, enquanto os estudos de Lucca enfocam jovens meninos não só da RA-I, mas também de Ceilândia e Taguatinga. É importante destacar que os dados de Dias referentes ao uso do pronome de segunda pessoa por jovens meninos de 13 a 19 anos do Plano Piloto revelaram a presença de *tu* em 41,5% das ocorrências. A variante também aparece elencada na fala de pessoas de mais de 30 anos em mais de 80% das ocorrências, quando o contexto de fala engloba brincadeiras ou ironias, o que confirma mais uma vez a preleção pela variante *tu* em contextos menos monitorados e mais simétricos e solidários, nos termos de Brown e Gilman (1960).

Em sua tese de doutorado, Andrade (2015) se debruça sobre a variável de segunda pessoa do singular e elenca quatro regiões⁵⁷: Plano Piloto, Vila Planalto, Sobradinho e Brazlândia. A autora endossa as pesquisas anteriores ao constatar que a maior ocorrência de *tu*

⁵⁶ Variações de gênero.

⁵⁷ “Regiões” aqui não deve ser entendido como RAs, já que a RA-I se denomina *Plano Piloto* e engloba também a referida *Vila Planalto*.

é em relações simétricas, entre pares e na rua, enquanto a variante *você* é favorecida na maior parte dos outros tipos de interação. Além disso, conclui que estudantes de escolas pública favorecem mais o uso do *tu* que os de escola particulares (Ibid, p. 110). No quesito diatópico, Vila Planalto e Brazlândia, localidades menos favorecidas economicamente, utilizam mais o *tu* que Plano Piloto e Sobradinho. Ademais, a origem das mães parece ser uma outra variável influenciadora na fala dos jovens estudados, já que jovens com mães de origens nordestina, carioca e até mesmo brasiliense favorecem o uso do *tu*, enquanto aqueles com progenitoras de regiões mais centrais, tais como Goiás, Mato Grosso e Minas, favorecem o uso de *cê* ou *você*. Nesse quesito, a pesquisadora defende a hipótese de que o *tu*, variante utilizada por grande parte dos imigrantes do Nordeste, ocorre primeiramente na fala de casa, espalhando-se à rua em situações menos monitoradas e chegando, embora com ocorrências menores, em ambientes mais monitorados e até mesmo nas relações mais assimétricas. É uma forma, portanto, inovadora e não estigmatizada, talvez por ainda não terem integral consciência de sua forte presença.

Um outro fator curioso constatado em Andrade (2015) é que na infância, *você* é a forma prestigiada entre as crianças, mesmo em relações mais simétricas, embora estejam gradativamente incorporando a forma inovadora *tu* ao seu repertório. É na adolescência, portanto, que o uso da variante *tu* ganha seu ápice, declinando nas gerações posteriores. Além disso, no que concerne a variável gênero, mais uma vez se confirmou que jovens do sexo masculino utilizam mais a variante *tu* que jovens do sexo feminino. Apesar disso, a tese demonstra que o uso por parte das meninas está cada vez mais recorrente e se aproximando da frequência masculina.

O que se pode concluir, com relação a essa variável sintática, é que a forma *tu* está introjetada no(s) falar(es) brasiliense(s), sendo esse mais um elemento característico de focalização dialetal. A força do uso da variante *tu*, entretanto, não é a mesma que no estado do Maranhão, conjugado como pressupõem as gramáticas prescritivas, tampouco a mesma do Rio de Janeiro, onde a variante é muitas vezes estigmatizada por camadas sociais mais abastadas, mas utilizada também em relações assimétricas em regiões mais periféricas. Como sumariza Andrade (2015), o *tu* brasiliense é uma forma inovadora, que convive bem com outras variantes de pronomes de segunda pessoa do singular, tais como *você*, *cê*, *o senhor*, *a senhora* e até mesmo a variante *nula*. Embora aparente ter o mesmo referencial semântico que essas outras formas possíveis, ganha maior ou menor aderência nos contextos sociais já apresentados.

Como visto até aqui, os dois principais eixos de pesquisa sobre Brasília nas últimas décadas privilegiaram, ora a temática da difusão e focalização dialetal, ora a introjeção do

pronomes de segunda pessoa *tu* na fala brasiliense. Por ocasião do cinquentenário da capital federal, em 2010 publicou-se *O Falar Candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais* (BORTONI-RICARDO et al., 2010), obra que compila, além de alguns dos estudos aqui referidos, outros de natureza etnográfica em localidades distintas do Centro-Oeste, bem como alguns artigos que privilegiaram a Sociolinguística Educacional, ao debruçarem-se sobre a prática escolar em comunidades de aprendizagem do DF⁵⁸.

Sobre essa obra comemorativa, embora seja minha pretensão argumentar em favor do termo *brasiliense* aos naturais de Brasília, penso que privilegiar o termo *candango* para batizar a publicação que compila os estudos sociolinguísticos de maior relevância sobre o Distrito Federal e o Centro-Oeste não foi uma decisão equivocada. O subtítulo do livro revela que os dois processos, de difusão e focalização, ocorreram e co-ocorrem no Distrito Federal. Assim, compreender a noção de falar *candango* como os diversos falares difusos, especialmente nas primeiras décadas do Distrito Federal, parece estar de acordo com esses dois conceitos propostos por Le Page (1980). Atestar a focalização de uma variedade, entretanto, significa também atestar que ela já não é mais a soma e/ou subtração de diversas variedades linguísticas; que já não é mais só a proeminência ou apagamento de marcas evidentes de outros falares. Significa reconhecer um falar próprio, característico de uma nova sociedade que se firma em novas identidades: o *falar brasiliense*. Sendo assim, defendo que o **falar candango** remete às variedades utilizadas pelos imigrantes precursores na construção da nova capital federal e pela sua primeira geração de naturais, enquanto o **falar brasiliense** seria aquele utilizado a partir da segunda geração de nascidos e criados no DF. Enquanto o brasiliense emerge de um contexto de focalização dialetal, o candango figuraria dentro do fenômeno mais assistemático da difusão. Assim, o subtítulo do estudo que aqui conduzo traz a ideia subjacente de que os falares da capital federal passaram, inicialmente, por um período de *difusão candanga* até chegarem, enfim, à *focalização brasiliense*. Essa é, no entanto, uma das asserções com que parto nesta pesquisa, que será posteriormente verificada nas análises.

Além disso, com esta proposição, não pretendo deixar a falsa impressão de que a convergência no termo *brasiliense* para os diversos falares presentes na capital federal desvela qualquer harmonia e condições de igualdade entre os habitantes das 31 RAs do Distrito Federal. Pelo contrário: esta pesquisa se justifica primeiramente na existência de um abismo sociocultural e econômico entre regiões tão próximas, que seriam supostamente parte de um

⁵⁸ A obra inclui um estudo realizado numa comunidade escolar do Gama, conduzido por Ribeiro Alves (2005; 2010). Por ser assentado na Sociolinguística Educacional, a referida pesquisa não entrou nesta súmula. Algumas de suas contribuições, contudo, dialogam com constatações delineadas mais à frente e serão apresentadas em 6.1.

todo. Nesse sentido, encontra-se a pesquisa de Pereira (2018), que investigou, para além do fenômeno sintático da alternância entre os pronomes *nós* e *a gente* na fala dos jovens de Planaltina, a vulnerabilidade socioeconômica manifesta em sua condição de residentes da periferia do DF. Tal vulnerabilidade figura em sua pesquisa em diversas esferas da vida dos moradores daquela RA, como o acesso à educação e à cultura, além da evidente exposição à violência:

QUADRO 5 – EXCERTO DE ENTREVISTA DE PEREIRA (2018)

- (1) **P:** — É... você e seus familiares, é... amigos, vocês já perderam alguém próximo? Vítima da violência? Assassinado? Por exemplo.
- (2) **E:** — *Sim.*
- (3) **P:** — É... quem? Você pode falar?
- (4) **E:** — *Foi um amigo né?! Que eu conheci antigamente. (Pausa longa) Mas faz um pouquinho de tempo.*
- (5) **P:** — Hum. Ele foi o quê?
- (6) **E:** — *Foi esquartejado. (Olhar direcionado para baixo e silêncio)*
- (7) **P:** — Foi esquartejado. E qual a idade dele na época?
- (8) **E:** — *Ah! ele tinha uns 13 anos. Por aí.*
- (9) **P:** — 13 anos?
- (10) **E:** — *Uhum.*
- (11) **P:** — E... como é que vocês se sentiram assim? Como é que vocês reagiram com esse... com essa tragédia?
- (12) **E:** — *Foi chocante. Foi uma tragédia né?! Foi chocante. Eu fiquei... (pausa) nossa! Eu fique super... super mal na época né?! Porque era uma pessoa bem próxima a mim e eu... foi inacreditável na verdade.*
- (13) **P:** — E qual foi o motivo da... do assassinato?
- (14) **E:** — *Foi envolvimento, né? Com pessoas erradas, com drogas e tudo mais.*
- (15) **P:** — Ele estudava com você?
- (16) **E:** — *Sim. Na mesma escola.*

FONTE: PEREIRA (2018, pp. 81-82)

Além de identificar que o uso mais expressivo do pronome *a gente* é inversamente proporcional ao grau de escolaridade de seus colaboradores, o autor contribui ao trazer o olhar da Sociolinguística Interacional, associada aos pilares da Autoetnografia, escopo teórico-metodológico de que também me utilizo nesta pesquisa, como apresento no capítulo seguinte. Nesse sentido, sua pesquisa é permeada pela narrativa (muitas vezes *autonarrativa*) da exclusão social a que são submetidos seus colaboradores, na condição de brasilienses periféricos. Além disso, como esta, sua pesquisa está inserida no âmbito dos trabalhos do grupo de pesquisa Sociolinguística, Letramentos Múltiplos e Educação (SOLEDOC), da Universidade de Brasília e registrado no diretório de grupos do CNPq. Embora recuperemos, nesses dois trabalhos, as contribuições de pesquisas essencialmente fundamentadas na corrente variacionista da sociolinguística, um intuito comum aos dois é o de privilegiar os aspectos sociais dos

colaboradores a partir dos dados emergentes, e não necessariamente de hipóteses pré-formuladas.

Tendo apresentado, no primeiro momento deste capítulo, uma súmula da história documental do Distrito Federal e suas 31 RAs e, posteriormente, da pesquisa até aqui realizada, esclareço que este estudo visa a dar continuidade à investigação sociolinguística sobre a capital federal, de modo a investigar as crenças de brasilienses com relação ao seu sotaque e reconfirmar a manutenção da focalização dialetal até aqui defendida. No próximo capítulo, retomo os objetivos, as asserções e as perguntas de pesquisa delineadas na introdução, com a esperança de ter lançado luzes, a partir da discussão até aqui levantada, sobre os termos ali presentes. Além disso, apresento o referencial metodológico utilizado ao longo de todo este estudo.

3 BR-060: RODOVIA METODOLÓGICA

[...] *não é a linguística, mas a etnografia, e não é a língua(gem), mas a comunicação, que devem fornecer o quadro de referência dentro do qual o lugar da língua(gem) na cultura e sociedade será avaliado.*

Dell Hymes (1974, p. 4, tradução minha)

Com a transferência da capital federal, previu-se também a inauguração da Rodovia Belém-Brasília, estrada toda em asfalto que conectaria o Norte ao Sul do País. O primeiro trecho dessa Rodovia, que já recebeu também o nome de Bernardo Sayão, principal engenheiro encarregado nas obras, é conhecido como BR-060. Analogamente, este capítulo é a BR-060 que conecta toda a pesquisa. Aqui, apresento o percurso metodológico empregado na condução deste estudo. Início explicitando e justificando a abordagem adotada, que é qualitativo-interpretativista. Nesse escopo, apresento em seguida os principais métodos e estratégias adotados na geração e análise de dados.

3.1 UMA ESTRADA QUALITATIVO-INTERPRETATIVISTA (Com bagagens quantitativas)

A noção de *estudo científico*, ou *explicativo*, se difunde principalmente no século XIX, traduzida no movimento positivista de Auguste Comte (1798-1857) e vem em resposta a tradições de ordem metafísica comumente utilizadas até ali para explicar os mais variados fenômenos da natureza e da vida social. As maiores contribuições dos positivistas recaem no delineamento de pressupostos rigorosos para a explicação lógica de fenômenos naturais pelas ciências exatas e, posteriormente, de fenômenos sociais pelas ciências humanas e sociais (Cf. LOBATO, 1986; BORTONI-RICARDO, 2008).

Nesse paradigma, todo o conhecimento legítimo passa a ser adquirido de forma empírica, ou seja, somente a partir daquilo que pode ser sensorialmente experimentado. Desse modo, as explicações válidas são aquelas baseadas em fatos, com enfoque em objetos cognoscíveis, enquanto a especulação – associada a visões epistemológicas anteriores como o Racionalismo de René Descartes (1596-1650) – e o senso comum tendem a ser rejeitados. O propósito, pois, é que o pesquisador estabeleça hipóteses para explicar fenômenos em uma relação causa-consequência e utilize instrumentos que favoreçam estratégias observacionais claras de modo a validar ou invalidar suas pressuposições. Além disso, essa corrente prevê a

legitimação do estudo mediante a sua possibilidade de quantificação e replicação dos dados. Espera-se, nessa empreitada, que o pesquisador estabeleça distanciamento de seu objeto de investigação de modo a não permitir que a sua subjetividade interfira nos resultados.

A partir do século XX, os princípios positivistas passam a ser questionados por diversos pensadores e pesquisadores das ciências humanas enquanto única possibilidade epistemológica legítima. Entre outras proposições que surgem para alcançar o conhecimento – e aqui se inclui o *neopositivismo*, uma versão mais branda da primeira corrente encabeçada por nomes como Ernst Mach (1838-1916) e Rudolf Carnap (1891-1970) – emerge uma nova maneira de se produzir ciência, a partir do **paradigma interpretativista**. Muitas das críticas feitas às correntes positivistas que favoreceram o surgimento desse novo paradigma vieram de teóricos como Theodor Adorno (1903-1969) e Jürgen Habermas (nascido em 1929), filiados à reconhecida Escola de Frankfurt. Suas considerações versavam sobretudo acerca da inviabilidade de se anular a relação subjetiva do pesquisador com o seu objeto e de se desconsiderar os contextos sócio-históricos em investigações de cunho social. O entendimento subjacente é o de que muitos significados da experiência humana são socialmente construídos e, portanto, situados contextualmente. Dessa forma, a interpretação não é possível de maneira meramente lógica, uma vez que cada sociedade atribui sentido à prática social de forma distinta. Assim, negar a subjetividade do pesquisador – pessoa ratificada em uma ou mais sociedades específicas imbuídas em significados próprios – também já não era possível. Isso porque ao lidar com questões da matéria humana o pesquisador “não é um relator passivo, mas um agente ativo” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 32) e a relação com o seu objeto de pesquisa, portanto, deve ser situada e considerada nas análises.

Estabelece-se, por conseguinte, um modelo alternativo que privilegia a investigação de significados sociais e culturais que não podem ser apreendidos apenas a partir da correlação lógica de causa-consequência e da quantificação de dados. Em realidade, o que essa epistemologia utilizada por diversas disciplinas das ciências humanas faz é privilegiar um viés qualitativo que se debruça sobre

[...] a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica. As interações e os documentos são considerados como formas de constituir, de forma conjunta (ou conflituosa), processos e artefatos sociais. Todas essas abordagens representam formas de sentido, as quais podem ser reconstruídas e analisadas com diferentes métodos qualitativos que permitam ao pesquisador desenvolver modelos, tipologias, teorias (mais ou menos generalizáveis) como formas de descrever e explicar questões sociais (e psicológicas). (FLICK, 2009, pp. 8-9)

Assim, na realização de investigações de caráter sociolinguístico similares a esta que aqui conduzo, argumento em favor de uma abordagem qualitativo-interpretativista. Isso porque estamos diante de perguntas de pesquisa que versam não só sobre os falares dos colaboradores, mas também sobre as suas crenças, histórias de vida, cotidiano e relações com os seus ambientes imediatos. No que concerne a disciplina *Sociolinguística*, a propósito, chamo atenção para o fato de que na seção 1.1.4 apresentei os seus principais postulados, bem como os de duas de suas principais vertentes: a Variacionista, de cunho majoritariamente quantitativo e empirista, e a etnográfico-interacional, de ordem qualitativa e interpretativista. Embora alguns pesquisadores prefiram fazer uma separação clara entre as duas, nesta pesquisa recorro a ambas de modo a alcançar meus objetivos de forma mais pertinente. No entanto, como explicitado há pouco, reconheço aqui um caráter primordialmente qualitativo-interpretativista, que bebe, antes de tudo, nos avanços alcançados pelo casamento da Sociolinguística Interacional (GUMPERZ, 2001) e da Etnografia da Comunicação (HYMES, 1972, 1974); SAVILLE-TROIKE, 2003; BORTONI-RICARDO, 2011) traduzidos no que Bell (2014) entende por **Sociolinguística Etnográfico-interacional**. Apesar disso, recorro com muito apazimento às contribuições da Sociolinguística Variacionista, uma vez que a maior parte da literatura sociolinguística realizada no Brasil – e, em especial, sobre Brasília – seguiu essa vertente. Além disso, este trabalho parece ganhar um viés quase variacionista ao trazer às minhas asserções questões fonológicas como a *palatalização do /S/ pós-vocálico*. Quaisquer dados quantitativos apresentados nesta pesquisa, no entanto, trabalham em favor de uma análise interpretativista mais apurada. Como pontuam Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 24), ainda que o pesquisador opte por um percurso metodológico de cunho essencialmente quantitativo, o que definitivamente não é o caso nesta pesquisa, “não há quantificação sem qualificação” e “não há análise estatística sem interpretação.”

Tendo esclarecido que a trilha percorrida ao longo deste trabalho é de cunho qualitativo-interpretativista (mas que algumas de nossas bagagens estão cheias de dados quantitativos), é preciso elucidar que no último século se desenvolveram diversos métodos e estratégias dos quais diferentes campos do saber têm se beneficiado. A Etnografia – meu principal veículo nesta empreitada – e suas subdivisões têm se firmado como um método bastante empregado, assim como as estratégias de observação participante, entrevistas semiestruturadas, análises de documentos e notas de campo. Nas seções subsequentes, apresento de que forma recorri ao método da Etnografia, bem como às estratégias supracitadas para a condução desta pesquisa. Ademais, demonstro que meus procedimentos de análise

recorreram a pressupostos e construtos teóricos (aqui intitulados *ecos*) da Sociolinguística Etnográfico-interacional e da Sociolinguística Variacionista.

3.2 OS MÉTODOS

Como evidenciado, até o início do século XX, o próprio fazer científico muitas vezes se confundia com a adoção de um método quantitativo: objetivo – no sentido de prever um distanciamento entre pesquisador e objeto cognoscível –, baseado em fatos observáveis e capaz de fazer generalizações a partir de experimentos (indução). Correntes anteriores que questionavam essa vertente e propunham modelos explicativos distintos eram, em geral, ofuscadas e associadas à mera especulação. O curioso é que até os dias atuais, mais de um século após a proposição do paradigma interpretativista, as ciências humanas e sociais não tenham ainda adquirido o mesmo capital simbólico (BOURDIEU, 1991), isto é, o mesmo valor e prestígio das ciências exatas. Estudos das práticas sociais são geralmente legitimados pela população leiga – e, muitas vezes, por algumas comunidades acadêmicas – somente a partir da exibição de dados quantitativos (gráficos, tabelas e percentuais diversos).

Por essa razão, é importante reforçar que outros métodos, como os que aqui adoto, são respaldados por uma epistemologia e paradigmas distintos, mas não menos rigorosos. Na verdade, a palavra *método* vem da formação grega *met-* (que segue) mais *hódus* (caminho) e significa, em sentido literal, *seguir um caminho*. Assim, independente de adotar um viés quantitativo ou qualitativo, o pesquisador deve seguir um caminho rigoroso e coerente para alcançar seus objetivos e atingir um fim. É a sistematização dos métodos elencados o que se entende por *metodologia* ou *percurso metodológico* de um trabalho investigativo (BAUER e GASKELL, 2002; MARCONI e LAKATOS, 2003; ANGROSINO, 2009). Meu percurso metodológico nesta pesquisa envolveu, em primeiro lugar, a adoção de um viés qualitativo: a utilização do método da Etnografia em três de suas vertentes.

3.2.1 Um olhar etnográfico

“Descrever o(s) outro(s)” é o significado etimológico da palavra *etnografia*, a partir da fusão dos termos gregos *ethno* (nação, povo) e *graphein* (escrever). Esse é um método fruto da Antropologia Social que se espalhou gradualmente a outras disciplinas, tais como a Sociologia, a Comunicação, a (Socio)linguística, o Design e, mais recentemente, a Tecnologia da Informação.

Até que se firmasse nas primeiras décadas do século XX, uma boa parte da coleta de dados feita pelas ciências sociais era obtida por meio da aplicação de *surveys*, questionários com perguntas e respostas posteriormente quantificadas para análise. A proposição desse novo método se justifica no reconhecimento de algumas limitações metodológicas da corrente vigente. A principal era a de que um método essencialmente baseado na fala do respondente e no padrão pergunta-resposta desconsiderava que uma parcela relevante do significado social e da experiência humana é construída a partir do conhecimento tácito e não-falado. Assim, a pesquisa etnográfica se volta à observação do outro, fundamentada na prática do trabalho de campo (ERICKSON, 1990, 1998; BORTONI-RICARDO, 2008; ANGROSINO, 2009). O enfoque etnográfico se concentra na busca pela organização e interpretação de significados sociais e culturais, a partir do contato entre pesquisador e pessoas investigadas durante um longo período na comunidade em foco. Em poucas palavras, Angrosino (2009, p.31) sumariza o ofício do pesquisador que opta por esse caminho:

Os etnógrafos coletam dados sobre as experiências humanas vividas a fim de discernir *padrões previsíveis* do que [sic] de descrever todas as instâncias imagináveis de interação ou produção. A etnografia é feita *in loco* e o etnógrafo é, na medida do possível, alguém que participa subjetivamente nas vidas daqueles que estão sendo estudados, assim como um *observador* objetivo daquelas vidas (grifos do autor).

Para isso, os etnógrafos acompanham de perto as rotinas, costumes e práticas sociais da comunidade estudada, que é formada por pessoas tão reais quanto eles. Tudo deve ser registrado em suas notas de campo (ou diários de bordo), desde os diversos rituais religiosos e culturais a práticas rotineiras como a forma de cumprimento ou despedida entre as pessoas. O significado da experiência é mutualmente construído com os participantes, seja por meio de entrevistas não-estruturadas ou semiestruturadas, seja na prática diária não sistematizada ou na inserção do pesquisador no cotidiano da comunidade. O trabalho prevê também a coleta de documentação transversal a todo o estudo, que inclui, por exemplo, a catalogação de fotos, vídeos e registros escritos locais. Todos esses instrumentos são sistematizados e analisados exaustivamente, com vias à elaboração de um relatório etnográfico verossímil e preciso.

Dentro do que se entende hoje por Etnografia moderna, o relatório etnográfico mais citado provavelmente é o do antropólogo inglês Bronislaw Malinowski *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), dado o seu caráter pioneiro e alto grau de detalhamento. Nele, Malinowski descreve minuciosamente a sua experiência de quatro anos com os habitantes das Ilhas Trobriand, um arquipélago próximo à Nova Guiné. À época, o trabalho recebeu diversas críticas que questionavam o teor essencialmente descritivo e pouco científico do relatório. Além disso,

o autor delineou princípios para o trabalho etnográfico baseados na “organização da tribo” (MALINOWSKI, 1922, p. 33), o que poderia sugerir que o método se limitaria a descrever sociedades outras que não as ocidentais judaico-cristãs. Ainda assim, seu legado reverbera ainda hoje, especialmente por ter feito uso da estratégia que posteriormente se firmaria como *observação participante*, a qual também recorro na condução deste estudo.

Um outro ponto a ser ressaltado é que o método etnográfico enfoca as realidades particulares das comunidades estudadas. As investigações não visam primordialmente a dar conta de explicar questões sociais por meio de generalizações, embora a comparação de diferentes relatos etnográficos seja capaz de lançar luzes sobre temáticas universais partilhadas entre sociedades diversas. Assim, a matéria-prima de uma etnografia são as pessoas de uma determinada comunidade e os significados co-construídos entre elas em suas mais diversas práticas sociais.

Os dados também recebem tratamento distinto em relação a outras abordagens. Antes de mais nada, é preciso salientar que na pesquisa etnográfica a maior parte dos dados emerge sem o controle prévio do pesquisador. Por essa razão, muitos pesquisadores preferem o termo *geração de dados* em lugar de *coleta de dados*. Nesta pesquisa, reconheço que a maior parte dos dados foram gerados em campo, a partir da interação com os colaboradores. No entanto, em alguns momentos recorri a informações e a análise de interações que já estavam postas antes mesmo da pesquisa, caso em que trato os dados como *coletados*. Erickson (1998, p. 2) não faz distinção clara entre os termos, mas aponta para outro diferencial do método etnográfico, que é o fato de que “coleta e análise de dados são mutuamente constituídos.” Firmada no paradigma interpretativista, a Etnografia não pressupõe que o pesquisador adentre o campo com hipóteses bem delineadas com o intuito de confirmá-las ou negá-las. Longe disso, o trabalho etnográfico requer que o investigador se dispa de conceitos pré-estabelecidos e permita que as suas asserções sejam descartadas, reformuladas ou corroboradas à medida em que o estudo avance e o trabalho de campo mature.

Nesse sentido, a maior diferença do conceito de *asserções* em relação ao de *hipóteses* talvez seja o de que as asserções do etnógrafo são trabalhadas durante todo o processo investigativo: antes, durante e após e a entrada em campo. Muito provavelmente, antes de adentrar campo, o pesquisador realiza pesquisa documental sobre a comunidade almejada e delineia o que já sabe sobre ela – o que aqui é feito nos Capítulos 2 e 4 –, de modo a contrastar suas impressões anteriores com aquelas geradas em campo. Nesse momento, provavelmente emergirão asserções prévias e, com elas, o desafio é o de deixá-las em repouso de modo a não influenciar dados e interações futuras.

Erickson (1998) recomenda que muitas das adoções de instrumentos sejam precedidas por experiências piloto com grupos focais, de modo a testar a sua efetividade. Também sugere que as asserções prévias possam ser refinadas a partir de estudos piloto realizado em menos tempo, com menos rigor e participantes. O estudo piloto tem o objetivo de auxiliar o pesquisador a elencar seus enfoques em campo, embora uma visão holística deva sempre ser privilegiada. Nesta pesquisa, realizei um estudo piloto com o auxílio da Netnografia (KOZINETS, 2002), explicitada em 3.2.1.3. Por essa razão, o Capítulo 4 é todo dedicado à sua apresentação e revela quase um estudo à parte, que me auxiliou na (re)formulação de minhas asserções prévias e me serviu de contraste aos dados gerados em campo⁵⁹.

Ainda no que diz respeito às asserções, como colocado, elas não deixam de ser trabalhadas após a entrada do pesquisador em campo. Pelo contrário, não por acaso o período em que a imersão em campo se intensifica é também o momento em que o pesquisador começa a propor novas asserções e subasserções numa relação dinâmica. É somente em momento posterior ao campo, porém, que o pesquisador revisita os dados gerados nos diários de bordo, gravações, transcrições, fotografias e leituras sobre a comunidade (e na comunidade) para confirmá-las, refutá-las ou ressignificá-las:

É assim importante notar que a análise de dados começa quando o observador ainda está no cenário de campo e continua mesmo após tê-lo deixado. Geralmente o tempo que é necessário para a análise de dados e relato após deixar o cenário de campo deve ser tão longo quanto o tempo gasto fazendo trabalho de campo. (ERICKSON, 1998, p. 18)

O que se depreende, portanto, é que uma etnografia em essência pressupõe bastante tempo até que se consolide. Nesta pesquisa, é bastante tênue o limiar entre o que se entende por entrada e saída de campo, uma vez que o pesquisador é também membro da comunidade de pesquisa maior, o Distrito Federal. Assim, a observação participante aqui realizada não se limita aos poucos meses em que sistematicamente cataloguei histórias, observei com atenção ambos comportamento e língua e realizei sessões de narrativas de vida. Ela é também fundamentada em minha experiência enquanto brasiliense e no registro protocolar de memórias e impressões vividas ao longo de três décadas. Dessa maneira, encontrei na Etnografia da Comunicação, na Autoetnografia e na Netnografia mecanismos para dar a este estudo um **cunho etnográfico**, sem necessariamente realizar um relatório comprometido com todos os pressupostos centrais da Etnografia.

⁵⁹ Reitero que as minhas asserções já foram apresentadas na Introdução e serão retomadas em 3.3.

3.2.1.1 Etnografia da Comunicação

Como apresentado em 1.1.4.2, a Etnografia da Comunicação⁶⁰ tem Dell Hymes (1962; 1972; 1974) como seu principal precursor. O que fica claro em sua obra e, especialmente em *Foundation in Sociolinguistics: an Ethnographic Approach* (1974), é que a separação ou mera correlação entre formas linguísticas e contextos sociais não é viável. Além disso, qualquer exagero em uma das partes pode gerar um desequilíbrio improdutivo ao trabalho do etnógrafo. Para superar essa questão, a corrente se distancia de categorias abstratas e parte em direção ao estudo de situações, trocas e eventos comunicativos de uma comunidade específica. Tem, portanto, um viés que privilegia particularidades nas práticas sociais dos mais variados tipos de agrupamentos humanos:

O etnógrafo provavelmente tem, ou virá a ter, a visão de que modelos são para pessoas, e não pessoas para modelos; e que não existem *massas*, apenas jeitos de se referir a pessoas como *massas*; que as *massas* de um homem são o público ou comunidade de outro, e que falar de comunicações de massa já é expressar uma separação da porção de humanidade referida que tendencia o resultado. O etnógrafo provavelmente olhará para a comunicação do ponto de vista e interesses da comunidade em si, e verá seus membros como fontes de conhecimento partilhado e perspicácia. (HYMES, 1974, p. 8, tradução e grifos meus)

O enfoque deve recair, então, sobre a comunidade de fala elencada e sobre a sistematização de seus **eventos comunicativos** em relação às diversas situações comunicativas encontradas. Para Saville-Troike (2003, p. 25, tradução minha) os eventos comunicativos são:

[...] a unidade básica dos propósitos descritivos. Um só evento é definido por um conjunto de componentes unificados em toda a sua duração, começando com uma mesma proposta geral de comunicação, o mesmo tópico geral, e envolvendo os mesmos participantes, geralmente utilizando a mesma variedade linguística, mantendo o mesmo tom ou *key* e as mesmas regras de interação, no mesmo cenário. Um evento termina quando há uma mudança nos participantes principais, na relação de seus papéis ou no foco da atenção. Se não há mudança nos participantes e cenário, a fronteira entre eventos é normalmente marcada por um período de silêncio e talvez por uma mudança na posição corporal.

Dessa maneira, a Etnografia da Comunicação se debruça essencialmente sobre a análise apurada dos componentes configuradores de *eventos comunicativos* dentro das mais distintas *situações comunicativas*, que podem ser tão variadas como uma cerimônia de casamento, um chá das cinco ou mesmo uma aula. Assim, é preciso de antemão traçar uma distinção clara entre os termos *situação comunicativa* e *evento comunicativo*. Enquanto o

⁶⁰ O construto foi inicialmente tratado por Etnografia da Fala (cf. HYMES, 1962; BELL, 2014)

primeiro se refere às ocasiões sociais rotineiras e comumente observáveis numa determinada comunidade (cumprimentar os vizinhos no elevador, reunir-se com a família na ceia de natal, ir a uma consulta médica etc.), o segundo se refere a etapas claramente demarcadas por uma mudança em pelo menos um dos componentes comunicativos⁶¹ numa determinada situação comunicativa. Saville-Troike (2003) exemplifica essa distinção ao apresentar os eventos comunicativos rotineiros das aulas de um curso de inglês como segunda língua que observou durante todo um ano escolar:

QUADRO 6 – EXEMPLO DE SITUAÇÃO COMUNICATIVA E EVENTOS COMUNICATIVOS

Situação comunicativa	Eventos comunicativos recorrentes
Aulas de inglês como segunda língua no contexto da educação elementar (equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brincadeira não-estruturada 2. Reivindicar um lugar na mesa grande onde a lição é conduzida 3. Rotinas de abertura (ex.: <i>Que dia é hoje?</i>) 4. Lição dirigida pela professora na forma linguística almejada 5. Atividade seguinte (normalmente envolvendo artes e trabalhos manuais ou um jogo) 6. Rotinas de conclusão (ex.: <i>Hora de arrumar a sala, até amanhã</i> etc.)

FONTE: Adaptado de SAVILLE-TROIKE (2003, pp. 24-25, tradução minha)

O que se pode deprender do Quadro 6 é que, embora cada aula seja única e envolva atividades diferentes, a rotina comunicativa do grupo se traduz em eventos sequenciais típicos. Apesar de os eventos serem encadeados, a transição entre cada um deles desvela um padrão diferente em um ou mais dos componentes propostos por Hymes (1974) e descritos a seguir.

3.2.1.1.1 SPEAKING

O maior empreendimento da Etnografia da Comunicação é fornecer ao etnógrafo um quadro de referência no qual seus registros e análises se assentem de forma precisa. Nesse sentido, Hymes (1974, p. 62) propõe a combinação mnemônica **SPEAKING**, que delinea os elementos centrais a serem considerados ao descrever e analisar eventos comunicativos. No Quadro 7, sintetizo-os com base em Hymes (1974) e nos refinamentos de Bortoni-Ricardo (2011) e Bell (2014):

⁶¹ Cf. também Ervin-Tripp (1972, p. 193) e Garcez e Ostermann (2013, pp. 261-262).

QUADRO 7 – *SPEAKING*: COMPONENTES COMUNICATIVOS

S	<i>Situation</i> . Situação: ambiente e cena
P	<i>Participants</i> . Participantes: falante/ouvinte <ul style="list-style-type: none"> ○ Hymes (1974): [emissor, locutor]; [plateia, adereçado] ○ Bell (2014): [responsável, autor, editor, animador]; [adereçado, auditor, ouvinte acidental, ouvinte proposital]
E	<i>Ends</i> . Fins: objetivos ou propósitos
A	<i>Act Sequence</i> . Sequência dos atos: forma e conteúdo da mensagem
K	<i>Key</i> . Tom: forma como se diz/se pronuncia
I	<i>Instrumentalities</i> . Intrumentos: canais e instrumentos de transmissão
N	<i>Norms</i> . Normas: normas de interação e de interpretação de regras culturais
G	<i>Genres</i> . Gêneros: língua ou registro associado a determinados eventos comunicativos

FONTE: Adaptado de HYMES (1974), Bortoni-Ricardo (2011) e Bell (2014).

Os oito componentes comunicativos presentes no quadro, também chamados *categorias hymesianas*, estão interseccionados e por isso devem ser analisados de forma global. No primeiro deles, a *situação* (S), o etnógrafo deve fornecer e se ater a uma descrição minuciosa do cenário e do momento (o tempo presente) em que o evento comunicativo ocorre. Os debates presidenciais no Brasil, por exemplo, são situações comunicativas que ocorrem a cada quatro anos e se iniciam por volta do mês de agosto. Ocorrem, em geral, em estúdios televisivos ou de emissoras de rádio. Cada etapa bem marcada do debate pode ser considerada um evento comunicativo distinto. Por exemplo, em 2018 a emissora *Band* realizou o primeiro debate presidencial das eleições daquele ano. O debate se dividiu em cinco blocos e dentro de cada um deles houve também mudanças de eventos comunicativos a partir de alterações no componente *situação*⁶². Na situação do primeiro evento, cada candidato deveria responder a perguntas de leitores de um jornal de grande circulação. O tempo, cronometrado pelo apresentador, marcava o fim de um turno de resposta de um candidato e também o retorno ao seu lugar de origem, o que assinalava a transição entre eventos comunicativos por uma mudança nesse componente.

Procedendo às categorias hymesianas, uma que recebe maior atenção é a de *participantes* (P). Os participantes do evento podem exercer papéis mais complexos do que somente os mais evidentes de falante e ouvinte. Nesse paradigma binário, o ouvinte apenas acompanharia atentamente as informações fornecidas pelo falante, o que muitas vezes não é o caso, já que a relação entre eles costuma ser dinâmica. Além disso, em muitos eventos comunicativos podem haver pessoas presentes que não detenham o poder de fala ou sejam

⁶² Reitero que os termos *situação comunicativa* e *situação* devem ser entendidos de forma distinta. O primeiro se refere à ocasião social e o segundo a um componente comunicativo ou categoria hymesiana que tem a ver com o tempo e lugar onde ocorre um evento comunicativo.

diretamente adereçadas. Para Goffman (2013, p. 125), o status de participante em uma ocasião social – e, por conseguinte, em seus eventos comunicativos – está relacionado à “relação de qualquer um dos membros com uma certa elocução” e, dessa forma, existiriam subcategorias relacionadas aos papéis de falante e ouvinte. Hymes (1972; 1974) se atentou para esse fato e subdividiu as categorias em dois papéis associados a cada uma delas: ao falante, figurariam os papéis de emissor, a fonte da informação, e o de locutor, a pessoa que dá voz à informação; ao ouvinte se vinculariam os papéis de plateia, que ouve a informação, e de adereçado, receptor original da informação emitida.

Ao longo das últimas décadas, esses conceitos e categorias têm sido revisados e ampliados por diversos autores. Goffman (2013 [1979]), por exemplo, argumenta que em uma ocasião social há participantes ratificados – aqueles que detêm direito à fala e à escuta – e não-ratificados – aqueles que, por algum motivo, se encontram no mesmo tempo e lugar (na mesma situação, portanto) dos participantes ratificados e ouvem a conversa, acidental ou propositalmente. Bell (1981; 1984; 2014) revisita as subcategorias e ideias propostas por Hymes e Goffman e as refina ainda mais. Para esse autor neozelandês, as subcategorias para falante seriam quatro: *responsável, autor, editor e animador*:

O *responsável*⁶³ é a autoridade institucional por detrás de um discurso ou texto, cuja posição ou postura está sendo expressa. Existe um *autor* inicial que origina a primeira versão de uma notícia. Mas essa notícia passa então às mãos de vários *editores* que processam e modificam o texto até que seja apresentado ou publicado em sua forma final pelo *animador*. (BELL, 2014⁶⁴, tradução minha, grifos do autor)

Quanto às subcategorias de ouvinte, Bell também argumenta em favor de quatro: *adereçado, auditor, ouvinte acidental e ouvinte proposital*⁶⁵. As duas primeiras referem-se a ouvintes ratificados: ambos estão autorizados a ouvir e participar, mas a mensagem é destinada apenas aos adereçados. As duas últimas referem-se a participantes não-ratificados: os ouvintes acidentais estão presentes e escutam a informação ao acaso, isto é, sem a intenção de ouvir, enquanto os ouvintes propositais intencionalmente escutam um evento comunicativo, embora sem o aval dos outros participantes para integrá-lo.

Para ilustrar melhor os papéis aqui apresentados, retomemos ao debate presidencial exemplificado há pouco. Os candidatos convidados à ocasião são os principais falantes e, nesse

⁶³ Mantenho aqui a tradução proposta por Malufe (1992) e Fontana (2013) para ‘*principal*’, termo jurídico do inglês que também pode designar *outorgante*.

⁶⁴ Cf. seção 6.3 da obra. A versão consultada se trata de um e-book Kobo não-paginado.

⁶⁵ *Ouvinte acidental e ouvinte proposital* são traduções minhas para os respectivos termos em inglês *overhearer* e *eavesdropper*.

contexto, representam os animadores. São eles que veiculam os discursos e textos que lhes foram transmitidos em cadeia (responsável → autor → editor → animador). Assim, a primeira instância da notícia/informação seria, na verdade, o partido cujos ideais os candidatos representam (responsável). As reuniões de diversas comitivas desse mesmo partido trazem mais concretude a esses ideais e delineiam um plano de governo (autores). Em seguida, o candidato ou a candidata se reúne com diversos assessores para alinhar seu discurso em diversas esferas, tais como a econômica, a educacional, a da saúde e a da segurança (editores). Por fim, os candidatos debatem planos de governo entre si, na figura de animadores.

Ademais, acompanhando o debate estarão os espectadores presentes e os telespectadores. Na maior parte do tempo, os dois grupos exercem o papel de ouvintes ratificados, já que estão autorizados a acompanhar a discussão e, em algumas situações específicas – como na elaboração de perguntas – podem ter turnos de fala ou, no caso dos telespectadores, enviar questionamentos *online*. Os espectadores presentes podem assumir, ainda, o papel de ouvintes adereçados, pois em certos momentos têm aval para realizar perguntas que lhes serão respondidas de imediato e pessoalmente. A resposta do candidato, entretanto, é de interesse geral e será ouvida com atenção por muitos brasileiros, os auditores.

Como se pode notar, todos até aqui e quaisquer outros ouvintes que por ventura acompanhem um debate presidencial são participantes ratificados. Isso porque um debate presidencial é uma das maiores representações de um sistema democrático e conclama a sociedade à participação. Em contrapartida, as breves reuniões que os candidatos têm com seus assessores nos intervalos do debate são particulares e confidenciais. Ao andar pelo espaço, um candidato pode ouvir não-intencionalmente os comentários entre um adversário e sua equipe ou, propositalmente posicionar-se no local de forma estratégica para obter informações a seu favor, casos em que exerceria o papel de participante não-ratificado de ouvinte acidental ou de ouvinte proposital, respectivamente.

Tais quais os eventos comunicativos em um debate presidencial, a maioria das ocasiões sociais comporta um número variável de participantes e papéis. Como colocado, o componente (P) costuma receber maior atenção exatamente por estar no cerne do trabalho etnográfico que, em primeira instância, objetiva alcançar uma verossímil *descrição do outro*. Além disso, ao etnógrafo em campo também são atribuídos papéis de participante que, igualmente, devem ser objetos de análise. Na seção 3.5.1.1, sobre observação participante, explicito que papéis assumi na condução desta pesquisa.

Para descrever brevemente os outros componentes, atendo-me ainda à analogia com um debate presidencial no Brasil. Os *fins* ou *ends* (E) referem-se ao objetivo do evento

comunicativo. Num debate presidencial, o objetivo maior dos eventos comunicativos encadeados é o de enfraquecer opositores e promover um projeto de governo, o que será feito por meio da *sequência dos atos* ou *act sequence* (A). Nesse componente, o que importa é, de fato, o conteúdo da mensagem emitida e em que forma ela aparece. Muitos candidatos, por exemplo, utilizam dados estatísticos para validar seus argumentos. Embora a veracidade das informações possa, nos dias atuais, ser checada em tempo real por espectadores e telespectadores do debate, eles não detêm poder de fala para contestá-los. Assim, atrelar uma informação a dados quantitativos parece contribuir à legitimação de um argumento, seja ele verdadeiro ou falso.

Com relação ao *tom*, ou *key* (K), um mesmo discurso pode ser proferido com entonações que revelam intenções diversas como entusiasmo, apelo, tristeza ou ironia. Desse modo, o que distingue se um candidato está sendo sincero ou sarcástico quando diz “gostaria de fazer uma pergunta ao meu *nobre* colega” é o tom que utiliza, e não a forma elencada *nobre*. Nessa categoria, portanto, o etnógrafo se atenta para a maneira como o discurso é enunciado e pronunciado, o que pode ser uma tarefa bastante árdua quando estuda comunidades que utilizam línguas outras que não a(s) sua(s).

Os *instrumentos* ou *instrumentalities* (I) representam os canais de transmissão onde ocorrem os eventos comunicativos. As experiências para um espectador presente, um telespectador que assiste ao debate ao vivo e um *webspectador* que assiste a pequenos trechos um dia após o debate nas redes sociais será, certamente, bastante distinta. Além disso, o debate é apenas um dos instrumentos utilizados por um partido para promover seus ideais. Um mesmo plano de governo pode ser apresentado em uma cartilha, em um vídeo tutorial, em uma propaganda eleitoral ou mesmo em versão resumida em um grupo de *Whatsapp*⁶⁶. Assim, para além de se analisar o conteúdo da mensagem no componente *act sequence* (A), o etnógrafo deve se atentar ao fato de que o meio utilizado em sua veiculação pode configurar novos significados emergentes.

Dando sequência às categorias hymesianas, quando alguém visita um novo país, ainda que seja proficiente na língua, uma das maiores dificuldades é a de entender as *normas* de interação, ou *norms* (N). Isso porque regras interacionais, mesmo para eventos comunicativos em sociedades razoavelmente próximas, variam bastante de evento para evento. *Como responder a um agradecimento? Devo aceitar ou recusar essa refeição? Posso dar um abraço para me despedir?* são questões que perpassam o dia-a-dia do viajante, intercambista ou

⁶⁶ O *Whatsapp* é um aplicativo para smartphones que, atualmente, é uma das maiores plataformas mundiais de mensagens instantâneas e chamadas de voz.

imigrante. As normas de interação costumam desvelar tanto significados implícitos quanto não-tácitos acerca da comunicação de uma determinada sociedade. Em um debate presidencial, por sua vez, essas normas são rígidas e bem delineadas. As emissoras costumam divulgar com antecedência todas as regras: onde se posicionar, com quem e em que momento interagir, além do tempo específico para perguntas, respostas, réplicas e tréplicas.

O último componente, os *gêneros* ou *genres* (G), diz respeito ao registro, variedade linguística ou língua utilizados pelos participantes ao longo de um evento comunicativo. Em uma campanha presidencial, durante um comício em uma periferia, por exemplo, um candidato pode se valer de utilizar um registro informal ou se apoiar em uma variedade linguística regional para gerar um senso de identificação e empatia com o eleitorado. Em um debate com adversários, entretanto, o esperado é que o registro utilizado seja bastante moderado (não ao ponto de ser ininteligível), atendendo, na medida do possível, às normas exigidas em gramáticas prescritivas ou, pelo menos, não deixando a ver o que Bortoni-Ricardo (2011) entende por traços descontínuos⁶⁷, aqueles que denunciam a procedência do falante.

3.2.1.1.2 Pesquisador E participante?

Entender como cada um desses componentes contribui para a construção de significados sociais numa comunidade é fundamental para evitar que análises etnográficas se restrinjam ao enfoque de apenas uma dimensão do evento comunicativo – que em geral, recai substancialmente na forma e no conteúdo das mensagens, ou, nessa vertente, na sequência dos atos (A). Assim, privilegiar uma visão mais apurada dessas categorias pode dar a ver aquilo que insiste em permanecer oculto na investigação em razão do não-pertencimento do etnógrafo na comunidade estudada, o que costuma ser o caso.

É preciso ressaltar, contudo, que embora a Etnografia da Comunicação venha de uma tradição antropológica e o seu quadro de referência tenha se espreado e beneficiado outras áreas, como os estudos folcloristas, o método não se restringe à pesquisa em sociedades não-urbanas, isoladas e previamente alheias ao etnógrafo. Ao reconhecer os pesquisadores como participantes das investigações em foco, essa vertente os convida também a questionar, sistematizar e analisar as diversas ocasiões sociais e eventos comunicativos existentes em suas comunidades de origem:

⁶⁷ Sobre traços descontínuos, cf. seção 1.2.2.

Uma das vantagens em se estudar a sua própria cultura, e tentar tornar explícito os sistemas de entendimento que são implícitos, é que os etnógrafos podem utilizar a si mesmos como fontes de informação e interpretação. A visão de Chomsky sobre o falante nativo de uma língua como alguém que sabe a gramática dessa língua abriu caminhos à introspecção por falantes nativos como um procedimento analítico, e reconheceu que a vastidão desse conhecimento se estendeu muito além do que havia sido revelado na maior parte das descrições linguísticas por falantes não-nativos. A extensão dessa perspectiva ao estudo da cultura contempla o membro da sociedade como um repositório de conhecimento cultural, e reconhece que o etnógrafo que já possui esse conhecimento pode abordá-lo introspectivamente para validar, enriquecer e acelerar a tarefa da descrição etnográfica. (SAVILLE-TROIKE, 2003, p. 89, tradução minha)

Uma vez que sou membro de pelo menos uma das minhas comunidades de pesquisa (o Plano Piloto, RA-I), foi nesta vertente que encontrei a maior parte dos subsídios necessários para conduzir esta investigação. Ainda assim, associei os pressupostos aqui delineados às contribuições da Autoetnografia e da Netnografia, explicitados a seguir.

3.2.1.2 Autoetnografia

O que Saville-Troike (2003, p.89) trata por “estudar a sua própria cultura”, outros autores entendem por *autoetnografia* (HAYANO, 1979; ANGROSINO, 2009; SANTOS, 2017). Aqui, o acréscimo do prefixo *auto* ao termo anterior desvela a noção de uma etnografia feita “a partir de si mesmo”. A descrição do *outro*, portanto, é precedida da evocação das memórias e histórias de vida do próprio pesquisador. Enquanto, para alguns autores, todo fazer etnográfico seria, dessa maneira, *autoetnográfico*, a estratégia se diferenciaria ao enfatizar ainda mais a impossibilidade de um ponto de vista neutro. Ao contrário: é a partir de suas experiências e narrativas pessoais – *a partir*, e não exclusivamente – que o pesquisador estabelece uma relação com o todo da experiência cultural. É este o caso com este estudo: seja na análise dos dados, na introdução ou na fundamentação teórica, ele ganha um tom autoetnográfico que conduz toda a discussão aqui levantada.

De acordo com Santos (2017, p. 221), o termo *autoetnografia* aparece registrado pela primeira vez em Hayano (1979). O antropólogo propõe que as etnografias desse tipo são aquelas que pesquisadores fazem sobre si mesmos, conectando-as a um campo de pesquisa escolhido significativo, especialmente um que transpareça pelo menos uma de suas identidades. Em seu estudo autoetnográfico, por exemplo, Santos recorre às suas memórias de varejista em uma loja de departamento de moda para analisar as relações de trabalho e de discriminações vividas enquanto homem negro. Suas narrativas pessoais servem de evidência à proposta do artigo e são posteriormente trianguladas com outras fontes para a construção de um corpus sólido de

uma pesquisa assentada na sociologia do trabalho. O que se evidencia, portanto, é que se pressupõe nessa estratégia um distanciamento do “Eu” enquanto sujeito situado em contextos específicos e do então pesquisador, sujeito que lança luzes sobre a experiência a partir de um processo analítico-reflexivo contínuo. Em seu artigo, Santos sintetiza ainda três orientações propostas por Chang (2008), que garantiriam o equilíbrio do método autoetnográfico: uma metodológica, de base etnográfica; outra cultural, de base interpretativa; e finalmente uma que diz respeito ao conteúdo, de base autobiográfica.

Em minha pesquisa, os diários de bordo foram escritos primordialmente de modo autoetnográfico. As entradas incluem narrativas do hoje e do ontem; incluem algumas de minhas memórias de criança, adolescente e homem brasileiro, transitando pelas diversas regiões administrativas do Distrito Federal. Além disso, muitos direcionamentos da pesquisa foram tomados a partir das reflexões apreendidas de minhas lembranças e escritos autoetnográficos.

3.2.1.3 Netnografia

Netnografia é um termo cunhado em por Robert Kozinets, professor assistente de *marketing* na Northwestern University, em Illinois, Estados Unidos (Cf. KOZINETTS, 1998; 2002). Em consonância com a carreira de seu proponente, essa vertente se difundiu como forma de entender o comportamento de usuários, grupos e comunidades *online* com o objetivo de investigar seus perfis de consumo na promoção de pesquisas de *marketing*. O método, entretanto, tem sido utilizado nas últimas duas décadas por diversas outras disciplinas como uma forma legítima de se fazer etnografia em ambientes virtuais. Nos termos de Kozinets (2002, p. 1, tradução minha), trata-se de uma “etnografia adaptada ao estudo das comunidades *online*. Como um método, a ‘netnografia’ é mais rápida, mais simples e menos cara que a etnografia tradicional, e mais naturalista e não-intrusiva que grupos focais e entrevistas.”

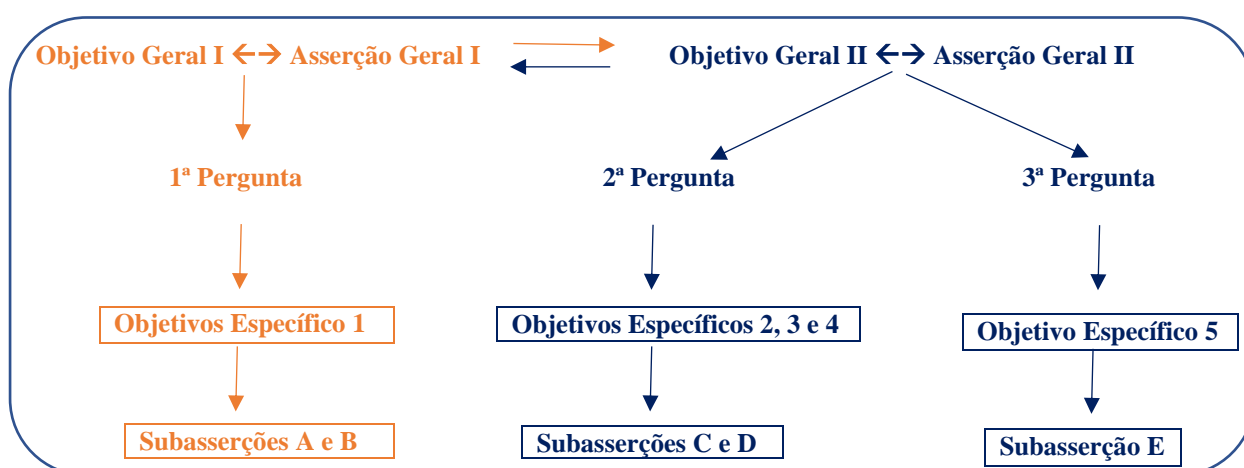
Como um desdobramento da Etnografia, portanto, o fazer netnográfico adota procedimentos muito similares àquela: há implicações na entrada do pesquisador em campo, estratégia de coleta e geração de dados, preocupações éticas e uma análise interpretativo-qualitativa. Uma grande vantagem de se utilizar essa vertente é que boa parte dos dados já está transcrita, uma vez que os *instrumentos* (I), isto é, os canais de transmissão das mensagens, geralmente privilegiam a escrita. Nesse sentido, a impossibilidade de um contato direto e pessoal com o participante claramente também gera limitações de diversas naturezas, a depender do objetivo da investigação.

Nesta pesquisa, a netnografia foi utilizada num estudo piloto, com o intuito de analisar opiniões sobre o *sotaque de Brasília*, num grupo de participantes com idades médias entre 15 e 30 anos, de diversas cidades do Brasil, inclusive Brasília, na rede social *Facebook*. Essas análises recaíram sobre dados que já estavam disponíveis: as interações dos usuários por meio de postagens acerca do tema. Uma análise apurada da discussão me permitiu descartar, acrescentar e refinar asserções que eu já trazia sobre o tópico na condição de brasileiro. Assim, dediquei um capítulo inteiro deste trabalho à sua apresentação, já que as contribuições dos interlocutores daquela discussão funcionaram como prelúdios do que encontraria face-a-face com brasileiros do Plano Piloto e Gama ao narrar suas histórias de vida.

3.3 RETOMADA: OBJETIVOS, ASSERÇÕES E PERGUNTAS DE PESQUISA

Ainda na introdução deste trabalho, como é de praxe em estudos investigativos, apresentei meus objetivos, asserções e perguntas exploratórias. Tendo explicitado os métodos adotados, volto-me agora à retomada desses elementos para demonstrar como eles se interseccionam, em moldes inspirados em Erickson (1998), Sousa (2006) e Almeida (2015). Aqui, apresento-os numa relação horizontal e vertical, em que a conjunção de objetivos gerais e asserções gerais leva ao delineamento de perguntas exploratórias, essas que por sua vez definem os objetivos específicos da pesquisa e as subasserções a eles subjacentes:

FIGURA 8 – INTERSECÇÃO DE OBJETIVOS, ASSERÇÕES E PERGUNTAS (I)



FONTE: O autor

O caráter bicolor na Figura 8 desvela meu ponto de partida: a pesquisa tem dois objetivos gerais que demandam percursos particulares de investigação, embora não possam ser pensados isoladamente. É por isso que ambos mantêm uma relação horizontal representada

pelas setas laranja e azul em sentidos opostos. A conjunção dos objetivos gerais com suas respectivas asserções gerou três perguntas de pesquisa. Para dar conta de responder a essas perguntas, delineei cinco objetivos específicos. A cada objetivo específico, pelo menos uma subasserção está subjacente.

Longe de querer soar repetitivo e com vias a demonstrar de maneira ainda mais concreta essa relação, esses percursos serão representados também na Figura 9, a partir do delineamento de todos os elementos apresentados na introdução *Eixos Desenhados*. Em razão de sua extensão, a figura a seguir teve de ser alocada numa página única. Dessa maneira, é importante agora tornar a atenção a ela para compreender as explicações que forneço nos parágrafos seguintes.

O que se pode notar a partir da Figura 9 é que os dois objetivos gerais representam percursos de pesquisa específicos, embora inter-relacionados, representados nas cores laranja e azul. A cada um desses objetivos, delineei uma asserção geral. As setas brancas de ponta dupla presentes no primeiro quadrante demonstram que, em nível vertical os dois objetivos gerais são interdependentes e que, em nível horizontal, o Objetivo Geral I se associa à Asserção Geral I e Objetivo Geral II à Asserção Geral II. A conjunção de objetivos e asserções gerais gerou três perguntas exploratórias de pesquisa, o que está representado pela seta curvilínea.

A partir das perguntas de pesquisa, pude traçar cinco objetivos específicos que, por sua vez, me renderam cinco subasserções. A relação entre objetivos específicos e subasserções, entretanto, não deve ser interpretada de forma imediata baseada na sequência numérica apresentada; a relação entre eles é dinâmica. Assim, as subasserções *A* e *B* estão subjacentes ao objetivo específico 1, *C* e *D* ao objetivo específico 2, e *E* ao objetivo específico 3.

Todos esses elementos serão retomados uma vez mais nas considerações finais⁶⁸ deste estudo, logo após a apresentação das análises. Lá, perfaço o caminho inverso proposto nas duas Figuras, 08 e 09. Inicialmente, tratarei das subasserções, discutindo de que forma a condução deste estudo pôde confirmá-las, refutá-las ou, até mesmo, ressignificá-las. Em seguida, refletirei se os objetivos específicos foram alcançados e se forneceram evidências para responder cada uma das três perguntas de pesquisa. A partir dessa reflexão, terei mecanismos para confirmar, refutar ou ressignificar as duas asserções gerais e discutir se os objetivos gerais da pesquisa foram alcançados. Com uma análise apurada desse caminho de volta, poderei apresentar as contribuições deste estudo à pesquisa sociolinguística que se debruça sobre o Distrito Federal e fazer apontamentos para trabalhos futuros.

⁶⁸ Cf. considerações finais em *Eixos cruzados*.

FIGURA 9 – OBJETIVOS, ASSERÇÕES E PERGUNTAS (II)



FONTE: O autor

3.4 OS COLABORADORES

Apesar de este estudo promover a adoção de um viés qualitativo-interpretativista, ele dialoga com as pesquisas realizadas sobre o Distrito Federal em seu aspecto sociolinguístico, que, em sua maioria, privilegiaram a adoção de uma perspectiva variacionista e, portanto, quantitativa. Naqueles estudos, as comunidades estudadas se aproximam do entendimento de *comunidade imaginada* de Anderson (1991). Nesse construto, a imaginação acontece num nível societal, na forma de ideologias de nação e patriotismo. Essa noção de comunidade deve muito mais à construção de um imaginário público, percebido a partir de uma esfera documental sólida e materializada na tecnologia da impressão, que não delimita fronteiras geográficas, mas políticas. Assim, muitas vezes essas fronteiras pouco têm a ver com a pré-existência de conglomerados humanos ou com aspectos topográficos limitantes.

Dessa forma, enquanto é possível entender como comunidade social os moradores de um mesmo prédio, por viverem numa delimitação geográfica comum, é possível também entender todos os moradores de Águas Claras (RA-XX) como pertencentes a uma comunidade social distinta daquela no Sudoeste (RA-XXII). É possível, ainda, ampliar a lupa e conceber os moradores do DF como uma só comunidade, diferente, por exemplo, da comunidade de Goiás. É viável, portanto, entender como comunidade social mesmo um conglomerado de indivíduos que não se conheçam pessoalmente, mas que estejam ligados por um atributo comum relativamente forte, tal qual a sua região de procedência; daí a presença da imaginação na expressão cunhada por Anderson.

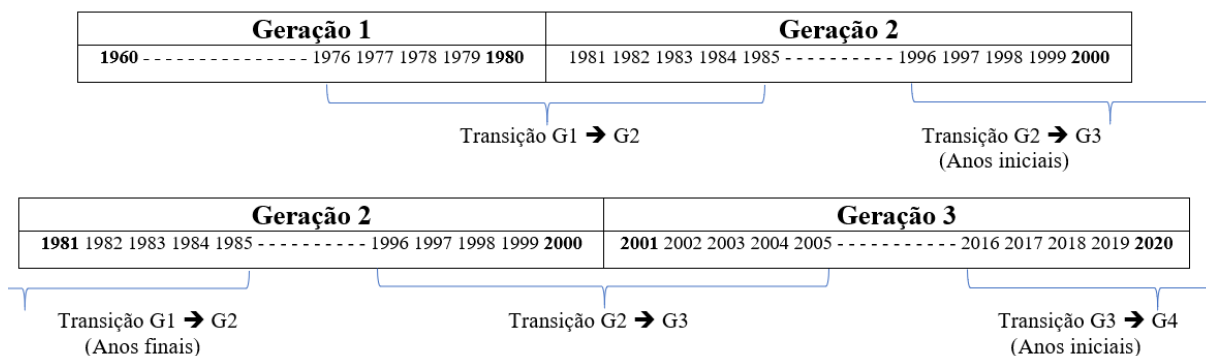
Embora a Microssociolinguística privilegie o estudo em comunidades menores, muitas pesquisas, especialmente na abordagem variacionista, se resguardam nos pilares da estatística ao definir um número mínimo de colaboradores que seja representativo da amostra real do contexto macro de uma comunidade maior tal qual uma cidade ou unidade federativa. Esse não é exatamente o caso com este estudo. Tendo decidido investigar a comunidade maior da qual faço parte, a de brasilienses, era preciso definir um núcleo específico de colaboradores que sustentassem a geração de dados. Em lugar de buscar moradores de um espaço comum próprio, optei por trazer à amostra famílias que fossem genuinamente brasilienses de duas das 31 RAs do DF, nos critérios que estabeleço na próxima seção. Ao propor algumas características comuns para considerar os dados gerados nos núcleos familiares como parte do corpus, o meu intuito não era o de propor generalizações a todo o Distrito Federal, a partir de um número estatístico representativo; a minha intenção era, na verdade, a de poder comparar e contrapor os eventos comunicativos ocorridos dentro do próprio universo desta pesquisa. Em lugar de

estabelecer generalizações, portanto, penso que as contribuições desta pesquisa, em seu universo micro, podem lançar luzes a futuras investigações que busquem um entendimento representativo da fala da capital federal. Para isso, estabeleci alguns critérios, mais ou menos flexíveis, para angariar colaboradores.

3.4.1 Os colaboradores “ideais”

Além de elencar, com as razões explicitadas em 2.1.3, duas RAs das quais os colaboradores pudessem proceder – Plano Piloto e Gama –, optei também por estabelecer um limite geracional. Isso porque, como já exposto, considero que os processos de difusão e focalização dialetal aqui estudados estão intimamente ligados a fatores etários. No que diz respeito às gerações escolhidas, portanto, se considerarmos o ano de fundação das duas RAs elencadas (1960), ao término desta pesquisa Plano Piloto e Gama terão completado 58 anos. Estabelecendo em vinte anos o período de uma geração, o DF se prepararia para receber a sua quarta, como mostra a Figura 10:

FIGURA 10 - GERAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL



FONTE: O autor

Note-se que delimitar as fronteiras entre uma geração e outra é tarefa pouco consensual. O IBGE considera, para fins estatísticos, “mulheres em idade fértil” como aquelas possuindo entre 15 e 49 anos. De acordo com a Codeplan (2012, p. 15), pelo menos até 2006, o maior número de mães no DF correspondia àquelas com idade entre 20 e 24 anos. Por essa razão, me parece representativa a opção por estabelecer gerações de vinte anos, com períodos de transição intergeracionais de dez. Nesse modelo, que não é rígido, penso que os cinco anos finais de uma geração podem apontar tendências no que constituirá o repertório linguístico da geração posterior, enquanto os cinco anos iniciais de uma nova geração podem ainda trazer

fortes conexões com a geração antecedente. Nesta pesquisa, são contemplados os naturais do DF da Geração 1 (G1) e da Geração (G2), priorizando aqueles que não tenham nascido em anos considerados transicionais. **A Geração 1 contempla pessoas com idade entre 43 e 58 anos completos em 2018; a Geração 2, por sua vez, pessoas com idade entre 23 e 32 anos⁶⁹ completos nesse mesmo ano.** É preciso observar que pessoas com idade entre 38 e 42 anos também compõem a G1. Entretanto, estão inseridas num contexto transicional G1→G2. Da mesma forma, pessoas com idade entre 33 e 37 anos, além daqueles com idade entre 18 e 22 anos estão inseridos na G2. Esses dois grupos, contudo, também estão incluídos em contextos transicionais: os primeiros num contexto G1→G2 e os últimos num contexto G2→G3. A variedade utilizada pela Geração 3 não será investigada neste estudo, por se tratar ainda de um registro em fase de formação, com usuários muito jovens – seus falantes mais velhos têm dezessete anos no período de condução desta pesquisa, além de estarem incluídos num período transicional G2→G3. Ademais, como propõe Payne (1976), até que se consolide, o repertório linguístico de crianças e adolescentes tende a sofrer fortes influências transformadoras pelos seus pares.

Com relação à distribuição dos colaboradores, por questão de paralelismo nas análises, pretendi de antemão que o quantitativo mínimo de participantes plenamente ratificados nas duas RAs fosse o mesmo para os dois grupos etários nas duas RAs. Como demonstra o Quadro 8 abaixo, isso foi possível exceto para a Geração 2 do Gama:

QUADRO 8 – TOTAL DE COLABORADORES PLENAMENTE RATIFICADOS

	Plano Piloto	Gama
Geração 1 43 a 58 anos completos em 2018	4	4
Geração 2 23 a 32 anos completos em 2018	4	3
TOTAL	8	7
Total: 15		

FONTE: O autor

Inicialmente, para explicar o que proponho com “plenamente ratificados”, esclareço que as entrevistas ocorreram no âmbito de sete núcleos familiares. Considerei como núcleo familiar legítimo ao corpus desta pesquisa as famílias com no mínimo duas pessoas pertencentes a um ou aos dois grupos geracionais em foco. Em minhas visitas, muitas vezes havia outras pessoas no ambiente e, embora elas tenham sido convidadas a participar da conversa e tenham

⁶⁹ A G1 se refere, portanto, às pessoas nascidas entre os anos 1960 e 1975, e a G2, entre 1986 e 1995.

contribuído substancialmente à pesquisa, muitas vezes elas não pertenciam ao mesmo grupo etário ou geográfico elencado. Por essa razão, suas falas foram igualmente transcritas e algumas de suas considerações ou implicações de sua presença foram consideradas na análise interpretativa. Não foram consideradas, entretanto, na análise quantitativa da fala, que visou ao mapeamento da presença de elementos fonéticos comuns apenas nos subgrupos etários e diatópicos dos quinze colaboradores plenamente ratificados. Esclareço que foram quinze – e não dezesseis como havia originalmente pretendido – porque as entrevistas foram sempre realizadas em grupo e, na data da última entrevista familiar agendada no Gama, um membro da G2 não pôde comparecer, razão pela qual esse grupo só pôde contar com três – e não quatro – colaboradores. Com isso, o que vale argumentar é que se aqui apresento o perfil dos participantes buscados de forma genérica, no Capítulo 5 introduzo os núcleos familiares de todos os colaboradores reais que compuseram e deram forma, de fato, a este estudo, mesmo aqueles que não tenham sido considerados plenamente ratificados.

3.4.2 Seleção de colaboradores: Redes Sociais

Em se tratando de Sociolinguística, Redes Sociais são encaradas primordialmente como uma ferramenta analítica que pode deitar luzes sobre dados e interpretações que não estejam imediatamente disponíveis ao pesquisador. Milroy (1980) e Bortoni-Ricardo (2011[1985]), em seus trabalhos com comunidades marginalizadas em Belfast e Brazlândia, respectivamente, criaram índices de integração dos colaboradores às redes investigadas.

Em sociedades rurais e urbanas menos favorecidas, os indivíduos de uma determinada comunidade tendem a recorrer a uma rede de suporte imediata, estabelecida inicialmente diante de critérios espaciais e de solidariedade. Essas redes costumam ser *densas*, uma vez que os indivíduos que a ela pertencem normalmente conhecem uns aos outros. Ademais, os mesmos indivíduos costumam exercer diversos papéis dentro da comunidade, isto é, o vizinho de uma família pode também trabalhar como o seu pintor e ser sócio da padaria mais próxima. Por esse motivo, essas redes são conhecidas como *multiplexas*. Como já apresentado em 1.2.7, redes muito densas e multiplexas são referidas na literatura como redes de tessitura-miúda. Em sociedades mais urbanizadas, a figura é outra. As redes costumam ser mais *esparsas*, já que os indivíduos que a ela pertencem não necessitam recorrer frequentemente a uma rede imediata de suporte que lhe esteja próxima imediatamente. Pelo contrário, muitos de seus contatos mais significativos costumam pertencer a outras comunidades. Além disso, os papéis sociais em sua

maior parte são da ordem *uniplex*, isto é, um indivíduo assume apenas um papel social diante de outro. Tais redes, como visto, são chamadas de redes de tessitura-larga.

O mapeamento de uma determinada rede social em potencial pode auxiliar o pesquisador a entrar em campo mais facilmente. Especialmente em redes sociais mais densas, estão à disposição os chamados contatos de segunda ordem, indivíduos com os quais um dado sujeito não mantém relação direta ou frequente, mas que estão facilmente disponíveis caso necessite, ou, em outros termos, *o amigo do amigo*. Os contatos de segunda ordem são bastante importantes na manutenção da vida diária, especialmente em redes de tessitura-miúda, mas também nas de tessitura-larga. Os esforços de Milroy e Bortoni-Ricardo em seus estudos foram os de se intrometer nessas comunidades como a amiga de algum membro interno. Esse é um recurso que se mostra bastante pertinente, pois permite que o pesquisador circule na rede social como um membro ratificado de segunda ordem, além de facilitar a adesão de novos colaboradores à pesquisa, uma vez que uma relação de confiança com os membros da rede é estabelecida.

Para isso, Milroy e Bortoni-Ricardo propõem a delimitação de uma rede social a partir de um *grupo âncora* comum. O grupo âncora corresponderia a um conglomerado de pessoas que se relaciona mediante um vínculo forte, por exemplo, os membros de uma mesma comunidade religiosa, que se encontram duas vezes por semana numa igreja. O mapeamento de uma rede maior, nesse contexto, viria a partir da delimitação dos contatos de primeira e de segunda ordem de cada membro âncora e do cruzamento que delinea a relação desses contatos com os outros membros âncora do grupo. Quanto mais as pessoas se conheçam dentro dessa mesma rede, e quanto maior seja o número de papéis que elas exerçam entre elas, mais densas e multiplexas elas serão.

Embora a ferramenta de Redes Sociais tenha sido utilizada majoritariamente em pesquisas com comunidades rurais, rurbanas ou marginalizadas, aqui me utilizei dela apenas para compor o grupo de colaboradores desta investigação, a partir de meus contatos de primeira e segunda ordem residentes nas duas RAs em foco. Assim, neste estudo não há mapeamento de uma rede comum; a priori, os núcleos familiares não se conhecem entre si. O que há de comum, entre eles, além de pertencerem aos grupos etários e diatópicos buscados nessa pesquisa, é o fato de manterem algum vínculo comigo, seja de primeira ordem (amigos ou contatos diretos) ou de segunda ordem (amigos de amigos).

Assim, os colaboradores não foram escolhidos randomicamente, mas a partir da mesma estratégia utilizada pelas duas autoras aqui citadas. A partir de uma publicação virtual no *Facebook*, inquiri meus contatos de primeira ordem que atendessem aos critérios delineados

quanto à disponibilidade de participar de um estudo sobre Brasília. Foram feitas várias negociações e, muitas vezes, quando não demonstravam interesse ou tinham sua participação inviabilizada, direcionavam-me a outras pessoas que conheciam. Ao entrar em contato, sempre me apresentava como “o amigo do *fulano*, que...”, por exemplo, “estudou com você no Sigma”. Essa estratégia tornou as negociações mais fáceis e fez com que os colaboradores que de fato entraram na amostra se sentissem mais confortáveis comigo ao dividir histórias tão pessoais quanto as suas narrativas de vida na capital federal. As negociações com cada família, bem como as dificuldades específicas em angariar colaboradores, serão também apresentadas no Capítulo 5.

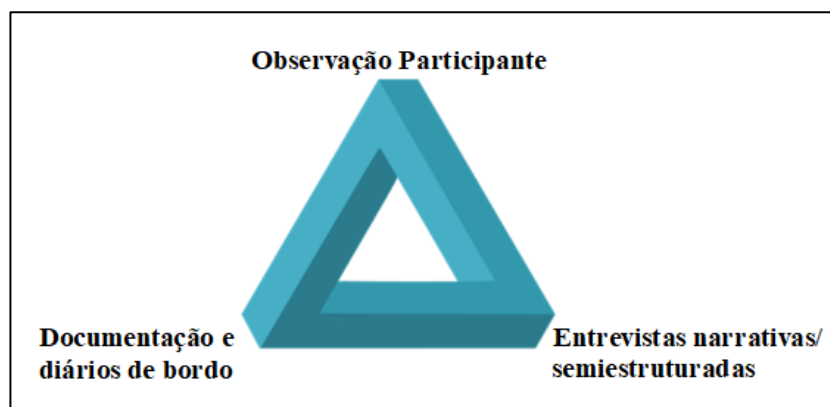
3.5 GERAÇÃO DE DADOS

Privilegiar uma abordagem qualitativa no tratamento dos dados não implica menos rigor metodológico, como apontado há pouco. O recomendável, no entanto, é que o pesquisador se utilize do que Flick (1992) e Bauer e Gaskell (2002) entendem por triangulação dos instrumentos utilizados. Nesse sentido, *triangular* tem a ver com comparar e contrastar hipóteses ou asserções sobre um mesmo problema, a partir de conclusões depreendidas quanto aos dados gerados em cada um dos instrumentos adotados. Não raro, é comum que esses esforços levem “[...] à evidência contraditória, que repercute no processo de pesquisa” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 508). Isso porque não é a pesquisa que deve estar a serviço do pesquisador, mas o contrário. Por essa razão, “a resolução dessas contradições necessita ser documentada” (ibid.). Muito provavelmente as próprias contradições emergentes no processo de análise podem dar a ver aquilo que se manifesta apenas de forma subjacente, dadas as limitações de cada instrumento.

3.5.1 Instrumentos e estratégias

Nesta pesquisa, realizo análises a partir da triangulação de dados gerados em três instrumentos. A Figura 11 desvela que não há hierarquia, senão uma relação dinâmica e complementar entre eles. Nas subseções seguintes, apresento as implicações na adoção de cada um desses componentes.

FIGURA 11 – TRIANGULAÇÃO DOS DADOS GERADOS



FONTE: O autor

3.5.1.1 Observação participante

Angrosino (2009, p. 34) entende a observação participante como um “contexto comportamental a partir do qual um etnógrafo usa técnicas específicas para coletar dados”. Para esse autor, é plenamente possível realizar estudos de cunho etnográfico sem a utilização da observação participante. Os que a ela recorrem, contudo, devem ter em mente que essa estratégia pressupõe a inserção do pesquisador na comunidade em foco, não só como um estudioso autorizado, mas como um indivíduo ratificado a partilhar, em menor ou maior escala, das práticas sociais do grupo investigado. É por essa razão que aqueles que optam por se inserirem como *participantes* dentro de um estudo de caráter etnográfico têm de esclarecer os limites de sua inserção na comunidade. Nos termos de Angrosino, esses limites são estabelecidos a partir dos papéis que o pesquisador se propõe a assumir, encadeados num *continuum* de menor à maior introjeção do pesquisador, que aqui separo em níveis no Quadro 9:

QUADRO 9 – PAPÉIS DO PESQUISADOR NA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

NÍVEL 1 Observador invisível	NÍVEL 2 Observador-como- participante	NÍVEL 3 Participante-como- pesquisador	NÍVEL 4 Participante totalmente envolvido
De algum modo o pesquisador detém autorização para participar das práticas sociais na comunidade. Os participantes, contudo, desconhecem o seu estudo.	Os participantes permitem a inserção do pesquisador na comunidade, embora reconhecendo-o como tal. Em geral, as observações feitas são pontuais e servem ao propósito de subsidiar outros instrumentos da pesquisa, como a condução de entrevistas.	O participante está inserido na vida do grupo, do qual é um membro legítimo, considerado “neutro”. Entretanto, sua agenda de pesquisa é, em geral, conhecida pela comunidade.	O participante está completamente inserido na comunidade e a sua agenda de pesquisa não é conhecida.

FONTE: sùmula a partir de ANGROSINO (2009, pp. 74-76)

Independente do papel que assuma, a observação diz respeito ao “ato de perceber um fenômeno, muitas vezes com instrumentos, e registrá-lo com propósitos científicos” (ibid, p. 74). A tarefa do pesquisador, portanto, é a de tomar notas detalhadas de toda a experiência, sem a prévia preocupação de selecionar conteúdos relevantes; de preservar, desse modo, o registro das interações na comunidade mediante outros recursos físicos igualmente importantes – fotografias, gravações, filmagens, desenhos etc. – de modo a transcender as limitações da memória humana.

Quanto aos papéis disponíveis, Angrosino sugere que os mais recomendáveis ao etnógrafo são aqueles intermediários, nos níveis 2 e 3, uma vez que há preocupações de natureza ética nos dois extremos do *continuum*. No papel de observador invisível, os participantes não chegam a ser colaboradores, mas “objetos” de pesquisa; não chegam a ter voz própria, enquanto são, contudo, descritos robustamente. No papel de pesquisador totalmente envolvido, o pesquisador corre o risco de não superar o que se entende por *paradoxo do observador*, isto é, pode não obter o distanciamento necessário da comunidade para propor conclusões que não sejam apenas legitimadas pelo mero argumento do pertencimento.

Nesta pesquisa, tive de assumir diferentes papéis. No estudo piloto realizado por meio da Netnografia (KOZINETTS, 2002), que apresento no Capítulo 4, embora seja tentador concluir que realizei um papel de observador invisível, posicione-me no de observador-como-participante. Isso porque o enfoque do grupo virtual é o debate e, na condição de público, todos os membros estão autorizados a realizar comentários, a validar ou deslegitimar opiniões mediante os devidos recursos tecnológicos e a compartilhar o conteúdo em quaisquer outras

mídias, que não aquela. A entrada no grupo não pressupõe apresentação pessoal prévia, ou características específicas comuns aos participantes. Nesse sentido, ratificado como participante do grupo – que inclusive congrega linguistas que teceram diversos comentários acerca dos falares de Brasília –, revelar o tema de minha pesquisa enviesaria a geração espontânea de dados. Utilizar-me desses dados, contudo, para uma análise prévia e não definitiva, sem revelar a identidade dos participantes, não me parece incorrer em qualquer deslealdade a uma comunidade que é pública e que assina, quando do ingresso na plataforma virtual, termo de consentimento que prevê a possibilidade de veiculação de seus dados a qualquer tempo e em qualquer mídia. Além disso, as análises não recaíram sobre o seu modo de vida ou sobre suas ações do cotidiano, senão meramente sobre o seu discurso em registro escrito.

Quanto ao estudo realizado em campo nas RAs elencadas, Plano Piloto e Gama, em cada uma delas assumi um papel diferente. No Plano Piloto, a maior parte de minha observação participante vem da conjunção de minha autoetnografia, ou seja, da experiência de ser um membro legítimo com alto índice de integração nessa comunidade, e da minha inserção nesse espaço após iniciar esta pesquisa. No âmbito de minha autoetnografia, estaria muito possivelmente inserido na condição de participante totalmente envolvido, não fosse o fato de que mantenho uma relação geográfica dinâmica com o Distrito Federal, tendo tido a oportunidade, tanto na esfera pessoal e profissional, de perceber o Plano Piloto com certo distanciamento. Embora o meu índice de integração a essa RA seja alto, no momento da condução da pesquisa, a minha relação de moradia e trabalho se estabeleceu com outras RAs, de modo que passei a entender meu papel na RA-I como o de *participante-como-observador*: plenamente autorizado a me inserir a qualquer momento na comunidade, mas ainda assim distante; com agenda de pesquisa relativamente clara, na condição de pesquisador que estuda “os brasilienses”, sempre que perguntado.

O papel assumido por mim no Gama, entretanto, não pôde ser o mesmo. Isso porque entendo que para chegar aos níveis 3 e 4 do *continuum* apresentado é necessária uma inserção profunda na comunidade estudada, o que não me foi possível nem pelo viés da autoetnografia – já que não possuía experiência robusta que fundamentasse a minha argumentação –, nem durante a condução da pesquisa, uma vez que todas as minhas idas ao Gama – diferente daquelas ao Plano Piloto – referiram-se a processos realizados na condução deste estudo. Assim, na RA-II, posicionei-me no papel de *observador-como-participante*, pois utilizei-me substancialmente de outras estratégias previstas num trabalho de cunho etnográfico. Conquanto não tão respaldada em termos de introjeção quanto a do Plano Piloto, penso que minha observação

participante na RA-II, ainda que breve, se propôs a dar voz àqueles que habitam o Gama e vivem sua realidade brasiliense (e *gamense*) de maneira distinta, especialmente a partir da triangulação dos outros dois instrumentos dispostos a seguir.

3.5.1.2 Documentação e diários de bordo

O etnógrafo Frederick Erickson (2004, p. 18) enfatiza a importância de uma pesquisa documental relevante sobre sociedades alfabetizadas antes da entrada do pesquisador em campo. Isso porque a matéria documental pode dar a ver a perspectiva discursiva construída nas instâncias superiores – ou *autorais*, nos termos de Bell (2014) –, em contraste àquela construída tacitamente, nas práticas rotineiras das comunidades. Como apresentado na seção anterior, a noção de “entrada” em campo, nesta pesquisa, é um pouco encoberta pelo fato de o pesquisador ser membro, em algum nível, das comunidades sociais em evidência no estudo.

Na adoção desse instrumento, é no Capítulo 2 que faço a melhor tradução de minha pesquisa documental. O processo compreendeu vasta consulta a diferentes documentos legislativos, que vão desde a Constituição de 1891 a decretos e leis que endossaram a transferência da capital do Brasil; desde a consulta de documentos federais àqueles mais recentes, de natureza distrital. A análise mais apurada do perfil socioeconômico do Distrito Federal, por exemplo, foi contemplada, por meio dos dados disponíveis em Codeplan (2015), a mais atual Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal.

Uma outra ação documental envolveu visitas às sedes das Administrações Regionais do Plano Piloto e do Gama, à Biblioteca Nacional de Brasília e ao Museu Vivo da Memória Candanga, processo que envolveu consultas a obras raras, acesso a fotografias antigas e indicações de títulos audiovisuais locais, vistos por mim em momento posterior.

O que é importante ressaltar, contudo, é que com esta fase da pesquisa não se pretende que o pesquisador inicie sua investigação com o maior número de hipóteses formuladas a respeito dos futuros colaboradores, mas que a documentação seja complementar à observação participante, até mesmo como forma de auxiliar a análise interpretativa concomitante e posterior das observações. Nesse sentido, é quase um consenso dentro da Etnografia que, para além de analisar a documentação local, todo o processo investigativo seja documentado pelo pesquisador na forma de notas de campo. Para isso, Erickson (2004) e Angrosino (2009) sugerem a constituição de um diário de notas, alimentadas despreziosamente, mas robustamente, que permitam ao etnógrafo revisitar, reformular, adicionar ou descartar asserções realizadas em fases iniciais da pesquisa.

Aqui, me utilizei do que chamo de dois diários de bordo: a) o Diário de Bordo Físico (DBF), o qual mantive em meu acervo pessoal sempre que tinha observações imediatas a fazer; b) o Diário de Bordo Eletrônico (DBE), reflexões que não necessariamente diziam respeito a uma ação observada, mas especialmente a alguma memória ou percepção tardia. Além disso, muitas das observações sumárias presentes no DBF foram posteriormente ampliadas e revistas em novas entradas do DBE, instrumento que mantive num arquivo eletrônico em meu computador pessoal. A presença do DBE, neste estudo, está traduzida na apresentação expressa de três notas completas e diluída em narrativas, analogias e comparações no texto principal.

3.5.1.3 Entrevistas narrativas/semiestruturadas

As entrevistas realizadas neste estudo se encontram num entrelugar, se consideradas a perspectiva de Jovchelovitch e Bauer (2002), sobre entrevistas narrativas, e a de Angrosino (2009) quanto a entrevistas qualitativas semiestruturadas. Isso porque o fio condutor de todas as conversas foi, de fato, a constituição de histórias de vida contadas pelos colaboradores, mas com *input* inicial e fechamento relativamente mais direcionados que aqueles desejados na adoção da estratégia de entrevistas narrativas. Elencar a narrativa em grupo envolveu o entendimento de ser esse um dos gêneros mais preliminares e genuínos nas sociedades humanas. Em sua adoção, eu buscava uma forma de permitir que os colaboradores se sentissem à vontade e não pressionados a falar, ainda que não me conhecessem; a presença de outros familiares seria também um outro estímulo encorajador. Ademais,

[...] as narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p. 91)

Uma entrevista narrativa, em essência, seguiria o seguinte protocolo proposto por Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 97):

TABELA 3 – FASES PRINCIPAIS DA ENTREVISTA NARRATIVA

Fase	Regras
Preparação	Exploração do campo Formulação de questões exmanentes
1. Iniciação	Formulação do tópico inicial para narração Emprego de auxílios visuais
2. Narração central	Não interromper Somente encorajamento não verbal para continuar a narração Esperar para os sinais de finalização ("coda")
3. Fase de perguntas	Somente "Que aconteceu então?" Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do tipo "por quê?" Ir de perguntas exmanentes para imanentes
4. Fala conclusiva	Parar de gravar São permitidas perguntas do tipo "por quê?" Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

FONTE: JOVCHELOVITCH e BAUER (2002, p. 97)

Nesta pesquisa, as entrevistas foram realizadas em núcleos familiares de no mínimo duas e no máximo cinco pessoas participantes. Nas negociações com os núcleos familiares colaboradores, sempre esclarecia que a minha visita previa uma conversa informal, que visava a uma catalogação de narrativas e histórias de famílias brasileiras, por ocasião da aproximação dos sessenta anos de Brasília. Ao chegar no lócus da entrevista, tomava as devidas precauções antes de iniciar as gravações para estabelecer uma atmosfera amigável.

A natureza da narrativa era revelada em maiores detalhes assim que iniciava a gravação, para que eu pudesse retornar com facilidade às minhas palavras iniciais e refletir acerca de um possível enviesamento – o que não era o desejado – nos dados. Até a Fase 2, mantive o protocolo de Jovchelovitch e Bauer, embora sem auxílios visuais. A formulação do tópico inicial da narração, envolvia um momento em que eu me apresentava como pesquisador e natural do DF – sem utilizar indexações como “brasiliense”, por exemplo –, contava brevemente sobre o meu interesse genuíno acerca do tema e sugeria alguns tópicos pelos quais a narrativa poderia se desenvolver. Os tópicos sugeridos não abordavam diretamente quaisquer das minhas asserções delineadas, mas serviam de *input* aos colaboradores, como forma de encorajá-los a percorrer uma ampla gama de temas. A explicação dada a cada família versava sobre o mesmo tópico, mas não era lida, senão encaixada espontaneamente no início da conversa gravada. Com a família Brum, por exemplo, foi esse o início da gravação⁷⁰:

⁷⁰ Com as convenções de transcrição adotadas neste trabalho, o trecho em questão possui cerca de uma página inteira de extensão, razão pela qual optei neste momento por disponibilizar uma transcrição de cunho ortográfico.

QUADRO 10 – FORMULAÇÃO DO TÓPICO INICIAL (FAMÍLIA BRUM)

Vou começar aqui a gravar então. O que eu queria que a gente fizesse hoje na verdade é uma conversa bem informal, não vou fazer uma entrevista bem direcionada. É, eu sou daqui de Brasília também, a minha mãe também é daqui de Brasília e é... um perfil raro, assim... de você ter duas gerações na família. Ou... tem famílias que já estão na terceira geração, que é o caso da minha também. Meu irmão nasceu depois, então a gente já é um... perfil de terceira geração. E aí, é... a gente quer coletar a história de vida dessas famílias que vieram aqui pra Brasília, né, bem cedo, enfim... houve um imigrante aí na família, não sei quem foi (risos.) E aí a gente, eu... eu quero saber, é, mais especificamente... como que foi, porque que se deu essa imigração, como foram esses primeiros anos da infância aqui em Brasília, como foi crescer nessa cidade que tava crescendo também. E aí vocês podem passar por alguns momentos... memórias que venham dessa época, da sua infância, passando pela sua adolescência, onde você estudou... O que tinha pra fazer nessa época, como é que você se divertia, problemas que você vê... não tem muito direcionamento, vocês podem falar à vontade. Não tem turno também, é uma conversa, então... ficou com vontade de perguntar uma coisa pra ela pode perguntar ou vice-versa, a gente vai conversando. Até chegarem na vida adulta de vocês.

FONTE: O autor

Em seguida, a narração central transcorria como sugerem Jovchelovitch e Bauer, sem interrupções e com estímulos não verbais. O caráter semiestruturado de minhas entrevistas, contudo, ficava mais evidente na Fase 3, quando, na maioria das ocasiões, a narrativa se tornava mais claramente uma conversa. Já nesse estágio houve perguntas do tipo “por quê?”, embora não tenham sido elas as privilegiadas. Nesse momento, caso as narrativas espontâneas não abordassem tópico algum relacionado às minhas perguntas de pesquisa, eu elaborava perguntas sutis, porém não descontextualizadas das histórias que me eram contadas. Na Fase 4, já com o gravador desligado e na ocasião do preenchimento dos termos de autorização para a utilização dos dados, bem como do formulário referente ao Índice de Integração à RA (Cf. 3.6.2 e Apêndice B), eu permitia que os colaboradores me perguntassem o que desejassem. Naquele momento, meus questionamentos de pesquisa poderiam ficar mais explícitos e muitas vezes os colaboradores se engajavam em comentá-los. Penso que essa foi uma fase importante que me permitiu fornecer uma devolutiva aos colaboradores e colaboradoras que gentilmente haviam aberto suas residências e doado seu tempo sem ao menos compreender integralmente o porquê de estarem fazendo aquilo. Era também um momento de fazer a manutenção da confiança conquistada ao longo da conversa, caso futuros esclarecimentos se fizessem necessários. O momento pós-gravação, contudo, não foi a minha principal fonte de dados, já que não foram gerados tão espontaneamente quanto os outros.

As entrevistas foram registradas com um gravador digital de voz modelo Sony Icd-PX240 – 4gb. Nas ocasiões – as *situações comunicativas* –, os grupos eram avisados sobre o momento inicial da gravação e orientados acerca do que era esperado de minha visita. Como era de se esperar, entretanto, ao longo das entrevistas houve diversas sobreposições de *atos*

comunicativos (Cf. 3.6.1) entre os colaboradores e o pesquisador. Esses atos comunicativos emergentes também foram de grande relevância para análise. Como já apontado, também não descartei da participação das entrevistas os colaboradores que por ventura estivessem presentes na situação comunicativa, mas que pertencessem a outros grupos etários ou regionais. Relembro, entretanto, que só a participação dos colaboradores “plenamente ratificados” foi analisada de forma quantitativa.

As entrevistas foram transcritas a partir da conjunção de modelos referenciais delineados em Gumperz (1992; 2001), Gumperz e Berenz (1993) e Pereira (2015)⁷¹. Cada entrevista durou entre 40 e 80 minutos, de modo que o corpus total conta com seis horas, doze minutos e sete segundos (6h12min7seg). O arquivo eletrônico com todas as transcrições feitas nos núcleos familiares rendeu 114 páginas, dispostas em fonte Courier New, tamanho 8. Assim, em razão de sua extensão, não foi possível apensá-lo a este estudo. Esclareço, contudo, que as gravações completas foram disponibilizadas à Banca Examinadora, bem como ao banco de dados do grupo de pesquisa SOLEDUC.

3.5.2 Questões éticas na obtenção dos dados

Toda pesquisa que se disponha a investigar pessoas *in loco* deve tomar as medidas necessárias para não infringir princípios éticos, que coloquem em risco a integridade dos colaboradores. O projeto de condução deste estudo foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, mediante parecer consubstanciado nº 2.747.188/2018. O parecer final de aprovação está disponível no Anexo I. Além disso, ao final de cada visita, todos os participantes foram instruídos a preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que versava de forma sucinta sobre a natureza e os objetivos da pesquisa, além das implicações de sua participação no estudo. Todos os participantes, mesmo aqueles não considerados plenamente ratificados, preencheram o documento, que está disponível no Apêndice A. Uma precaução adotada foi a de utilizar pseudônimos, em todos os momentos, tanto para os prenomes dos colaboradores, quanto para os sobrenomes das famílias visitadas.

Ademais, na condução do estudo piloto presente no Capítulo 4, apoiei-me nos Termos de Serviço do *Facebook*, especialmente em sua Política de Dados que esclarece aos usuários que informações de domínio público são aquelas que podem ser vistas

⁷¹ Cf. Convenções de Transcrição, nas páginas iniciais desta dissertação.

[...] por qualquer pessoa. Isso inclui pessoas que não sejam suas amigas, pessoas que não estejam no *Facebook* e pessoas que usem mídias diferentes, como veículos impressos, de transmissão (por exemplo, televisão) e outros sites da Internet. Por exemplo, se você utilizar nossos serviços para oferecer um comentário público em tempo real em um programa de televisão, isso poderá ser visível no programa e em todos os demais locais do *Facebook*. (TERMOS, 2018)

Mesmo ciente de que a autorização de uso dos dados é iminente, tomei as devidas precauções em não identificar os usuários dos comentários realizados, referindo-me a eles apenas quanto ao seu gênero, cidade de procedência e idade aparente.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Sob um viés em que os dados são gerados e mutualmente analisados (ERICKSON, 2004), a análise de cunho qualitativo-interpretativista presente neste estudo é transversal em todos os capítulos, mas está concentrada primordialmente nos Capítulos 4, 5 e 6. Apresento, a seguir, os procedimentos elencados na condução analítica a que me atenho.

3.6.1 Análise de eventos comunicativos

A principal unidade de análise deste estudo é a do evento comunicativo, discutido em 3.2.1.1. Esse percurso é adotado primordialmente na análise das entrevistas narrativas/semiestruturadas, que se configuraram em situações comunicativas distintas, costurada por diferentes eventos comunicativos nos termos de Saville-Troike (2003). Dessa forma, após transcritas as entrevistas, os dados foram confrontados com as notas de campo tomadas durante cada interação e tratados sob o quadro de referência SPEAKING proposto por Hymes (1974). Por razões de limitações na extensão deste trabalho, após analisar as situações e eventos comunicativos a partir das oito categorias propostas, apenas aquelas que se sobressaíram às outras ou que configuraram padrões no conjunto de todas as narrativas foram contempladas nas discussões analíticas aqui presentes nos últimos capítulos. Além disso uma unidade de análise subjacente a que me ative foi a do **ato comunicativo**:

O ato comunicativo é geralmente coextensivo a uma única função interacional, como a da declaração referencial, do pedido ou do comando, e pode ser tanto verbal quanto não verbal. Por exemplo, não só um pedido pode tomar diversas formas (*Eu gostaria de uma caneta e Você tem uma caneta?* além de *Posso pegar uma caneta emprestada, por favor?*), mas pode ser expresso por sobranceiras levantadas e um olhar "inquisitivo", ou por um suspiro longo. No contexto do evento comunicativo, até o silêncio pode ser um ato comunicativo intencional e convencional, e usado para questionar, prometer, negar, avisar, insultar, pedir ou dar ordens (Saville-Troike, 1985). O mesmo comportamento observável pode ou não constituir um ato

comunicativo em diferentes comunidades. Um arroteio ao fim de uma refeição não é um ato comunicativo se é meramente um sinal de indigestão, mas é um ato comunicativo em sociedades onde se arroteia para simbolizar apreço e gratidão pela refeição; a forma com que pedras, conchas ou ossos se configuram quando jogadas podem ser consideradas comunicativas em muitas partes do mundo, mas não são consideradas elementos de comunicação em outras. (SAVILLE-TROIKE, 2003, p. 24, tradução minha, grifos do autor)

Nesse sentido, atos comunicativos transversais às entrevistas ocorrendo tanto no discurso quanto de forma tácita nas ações dos colaboradores e do pesquisador foram também considerados nas análises quando acrescentarem significado relevante aos eventos encadeados da situação comunicativa.

3.6.2 Índice de Integração à RA

Como exposto ainda há pouco, o pesquisador interessado na ferramenta analítica de Redes Sociais também costuma desenvolver um Índice de Integração à Rede em evidência, que leva em conta diversos fatores e pressupõe a construção de matrizes binárias representativas das relações estabelecidas na comunidade. Além disso, Bortoni-Ricardo (2011[1985]), por exemplo, forneceu um Índice de Urbanização de seus colaboradores, baseado em critérios tais quais a frequência de exposição a mídias como o rádio, a TV e o jornal, a participação em eventos urbanos e a informação sobre fatos políticos correntes na época do estudo. Essas, entre outras variáveis, foram consideradas pela pesquisadora “bons diagnósticos do grau de exposição dos migrantes à cultura urbana” (ibid., p. 189).

Nesta pesquisa, não foi prevista o mapeamento de uma rede imediata, já que os núcleos familiares, a princípio, não se conhecem entre si. Tampouco foi contemplado Índice de Urbanização, uma vez que todas as famílias visitadas estão imersas num contexto de urbanização similar, a despeito das diferenças socioeconômicas das duas RAs ou de cada núcleo familiar considerado isoladamente. O que desenvolvi, portanto, foi um Índice de Integração à RA do colaborador participante, proveniente da RA-I ou da RA-II.

O índice considera as limitações descritas ainda no primeiro capítulo deste estudo de que, em sociedades urbanas, as comunidades sociais não são entidades herméticas, senão essencialmente dinâmicas. Assim, no contexto das populações urbanas do DF, é comum morar em uma RA e trabalhar em outra; é comum ter amigos de outras RAs e participar de eventos a uma, duas (ou três) dezenas de quilômetros do local de residência. Assim, o meu intuito era, na consideração dessas limitações, o de angariar colaboradores que, apesar disso, se mostrassem altamente integrados à RA em foco. Isso se deu a partir da escolha de quatro variáveis: moradia,

vida escolar, trabalho e realização de atividades de outra natureza, tais como as religiosas, culturais ou extracurriculares. Além disso, o formulário – que está disponível no Apêndice B e deve ser entendido em conjunto com as explicações aqui fornecidas – previa a análise desses critérios em três fases distintas da vida, separadas em blocos: I) dos 0 aos 6 anos de idade; II) dos 7 aos 18 anos de idade; III) dos 19 à idade atual do colaborador na data da entrevista. A partir do preenchimento do formulário pelo colaborador, uma nota era atribuída a cada pergunta, de modo que o seu Índice de Integração à RA final poderia variar de 0 a 1.

A divisão em blocos etários se ancora no fato de que cada período parece ter um efeito distinto na constituição da fala dos colaboradores plenamente ratificados, pertencentes à G1 ou à G2. A cada bloco foi atribuída uma nota máxima que vai de 0 a 10 pontos⁷². Cada bloco etário recebeu um peso quantitativo distinto computado no final da amostra. Embora a atribuição de valores e pesos aos critérios elencados possa ser questionada e revista, uma vez que não se assenta em fatos essencialmente objetivos, a opção por vincular um Índice de Integração à RA aos colaboradores trouxe fortes contribuições às análises qualitativas, uma vez que todos eles foram submetidos aos mesmos critérios quantitativos delineados. Na fórmula para o cálculo do Índice de Integração à RA expressa a seguir, *i* é o Índice de Integração à RA, que pode variar de 0 a 1; (b1) corresponde à pontuação obtida no primeiro bloco etário, (b2) no segundo e (b3) no terceiro. O valor obtido em cada bloco varia de 0 a 10 e é posteriormente multiplicado por um peso. Assim, o resultado máximo obtido é 60, razão pela qual é esse também o denominador na equação:

$$i = \frac{(b1) \times 1 + (b2) \times 3 + (b3) \times 2}{60}$$

Quanto à atribuição dos pesos a cada bloco etário – peso 1 ao primeiro, peso 3 ao segundo, peso 2 ao terceiro – ela se deu baseada em algumas proposições teóricas. Autores como Payne (1976) argumentam que, embora a maior influência na primeira infância seja a dos pais, é em geral no convívio com os pares que a fala se consolida. Assim, como revelam dados presentes em Hanna (1986), por exemplo, naturais do DF cujos pais fossem provenientes ou do estado da Paraíba ou do Rio de Janeiro, manifestaram mais semelhanças entre si, quando considerada a sua fala, do que com os seus progenitores. Esse contato parece acontecer de forma mais significativa na idade escolar da educação básica, que em geral vai dos 7 aos 18 anos de idade. No contexto escolar, crianças e adolescentes sofrem pressões internas para realizar a

⁷² Para contemplar o maior número de possibilidades de integração, a nota máxima possível nos blocos 2 e 3 ultrapassava 10 pontos. No entanto, caso o colaborador obtivesse mais do que esse valor no cálculo, a pontuação final máxima estaria limitada a 10 pontos.

manutenção de variedades consideradas vernaculares nos termos de Labov (1968) e Milroy (1960). Por essa razão, ao primeiro bloco etário, atribuí Peso 1, pois em geral se refere, para a maioria das pessoas, a um período pregresso à vida escolar, ou pelo menos para a maioria dos colaboradores deste estudo. Também por esse motivo atribuí Peso 3 ao segundo bloco etário, o maior valor entre os três. O terceiro bloco etário diz respeito a um momento em que todos os colaboradores desta pesquisa ou haviam concluído a educação básica e buscaram trabalho e/ou formação acadêmica, ou não a haviam concluído, buscando trabalho ainda assim. Esse é um momento importante na constituição do repertório linguístico dos falantes de uma língua comum, uma vez que nele muitas vezes pode se estar imbuído nas práticas de um letramento acadêmico (KLEIMAN, 2016) ou nas pressões mercadológicas que, em geral visam à padronização de, por exemplo, uma equipe numa dada empresa – logotipo, uniforme, postura e discurso dos funcionários alinhados. Assim, o contato com gêneros textuais e práticas sociais que se abrem mediante o ingresso na vida adulta pode influenciar também o repertório linguístico de uma pessoa. Estudos como os de Fix (2013), no entanto, apontam que a maior influência na aquisição de atributos de uma variedade linguística distinta na vida adulta se dá em aspectos morfossintáticos, e não fonológicos. Por essa razão, esse bloco etário recebeu o Peso II, maior que aquele dos anos iniciais de vida e menor que aquele correspondente aos anos de educação básica.

No cômputo do índice final, de 0 a 1, ficaram assim consideradas as integrações dos colaboradores às suas respectivas RAs:

TABELA 4 – GRAUS DE INTEGRAÇÃO ÀS RAs

ÍNDICE	INTEGRAÇÃO	NÍVEL
0,9 a 1,0	MUITO ALTA	5
0,7 a 0,89	ALTA	4
0,5 a 0,69	MÉDIA	3
0,3 a 0,49	MÉDIA-BAIXA	2
0,0 a 0,29	BAIXA	1

FONTE: O autor

Todos os 15 colaboradores considerados plenamente ratificados possuem, pelo menos, integração mediana, isto é, figuram no Nível 3, com índice maior ou igual a 0,5. Quanto àqueles que por ventura estejam incluídos num índice de integração média-baixa ou baixa, a sua participação foi considerada no âmbito qualitativo do estudo, mas não no quantitativo. Tal distinção ficará mais clara nas duas subseções seguintes.

3.6.3 Ecos da Sociolinguística Etnográfico-interacional

Em seu aspecto qualitativo, para além dos principais procedimentos sugeridos pela Etnografia da Comunicação (HYMES, 1974; SAVILLE-TROIKE, 2003), cujo enfoque recai sobre as situações, os eventos, e os atos comunicativos, as análises presentes neste estudo se sustentam também a partir de três conceitos frequentemente adotados em investigações de cunho etnográfico-interacional como esta: enquadres interacionais, *footing* e pistas de contextualização. Os três foram tomados, respectivamente, da Psicologia, da Sociologia e da Pragmática.

3.6.3.1 Enquadres interacionais

A noção de *enquadre* foi proposta pela primeira vez por Bateson (1972) no contexto da psicoterapia, sendo posteriormente espalhada a outros campos das ciências sociais. O conceito pressupõe o entendimento de que, como num quadro, um dado evento é circundado por uma moldura que serve ao propósito de delinear os limites entre elementos que o constituem como tal, e outros que estão fora dele. Na metáfora, uma figura ou pintura não se perderia num papel de parede exatamente por estar limitada por uma moldura que convida o observador a olhar para dentro, e não para fora. Nesse sentido, um enquadre interacional tem a ver com todos elementos e mensagens constitutivos como premissas de um evento. As fronteiras entre o que pode ser considerado uma elocução literal ou figurativa, por exemplo, se encontram num profundo entendimento entre os participantes envolvidos na conversa sobre elementos que não estão necessariamente postos no discurso. Dessa forma, algo que participantes ratificados numa mesma comunidade social têm comum entendimento é que não é necessário recorrer sempre à metalinguagem para marcar as fronteiras de um enquadre; em vez disso, a metacomunicação serve bem a esse propósito na maioria das vezes. Assim, em vez de proferir a um estudante cujo desempenho escolar tenha deixado a desejar a sentença “serei irônico agora: você foi incrível na prova de matemática”, uma elocução poderia ter o mesmo efeito figurativo se o emissor fornecesse pistas, por exemplo, do tipo entoacionais e lexicais: “você foi inCRÍvel na prova, hein?”.

3.6.3.2 *Footing*

Footing é um conceito desdobrado por Goffman (2013[1979]) a partir da noção de enquadre. O enquadramento de eventos vem da forma como os participantes se alinham e como

se posicionam numa situação interativa. Nesse sentido, os elementos constitutivos de um dado enquadre representam o *footing* que mantêm consigo mesmos, com os interlocutores da conversa e com os discursos postos. Uma mudança de *footing* implica, portanto, também uma mudança no enquadre dos eventos. Tal mudança pode ocorrer no estatuto dos papéis de falante e ouvinte, também propostos por Goffman e aqui dispostos em 3.2.1.1.1. Pode ocorrer ainda nas intenções das elocuições, como numa conversa informal antes de uma transação de negócios decisiva, para deixar a atmosfera mais “leve”, ou ainda, por exemplo, no tom de voz utilizado para proferir uma elocução como "assim você me mata!", que pode ser dita com um tom declarativo (e, portanto, literal), irônico ou de humor. A mudança ou a manutenção do *footing* é comparada ao fenômeno da alternância de código, processo que revela mais explicitamente significados subjacentes ao conteúdo da mensagem proferida em determinada língua (ou dialeto) e não em outra.

3.6.3.3 Pistas de contextualização

Cunhado por Gumperz (2013[1982], p. 152), o conceito de *pistas de contextualização* se traduz em “constelações de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens” pelos quais “[...] os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e *como* cada oração se relaciona ao que a precede ou sucede” (grifos do autor). São, dessa forma, sinalizadores nos propósitos comunicativos dos participantes de uma interação, tanto nos papéis de emissor quanto de receptor. Esse conceito se relaciona aos outros dois no sentido de que é a conjunção de pistas de contextualização que delimitam o alinhamento de um participante num determinado enquadre interacional. Tais pistas podem ser de cunho verbal como na alternância de código ou nas instâncias paralinguísticas, tais como o tempo e as hesitações manifestas entre elocuições, ou ainda nas prosódicas, como na entoação, altura ou volume da voz. Podem também ser de natureza não-verbal, como na postura corporal adotada e no distanciamento físico assumidos frente a outros participantes. Entender quais pistas de contextualização estão disponíveis na sinalização de intenções comunicativas é atributo constituído social e culturalmente. Nesse sentido, as pistas costumam variar de sociedade para sociedade, e cada uma delas pode incorrer em atos comunicativos distintos. O devido processamento de pistas de contextualização estaria no cerne da competência comunicativa – nos termos de Hymes (1974, p. 75) – dos participantes numa interação e lhes permitiria enquadrarem um determinado evento comunicativo sem maiores dificuldades ou mal-entendidos.

3.6.4 Ecos da Sociolinguística Variacionista

Se, no início deste capítulo, advoguei em favor de uma incursão numa rodovia metodológica qualitativo-interpretativista, posso reafirmar que ela possui também algumas bagagens quantitativas que dialogam com as conclusões inferidas a partir daquelas análises. O aspecto quantitativo deste estudo se dá de três formas: 1) a partir do diálogo com as pesquisas precursoras sobre os aspectos sociolinguísticos do Distrito Federal; da adoção da ferramenta do Índice de Integração à RA; 3) e de uma análise apurada, mas não exaustiva, de uma variável fonética, o /s/ pós-vocálico, também entendido por /s/ em coda silábica.

Como já apontado, transcritas as entrevistas, tiveram analisadas também em seu aspecto fonético-fonológico as elocuições proferidas por quinze colaboradores com Índice de Integração à RA maior ou igual a 0,5. Partindo dessas transcrições, mapeei quantitativamente a realização da referida variável fonética e dei atenção qualitativa e pontual à realização de outras: das vogais média pretônicas, das consoantes /t/ e /d/, e do /r/ em coda silábica. Tais variáveis foram elencadas por serem vastamente estudadas no Brasil e pelo fato de sua realização revelar “marcas que distinguem não só a variedade brasileira da europeia, mas também, grosso modo, as variedades do Norte, do Nordeste e do Sul/Sudeste do Brasil” (BRANDÃO, 2015, p. 11). Nesse sentido, elas podem ser indicativos dos processos de difusão ou focalização dialetal no DF, principais objetos de minhas asserções e análises.

O objetivo principal na análise dessas variáveis, portanto, é perceber se há coerência entre as crenças dos colaboradores em relação a possuir ou não um sotaque característico e a realização – difusa ou focalizada – das variáveis em foco, como apontado, já amplamente estudadas em diversas variedades linguísticas brasileiras e cuja especial atenção tem sido dada no DF desde os estudos de Hanna (1986).

Esclareço que as análises não são exaustivas, no sentido de que – com a exceção de um – não estarão primordialmente correlacionadas a fatores linguísticos, como no caso de pesquisas essencialmente variacionistas. Isso implica dizer que, como natural do DF, a minha intenção primeira é a de mapear os principais contrastes entre as falas do Plano Piloto e do Gama, bem como das duas gerações em foco, com relação à presença de ocorrências não previsíveis, dada a minha extensa observação participante, especialmente na RA-I. Além disso, as pesquisas quantitativas em Sociolinguística tradicionalmente se ancoram na submissão dos dados a *softwares* de pacotes estatísticos como o *Goldvarb* ou o *R*, que analisam outras características importantes para além da frequência e proporção dos dados. Em futuras publicações, contudo, pretendo dar a eles um tratamento quantitativo mais vasto.

3.6.4.1 O /s/ pós-vocálico como variável

De acordo com os estudos de Hanna (1986), Adant (1988) e, em especial, Corrêa (1998) há quatro formas possíveis de se pronunciar o /s/ pós-vocálico no Distrito Federal. Enquanto a norma para o Plano Piloto parece ser a do /s/ sibilante, em ocorrências como [ˈpos.tu] para *posto*, esses estudos apontam que em outras RAs, especialmente aquelas com contingente migratório nordestino expressivo, podem haver ocorrências pontuais de ordem palatal, que privilegiem, portanto, o que se entende grosso modo por um chiado nesse contexto, como em [ˈpoʃ.tu]. Como aponta Lima Neto (2010), esse chiado, no entanto, parece ocorrer mais expressivamente quando diante da consoante africada surda /tʃ/, como em [ˈpoʃ.tʃi] para *poste*. Nesse mesmo ambiente é possível ocorrer também a variante /h/ aspirado, como em [ˈpoh.tʃi]. Outra forma possível é a do apagamento do /S/, no que se entende por zero fonético. Tal ocorrência se dá, de acordo Corrêa (1998), apenas pontualmente e sempre diante do morfemas como os de primeira pessoa do plural *-mos* (como em *nós compramos*). São os dados de Corrêa, inclusive – obtidos há vinte anos –, os mais atuais de uma perspectiva essencialmente variacionista. Neles, o /S/ alveolar é apresentado como variante quase categórica no Plano Piloto (RA-I) e em Ceilândia (RA-IX), não fosse o que considera ocorrências de ordem idiossincráticas nas outras variantes:

QUADRO 9 – O /S/ PÓS VOCÁLICO EM DUAS RAs (CORRÊA, 1998)

Variantes	Proporção	Frequência
/S/ Alveolar	97%	1167/1200
/ʃ/ palatal	1%	7/1200
/h/ aspirado	2%	19/1200
Zero fonético	1%	7/1200

FONTE: adaptado de CORRÊA (1998, p. 64)

Dada a minha intromissão nas comunidades de fala, posso confirmar, a priori, que a realização do /S/ alveolar é, sim, a norma na capital federal. O meu intuito aqui é fazer a contagem da frequência do /S/ pós-vocálico realizado, ou seja, serão descartadas da análise as ocorrências de zero fonético, já que esse parece ser um fenômeno de ordem mais morfossintática que fonético-fonológica. Assim, a contagem prevê a realização do /s/ alveolar, do palatal e do aspirado no contexto de coda silábica.

Além disso, para dialogar com os estudos iniciados por mim em Lima Neto (2010), um único fator linguístico será considerado previamente: a realização do /S/ diante da consoante africada /tʃ/ e da palatal /ʃ/. Naquele estudo, em que analisei também a fala de pessoas das

primeiras duas gerações do Plano Piloto, o que constatei é que o /S/ palatal diante dessas consoantes – chiado, portanto – era categórico na fala da geração mais jovem (G2) e mais proeminente na fala da primeira geração (G1), embora tenha havido ocorrências de ordem sibilante também nesse contexto específico. Isso foi considerado um indicador de que há mais consistência na fala dos participantes da G2, o que os enquadra num processo de focalização dialetal; os participantes da G1, por sua vez, se mostraram imbuídos num processo de difusão dialetal.

3.7 ABASTECIMENTO

Neste capítulo, percorreu-se a rodovia metodológica que liga todos os outros capítulos deste estudo. Aqui, apresentei o paradigma epistemológico desta pesquisa, que é mais qualitativo-interpretativista que quantitativo. Segui para argumentar que, dentro dessa lógica, me utilizo dos pilares de algumas etnografias que conferem a este estudo um olhar etnográfico: a Etnografia da Comunicação, a Autoetnografia e a Netnografia. Apresentei também de que forma os colaboradores foram selecionados, as estratégias e instrumentos utilizados na geração de dados, bem como os procedimentos analíticos adotados. Evidenciei também que algumas bagagens nessa viagem se mostraram quantitativas, tais como a adoção do Índice de Integração à RA e a contagem de frequência e proporção de variáveis fonético-fonológicas. Devidamente abastecidos, podemos agora seguir à apresentação do Capítulo 4, realizado como um piloto de menos rigor metodológico que os dois últimos, de modo a fundamentar as asserções, perguntas de pesquisa e objetivos delineados à condução da pesquisa.

4 UMA NETNOGRAFIA PILOTO

[...] quando vocês afirmam que não têm sotaque, vocês estão afirmando que não têm identidade própria.

Interlocutor jovem adulto, de Recife-PE

Nesse momento, apresento um conjunto de reflexões anteriores à “entrada” em campo, que me renderam o refinamento de minhas asserções prévias. Assim, este capítulo fundamenta as perguntas, objetivos e asserções introduzidas na apresentação deste trabalho e justificadas no Capítulo 3, por meio de um estudo piloto realizado num ambiente virtual. Como num recurso muito adotado nos seriados de TV atualmente, este capítulo serve ao estudo como um *flashback* entre os capítulos anteriores e os que se seguem. Também como nos seriados, embora não sejam parte da narrativa cronológica em curso, os *flashbacks* contribuem ao trazer maior sentido às experiência correntes (e também costumam elevar a audiência da produção).

Aqui começo, então, a utilização de algumas estratégias explicitadas em minha rodovia metodológica. Como já apresentado, dois diários foram utilizados como instrumentos de pesquisa, quais sejam o Diário de Bordo Eletrônico (DBE), em que registro observações fora dos campos em evidência, e o Diário de Bordo Físico (DBF) em que registro manuscritamente dados gerados em campo. Nesse e em outros dois momentos ao longo desta pesquisa, darei voz a esses registros e permitirei que eles mesmos conduzam a discussão. O DBE nasceu com a entrada preliminar que subscrevo a seguir. Esclareço que as notas (ou partes delas) do DBE, serão seguidas das seguintes formatações: centralizadas, com identificação da nota em número ordinal, RA onde ocorreu a escrita e data. Esses trechos serão apresentados em fonte menor e com espaçamento simples para maior contraste com o texto regular.

DIÁRIO DE BORDO ELETRÔNICO (DBE)

NOTA 1: Flashback netnográfico

Águas Claras, 17 de março de 2018

Não pretendia começar este diário agora, não antes de, pelo menos, maio. Em meio a leituras sobre etnografia(s) e Sociolinguística Interacional, dediquei-me nas últimas semanas a pesquisar sobre a *etnometodologia*, e tive de escavar suas origens na *fenomenologia*, esta que por sua vez vem para dar uma resposta mais radical ao *positivismo*. Imerso a tantos novos conceitos e revisitação de outros já conhecidos, não pretendia iniciar um estudo piloto neste momento. Estou em fase de refinamento teórico-metodológico, para que possa chegar ao campo com perguntas, objetivos e asserções claras. O que tenho percebido em minhas leituras sobre etnografia,

entretanto, é a ênfase que se dá ao entendimento de que as etapas em pesquisas dessa natureza não são delimitadas tão rigorosamente (BORTONI-RICARDO, 2008; AGROSINO, 2009). Assim, como brasileiro que sou, relativamente imerso no campo que pretendo me aventurar, já tenho os ouvidos treinados e a atenção voltada para possíveis colocações feitas sobre Brasília, sua gente, sua cultura e seu falar.

Ontem, ao navegar despreziosamente pela rede social que dispensa maiores introduções, por se tratar de envolver mais de 2 bilhões de pessoas até o presente momento – o *Facebook* –, deparei-me com o compartilhamento da postagem de uma página que não sigo. Caso me leia agora uma das outras 5 bilhões de pessoas que não esteja familiarizada, o *Facebook* permite que sejam criadas páginas de interesses diversos, e que seus usuários possam se tornar *seguidores* de tais páginas. As atualizações das páginas, feitas por seus administradores, são chamadas *postagens* e podem ser feitas em qualquer frequência. As postagens podem ser de conteúdos replicados ou inéditos de textos, vídeos, imagens, memes⁷³, entre outros; todos esses justapostos ou separados.

FIGURA 12 – QUE SOTAQUE É ESSE?



FONTE: Página do *Facebook*: Millcky⁷⁴.

Páginas de caráter público permitem que usuários da rede, seguidores ou não, possam comentar, debater ou apenas reagir. Para isso, há botões em que o usuário pode clicar para demonstrar que *curtiu*, *amou*, *riu*, *entristeceu-se*, ou *irritou-se* às postagens. Permitem, ainda, que usuários compartilhem determinado conteúdo, aumentando o alcance da página ao maior número de usuários, com a possibilidade de angariar mais seguidores. Assim, a postagem de uma página que não seguia até então me alcançou via compartilhamento por algum de meus contatos. A página se chama *Millcky* e parece pertencer a uma jovem brasileira que cria espécie de charges, quadrinhos e memes sobre temas variados. Os quadrinhos em questão, na Figura 12, promoviam uma reflexão sobre a não-consciência dos brasileiros acerca de seu possível sotaque.

A página não tem temática específica e tem alcance nacional. Quando vi a postagem, já havia sido compartilhada mais de três mil vezes, recebido mais de

⁷³ De acordo com o *Oxford Learner's Dictionary Online*, trata-se de “uma imagem, vídeo, trecho de texto etc. que é passado rapidamente de um usuário da Internet a outro, frequentemente com pequenas mudanças que o/a torna engraçado/a” (tradução minha). Disponível em <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com>>. Acesso em 16 mar. 2018.

⁷⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/millckys/posts/2106584692893717>>. Acesso em: 16 mar. 2018

seiscentas reações e mais de duzentos comentários. Ao lê-los, tive eu mesmo vontade de responder, enquanto brasileiro, a algumas das afirmações categóricas que faziam os usuários. Alguns se valiam de conceitos que supostamente continham suporte científico da linguística para provar ou não o sotaque do brasileiro; outros se valiam de sua naturalidade, brasileiro ou não-brasileiro, para iluminar a discussão de maneira ratificada.

Quase comentei e quase me utilizei do aporte teórico-metodológico que venho construindo. Começava a escrever me valendo dos dois tipos de argumento – o de natural de Brasília e o de linguista – e quase publicava, não me tivesse naquele momento ocorrido um estalo: estava diante de dados riquíssimos, gerados espontaneamente por meio de um viés não experimental; estava diante de dados que mereciam uma *análise post facto*. Começou ontem, portanto, o meu piloto. O tema teve alcance nacional e foi respondido majoritariamente por adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 30 anos. O *Facebook* garante a privacidade a seus usuários e só alguns deles deixam públicas informações sobre sua origem, onde moram, grau de instrução e fotos pessoais. Assim, pude ter acesso apenas limitadamente às informações compartilhadas pelos autores dos comentários que pretendo analisar. Portanto, não quantificarei exaustivamente os dados, já que não é este o objetivo. Também manterei privadas as suas informações e só dividirei minimamente aquilo que foi possível captar por seu perfil virtual. Ainda assim, penso que o conteúdo das afirmações tem valor laboratorial inestimável ao que me proponho a fazer.

Li atentamente os 254 comentários feitos entre 12 de março, a data da postagem, e hoje, 17 de março, até às nove da manhã. Decidi inicialmente separar os comentários em três tipos de conteúdo: **a) Brasília tem sotaque; b) Brasília não tem sotaque; c) opinião não clara ou de outra natureza**. Posteriormente, procedi por dividir os grupos nas seguintes subcategorias: comentários feitos por **1) brasileiros; 2) não-brasileiros; 3) naturalidade inconclusiva**. Pude obter a naturalidade dos autores de três formas. Por vezes, identificavam sua origem no próprio comentário:

92M, JOVEM ADULTO, DE SÃO PAULO – SP

Sou de São Paulo e jurava de pé junto q não tinha sotaque até MT gente me falar "nossa vc tem MT sotaque paulista" [sic] (grifo meu)

Outras vezes, utilizavam-se de pronomes possessivos para se referir a Brasília:

105F, ADULTA, DE BRASÍLIA – DF, ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Fui ao Nordeste e nos disseram que nosso sotaque é uma mistura de Goiás, Minas e São Paulo [sic] (grifo meu)

Em outros casos só foi possível identificar a autoria ao acessar o perfil do autor e procurar suas informações básicas. Alguns disponibilizavam sua cidade de origem e de residência; outros não deixavam públicas quaisquer informações, sendo que alguns não tinham sequer fotos de si mesmos. Por esta razão, optei por criar um terceiro grupo: naturalidade inconclusiva.

À medida em que lia os 254 comentários, registrava em arquivo digital, sem contagem prévia, os que me pareceram mais relevantes. Muitos dos que foram deixados de fora apenas corroboravam opiniões que já haviam sido expressas por usuários de perfil similar, i.e., mesmo gênero, naturalidade, grau de instrução etc.; outros apenas direcionavam novos usuários às postagens por meio do recurso de marcação⁷⁵ e havia ainda um terceiro tipo de conteúdo dos comentários que versava sobre a qualidade do desenho da autora. Quando julguei que dispunha de material suficiente para análise, a cargo de controle, fiz a contagem dos comentários

⁷⁵ A marcação – ou *tagging* – é um recurso do *Facebook* que permite associar determinado contato a uma postagem específica. O usuário marcado é notificado e pode ser direcionado à postagem.

selecionados: 149 comentários, feitos por 105 usuários. Os comentários analisados ficaram desta forma classificados:

QUADRO 11 – NATURALIDADE DOS USUÁRIOS E CONTEÚDO DOS COMENTÁRIOS REALIZADOS NO FACEBOOK

	Brasilienses	Não-brasilienses	Naturalidade inconclusiva	TOTAL
Brasília tem sotaque	18 usuários 28 comentários	29 usuários 47 comentários	6 usuários 7 comentários	53 usuários 82 comentários
Brasília não tem sotaque	14 usuários 19 comentários	3 usuários 4 comentários	4 usuários 9 comentários	21 usuários 32 comentários
Opinião não clara ou de outra natureza	14 usuários 17 comentários	6 usuários 6 comentários	11 usuários 12 comentários	31 usuários 35 comentários
TOTAL	46 usuários 64 comentários	38 usuários 57 comentários	21 usuários 28 comentários	105 usuários 149 comentários

FONTE: O autor

Ao tornar ao Quadro 11, percebo que os perfis de usuários me parecem distribuídos proporcionalmente e são representativos da forma em que se deu a discussão. Não me apoiarei fortemente em números, já que não pude e optei por não controlar as variáveis de forma sistemática. Penso, todavia, que eles podem ainda ser representativos das reflexões que proponho abaixo. O número de usuários brasilienses (46) e não brasilienses (38) parece equilibrado, na medida em que 21 dos usuários são de naturalidade inconclusiva. O mesmo pode ser dito pela média simples de comentários: 1.39 para os brasilienses e 1.5 para os não brasilienses. O que se pode depreender claramente é que a maioria dos autores, tanto brasilienses quanto não brasilienses, foi em defesa de que *há sotaque* na capital federal. Dos que acreditam que não há sotaque, a maioria é de autores brasilienses.

Antes de iniciar minhas análises da discussão acerca da postagem, cabem algumas colocações. A identificação do autor do comentário o precederá com um número que lhe foi atribuído de 01 a 105, seguido das informações que puderam ser obtidas: gênero provável (M para masculino, F para feminino e NB para não-binário⁷⁶), idade aparente (*jovem*, idade provável de 15 a 19 anos; *jovem adulto*, idade provável de 20 a 25 anos; *adulto*, idade provável maior igual ou maior a 26 anos), naturalidade, local de residência, grau de escolaridade. Ausência de quaisquer dessas informações significa que não estavam disponíveis. [...]

A nota continua no DBE explicando que delineei sete grandes temas que teriam sido explorados ao longo da discussão. Os principais temas foram delineados a partir de uma análise dos enquadres disponíveis na discussão.

É interessante observar que o conceito de *enquadre* (BATESON, 1972), pode ser transportado de forma quase literal numa rede social popular como o *Facebook*. A premissa é que numa determinada postagem um interlocutor convida outros a comentarem acerca de sua

⁷⁶ Posteriormente optei por não classificar nenhum dos usuários como NB, por não dispor de tal informação. Por esta razão, me refiro ao fator gênero como *provável*.

postagem. A depender do grupo, os comentários são dispostos em ordem cronológica ou de relevância. Os considerados mais relevantes são aqueles com mais reações da comunidade e respostas diretas. Isso significa dizer que, em vez de responder diretamente à postagem, determinado usuário pode responder especificamente a um comentário, de modo que subdiscussões sejam criadas dentro de uma mesma postagem. Cada uma delas pode ser entendida como um diferente enquadre dentro de uma situação comunicativa maior, a postagem. É por esse motivo que é muito fácil que uma discussão central como essa, que apresenta um meme sobre Brasília, ganhe graus diferentes de categorias e profundidades. Assim, no DBE, elenquei temas seguidos de uma seleção de comentários mais relevantes que justificariam o delineamento de um tópico particular para análise posterior. Aqui, após análise exaustiva, recategorizei os comentários em três grandes temas. Os temas foram divididos em três seções e são sintetizados na última seção deste capítulo, 4.4.

4.1 BRASILIENSES E OS OUTROS: A NOÇÃO DE SOTAQUE EM UM FÓRUM VIRTUAL

Um dos comentários que inicialmente chamou mais a atenção na página foi o que se segue. Ao não concordar com a afirmação de que brasilienses *não* têm sotaque, uma interlocutora⁷⁷ tomou emprestada essa noção ao seu próprio estado:

32F, JOVEM ADULTA, MARANHENSE
Maranhão n tem sotaque [sic]

Antes de ver a presente assertiva abordada como um mito em Bagno (1991), nunca havia escutado a afirmação de que o Maranhão *não* tem sotaque. Talvez o que a justifique ainda seja o fato de o falar maranhense ser conhecido por favorecer, mesmo em estilos menos monitorados da língua, o uso de formas verbais conjugadas encontradas em gramáticas prescritivas, especialmente com relação à segunda pessoa do singular *tu* (*Tu vieste ontem?*). Surpreende ainda mais o fato de diversos interlocutores brasilienses e não-brasilienses estarem alinhados com alguns princípios da Sociolinguística e defenderem a ideia de sotaque como algo inerente às línguas naturais:

⁷⁷ A partir deste ponto, tratarei os usuários do *Facebook* que tomaram parte na discussão por *interlocutores*, observando que são sujeitos participantes de um evento comunicativo linguístico.

26M, JOVEM ADULTO, DE SALVADOR-BA, UNIVERSITÁRIO

Sotaque é marca dialetal da determinada língua de uma cultura, TODO MUNDO tem, algumas pessoas tem sotaque "cantado" como em regiões do nordeste ou mais "arrastados" como no sul, mas o fato do sotaque não ser de nenhuma das duas formas não quer dizer que não tenha, mas sim que ele possui características próprias. Repetindo, TODO MUNDO que fala tem sotaque. [sic]

04M, JOVEM ADULTO, NATURALIDADE INCONCLUSIVA, VIVENDO EM ATENAS, GRÉCIA

Todas as pessoas do mundo tem sotaque, galera. Se for um português ouvindo, brasileiro já tem sotaque de brasileiro e por aí vai [sic]

Ao reconhecer a ubiquidade dos sotaques nas línguas, entretanto, muitos interlocutores se valeram do léxico para legitimá-los. Alguns se propuseram a definir *sotaque* pelo que *não é*, especialmente ao contrastar *sotaques* e *gírias*:

63F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, VIVE NO RS

Brasília não tem sotaque .. chego na Bahia em 1 dia tô falando igual baiano, chego no sul Começo a fala cantando , chego no Rio começo a fala xiando kkkk e assim vai.. personalidade de sotaque brasileiro não tem, chega um Baiano no Rio de janeiro kkkkk demora muito viu pra ele fala xiando e ainda fica meio Baianos .. E sim falamos muita gírias mais gírias não é sotaque [sic]

O que se pode depreender da colocação de 63F é que, para ela, *ter sotaque* envolveria a realização de marcas fonológicas e prosódicas mais proeminentes. Além disso, ao não reconhecer marcas evidentes no falar de Brasília, lhe parece mais provável que brasilienses adotem certos traços mais facilmente que falantes de outras variedades do PB, ainda que temporariamente. Muitos outros interlocutores concordaram com 63F ao reforçar o contraste entre *gírias* e *sotaques*, embora sem oferecer definições que os distingam claramente.

Um outro argumento levantado algumas vezes na discussão é o de que *sotaques* são sempre imperceptíveis a quem os utiliza:

20F, JOVEM ADULTA, DO RIO DE JANEIRO-RJ

Tranquilo, pra todo lugar as pessoas que pertencem nunca acham que têm sotaque. Igual aqui no Rio quando eu era mais nova e alguém de Minas que eu conheci veio falando do meu sotaque eu fiquei ??? [sic]

53M, JOVEM ADULTO, NATURALIDADE INCONCLUSIVA

Paulista também vai falar que não tem sotaque, goiano também não, baiano também não, carioca muito menos. Quem percebe o sotaque é o outro. [sic]

Enquanto brasiliense, pude ouvir inúmeras vezes comentários nesse mesmo sentido. Contudo, naturais do Distrito Federal costumam contestar essa assertiva ao solicitar maiores esclarecimentos:

68F, JOVEM ADULTA, DE SÃO PAULO-SP, VIVE EM BRASÍLIA-DF

Brasiliense não tem sotaque, se tem qual é que ninguém sabe dizer? [sic]

100M, JOVEM ADULTO, DE BRASÍLIA-DF

Eu consigo imitar: carioca, gaúcho, nordestino, mineiro, etc, agora pede ai pra alguém imitar um brasiliense e vê que que dá [sic]

Assim, muitos brasilienses parecem dar a discussão por encerrada, já que essa pergunta dificilmente pode ser respondida com precisão. A reflexão, entretanto, raramente avança para que seja contestada a própria natureza da indagação. Afinal, seria possível, de fato, responder de forma concisa *como* ou *qual* é o sotaque de determinada região? Por exemplo, quando alguém diz que “o sotaque do Rio de Janeiro é o chiado”, o que se pode depreender é que, para essa pessoa, o traço mais marcante dessa variedade linguística é a palatalização do /s/ pós-vocálico. Alguns podem prosseguir e *imitar* um carioca, frisando a produção do /r/ em coda, normalmente realizado com um característico [x] forte ou ainda apontar à adição de ditongos em contextos diversos. Ainda assim, diversos outros aspectos não serão contemplados, porque descrever um sotaque ou dialeto, como o fazem diversos linguistas, requereria horas de observação participante, gravações, transcrições, comparações e análises – todo o tipo de procedimentos empíricos.

O fato de um interlocutor de fora não conseguir *imitar* um falante brasiliense não parece, portanto, suficiente para sustentar a hipótese de que brasilienses *não* tenham sotaque. Desse modo, 90M demonstra reconhecer esse que parece ser um consenso na Sociolinguística:

90M, JOVEM ADULTO, DE BRASÍLIA-DF

Sotaque eh uma questao de "interpretação" se alguem de Brasília for pra Minas ou Goias onde todo mundo puxa o "R", logo seu sotaque vai ser não puxar o "R" [sic]

Como visto no Capítulo 1, *sotaque* é a forma como é falada/pronunciada uma determinada variedade linguística. Assim, para certificar-se de que não se trata de um repertório linguístico individual – ou um **idioleto** – o pesquisador deve colher amostras de diversos indivíduos pertencentes a uma suposta comunidade. No entanto, ainda que haja coerência sintética no falar de pessoas radicadas num mesmo grupo, parece haver resistência por parte de interlocutores de fora para legitimar variedade linguísticas cujas marcas proeminentes não podem ser facilmente percebidas e isoladas. Surpreendentemente, em alguns comentários, interlocutores não-brasilienses afirmam reconhecer o sotaque brasiliense em territórios outros que os do DF. Alguns, como 01F e 07F, evidenciam o que se coloca como um

autorreconhecimento de sua variedade, enquanto outros, como 23F, não encontram dificuldades para identificar variedades que lhes são, literalmente, familiares:

01F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, VIVE EM OUTRO ESTADO
Tem simmm! [sotaque] Sou de BSB, moro há anos fora e reconheço um Brasiliense só de ouvir falar ahahaha [sic]

07F, ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, VIVE NO RJ
Sou brasiliense e moro no Rio de Janeiro uns 6 anos, tenho alguns parentes em BSB e uns amigos, realmente brasiliense tem sotaque, eu falo com meus amigos e parentes de bsb e dar para perceber. [sic]

23F, JOVEM ADULTA, DE SÃO PAULO-SP
Tenho muito parente em Brasília e ces podem parar de querer pagar de diferentão, tem sotaque sim e reconhecer é super fácil

No que diz respeito à origem das famílias, muitos foram os comentários que afirmaram ser esse um fator determinante para a realização de determinado sotaque:

43M, JOVEM ADULTO, DE SÃO PAULO-SP
Brasiliense tem sotaque sim! Lembra mais o nordestino. Mas como falaram aí, depende da origem da família e bairro. Mas na sua maioria lembra mais o nordestino

Embora imediatamente tentadora, tal assertiva não está em consonância com o apontado por Payne (1976), que argumenta que os falares de jovens – precursores das mudanças linguísticas – tendem a se assemelhar mais aos de seus pais que aos de seus pais, uma vez terminada a primeira infância. Relembro ainda que Hanna (1986) demonstra que, em apenas um quarto de século após a fundação de Brasília, dois grupos de jovens – um cujos pais nasceram na Paraíba e outro no estado do Rio de Janeiro – já se utilizavam de uma variedade linguística relativamente homogênea do DF e distante das originais de seus pais imigrantes. Não é difícil também perceber que indivíduos nascidos em comunidades cujas variedades linguísticas sejam essencialmente focalizadas se distanciarão cada vez mais da fala originária de pais provenientes de outras regiões.

Ademais, Hanna compara o que é entendido como *neutralidade do sotaque brasiliense* aos processos de apagamento de marcas evidentes a que são submetidos jornalistas e radialistas antes de assumirem seu ofício. A interlocutora 62F demonstra concordar parcialmente com essa hipótese:

62F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF
Eu acho q a gente fala q nem o William Boner entao não tem sotaque [sic]

Ainda sobre a dificuldade de identificação dos traços mais marcados, a interlocutora 61F ressalva que o brasiliense não parece ser um sotaque regional facilmente identificável, o que não significaria *ausência* de sotaque:

61F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Quando dizemos que não temos é pq assim: se vc escuta um carioca falando, vc sabe de onde é, um baiano vc sabe, gaúcho vc sabe, mineiro vc sabe.. agora se escuta um brasiliense vc acha diferente mas não consegue identificar de onde é, pq não é um sotaque claro regional [sic] (grifo meu)

De forma similar à do comentário acima, um tom quase didático atravessou toda a discussão. Enquanto o *footing* (GOFFMAN, 2013[1979]) subjacente na maior parte da discussão girou em torno da procedência dos participantes numa dinâmica *eu* e *os outros* do tipo “enquanto natural de __, *eu* afirmo com legitimidade que __”, um dos pontos mais notórios a respeito da noção de sotaque dos interlocutores em questão referiu-se à forte presença da ratificação do discurso, isto é, a quem seria resguardado o direito de definir o termo *sotaque*, para além da própria naturalidade. Muitos foram os interlocutores que apresentaram suas credenciais de brasilienses ou de indivíduos graduados na área de Letras e/ou Linguística, reivindicando para si (ou para outra pessoa) o direito de explanar aos demais participantes o que seria *sotaque*. A interlocutora 60F, por exemplo, legitima a fala de um não-brasiliense para fundamentar seu argumento:

60F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF

Mas a gente não tem não pô. [sotaque] Um amigo meu do Goiás também concordou que a gente não tem sotaque [sic]

De didático, o debate chega a ganhar um tom acadêmico quando uma interlocutora, ao realçar sua bagagem teórica, faz algumas afirmações categóricas em defesa da neutralidade do falar brasiliense:

74F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, UNIVERSITÁRIA

Pra quem não estudou ou é formado em Linguística existe algo chamado gramática normativa, e sotaque é o desvio fonético dela. Quando uma região por predominância é regida integralmente pela gramática normativa (aquela que define os padrões estéticos da língua) o sotaque é mínimo pois as pessoas falam a língua como ela é sem nenhum desvio, não quer dizer que existe certo ou errado ou que não exista sotaque mas é mínimo e gírias ou dizeres não são classificadas como sotaques. Existe apenas o estético e Brasília é isso [...] [sic]

Reclamar para si a autoridade de fala nesse quesito parece envolver questões complexas, especialmente porque muitas das assertivas feitas por 74F parecem estar em dissonância com alguns dos conceitos apresentados no Capítulo 1. Tais pressupostos são aparentemente recuperados nas falas dos interlocutores 12M e 06M:

12M, JOVEM ADULTO, DE BRASÍLIA-DF, ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Que conceito bugado⁷⁸ esse aí em cima, hein. Dizer que uma pessoa "fala a língua como ela é sem nenhum desvio" é uma atrocidade dentro da linguística, porque o pressuposto pra dizer isso é que existe uma variante correta dentro da língua (só assim seria possível "desviar" dela). Todo falante usa uma variante da fala, seja ela próxima ou não da norma padrão (que não tem esse nome por ser "naturalmente" a norma nem nada do tipo; a escolha é arbitrária e tem bastante a ver com questões sociais). E claro que Brasília tem sotaque. Tanto tem que é reconhecido por gente de fora, uai [sic]

06M, JOVEM ADULTO, VIVE EM BRASÍLIA-DF, ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Gente, eu sou de Brasília. Formado em letras pela UnB, com diversos colegas que estudam o sotaque brasiliense com banco de dados diacronico kkk. Não tem nem como levar a sério. Pra colega 74F que falou de GN... massa, mas não é necessariamente o desvio gramatical que determina sotaque, são os /alofônicos e prosódicos. O problema é falar do que não sabe e depois dar explicação empírica... se estabeleceu essa ideia de que Brasília não tem sotaque por ser um lugar muito missigenado, mas, dá pra apontar o sotaque, sim. Se é um tipo de falar que não se reproduz em outro lugar, é variação regional, logo: sotaque. Não tem o que explicar. Se quiserem saber mais sobre o assunto, basta estudar variação linguística que todo o empirismo do post vai embora [sic] (identidade da interlocutora mencionada alterada)

O que fica evidente é que comentários como esses, com jargão linguístico explícito – “diacrônico”, “variante”, “norma padrão”, “alofônicos”, “gramática normativa” – são normalmente respondidos por interlocutores que tenham se engajado neste enquadre específico, por já ter tido contato prévio com estudos linguísticos, ainda que alguns apresentem determinadas inconsistências em trechos de seus argumentos. Interlocutores não familiarizados com os conceitos discutidos, por sua vez, limitaram-se a fazer pequenas assertivas em resposta aos quadrinhos originais em si e não a argumentações dessa natureza. Muitos, entretanto, parecem concordar com 74F, no sentido de entender *sotaque* como um *desvio da norma*.

Para além dessa, duas outras noções se fizeram bastante evidentes na discussão. Enquanto alguns interlocutores, como 05M, parecem ter se valido da prerrogativa de que

⁷⁸ Ironicamente, toda a discussão está permeada por *gírias*. Provenientes ou não de Brasília, algumas parecem ser bastante utilizadas na capital federal nos anos desta pesquisa: *Bugado* – a palavra vem do inglês *bug* (pane/defeito). No contexto específico, o usuário se refere a um conceito incoerente. Observe-se que o usuário, brasiliense, termina seu comentário com a interjeição tipicamente mineira – *uai*.

existiria uma norma de prestígio⁷⁹ e que os falares de Brasília seriam *neutros*, um outro entendimento foi muito comentado: a noção do sotaque brasiliense como *mistura*. Os comentários seguintes foram feitos em diferentes momentos ao longo das discussões e demonstram o quão presentes foram as assertivas:

09F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF, VIVE NA RA-IV, BRAZLÂNDIA

Vdd, minha família mesmo é uma mistura de Goiano e Baiano, é quase mais um idioma [sic]

15F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF

A gnt tem sotaque, só não percebemos, sotaque de Nordeste, nos jogos todo mundo me zoa kkkkkkkkkk [sic]

42F, JOVEM ADULTA, DE CAMPINAS-SP

O sotaque de Brasília é misturado kkkk tem um pouco de tudo, às vezes dá pra se confundir com o nordestino ou mineiro kkkkkk [sic]

[60F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF]

Não é problema ter sotaque, mas o problema é que eu não tenho. Brasília não tem sotaque certo porque aqui é tanta gente de tanto lugar que ficou nulo [sic]

28F, JOVEM ADULTA, DE SÃO PAULO-SP

“aqui é tanta gente de tanto lugar que ficou nulo” Já passou uns dias em SP, parça? Tem gente de tudo que é canto, pessoal migra pra cá de tudo que é lugar. Mas nem por isso o sotaque é anulado (não tem nem como) [sic]

105F, ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Fui ao Nordeste e nos disseram que nosso sotaque é uma mistura de Goiás, Minas e São Paulo [sic]

Fusão ou anulamento – ou tudo ou nada – é o que fica evidenciado na percepção da maioria dos interlocutores que comentaram a respeito do sotaque da capital federal. A mistura, entretanto, parece recorrentemente ser referida aos falares citados: goiano, mineiro, baiano e *nordestinos*, embora não fique claro a que falares específicos do Nordeste os interlocutores se refiram. É interessante lançar luzes sobre essa constatação em particular porque, nesse caldeirão de *todos os sotaques* a que muitos interlocutores e falantes do dia-a-dia se referem, muito raramente o sotaque brasiliense parece ser percebido como similar às variedades paulistas, catarinenses, paraenses ou gaúchas, por exemplo. Muitos, no entanto, diriam que a introjeção de vocábulos como *guri* e *guria* – típicos do Sul – em conjuntura com o *uai* mineiro respaldariam essa mistura. Nesse sentido, o que poderia talvez ser afirmado nessa *mistura de tudo* seria mais restrito ao léxico e talvez – ousaria dizer – incorreria numa *mistura dialetal*.

⁷⁹ Talvez até mesmo em consonância com os aspectos da pronúncia padrão brasileira proposta por Bagno (2017), apresentados no Capítulo 01.

Alguns interlocutores parecem indiretamente depreender que, no seio do que chamam *mistura*, estão imbuídas as fases de difusão e focalização dialetal, representadas respectivamente nos dois comentários abaixo:

93M, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF

[em resposta a 28F] O negócio é que em sp, sempre teve um sotaque próprio, então todos que vão ai tiveram que se acostumar a ele, agora em brasilia seu inicio foi um lugar criado no meio do nada, com pessoas de todos os estados tentando ter uma vida aqui, então quando chegaram não tinha um sotaque padrão. [sic]

23F, JOVEM ADULTA, DE SÃO PAULO-SP

Acho que vocês nao conseguem entender que é a mistura de vários que cria algo novo, é óbvio que muitas coisas vao ser parecidas com as de outros lugares pela mistura, mas é justamente assim que se cria uma cultura brasileira. Ou ces acham que mineiro nasceu com sotaque de minas? Teve toda uma influencia do norte e nordeste

Aos que reconhecem que as variedades linguísticas utilizadas na fala de Brasília já se encontram em estágio de focalização dialetal, resta argumentar de que maneira há uma uniformidade linguística que as afastam de um estágio de mistura incaracterístico. Assim, volto-me agora à percepção do que seriam as marcas mais evidentes identificadas por interlocutores brasilienses e não-brasilienses.

4.2 FALARES BRASILIENSES: ASPECTOS PERCEBIDOS

Brasília é atualmente a terceira cidade mais populosa do Brasil, com quase 3 milhões de habitantes.⁸⁰ Não surpreende, portanto, o fato de que, dentre os que reconhecem a legitimidade do sotaque brasiliense, alguns preferam falar em *sotaques* brasilienses:

03F, ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Sou brasiliense e, sim, temos sotaque! Inclusive no plano piloto a galera tem sotaque. Não tem uma marca forte como um "s" puxado ou um "r" retroflexo mas dá pra perceber a sonoridade diferente no falar brasiliense.

16M, JOVEM ADULTO, DE BRASÍLIA

Sou de Brasília e digo q tem sim! E é mais de um: quem mora no centro plano piloto cruzeiro águas claras guara tem um sotaque parecido com o carioca, devido aos servidores q vieram na construção de Brasília. Já QM mora na periferia tem sotaque parecido com o nordestino, por causa dos candangos antigos. E tem aquele filho de pais de mesmo estado q tende a ter o sotaque dos pais

⁸⁰ IBGE (2018)

018M, JOVEM ADULTO, NATURALIDADE INCONCLUSIVA, VIVE EM BRASÍLIA
--

um nordestino mais seco [o sotaque de Brasília] A periferia de Brasília tem mais sotaque. Mas Brasília em geral tem sim.
--

Note-se que o reconhecimento de diferentes *sotaques* por parte dos participantes está diretamente atrelado à região administrativa (RA) de procedência do falante, seja ela o Plano Piloto, Águas Claras ou o Cruzeiro, por exemplo. Ao longo desta pesquisa, argumento que o abismo socioeconômico entre diferentes RAs do Distrito Federal incorre em diferentes configurações sociais locais, culturas e, conseqüentemente, variedades linguísticas. É o que apresento nos Capítulos 5 e 6 ao contrastar os falares proeminentes utilizados pelas famílias colaboradoras da RA-I (Plano Piloto) e da RA-II (Gama). A constatação de que quem mora nas periferias traz marcas tipicamente *nordestinas* em seu falar é lugar comum na capital federal. A referida *neutralidade* mencionada anteriormente costuma ser legada a RAs mais abastadas que mantêm forte vínculo com o centro político do país, localizado na RA-1.

A partir do reconhecimento de diferentes sotaques, depreende-se que quando os participantes de Brasília utilizam o pronome possessivo *nosso* (o *nosso* sotaque) e os participantes de outras localidades se referem aos brasilienses como *vocês*, há diversos *ossos falares* e diversos *vocês* na capital federal. Embora a maior parte dos comentários não delimite comunidades de brasilienses ou falares brasilienses distintos, eles trazem indícios valiosos acerca das percepções interna e externa das variedades brasilienses em geral, seja em seu léxico, sintaxe, fonologia, prosódia ou ritmo.

4.2.1 Léxico e sintaxe

Como apontado anteriormente, os falares de Brasília são primordialmente reconhecidos por sua combinação de *gírias*, especialmente as utilizadas pelos jovens. O debate costuma, ainda, considerar se tais *gírias* seriam ou não provenientes do DF. Independentemente de suas origens, entretanto, o inventário parece ser bem delimitado por brasilienses e não-brasilienses. Muitos comentários sinalizaram, por exemplo, a presença dos vocativos *vêi* e *moço*. Os dois vocábulos parecem ser utilizados como morfologicamente invariáveis e funcionam também como interjeições, isto é, muitas vezes não fazem referência a sujeitos específicos. Em vez disso, servem para enfatizar ou chamar a atenção de um interlocutor quanto ao início ou ao fim de uma sentença:

57F, JOVEM, NATURALIDADE INCONCLUSIVA, ESTUDA EM GOIÁS

Sou de Brasília, NÃO TEMOS SOTAQUE VÉI KKKKKKKKKK [KKKKKKKKKKKKKKKKKK que brisa véi

47M, JOVEM ADULTO, DE SÃO PAULO-SP

É só o Ouro uai nun tem uque moço?

O interlocutor 47M evidencia ainda a predominância da expressão idiomática *só o ouro* (algo considerado muito bom) seguida da enfática interjeição mineira *uai*. Em lugar de responder diretamente se há ou não sotaque, ou léxico específico na capital federal, ele lança uma pista de contextualização lexical: apenas aqueles que conheçam as gírias utilizadas por ele na elocução, supostamente provenientes da capital federal, entenderão seu argumento subjacente de que há falares próprios em Brasília. Curiosamente, *moço* como vocativo entre amigos, e não entre pessoas desconhecidas, parece ser uma forma utilizada muito mais predominante em RAs mais distantes e independentes do Plano Piloto. Tenho percebido, por exemplo, esse uso específico cada vez mais frequente na fala de meus estudantes de Ensino Médio, brasilienses da terceira geração, no Riacho Fundo 1.

Outras gírias e expressões idiomáticas foram também atribuídas aos falares brasilienses, quais sejam: *tipo assim* (marcador de discurso explicativo ou comparativo), o *oxi* de diversos falares nordestinos, *de rocha* (de verdade), *boto fé* (expressão que tomou diversos sentidos como *entendi*, *concordo* ou *que bom*) e a mais recente *mano do céu* (expressão de surpresa que parece ter se espalhado pelo Brasil por meio de redes sociais virtuais, como o próprio *Facebook*). A interlocutora 97F acrescenta ainda o acrônimo “pdc” para representar uma das gírias supostamente muito utilizadas na capital federal, denotando *pode crer*, expressão que pode possuir os mesmos significados que *boto fé*, além de poder significar evidência de certeza sobre um fato.

97F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF, MORA EM ÁGUAS LINDAS-GO

Na vdd aq no centro oeste é uma mistura danada, é um pouco de uai, com qual é pô e mano do céu.. então a gente gosta de falar tudo que tem vontade e vai continuar assim pdc.. rrs [sic]

Quanto à sintaxe, um único usuário faz referência a um aspecto observado em várias pesquisas como a de Andrade (2015):

69M, DE UNAÍ-MG, VIVE NA RA-V, EM BRASÍLIA-DF

Talvez tenha um *tu* no meio, mas sotaque não [sic] (grifo meu)

É relevante que 69M tenha observado a (re)introjeção do pronome de segunda pessoa *tu* no Distrito Federal, já que essa tem sido matéria de diversos estudos de natureza Sociolinguística na capital, questão já abordada em 2.2.2.

4.2.2 Aspectos fonético-fonológicos

Os aspectos fonético-fonológicos interessam mais diretamente a esta pesquisa. Uma primeira percepção diz respeito à pronúncia do /s/ em posição de coda (final de sílaba, também referido como *pós-vocálico*). A sibilização evidente – em lugar de um *chiado*, por exemplo – costuma ser mais percebida como característica de falares do Distrito Federal:

13F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, ENSINO SUPERIOR COMPLETO
--

Eu tbm achava q não tinha, até q uma professora me falou q foi fazer uma pesquisa em outras cidades sobre sotaque e parece q o sotaque de Brasília é falar o S igual cobra kkkkkkkkkkk [sic]
--

17F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF

O sotaque de Brasília é fazer um chiado na pronúncia de "ss", se perceber nós fazemos um sibilo parecido com o de uma cobra. [sic]
--

18F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF

Assobiamos a letra S.

Para a interlocutora 70F, entretanto, falante de uma variedade linguística tipicamente sibilante, o que se sobressai é a possibilidade de ocorrências palatalizadas, isto é, *chiadas*:

70F, JOVEM ADULTA, DE VARGINHA-MG, ENSINO SUPERIOR

O chiado do s, o r puxado, oxeeeeee que é óbvio que não é de Brasília kkkkkkkkkkkkk entre outras. [sic]

Embora a tendência do /s/ pós-vocálico seja a sibilização, já foi aqui discutido que estudos como o de Lima Neto (2010), demonstram que em alguns ambientes fonológicos o *chiado* é a norma do falar brasileiro.

A mesma interlocutora faz ainda menção ao /r/ de Brasília. Tal produção foi mencionada algumas vezes ao longo do debate na página. Realizado normalmente como [h], costuma ser uma versão mais fraca do [x] do carioca, e bem distante dos tepes, retroflexos e vibrantes de muitas regiões do Sul e Sudeste. O que para o brasileiro é muitas vezes visto como *neutro* ou *incharacterístico*, porém, para pessoas de fora pode ser percebido como marca proeminente, sendo definido como *puxado* ou *zuado* (estranho):

25M, JOVEM ADULTO, DE SÃO PAULO-SP, VIVE EM BRASÍLIA, ENSINO SUPERIOR COMPLETO

Brasiliense tem sutaque no R, bem zuado por sinal [sic]

4.2.3 Prosódia e ritmo

Muitos interlocutores fizeram menção a um falar *cantado*, que parece referir-se a uma acentuação suprasegmental bem marcada. O conceito, entretanto, se mostra bastante subjetivo ao longo dos comentários e não veio acompanhado de demais explicações. Além disso, a taxa de elocução, isto é, a velocidade de fala dos brasilienses, foi percebida como aspecto notório, embora não haja consenso sobre ser mais rápida ou devagar que outras variedades em evidência:

01F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, VIVE NO ESTADO DE SP
--

Fala cantando, lento e nasalado (no sentido oposto dos Paulistas). É o sotaque de Brasília.

14M, JOVEM ADULTO, DE BRASÍLIA-DF, VIVE EM ÁGUAS LINDAS-GO, UNIVERSITÁRIO
--

Alguém de Minas já me disse que uma marca forte do sotaque daqui de Brasília é que nós, aparentemente, falamos sem fôlego, porque morremos no fim das palavras.

30M, JOVEM, DE RONDONÓPOLIS-MT, VIVE EM BRASÍLIA-DF
--

O sotaque de quem nunca saiu de Brasília é um sotaque arrastado e cantante, lembra o baiano, Mas é mais fraco [sic]

Em contrapartida, diversos interlocutores brasilienses afirmaram nunca ter ouvido a respeito de um falar *cantado* brasiliense. Na capital federal, o termo costuma ser legado a variedades linguísticas mais distantes daquelas utilizadas em Brasília, tais como a gaúcha, catarinense ou recifense. Quanto à taxa de elocução, as assertivas de 96F e 98F representam um contrassenso:

96F, JOVEM, DE BRASÍLIA-DF, VIVE NA RA-III, TAGUATINGA-DF
--

pior q eu acho q é vdd hahahahahahaha eu falo muito rápido às vezes e só percebo quando gravo áudio e me ouço, dá até agonia
--

98F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF
--

Sempre ouço dizer q falamos arrastado e cantado... e uma mistura entre nordeste... minas e Goiás kkkk uma loucura.
--

É curioso notar a existência de um comentário como o de 14M, sobre um mineiro perceber a taxa de elocução dos brasilienses como alta, já que a sua própria variedade costuma ser percebida dessa forma. Enquanto 96F concorda com tal assertiva, 98F argumenta exatamente o oposto. Assim, evidencia-se que a discussão requer aprofundamento por meio de

estudos amostrais, especialmente porque a taxa de elocução pode variar bastante na esfera idioletal.

4.3 QUANTO VALEM OS FALARES DE BRASÍLIA?

Como explorado nos capítulos anteriores, quanto maior o status de uma variedade linguística, maior será o seu valor no mercado linguístico e, por conseguinte, mais prestígio será associado a seus falantes (BORDIEU, 1991). Interlocutores não-brasilienses relataram diversas vezes que se autodeterminar *sem sotaque* seria uma maneira de demonstrar que as variedades utilizadas em Brasília seriam consideradas melhores ou *mais corretas*:

41F, JOVEM ADULTA, NATURALIDADE INCONCLUSIVA]

O brasiliense pensa que é o dono da língua portuguesa na sua forma mais "pura" (se é que dá pra afirmar isso sobre um IDIOMA) com essa de não ter sotaque. Eu ein.

O comentário de 41F parece vir em resposta a afirmações categóricas, como as seguintes, feitas por brasilienses sobre o prestígio de suas variedades:

11F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, VIVE NA RA-IX, EM CEILÂNDIA-DF

N temos sotaque. Falamos normal inclusive *falamos mais certo* que todos os Estados rs [sic] (grifo meu)

66F, JOVEM ADULTA, DE BRASÍLIA-DF, VIVE NA RA-II, GAMA-DF

Não temos sotaque, *somos o centro*. Falamos todos os sons das palavras de forma correta. O que nós temos são as gírias, MUITA gírias e expressões, entoação nas expressões diferente, então isso é muito diferente de sotaque. As várias línguas foram se espalhando pelo Brasil todo, rodando, rodando, até chegar no centro de uma forma bem neutra e cá estamos nós, sem chiado, sem enrolos na língua. [sic] (grifo meu)

Ao ler a assertiva de 66F, uma interlocutora saiu em defesa de outras variedades:

89F, JOVEM ADULTA, NATURALIDADE INCONCLUSIVA

Tu falou como se os outros sotaques fossem bizarros [sic]

As impressões de interlocutores acerca das variedades brasilienses (e de outras) costuma ser qualificada por meio de adjetivos e expressões de natureza similar. Para além de *bizarro*, *normal*, *de forma correta*, os falares brasilienses em especial foram descritos com os diminutivos *bonitinho*, utilizado por algumas brasilienses e uma amazonense, e *engraçadinho*,

por uma carioca. O interlocutor 19M, de Recife-PE, classificou o sotaque brasiliense como *muito forte*. Uma outra interlocutora não-brasiliense preferiu classificá-lo como *ridículo*:

40F, ADULTA, NATURALIDADE INCONCLUSIVA

Em Brasília tem sotaque sim. É ridículo por sinal. Somente gírias ridículas!!! [sic] (grifo meu)

É muito comum que discussões sobre sotaques promovam também preferências e graus de *gostabilidade*. Assim, para além da adjetivação, muitos usuários se valem de verbos como *amar*, *gostar* ou *odiar*. Há ainda uma última constatação que se sobressaiu a respeito da noção de valoração do sotaque dos usuários. Muitos fizeram menção à relação entre *sotaque* e *identidade*, destacando que as variedades linguísticas – e, por conseguinte, seus sotaques – estão sempre imbuídas em culturas e práticas sociais em constante negociação:

36M, JOVEM ADULTO, DE RECIFE-PE

Sotaque é um jeito característico de falar que serve de identidade de uma certa região, faz parte da cultura, quando vocês afirmam que não tem sotaque vocês estão afirmando que não tem identidade própria, lembrem-se que o português do Brasil é originado de um português de outro país onde é falado diferente, então a própria língua em si já é um sotaque, lembrem também que Olinda é a cidade mais antiga do Brasil que fica em Pernambuco, então quem é q fala diferente? [sic]

De maneira objetiva, o interlocutor 51M parece concordar com o comentário de 36M e revelar que, em realidade, a preservação da crença do não-sotaque não é de natureza randômica e atende a alguns interesses sociais. Isso porque, dessa forma, o valor da variedade brasiliense no mercado linguístico se elevaria e, por conseguinte, o valor dos próprios brasilienses:

51M, ADULTO, NATURALIDADE INCONCLUSIVA

Brasília não apenas tem sotaque, como inúmeros regionalismos. Bobagem elitista e um grande engano achar que não [sic] (grifos meus)

Do mesmo modo, um interlocutor não-brasiliense, ao criticar a cidade, aponta também ao que seria a sua falta de originalidade em *não ter sotaque*:

104M, JOVEM ADULTO, NATURALIDADE INCONCLUSIVA

Pois é uma cidade sem sotaque, sem raiz, sem comida popular e com a única herança tirar de quem tem pouco antes que acabe [sic]

A interlocutora 14F, em contrapartida, toma para si a identidade de *candanga* e parece entender, como a maioria dos que defendem essa teoria, que a falta de sotaque seria positiva:

67F, ADULTA, DE BRASÍLIA-DF

Pq todo candango acha que não tem sotaque ? E eu sou uma delas. Kkkk [sic]
--

É interessante apontar que, quanto ao gentílico referente aos interlocutores nascidos no Distrito Federal, a ocorrência acima foi exceção. Em seu lugar, o termo *brasiliense* foi utilizado 22 vezes por 18 interlocutores nesta netnografia. Desses, 11 interlocutores, de Brasília-DF, utilizaram o termo 15 vezes, enquanto 7 usuários de outras naturalidades utilizaram o termo uma vez cada. A palavra *candango*, em contrapartida, só apareceu 2 vezes. Uma utilizada pelo brasiliense 16M ao referir-se aos “candangos antigos” e outra pela usuária 67F, ao referir-se a si mesma no comentário acima.

4.4 DESDOBRAMENTOS

O estudo piloto deste capítulo em particular girou em torno de um debate virtual promovido em uma página do *Facebook* sobre existir ou não sotaque em Brasília. O que pôde se apreender inicialmente é que responder a essa pergunta requer a investigação do próprio entendimento de *sotaque* por parte do respondente, tema que me debrucei na seção 4.1. Na seção 4.2, sintetizei quais seriam as tendências internas e externas de percepção do(s) sotaque(s) brasilienses em seus aspectos lexicais, sintáticos, fonético-fonológicos, prosódicos e rítmicos. A seção 4.3 apresentou de que forma são avaliados o(s) sotaque(s) de Brasília por brasilienses e não brasilienses. A seguir, estão compiladas as principais reflexões realizadas em três quadros a partir das três respectivas seções:

QUADRO 12 – A NOÇÃO DE “SOTAQUE” E O SOTAQUE DE BRASÍLIA

1. Como os interlocutores brasilienses e não brasilienses entendem a palavra <i>sotaque</i> e de que forma essa noção está diretamente conectada à validação ou invalidação da máxima de que <i>brasilienses não têm sotaque</i> ?
--

- | |
|---|
| <p>I) Para muitos interlocutores, sotaques podem ser entendidos como desvios de uma norma em vigor;</p> <p>II) Para muitos interlocutores, sotaques podem ser entendidos como presentes ou ausentes em uma determinada língua;</p> <p>III) Ao entendimento de muitos, a capacidade de descrição imediata de um falar específico é subjacente à noção de existência (ou não) de sotaque;</p> <p>IV) Para que um sotaque seja legítimo, alguns interlocutores acreditam que ele deva ser reconhecível ou imitável;</p> <p>V) Muitos interlocutores acreditam que o sotaque é atributo de herança familiar;</p> <p>VI) Muitos interlocutores acreditam que os sotaques também são constituídos pelo léxico;</p> <p>VII) Muitos interlocutores entendem o sotaque de Brasília como anulamento ou mistura de outros sotaques. Quando mistura, é normalmente associado aos diversos falares mineiros, goianos e nordestinos, especialmente os baianos no último caso;</p> <p>VIII) Alguns interlocutores se utilizam da autoridade de fala para provar a existência ou não de um sotaque. A autoridade pode ser de natural de uma região ou de especialista na área de estudos linguísticos, embora sem apresentar estudos empíricos;</p> |
|---|

FONTE: O autor

QUADRO 13 – ASPECTOS MAIS EVIDENTES SEGUNDO INTERLOCUTORES DO FACEBOOK

2. Quais aspectos do sotaque de Brasília se sobressaem àqueles que defendem sua existência?	
Lexicais	apenas a utilização massiva de gírias foi mencionada. Alguns exemplos foram <i>boto fé, de rocha, só o ouro, tipo assim, véi</i> ;
Sintáticos	apenas a re(introjeção) do pronome de segunda pessoa <i>tu</i> conjugado com formas características da terceira pessoa (<i>tu vai</i>) foi mencionada;
Fonético-fonológicos	o /s/ em coda, ou pós-vocálico como evidentemente sibilante. Uma única vez foi mencionado a palatalização, ou chiado, nessa posição; o /r/ em coda, normalmente realizado como [h] foi mencionado como traço característico;
Prosódicos e rítmicos	a taxa de elocução, isto é, a velocidade de fala dos brasilienses foi descrita por alguns usuários como alta (rápida) e por outros como baixa (devagar, ou arrastada, lenta). A noção de falar <i>cantado</i> por parte de alguns parece sugerir que o ritmo acentual pode ser percebido como bem marcado;

FONTE: O autor

QUADRO 14 – AVALIAÇÃO DOS SOTAQUES DE BRASÍLIA SEGUNDO INTERLOCUTORES DO FACEBOOK

3. Como são avaliados os sotaques de Brasília?	
Adjetivações e expressões	Subjetivamente, emergiram as palavras e expressões <i>bonitinho, cantadinho, engraçadinho, forte, ridículo, neutro, sem desvios, de forma correta, adoro, amo, neutro, misturado</i> ;
Falares neutros e misturados	A noção de falar <i>sem sotaque</i> é mais avaliada positivamente por brasilienses que por não-brasilienses. Um interlocutor, ao criticar a suposta falta de cultura da cidade, utiliza <i>não ter sotaque</i> como algo negativo. Com relação aos falares misturados, com exceção da percepção de proximidade ao falar mineiro, os falares goianos e baiano não são geralmente associados a posições de prestígio. A ideia de que existem diversos falares em Brasília corrobora também o entendimento de que alguns são melhor avaliados. Alguns usuários reforçam que o relevante contingente migratório de algumas RAs é atípico, como no Cruzeiro, onde a variedade se assemelharia mais à carioca. Outros parecem fazer menção à questão de status social: os falares das periferias seriam mais característicos e próximos dos diversos falares nordestinos;
Brasilienses e candangos	O gentílico <i>brasiliense</i> foi utilizado dez vezes mais que <i>candango</i> . O que fica evidente é que pessoas nascidas no Distrito Federal nas últimas décadas não parecem buscar afiliação gentílica no termo <i>candango</i> ;

FONTE: O autor

Uma vez que foram principalmente as constatações aqui colocadas que o refinaram e o justificara, é recomendável, nesse ponto, um retorno ao desenho de pesquisa delineado em 3.3, seção em que apresentei minhas asserções e perguntas exploratórias. Vale também ressaltar que algumas considerações sobre este estudo piloto serão feitas ao longo dos dois próximos capítulos, num diálogo com os dados gerados nas duas RAs em evidência, Plano Piloto e Gama. Encerra-se aqui, portanto, o *flashback* e retoma-se a sequência episódica e cronológica da pesquisa.

5 PARA ALÉM DAS PRANCHETAS: BRASÍLIA E SUAS GENTES

*Eu tenho sangue arretado de nordestino
 E a educação do Sul
 Eu tenho instinto de tribos do Norte
 Vivendo no paleolítico
 E a pressa e a sede do Sudeste
 Mas o meu negócio é o Centro-Oeste
 O centro do Centro-Oeste
 Eu sou brasiliense
 Sou de terra de ruas e conversas sem erros
 De gente escondida como eu
 Pra essa sequidão do Planalto Central
 Eu me volto
 Ai, como eu queria que o mundo todo conhecesse
 Nossa aurora boreal*

Newton, aos quinze anos de idade

Em maior ou menor escala, todo aglomerado humano vivendo em cidades recebe, em algum ponto, certo tipo de planejamento urbanístico. Bem se sabe que o caso com a capital federal foi outro, já que, como visto, não foi a pré-existência de pessoas e casas desordenadas num espaço comum que justificou o desenho de uma planta urbana. No Capítulo 2, apresentei um pouco da Brasília de papel feita pelas mãos de Lúcio Costa e Gladson da Rocha, nas plantas do Plano Piloto e do Gama, respectivamente. Embora já ali fosse possível imaginar que tipo populacional habitaria determinadas áreas desenhadas em suas pranchetas, a história normalmente segue cursos independentes, para além das expectativas de urbanistas e arquitetos. Assim, se hoje existem várias Brasília, naturalmente existem também *gentes* diferentes desenhando histórias reais nesse *quadradinho* do Planalto Central. Neste capítulo, apresento algumas análises sobre o ser candango e o ser brasiliense, partindo de seus próprios pontos de vista. Início apresentando as pessoas envolvidas no estudo, a começar por mim mesmo, na primeira seção, e pelos vinte e um colaboradores distribuídos em sete famílias, na segunda. Na terceira seção, analiso as situações comunicativas vivenciadas no âmbito dos núcleos familiares visitados, evidenciando de que forma elas se interseccionam para dar voz à história das gentes radicadas nas duas RAs em foco.

5.1 MINHA BRASÍLIA AMARELA

Antes, deixe-me apresentar um pouco melhor.

DIÁRIO DE BORDO ELETRÔNICO (DBE)

NOTA 2: Debaixo do bloco

Sebinho Café, Asa Norte, 15 de maio de 2018

As memórias de minha primeira infância datam de meados dos anos 1990, quando morávamos eu, minha mãe, minha tia e minha avó, num apartamento na 203 sul, num bloco de frente ao Eixinho de baixo, ou, para os menos íntimos, em frente ao Eixo L. Cresci assim, sabendo que bloco é prédio e que lugar de criança brincar é debaixo do bloco, numa área que só depois de adulto descobri se chamar *pilotis*.

Em meados dos anos 1990, os Mamonas Assassinas eram a febre do momento, principalmente entre as crianças, apesar de letras muito pouco educativas. Eu obviamente tinha a fita e sabia tudo aquilo de cor. Antes disso, contudo, quando escutei pela primeira vez o verso “minha Brasília amarela” na canção “Pelados em Santos”, lembro de não fazer associação imediata ao veículo Volkswagen produzido no Brasil entre os anos 1970 e 1980. No alto de meus sete anos de idade, eu imaginava que o eu-lírico – tenho certeza que os Mamonas Assassinas odiariam essa designação – se referia à minha cidade, a cidade que eu havia nascido; a cidade onde nenhuma das tramas de novela da Rede Globo se passavam. Deve ter sido aí o meu primeiro sentimento de orgulho em ser brasileiro, afinal. Os Mamonas Assassinas finalmente falavam de Brasília! (Só que não, né?). Mesmo depois descobrindo que o eu-cínico – fica aí uma melhor designação – se referia ao veículo, ficou em mim algum sentimento de orgulho, pois o Brasil inteiro cantava “Brasília” e não era para falar de política ou do Plano Real.

Morei até os doze anos no Plano Piloto. Passei ainda pela 409 e pela 212 norte. Estudei na Escola Canarinho, uma das mais tradicionais da Asa Sul e depois na Escola Classe 407 Norte, a única que recebeu azulejos de Athos Bulcão. Mais brasileiro impossível.

Em 1998, minha tia se mudou para os condomínios do Lago Sul, algo que mais tarde se tornaria a região administrativa Jardim Botânico. Até ali, o meu sonho era também o de me mudar para aquela região, onde crianças podiam brincar livremente nas ruas até altas horas da noite. Eu também fazia isso no Plano, mas havia tão poucas crianças no meu prédio, comparado à realidade do Condomínio Jardim das Paineiras, que eu só poderia esperar que um dia eu e minha mãe mudássemos também para lá. Isso ocorreu em 2000. Morei por onze anos no Jardim Botânico, satisfazendo meu desejo de estar mais próximo dos amigos que havia feito. No entanto, nunca perdi o vínculo forte com o Plano Piloto. Estudei ainda no Santa Rosa, no Sagrada Família, no INEI, no NDA e, finalmente, na UnB, todas essas instituições localizadas nesse pêndulo Asa Sul-Asa Norte.

Em 2003, entre a caminhada de almoço do INEI ao Assados e Grelhados, na 405 sul, me sentei debaixo de um bloco e escrevi um poema para a aula de redação. Decidi escrever sobre Brasília: *eu sou brasileiro, sou de ruas e conversas sem erros. De ruas... e conversas sem erros*. É tão fácil acreditar nisso crescendo no Plano Piloto, me parece hoje em dia. Porque... 1) tudo parece à primeira vista organizado até demais, parece até igual, como se a cidade fosse uma herege sem alma. 2) ninguém de fora reconhecia de onde eu era, então eu não tinha sotaque. Não tínhamos sotaque, estava acordado. Embora toda a minha concepção tenha mudado alguns anos mais tarde entre uma aula e outra no campus Darcy Ribeiro, hoje eu entendo que isso diz muito sobre o que os brasileiros, ou boa parte deles, pensam ser.

O meu pêndulo residencial depois ficou entre Jardim Botânico e Águas Claras, duas RAs tão distintas entre si e do Plano Piloto que poderiam facilmente estar localizadas em outro estado. Águas Claras, para mim, é a negação de tudo que aquele júri que avaliou o projeto de Lúcio Costa pretendia. Bem longe do ideal de cidade-parque, o verde fica bem no centro, bem estilo *Central Park*. Os prédios parecem nos engolir. Não existe “debaixo do bloco”. Consigo ver o lava jato, que fica do lado do meu prédio (aqui não se diz *bloco*) da minha janela, e preciso dar uma volta de uns quinhentos metros para chegar até ele. Como se não bastasse, a duas ruas daqui tem um jardim lindo e uma placa imensa que diz: “não toque nas flores”. E dizem que é o do Plano Piloto o coração de concreto.

Isso pode soar um pouco “menino criado pela avó”, mas vir ao Plano Piloto e tomar um café aqui no Sebinho me dá sempre uma sensação gostosa de casa que nunca senti em qualquer outro lugar desta capital. Outro dia o próprio Nicolas Behr, o maior poeta desta cidade, sentou bem ali, a três mesas da minha. Mais brasileiro impossível. Essa sensação eu sinto especialmente na Asa Norte, um pouco menos *gourmet* que a Sul e um pouco mais Newton que o resto do DF.

Eu poderia continuar e falar sobre como cada não-esquina da Brasília em que vivi, muito no eixo mais central daquele *quadrado*, me formou como pessoa. Eu sempre quis dar a Brasília um pouco de meu testemunho e tornar-me pesquisador foi a oportunidade para isso. Neste estudo, trago um pouco da minha voz brasileira no uso da Autoetnografia (qualitativa, interpretativa e biográfica) e na minha relação com as histórias narradas pelos colaboradores. Como apontado, meus níveis de participação em cada uma das RAs divergem. O meu Índice de Integração à RA foi calculado com referência ao Plano Piloto (0,79), RA em que me posiciono, nos termos de Angrosino (2009), no nível 3 de (observação) participante: o de *participante como observador*. No Gama, contudo, o meu nível é 2, o de *observador como participante*. Esclareço a seguir de que forma essas incursões se diferenciaram.

5.1.1 Incursões no Plano Piloto

Desde que comecei esta pesquisa, em 2017, minhas idas ao Plano Piloto se mantiveram regulares. Não pela investigação em si, mas por ser a RA onde encontro a maioria de meus amigos, onde acontece a maior parte dos eventos que frequento e onde assistia a aulas no campus Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília. Argumento, nesse sentido, que me posiciono no papel de *participante como observador*, por entender que ao longo desse período assumi certa dualidade nessas visitas. Elas não eram, em sua maioria, motivadas pela realização da pesquisa, mas meus ouvidos sempre estiveram atentos às conversas ao meu redor e aos comentários feitos sobre Brasília, às pessoas de Brasília e a seus modos de falar.

Como já apontado, minha agenda de pesquisa nunca esteve oculta e, sempre que indagado, me apresentava como mestrando em Linguística, que pesquisa Brasília. O que pude perceber, nesse cotidiano que já me era há muito tempo conhecido de encerrar uma aula e almoçar numa entrequadra ou encontrar amigos em bares e cafés das Asas, é que os brasileiros têm muito interesse sobre a sua própria história. Sempre me indagavam com perguntas do tipo “mas a gente tem sotaque, é sério?”, “como é o nosso sotaque então?”, o que me fazia refletir que talvez eu fosse um brasileiro solitário velejando no meio do Lago Paranoá, enquanto esperando atracar em novas terras.

Muito por conta desses tantos cafés nas Asas, decidi que, antes de entender *qual* é o sotaque de Brasília e se é possível, na realidade, responder essa pergunta, era preciso entender o que as pessoas pensam sobre o que é *Brasília*, o que é ser *brasiliense* e, principalmente, o que é *sotaque*. Foi também a partir de algumas conversas informais com colegas e amigos residentes de outras *satélites* – é ainda muito raro alguém utilizar espontaneamente o termo *região administrativa* – que percebi que a minha Brasília (amarela) não era a mesma que me relatavam.

Para além das visitas realizadas aos quatro núcleos familiares provenientes do Plano Piloto, cabe aqui tratar de minhas visitas a duas escolas públicas, com o intuito de averiguar de que forma alguns conceitos tratados em alguns livros didáticos. Uma delas foi uma instituição em que eu mesmo estudei, vinte anos antes desta pesquisa, a Escola Classe 407 Norte. Como a fachada da escola, que se diferencia agora apenas pela instalação de um parquinho, pouca coisa mudou nesse tempo: *candangos* são os pioneiros da construção, *brasilienses* os naturais do DF e Brasília é a Capital da República, dentro do DF, diziam os livros (Cf. 2.1.2).

FIGURA 13 – ESCOLA CLASSE 407 NORTE EM 1998



FONTE: O autor.

FIGURA 14 – ESCOLA CLASSE 407 NORTE EM 2018



FONTE: O autor

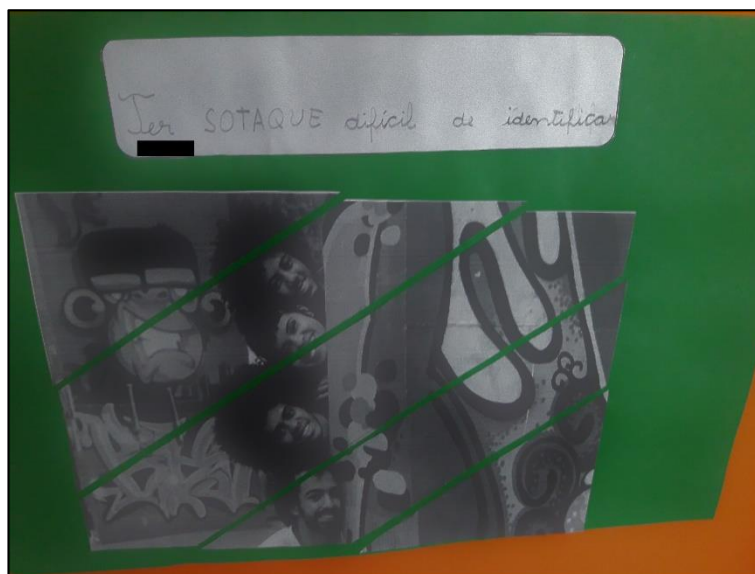
Ainda na escola onde cursei os anos iniciais do Ensino Fundamental, tive a oportunidade de conversar com uma professora cuja fala me parecia uma denúncia imediata de sua procedência. A entonação incomparável reforçada por ditongações diversas em finais de sílaba (do tipo: *eu trabalho aqui[a]*) me pareciam verdadeiras pistas de contextualização acerca de sua naturalidade: ela deveria ser do Rio de Janeiro, com certeza, apesar de ter perdido todo aquele chiado – eu pensava.

Ledo engano o meu: a professora era brasiliense da primeira geração, criada no Cruzeiro, RA de bastante tradição carioca. Diversas situações comunicativas como essa serviram de refinamento às minhas asserções, especialmente no sentido de que, se os falares de Brasília eram reconhecidos como mistura, talvez isso se devesse aos falares da primeira geração de naturais do DF, bem como a de seus pais. O caso com a segunda geração, por sua vez, me parecia outro. Não tenho lembranças, por exemplo, de encontrar alguém da minha geração e indagar a sua procedência, caso a pessoa de fato fosse natural de Brasília, ainda que de outra RA. Com isso não quero dizer que os falares de outras RAs são percebidos por mim como idênticos àquele(s) no Plano Piloto. Talvez por me enveredar tanto por diversas RAs do DF ainda na infância com minha avó materna, meus ouvidos estejam treinados para aceitar e rejeitar alguns falares como brasilienses e outros como não-brasilienses.

Uma outra visita, à Escola Classe 402 sul, me foi bastante proveitosa. Era abril e, dada a aproximação dos cinquenta e oito anos da capital federal, havia diversos murais sobre Brasília. Um em especial, de estudantes do quarto ano, me chamou atenção: o título dizia *Isso é Brasília*. Nele, os alunos apresentavam um desenho ou imagem, junto a uma frase. Algumas delas foram: *cidade do rock; ouvir a pergunta “você conhece o presidente?”; os carros param na faixa de pedestres; o céu é o mar de Brasília; comida típica: pastel da viçosa*. O que mais me surpreendeu, porém, foi que a maioria dos trabalhos realizavam um verdadeiro inventário sobre o léxico (mais ou menos⁸¹) utilizado na capital federal: *cobogó é janela; baú é ônibus; camelo é bicicleta; balão é rotatória; dizer que estuda na 2; “fala véio” quer dizer “oi!”; pardal é controle de velocidade; frevo é festa; tesourinha é retorno*. Além disso, um trabalho que aqui merece destaque é um que conjuga uma imagem com pessoas de diferentes tons de pele e os dizeres *ter sotaque difícil de identificar*:

⁸¹ *cobogó*, assim como *pilotis*, são termos arquitetônicos e não parecem ser tão utilizados no dia-a-dia da população brasiliense. *Camelo* para bicicleta parece estar em desuso pelo menos desde os anos 1980. A palavra informal para bicicleta costuma ser *bike* (ou, com menor abrangência, *magrela*).

FIGURA 15 – ISSO É BRASÍLIA, POR UMA CRIANÇA



FONTE: O autor

O que se pode depreender a partir da Figura 16 é que possivelmente as gerações 3 e 4 do DF enxergarão de forma distinta os falares da capital federal: de *não ter sotaque*, a capital possivelmente passará a ter *um sotaque não reconhecível* e, em algum ponto, *característico*. Uma outra coisa que me chamou atenção foi o fato de a escolha lexical de Brasília ser feita a partir do que quero chamar aqui de *planocentrismo*. É um cenário conhecido na capital que a maioria das crianças que estudam em escolas públicas do Plano Piloto provêm de outras RAs. Nesse sentido, enquanto a comida típica referida, o *pastel da viçosa*, parece de fato integrar as várias Brasília existentes⁸², as *tesourinhas* e os *cobogós* parecem ser termos exclusivamente utilizados na RA-I. Assim, o léxico utilizado pelas crianças em outras RAs não foi apresentado.

Por diversas limitações, não estenderei esta subseção (nem a próxima) ao tratar de minhas visitas a museus ou às administrações regionais. Penso que essas RAs, na esfera histórico-documental, foram bem contempladas no Capítulo 2. Minhas incursões no Plano Piloto em 2018 envolveram ainda o contato com uma cena cultural aparentemente em ascensão: participações nos bloquinhos carnavalescos que desde 2012 têm ganhado destaque, assistir a filmes na 51ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e a espetáculos teatrais na 19ª edição do Cena Contemporânea, shows no Clube do Choro e, por exemplo, tardes no Parque da Cidade ou na Torre de TV. Meu irmão, que é brasiliense da terceira geração, acrescentaria ainda a essa lista suas idas ao Porão do Rock ou ao *Green Move*, festivais tradicionais de música na capital brasileira.

⁸² Isso porque a *Pastelaria Viçosa* é uma lanchonete tradicional da Rodoviária do Plano Piloto, estação de ônibus e metrô que liga todas as RAs do DF.

5.1.2 Incursões no Gama

Revisitar o Gama, depois de muitos anos, me foi fundamental para um maior entendimento das Brasília's que circundam o eixo central, sobrecarregado de instituições e ofícios às quais boa parte das RAs do DF dependem. Visitar a Brasília de ruas não tão planejadas assim e de gente calorosa, que fala “tudo ao mesmo tempo”, como disse uma de minhas colaboradoras, foi ressignificar algumas memórias que eu trazia da infância referentes a essa RA. Antes de relatar um pouco de minhas excursões pelo Gama em 2018, dirijo agora minha Brasília amarela pelas ruas do Setor Leste, por volta de 1994.

DIÁRIO DE BORDO ELETRÔNICO (DBE)

NOTA 3: Arturzinho

Águas Claras, 20 de outubro de 2018

Aos meus oito anos de idade, minha vó, cansada do que entendia por uma mesmice urbana brasiliense, decidiu fazer o movimento de migração inverso e retornar às suas origens, no município de Tianguá (CE), trinta e cinco anos depois de sua chegada na capital federal. Minha vó nunca se acostumou à vida agitada na zona central do DF, o Plano Piloto. Sempre preferiu a calma das periferias. Muito religiosa, visitava em estilo nômade igrejas, familiares e amigos num município do entorno, Padre Bernardo (GO) e, principalmente, nas RAs Brazlândia e Gama. Digo em estilo nômade porque minha vó sempre foi assim: a visita durava uns três dias, no mínimo. Na maioria das vezes, ela me levava a tirar colo. Eu adorava.

Eu deveria ter cinco ou seis anos, então as memórias não são tão claras assim. Lembro, contudo, que íamos muito ao Gama, sempre esperando muito tempo nas paradas de ônibus e demorando muito para chegar; aquilo era como viajar. Íamos ao Gama para visitar sua irmã e sobrinhos, os meus primos de segundo grau Arturzinho e Tati.

Eu, Arturzinho e Tati brincávamos muito nas ruas de barro, com muita lama. Pique-pega, pique-cola, pique-esconde. Nos poucos trechos com asfalto esburacado nas proximidades do Setor Leste, escrevíamos na rua com pedaços quebrados de tijolos. Voltávamos no fim do dia para o banho. Minha vó esquentava a água, era *banho de cuia mesmo*, ela dizia. Fiz um interurbano outro dia para consultar a memória da minha vó: ela não lembrava ao certo se o problema com a casa era a falta de eletricidade ou de água encanada. De qualquer modo, me vejo compelido a esclarecer que aquilo não eram os anos 1970, senão meados dos 1990. Minha imagem do Gama ali era a de uma infância feliz com pouco. Arturzinho quase não tinha brinquedos, mas tinha uns outros cinco irmãos mais velhos. E eu, filho único até então no Plano Piloto. Enquanto eu morava num apartamento em frente ao Eixão, Arturzinho e sua família viviam num barraco de madeira. Aprendi, nas andanças com a minha vó, que não é pleonasmo dizer *barraco de madeira*. Barraco, em muitas RAs do DF (e talvez em muitas cidades brasileiras) quer dizer casa pequena, modesta e simples. Mas o barraco de Arturzinho e sua família era ainda mais singelo: não era mesmo de alvenaria.

Com o retorno de minha vó às origens, acabei perdendo o contato com esse lado da família. Não demorou muito até a irmã de minha vó também retornar com os filhos ao Ceará. As condições de vida no interior lhes eram muito superiores às daqui, surpreendentemente. Parece que tudo vai bem com Tati, que voltou a morar com o pai e hoje está casada vivendo bem no Gama Leste. Arturzinho, meu primo querido de infância, não teve a mesma sorte. Um pouco antes de completar vinte anos, já de volta

ao Gama, perdeu a vida numa cobrança de dívida. Me dói pensar que o sangue de dona Antônia, candanga pioneira que enfrentou com os nove filhos quinze dias num pau-de-arara, corre em minhas veias com tanto privilégio e se escoou das veias de meu primo de forma tão brutal.

Parece-me que a maioria das famílias nordestinas que fugiam da seca no fim dos anos 1950 para tentar a sorte na então nova capital, nela permaneceram. No entanto, não é incomum encontrar casos como os de minha avó e sua irmã, que sempre nutriram em si certo desejo de retorno à calmaria da serra cearense. O curioso é que, em minhas aventuras com Tati e Arturzinho, o Gama sempre me passasse esse ar provinciano, com cara de cidade de interior, onde os vizinhos se conheciam e as crianças moravam em casas e não em apartamentos.

Voltar ao Gama em 2018, para além do saudosismo da infância, me trouxe pelo menos duas surpresas já na entrada da RA. Em primeiro lugar, um cumprimento caloroso em letras garrafais estampado num viaduto:

FIGURA 16 – BOAS-VINDAS AO GAMA



FONTE: O autor

Em todas as minhas visitas, passar por aquele viaduto me deu sempre a sensação de adentrar uma nova cidade. Muito talvez porque no sentido contrário, em direção à zona central do Distrito Federal, as letras estampadas fossem “Boa viagem”. Em segundo lugar, apenas algumas centenas de metros após a passagem pelo viaduto, eu podia ver à minha esquerda a estação do BRT (*bus rapid transit*) – alternativa de transporte expresso que liga o Gama ao Plano Piloto –, e um dos quatro campi da Universidade de Brasília. Um pouco mais à frente, à direita, um dos dez campi do Instituto Federal de Brasília. Além disso, já de longe era possível avistar prédios de muitos andares, o que me significou, literalmente, adentrar um terreno

desconhecido. Não quero dizer que com meu *planocentrismo* eu imaginasse que o Gama não tivesse se urbanizado relativamente ao longo de tantos anos. Tampouco pretendo que minhas memórias sejam conclusivas acerca do Gama em meados dos anos 1990. Eu já havia cruzado caminhos com alguns colegas e moradores dessa RA que me narravam um Gama com o qual eu não estava familiarizado. Encontrar edifícios como o da Figura 18, com entre dez e vinte andares e bem próximos à entrada da cidade, no Setor de Indústrias, é o que me foi bastante inesperado.

FIGURA 17 – VERTICALIZAÇÃO NO GAMA



FONTE: O autor

O fenômeno da verticalização, em consonância com o que aconteceu em Águas Claras desde o início dos anos 2000, vem também acontecendo em outras RAs do DF, tais como Samambaia e Ceilândia. Além disso, essas RAs têm passado por certo *boom* no varejo, ao substituir o comércio local para dar lugar a franquias de restaurantes, bares e academias que antes ficavam relegadas ao Plano Piloto e suas adjacências. O edifício da Figura 18, por exemplo, fica atrás de uma unidade do *Shopping Quê!*, um centro comercial que iniciou suas atividades em Águas Claras.

Além de visitar duas das três famílias provenientes do Gama *in loco*, realizei algumas visitas pontuais para caminhar pelos pontos da cidade narrados pelos colaboradores. Um local que merece destaque é a Praça Lourival Bandeira, referida nas narrativas como *Praça da Amarelinha* ou simplesmente *Amarelinha*, em referência a uma pizzaria tradicional da RA. O conjunto abriga o que antes era um cinema de rua, o Cine Itapuã, que hoje recebe a alcunha de Centro Cultural Itapuã. Na mesma direção do que aconteceu com vários locais chave da cena cultural do Plano Piloto, como o Espaço Cultural Renato Russo e o Teatro Nacional, o local se encontra fechado já há algum tempo, como se pode constatar na Figura 19.

A *Praça da Amarelinha*, revitalizada em 2017, estava vazia nas duas vezes em que por lá passei. Não posso deixar de mencionar que a praça ganhou um letreiro “Eu amo Gama”, que parece fazer jus à relação mantida pelos moradores com a sua cidade. No Distrito Federal, eu já havia visto três letreiros “Eu amo Brasília” espalhados: um em frente à Torre de TV, outro em frente ao Zoológico de Brasília e outro na Ermida Dom Bosco, no Lago Sul. Não é de meu conhecimento, porém, que outras RAs no DF tenham letreiros autorreferentes, em lugar de exaltar a Capital da República.

FIGURA 18 – CENTRO CULTURAL ITAPUÃ, NO GAMA



FONTE: O Autor

FIGURA 19 – LETREIRO “EU AMO GAMA”



FONTE: O autor

Em minhas incursões, visitei ainda os arredores do Estádio Bezerrão e o Shopping Gama, duas coisas que descobri serem *gamenses*, de verdade. Mas isso eu aprendi com os colaboradores, então fica para daqui a pouco.

5.2 OS COLABORADORES REAIS

Antes de falar da gente que deu voz a esta pesquisa, cabe primeiro um retorno a algumas considerações metodológicas. Quando decidi que, para além de questões histórico-culturais sobre os naturais de Brasília, analisaria qualitativamente também os falares da capital, concluí que precisaria de um número mínimo de colaboradores para que minha pesquisa pudesse dialogar com os estudos variacionistas publicados nas últimas três décadas. Na seção 3.4.1, relatei que o mínimo de colaboradores almejado era de quatro por grupo em foco, o que não foi possível para a G2 do Gama. À medida que minhas incursões nos núcleos familiares avançava, eu esbarrava em diversas limitações que me distanciariam de pressupostos quantitativos. Isso porque, se me enveredasse profundamente naquela vertente, a amostra teria de ser aleatória, o tempo de entrevista deveria ser aproximado para cada colaborador, diferentes testes de controle deveriam ser aplicados (da leitura de pares de palavras à fala espontânea), e os dados deveriam ser submetidos a *softwares* de pacotes estatísticos como o *Goldvarb* ou o *R*.

Ao mesmo tempo em que considero que uma análise quantitativa mais apurada deixa ver o que está subjacente ao que podem parecer meras impressões, feita da forma como esperam os estudos variacionistas mais ortodoxos, o empreendimento necessitaria mais colaboradores, mais pesquisadores e mais tempo. Além disso, pelo fato de as situações comunicativas se

configurarem em entrevistas narrativas, o tempo de fala de cada colaborador não pôde ser controlado, cenário em que alguns naturalmente falaram muito mais que outros, produzindo mais ocorrências dos fenômenos em xeque. Por essa razão, decidi que o meu enfoque quantitativo recairia apenas sobre uma variável (a realização do /s/ pós-vocálico) e que a análise seria feita de forma individual e em quatro grupos contrastivos (G1 e G2 do Plano Piloto, G1 e G2 do Gama), consideradas todas as limitações aqui expressas. A análise – ainda assim bastante dispendiosa – levou em conta apenas a frequência e a proporção dos dados no corpus. Outros fenômenos, como o abaixamento das vogais pretônicas ou a realização de /t/ e /d/ foram tratados de forma qualitativa, isto é, analisados do ponto de vista de ocorrências pontuais que diferissem de minhas expectativas enquanto pesquisador natural de Brasília⁸³.

Feitas essas considerações, esclareço que, desde o Capítulo 3, tenho tratado quinze colaboradores como “plenamente ratificados”. Com isso, quero dizer que, para além de seus papéis interacionais nas situações comunicativas vivenciadas *in loco*, esse grupo de colaboradores também foi *ratificado* para ter a sua fala analisada do ponto de vista quantitativo. O universo de colaboradores, contudo, foi de vinte e uma pessoas, distribuídas em sete núcleos familiares. O recorte de vinte e um para quinze levou em conta dois critérios: maior Índice de Integração à RA e maior número de representantes de cada família nos grupos. Enquanto um estudo quantitativo ainda buscava um número equilibrado entre homens e mulheres, o caso com os estudos qualitativos normalmente é outro. Isso porque o tratamento e a negociação com os futuros colaboradores costuma representar um terreno bastante imprevisível.

O meu principal critério na seleção de colaboradores, como já explicitado no Capítulo 3, era que as situações comunicativas deveriam ocorrer em núcleos familiares de pelo menos duas pessoas. Isso para que a minha visita não configurasse mera entrevista, mas sim uma narrativa costurada por interações significativas num ambiente que lhes fosse menos tenso e, literalmente, familiar. Em segundo lugar, e também com esse propósito, eu buscava famílias que de alguma forma se conectassem a mim, fosse a partir de um contato de primeira ordem, ou de segunda ordem. Para a maioria dos estudos quantitativos, na contramão dessa direção, bastaria que o colaborador satisfizesse critérios estabelecidos pelos fatores delineados na investigação: quanto mais distante do pesquisador, mais objetivo e confiável o estudo, portanto.

Como esse claramente não era o caso, foi tarefa árdua encontrar famílias que satisfizessem os critérios sem enviesar os dados no primeiro contato. Não me era possível explicar muito além de que o estudo se tratava sobre famílias que tivessem ao menos duas

⁸³ Essa discussão fundamenta as análises realizadas no Capítulo 6.

gerações de naturais de Brasília, de preferência nascidas e criadas no Plano Piloto ou no Gama. Para isso, a minha primeira ação foi anunciar aos meus amigos em minha conta do *Facebook* que buscava núcleos familiares com esse perfil para uma conversa informal, dada a aproximação dos sessenta anos de Brasília. Embora muitas pessoas tenham respondido à postagem, as negociações por telefone com contatos vetores, ou seja, aqueles que facilitariam a minha entrada nos núcleos familiares, foram bastante difíceis. Isso porque o esforço envolveria uma conciliação de agenda, dúvidas das pessoas vetores (do tipo “minha mãe veio para cá com dez anos, pode?”), a disponibilidade de todos em aceitar a gravação e, mais do que tudo, o interesse dos colaboradores em partilhar histórias suas tão pessoais.

Claramente, eu também desejava que o número de famílias visitadas fosse o mesmo para as duas RAs. Como possuía menos possíveis contatos vetores no Gama que no Plano Piloto, respeitados os prazos para que esta empreitada se realizasse, não foi viável obter a narrativa de uma quarta família no Gama. Dessa forma, a *amostra* (assim chamariam os quantitativistas o que eu prefiro chamar de *meu grupo de colaboradores incrivelmente generosos*) foi composta por quatro famílias no Plano Piloto e três no Gama.

Como um dos pressupostos da combinação mnemônica SPEAKING de Hymes (1974), situações comunicativas devem levar em conta a descrição dos *participantes* (P) e das relações estabelecidas entre eles. Porque não é possível tratar cada uma das sete famílias como uma entidade coletiva livre de contradições, apresento a seguir uma breve descrição de quem foram os colaboradores, tanto no âmbito individual quanto dentro de cada núcleo familiar. Apresento também onde e como ocorreram as entrevistas, o que certamente é esperado numa descrição da categoria (S), que prevê a consideração do espaço e do tempo onde as interações acontecem para enquadrar *situações* específicas que propiciam o desenrolar dos eventos. A seguir, trato os participantes colaboradores como “crias” de uma ou outra RA. Isso porque durante as situações comunicativas com essas sete famílias, ouvi algumas vezes esse substantivo nas mais variadas elocuições: “[...] é que eu sou muito *cria* do Plano Piloto”, disse a colaboradora Giovana, por exemplo. Assim, apresento agora as *crias* dessas duas RAs aqui contempladas.

5.2.1 Crias do Plano Piloto

As negociações com as *crias* do Plano Piloto transcorreram de maneira menos laboriosa que às no Gama. Vários colegas de faculdade, das aulas de teatro que eu fazia e mesmo do Ensino Médio demonstraram interesse. Nesse sentido, cabe aqui mencionar que, quando estabeleci critérios etários para a G1 nas duas RAs, buscava pessoas nascidas entre 1960 e 1975.

O que eu não esperava era esbarrar em colaboradores nascidos antes mesmo da inauguração da capital federal, isto é, antes mesmo de Brasília se denominar Brasília e de o Plano Piloto existir. Foi a partir dessas primeiras interações no Plano Piloto que decidi flexibilizar alguns critérios, já que o conceito de “nascido e criado”, por exemplo, poderia também inviabilizar ainda mais a participação de alguns colaboradores. Por essa razão, decidi incluir aqueles colaboradores que mantivessem *fortes vínculos* com a RA em foco, o que me fez desenvolver a ferramenta de Índice de Integração à RA (Cf. 3.6.2). Maísa⁸⁴, por exemplo, foi uma colaboradora do Plano Piloto incluída na primeira geração. Embora não seja natural do DF, veio para a capital federal aos três anos de idade, tendo mantido vínculos com o Plano Piloto que lhe renderam um Índice de Integração 0,9 (muito alto), o que me fez selecioná-la entre os colaboradores “plenamente ratificados”. Sem embargo, apresento agora o conjunto universal de colaboradores do Plano Piloto.

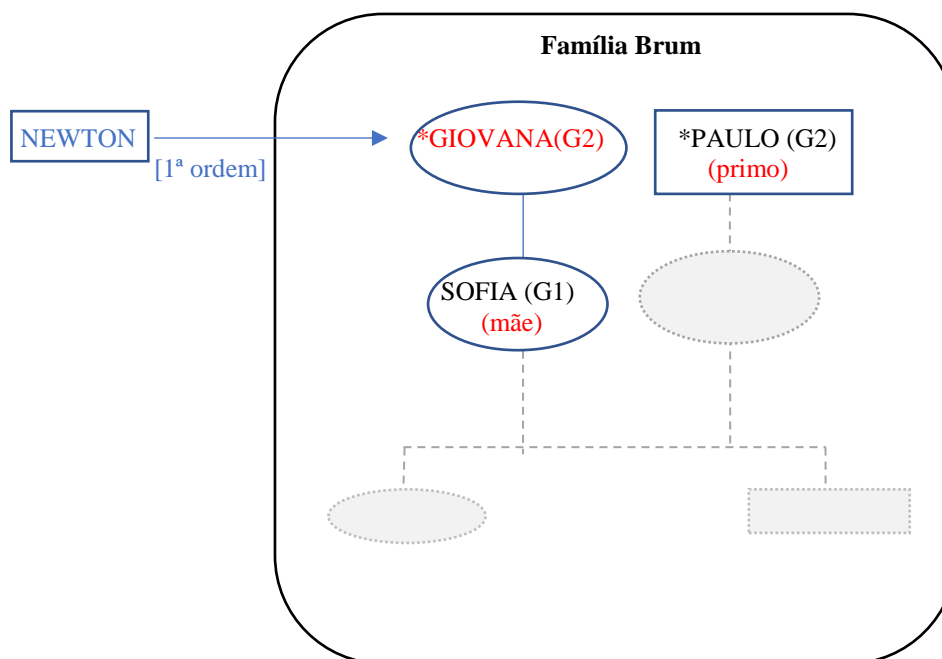
5.2.1.1 Os Brum

Na negociação com a família Brum, Giovana foi o meu contato vetor de primeira ordem. Eu e Giovana trabalhamos algum tempo na mesma empresa e ela demonstrou bastante interesse em me receber em sua residência. Ela vive num apartamento na 403 norte, com a mãe e o irmão mais novo. Dada a indisponibilidade do irmão em participar, Giovana convidou seu primo Paulo, que, embora viva hoje no Cruzeiro, mantém fortes vínculos com a RA-I. A entrevista aconteceu no referido apartamento, numa noite de quarta-feira, na sala da família.

O Esquema 1 mapeia o meu contato com a família Brum e as relações estabelecidas nesse núcleo. Ele também serve de modelo à apresentação das próximas famílias. A seta em azul, conectada a um nome em vermelho, representa minha relação com o contato vetor na família, que foi sempre de primeira ou de segunda ordem. Abaixo do nome dos outros familiares, também em vermelho, está estabelecida a relação mantida por eles com o meu contato vetor. Os colaboradores cujos nomes sejam precedidos de asterisco foram considerados plenamente ratificados e, por conseguinte, inclusos na análise quantitativa, realizada no Capítulo 6.

⁸⁴ Reitero que todos os prenomes e sobrenomes das famílias aparecem em forma de pseudônimos.

ESQUEMA 1 – FAMÍLIA BRUM



FONTE: O autor

Da família Brum, participaram:

***Giovana**, que nasceu na Asa Sul, tem 23 anos ensino superior completo. Giovana é formada em comunicação social e já atuou como professora de inglês. Embora tenha morado a maior parte da sua vida entre o Jardim Botânico e a Octogonal, mantém fortes vínculos com o Plano Piloto, que lhe renderam um Índice de Integração alto (0,77). Ela reside no Plano Piloto há cerca de cinco anos. Giovana é uma dos quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G2 do Plano Piloto.

***Paulo**, que nasceu na Asa Sul, tem 29 anos e ensino superior completo. Paulo é formado em ciência política e atualmente trabalha como professor de inglês. Embora tenha vivido a menor parte de sua vida no Plano Piloto, tendo inclusive morado nos Estados Unidos por cinco anos durante sua adolescência, Paulo tem Índice de Integração 0,61, considerado mediano. Ele atualmente reside no Cruzeiro, mas trabalha no Plano Piloto. Paulo é um dos quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G2 do Plano Piloto.

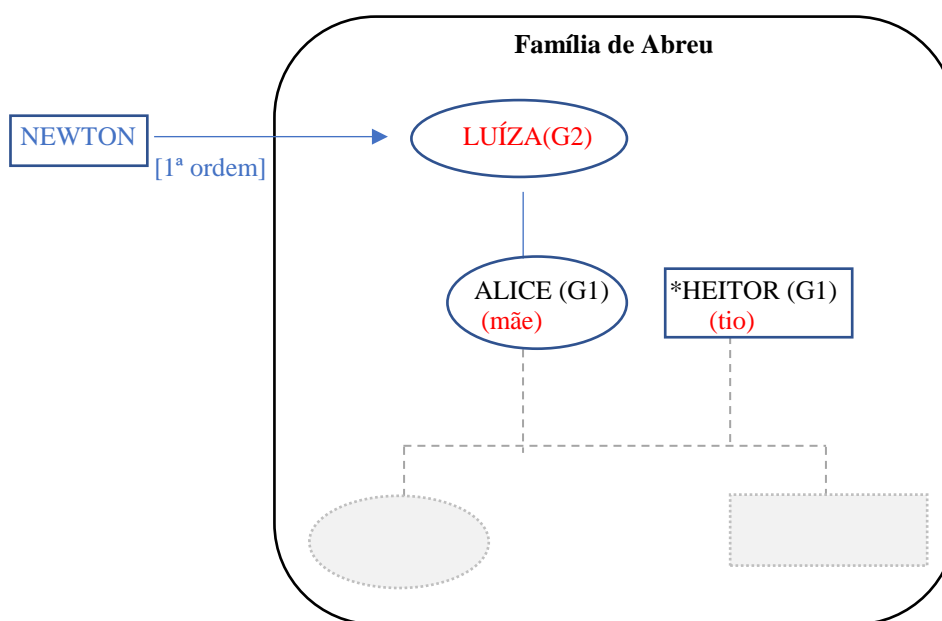
Sofia, que nasceu em Taguatinga, tem 54 anos e pós-graduação, sem ter especificado sua área de atuação. Sofia passou a maior parte de sua vida no Cruzeiro, quando essa RA ainda era considerada parte do Plano Piloto. Pelo fato de o Cruzeiro configurar uma região administrativa bastante característica, não foi possível considerar que Sofia mantém fortes vínculos com a atual RA-I. Apesar de residir já há alguns anos na Asa Norte, Sofia ainda viveu, estudou e trabalhou em lugares bastante diversos como Octogonal, Jardim Botânico, Taguatinga e Gama. Seu perfil itinerante lhe rendeu um Índice de Integração ao Plano Piloto de 0,26, considerado baixo. Por essa razão, a fala de Sofia não foi analisada quantitativamente.

5.2.1.2 Os de Abreu

As negociações com a família de Abreu ocorreram por intermédio de Luíza, que fez algumas disciplinas comigo na época da graduação. O interesse por visitar essa família era

grande, já que Luíza afirmava com orgulho que sua mãe havia nascido ainda no ano da inauguração da capital federal. A entrevista ocorreu na casa de Alice, mãe de Luíza. Atualmente, sua mãe reside no Lago Norte, RA que já foi considerada parte do Plano Piloto. Além de Alice e Luíza, participou também o seu tio, Heitor, que reside na mesma casa. Luíza, por sua vez, reside no Noroeste, um setor habitacional de classe média alta inaugurado há pouco tempo. A entrevista ocorreu na copa de uma grande casa, localizada numa das RAs mais ricas do DF. Durante as interações, houve pequenas intervenções de um brasileiro da terceira geração, o filhinho de Luíza. Com muita generosidade, ao redor da mesa da copa, a família dispôs um lanche e me doou seu tempo em plena tarde de sábado.

ESQUEMA 2 – FAMÍLIA DE ABREU



FONTE: O autor

Da família de Abreu, participaram:

Luíza, que nasceu na Asa Sul, tem 32 anos e é formada em Letras-Inglês e Agronomia. A última formação Luíza cursou motivada pelo interesse em administrar a fazenda da família. Luíza morou pouco tempo no Plano Piloto, embora sempre tenha residido em RAs adjacentes, como a Octogonal e o Lago Norte. Sempre estudou e trabalhou no Plano Piloto. Embora possua Índice de Integração à RA 0,64 (mediano), sua fala não foi analisada quantitativamente em razão de haver outros colaboradores com maior Índice que o seu.

Alice, que nasceu na fazenda Sobradinho (que viria a dar origem à RA de mesmo nome), pelas mãos de uma parteira. Alice nasceu no ano da inauguração de Brasília e tem, portanto, 58 anos. Tem pós-graduação e sempre atuou na área de Agronomia. Alice possui um perfil de natural do DF bastante híbrido, tendo residido muitos anos em Sobradinho e no Lago Norte, e morado a menor parte do tempo no Plano Piloto.

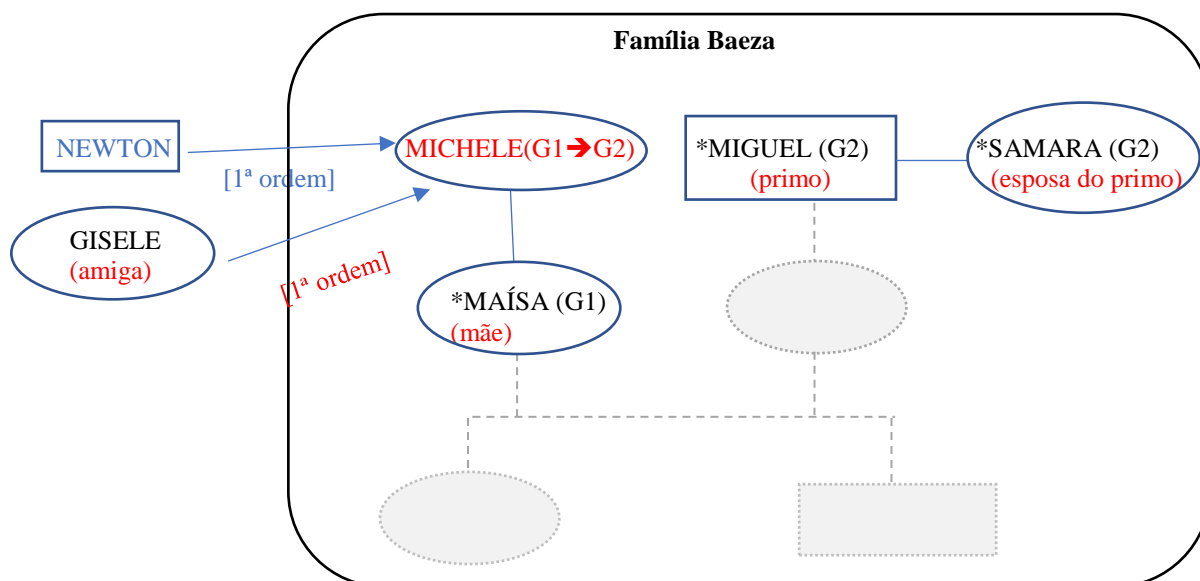
Seu Índice de Integração à RA foi calculado em 0,46 (médio-baixo), razão pela qual não teve sua fala analisada quantitativamente.

***Heitor**, que, tal qual sua irmã, nasceu na fazenda Sobradinho, em 1957, antes mesmo da inauguração da capital federal. Heitor tem 60 anos e é professor universitário de física. Embora também tenha residido bastante tempo fora do Plano Piloto, Heitor estudou e trabalhou quase todo o tempo de sua vida nessa RA. Assim, possui Índice de Integração 0,56 (médio), o que fez que sua fala fosse uma das quatro analisadas no âmbito do grupo G1 do Plano Piloto.

5.2.1.3 Os Baeza

Michele foi o meu contato vetor de primeira ordem nas negociações com a família Baeza. Em meu segundo emprego, eu e Michele trabalhamos juntos, tendo mantido uma amizade que ainda perdura quase dez anos depois. A entrevista aconteceu na casa imponente da matriarca da família, a avó de Michele, no Lago Sul. Sobre o pretexto dos tradicionais almoços familiares de domingo, Michele me convidou a me juntar a eles. Infelizmente, por conta de seu estado de saúde no dia, a avó de Michele não pôde participar da conversa. Participaram, além de Michele, sua mãe, Maísa; seu primo de primeiro grau, Miguel, assim como a sua esposa, Samara; e Gisele, uma amiga em comum entre Michele e eu, que não pertence à família, mas cujas interações e considerações foram analisadas qualitativamente. A conversa central, depois dos muitos eventos comunicativos no pré-almoço e durante a refeição, aconteceu após a sobremesa, em volta da mesa de uma das duas salas de jantar da casa.

ESQUEMA 3 – FAMÍLIA BAEZA



FONTE: O autor

Em mais detalhes, o perfil dos Baeza, bem como o de Gisele assim se apresenta:

Michele, que nasceu na Asa Norte e tem 36 anos. Michele é formada em comunicação e em gastronomia. É dona de uma escola de inglês na Asa Norte e reside no Jardim Botânico. Embora possua Índice de Integração à RA alto (0,88), por ter residido, estudado e trabalhado por muitos anos no Plano Piloto, Michele não compôs o grupo de colaboradores ratificados quantitativamente, uma vez que se encontra num contexto geracional de transição G1 → G2.

***Maísa**, que é uma dos três, entre os vinte e um colaboradores, que não nasceu no Distrito Federal. Maísa é natural de Belo Horizonte, mas chegou ao DF aos três anos de idade. Ela tem 63 anos, tendo chegado a Brasília, portanto, antes mesmo da inauguração, em 1958. Maísa possui ensino superior completo, embora não tenha informado a sua área de atuação. Ela possui fortes vínculos com o Plano Piloto, expressos por um Índice de Integração 0,9, que bem representa os muitos anos morando, estudando e trabalhando na RA-I. Sua fala foi uma das quatro analisadas no âmbito do grupo G1 do Plano Piloto.

***Miguel**, que nasceu na Asa Sul, tem 31 anos e ensino superior completo, embora sem informar a sua área de atuação. Miguel morou, estudou e trabalhou no Plano Piloto a maior parte de sua vida, e obteve Índice de Integração 0,95, considerado muito alto. Miguel é um dos quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G2 do Plano Piloto.

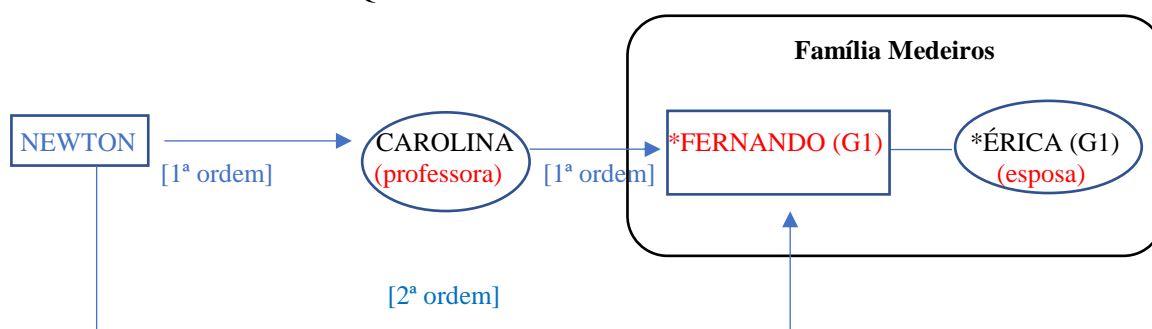
***Samara**, que nasceu na Asa Sul, tem 29 anos e ensino superior completo, embora sem informar a sua área de atuação. Samara nunca morou, estudou ou trabalhou em qualquer outra RA, o que lhe rendeu o maior Índice de Integração possível, 1, considerado muito alto. Samara é uma das quatro colaboradoras cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G2 do Plano Piloto.

Gisele, que nasceu na Asa Sul, tem 26 anos e é psicóloga. Gisele não é membro da família Baeza, mas esteve presente na interação. Ela nunca morou no Plano Piloto, tendo um perfil bastante híbrido, que inclui passagens por Sobradinho, Cruzeiro e Jardim Botânico. Gisele obteve Índice de Integração 0,46, considerado médio-baixo. Por isso, além de não pertencer diretamente ao núcleo familiar, sua fala não foi analisada quantitativamente.

5.2.1.4 Os Medeiros

Carolina foi o meu vetor de negociação com o casal Medeiros, os únicos com quem estabeleci relação de segunda ordem no Plano Piloto. Carolina é minha amiga há mais de dez anos e professora de francês de Fernando e Érica. Pelo intermédio de Carolina, Fernando me disponibilizou seu telefone e realizamos a negociação de forma independente. A conversa aconteceu no apartamento do casal, na 311 sul, numa quarta-feira à noite. Numa sala bastante ampla e confortável, com três adoráveis gatos circulando livremente, compartilharam com bastante entusiasmo suas histórias de vida.

ESQUEMA 4 – FAMÍLIA MEDEIROS



FONTE: O autor

Participaram, portanto:

***Fernando**, nascido no Cruzeiro Novo. Fernando tem 45 anos, é engenheiro civil e possui um MBA completo, embora sem especificar a área. Fernando morou, estudou e trabalhou durante toda a sua vida no Plano Piloto, o que lhe rendeu o maior Índice de Integração possível, 1, considerado muito alto. Fernando é um dos quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G1 do Plano Piloto.

***Érica**, nascida no Plano Piloto, tem 46 anos e pós-graduação *lato sensu*, embora sem especificar a área. Érica passou a maior parte de sua vida residindo no Lago Sul, embora tenha estudado e trabalhado no Plano Piloto em parte considerável de sua vida. Seu Índice de Integração à RA-I é 0,53, considerado mediano. Érica é uma das quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G1 do Plano Piloto.

5.2.2 Crias do Gama

Angariar famílias no Gama foi uma empreitada um pouco mais demorada que no Plano Piloto. Nesse sentido, conversei e negocie com pelo menos outras três possíveis famílias antes de confirmar a participação da primeira delas, os Souza. O desafio maior se deveu talvez ao fato de, ao apresentar *Brasília* como meu tema de pesquisa, os colaboradores não se identificarem – ou se interessarem – de imediato. Como argumento na próxima seção, a noção sobre o que é *Brasília*, especialmente no Gama, não está próxima de um consenso, algumas vezes presente na fala de um mesmo colaborador. Ao mudar a estratégia de negociação, apresentando-me como estudioso *do Gama*, o interesse pela participação foi maior.

O meu principal vetor nessa empreitada foi Andréia, uma grande amiga de uma grande amiga minha. Assim, Andréia me era, antes da entrevista, um contato de segunda ordem que eu já havia visto algumas vezes. Embora não seja natural do DF, morou por muitos anos no Gama o que lhe permitiu me indicar duas famílias: os Souza, família de seu esposo, e os Carvalho, uma família amiga.

Ainda antes de agendar a primeira visita, aos Souza, minha primeira incursão ao Gama foi para encontrar Beatriz, uma amiga dos tempos de graduação, que residiu na RA-II a maior parte de sua vida, exceto para viver em Portugal recentemente. O intuito ali, além de matar as saudades, era o de encontrar em Beatriz um ponto vetor de indicação de outras possíveis famílias. Por sermos tão próximos, eu havia num primeiro momento descartado a possibilidade de convidar sua família para compor o grupo de colaboradores.

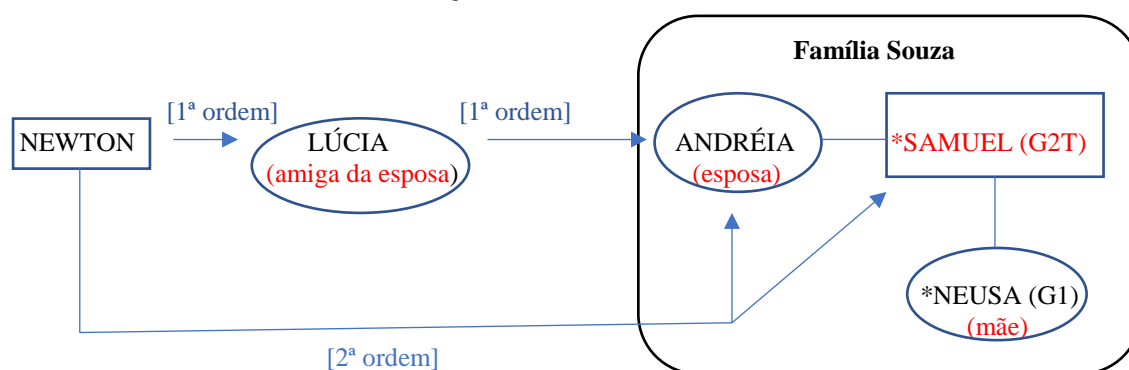
Ao chegar à casa de Beatriz, no Setor Oeste, ela me apresentou sua bebê, a filha Clarice, de menos de um ano de idade. Já na porta, me disse: *me dá a chave que a gente vai dar uma volta*. Estranhando um pouco, cedi. Beatriz dirigiu meu próprio carro, me apresentando os principais setores do Gama e narrando um pouco de sua história enquanto passávamos pelas ruas da cidade. A visita foi muito elucidativa e rendeu algumas notas no Diário de Bordo. Semanas mais tarde, com as tentativas frustradas para angariar novos colaboradores, convidei a família de Beatriz, os Oliveira, para participar da pesquisa. A princípio ela não participaria da narrativa de vida: Beatriz é pesquisadora em Literatura e tinha, ela própria, medo de enviesar os dados, já que estava familiarizada com a minha agenda de pesquisa utilizada na condução de meu TCC, na graduação. O fluxo se seguiu naturalmente, contudo, e Beatriz esteve presente na narrativa de vida de sua família. Beatriz e seus familiares estiveram tão à vontade que mantiveram a postura e alinhamento (o *footing*, portanto) de – mais que amistosos – *amigos*, deixando de lado a minha agenda de pesquisa corrente para se envolver nas emoções de suas muitas histórias. Como há pouco falava, contudo, no Gama as histórias começaram com os Souza.

5.2.2.1 Os Souza

As negociações com os Souza começaram a partir da primeira indicação de Andréia. Ela me forneceu o contato de Samuel, seu esposo, cuja família havia vivido no Gama. As negociações com Samuel foram relativamente fáceis, exceto para acordar um local comum. Tendo deixado a casa de sua mãe no Gama já há alguns anos, morando no Plano Piloto sem veículo próprio e com uma agenda de trabalho bastante intensa, a nossa alternativa final foi um encontro no Bar Beirute, na 107 norte; Do Gama, sua mãe viria ao nosso encontro. Até ali eu não sabia se Andréia viria ou não. No dia em questão, cheguei primeiro ao local da entrevista e, antes que chegassem os colaboradores, meu celular descarregou. O bar estava lotado e a chance de eu não reconhecê-los era grande. Samuel não tinha uma foto nítida em seu *Whatsapp* e eu ainda não havia interagido com Neusa. Felizmente, após alguns minutos de desespero e

um carregador emprestado de uma pessoa desconhecida, Andréia chegou com o esposo e a sogra. Disse em seguida que tinha comentado com Lúcia, nossa grande amiga em comum, acerca da entrevista narrativa e a convidado para o almoço. Como essa foi a primeira entrevista realizada fora de uma residência, fiquei um pouco nervoso ao me ajustar à nova informação. Tinha receio de que novas situações comunicativas se sobrepusessem àquela principal que eu havia proposto. Quando *enquadramos*, nos termos de Bateson (1972), a situação comunicativa *narrativa de vida*, Andréia e Lúcia, que não se viam há muito tempo e conversavam animadas, optaram por sentar à mesa ao lado para falar livremente no volume desejado. Assim, embora estivessem presentes anteriormente, não se caracterizaram como colaboradoras diretas, por não terem participado da situação comunicativa proposta.

ESQUEMA 5 – FAMÍLIA SOUZA



FONTE: O autor

Participaram, da família Souza:

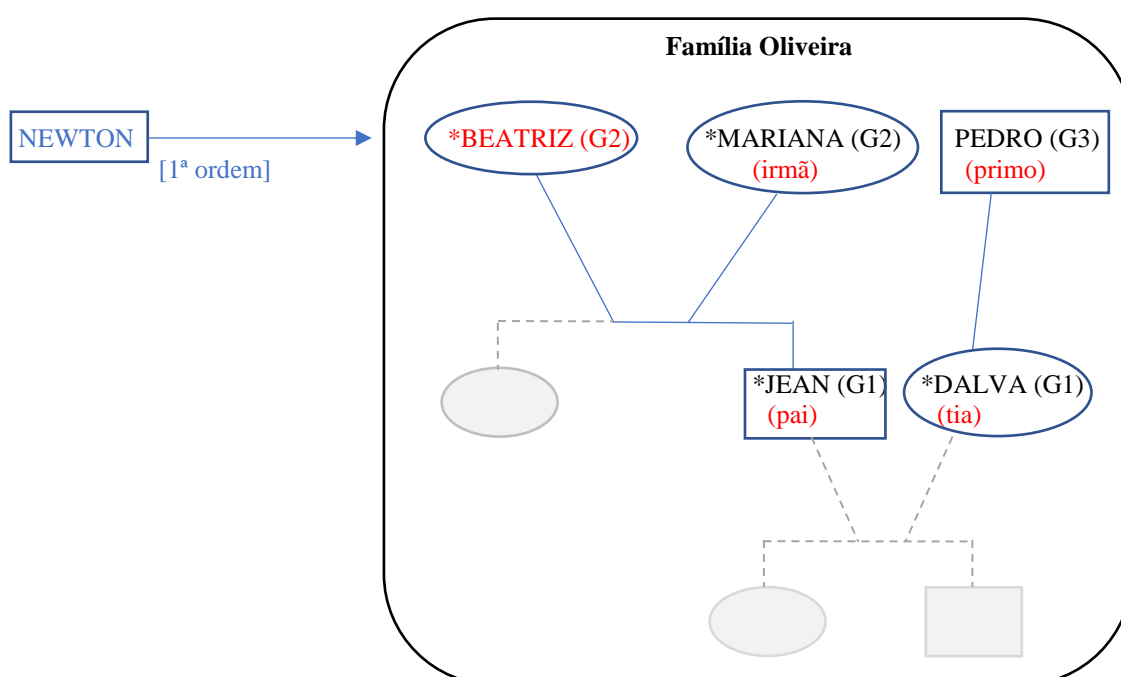
***Samuel**, que nasceu no Cruzeiro, tem 34 anos, é músico e tem ensino superior incompleto. Morou e estudou no Gama pelo menos até os seus vinte anos de idade e depois chegou a residir em Samambaia. Atualmente mora no Plano Piloto. Samuel possui Índice de Integração à RA-II 0,86, considerado alto. Apesar de se encontrar num contexto geracional de transição G1 → G2, sua idade está muito próxima ao limite G2, que é de 32 anos. Em razão de a diferença ser pouca e de não haver outros colaboradores para ocuparem esse espaço no grupo G2 do Gama, a fala de Samuel foi uma das três contempladas na análise quantitativa.

***Neusa**, que nasceu no Plano Piloto, no ano de inauguração de Brasília e tem 57 anos. Neusa não completou o ensino médio. Morou, estudou e trabalhou a vida toda no Gama, o que lhe conferiu o maior Índice de Integração possível, 1, considerado muito alto. Sua fala foi uma das quatro analisadas no âmbito do grupo G1 de colaboradores do Gama.

5.2.2.2 Os Oliveira

O caso com os Oliveira é o narrado no início desta seção. Beatriz foi meu contato de primeira ordem e vetor de entrada no núcleo familiar. No Gama Oeste, busquei Beatriz, sua filhinha e sua irmã, Mariana, para ir até a casa de seu pai, num condomínio localizado na Ponte Alta, também no Gama. A entrevista ocorreu numa segunda-feira à noite, na sala de uma casa bem grande e confortável. Para a ocasião, Beatriz convidou sua tia, que também levou o filho Pedro, de oito anos. A entrevista transcorreu com muitas falas sobrepostas, barulhos adoráveis de bebê ao fundo e frequentes contribuições do pequeno Pedro.

ESQUEMA 6 – FAMÍLIA OLIVEIRA



FONTE: O autor

Dos Oliveira, participaram:

***Beatriz**, que nasceu no Gama e tem 28 anos. Beatriz é mestre em Literatura e residiu, estudou e trabalhou no Gama por quase toda a sua vida. Seu Índice de Integração é 0,97, considerado muito alto. Beatriz é uma dos três colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G2 do Gama.

***Mariana**, que nasceu no Gama e tem 26 anos. É formada em comunicação social. Durante o período de faculdade, Mariana chegou a residir no Plano Piloto. Seu Índice de Integração é 0,87, considerado alto. Beatriz é uma dos três colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G2 do Gama.

***Jean**, que é um dos três colaboradores que não nasceu no DF. Jean é natural de Paravaí (PR). Jean tem 57 anos e chegou a Brasília aos três anos de idade. Fosse morando, estudando ou trabalhando, esteve no Gama desde então. Chegou a morar no Plano Piloto, onde atualmente trabalha. Seu Índice de Integração é 0,76, considerado

alto. É também mestre em Literatura e servidor público. Jean é um dos quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G1 do Gama.

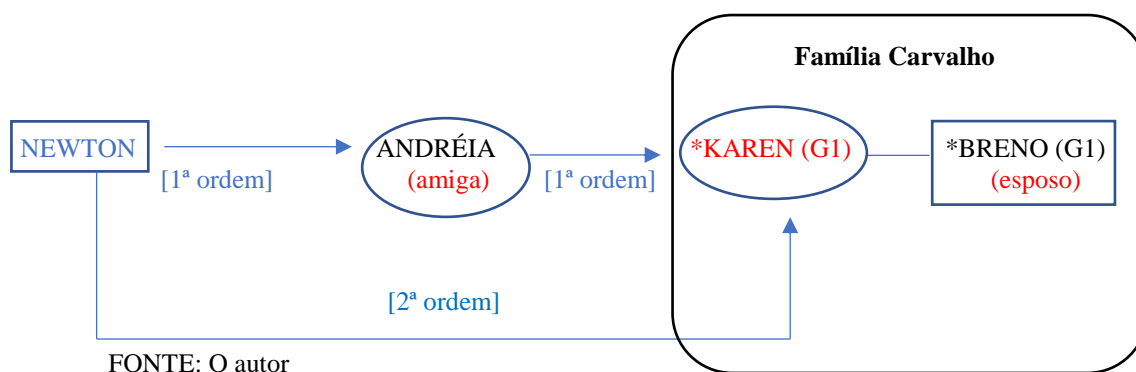
***Dalva**, nascida no Gama, tem 44 anos e ensino médio completo. Possui o maior Índice de Integração possível à RA, 1, por ter morado, estudado e trabalhado no Gama. Além disso, sempre se envolveu bastante com atividades culturais da RA, tendo sido, por exemplo, integrante da diretoria da Escola de Samba do Gama. Dalva é uma dos quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G1 do Gama.

Pedro, filho de Dalva, tem 8 anos de idade. Por pertencer à G3, que não está em foco nesta pesquisa, sua fala não foi analisada quantitativamente. Pedro nasceu e vive sua infância no Gama.

5.2.2.3 Os Carvalho

Inicialmente, o contato com os Carvalho também ocorreu por intermédio de Andréia, que me disponibilizou o número de telefone da madrinha de seu irmão, Karen. Sempre muito atenciosa, a ideia original é que participassem da entrevista ela, seu marido e seus dois filhos da G2. Infelizmente, os filhos não puderam participar no dia previsto, razão pela qual o grupo G2 do Gama contou com menor número de colaboradores. A entrevista ocorreu na casa de Karen no Setor Leste, numa segunda-feira à tarde, na sala de TV da residência do casal. Após a entrevista, fui convidado para um lanche na cozinha, onde proseamos bastante.

ESQUEMA 7 – FAMÍLIA CARVALHO



Dos Carvalho, participaram:

***Karen**, que tem 55 anos e nasceu no Gama. É aposentada, ex-funcionária da Secretaria de Educação do DF e possui pós-graduação *lato sensu*. Karen morou e estudou a maior parte de sua vida no Gama, tendo incursões pontuais em Taguatinga. Trabalhou a maior parte de sua vida fora do Gama. Seu Índice de Integração à RA-II é 0,67, considerado mediano. Karen é uma dos quatro colaboradores cuja fala foi analisada quantitativamente no âmbito da G1 do Gama.

Breno, que é um dos três dos vinte e um colaboradores que não nasceu no DF. Breno é natural de São Miguel (RN), tem 59 anos e chegou ao DF aos dez anos de idade. Apesar de todo seu amor pela cidade, que lhe rendeu um Índice de Integração à RA

0,72 (alto) sua fala não foi analisada quantitativamente, por se tratar de um perfil bastante distinto dos outros colaboradores que, em sua maioria, são naturais do DF ou chegaram ao DF antes de alcançar a idade escolar.

5.3 INTERAÇÕES E NARRATIVAS

Nesta seção, debruço-me sobre as interações realizadas *in loco*, analisando-as do ponto de vista da conjunção das categorias hymesianas da Etnografia da Comunicação (HYMES, 1972; 1974), que são constitutivas dos eventos comunicativos e enquadres (BATESON, 1972; GUMPERZ, 1982) nas situações comunicativas propostas: as narrativas de vida.

5.3.1 *Footings* brasilienses e eventos comunicativos

Mediante as negociações com as sete famílias, eu almejava uma chance de integrá-las numa *situação comunicativa* induzida, já que as narrativas de vida normalmente são *eventos comunicativos*, isto é, etapas de uma situação comunicativa maior. Por exemplo: uma família que tem um almoço tradicional aos domingos, como é o caso dos Baeza, espera estar envolta nessa situação comunicativa específica: um encontro familiar que tem como fim – *ends* (E), nos termos de Hymes – a manutenção de seus vínculos afetivos. Para além do momento em torno da mesa, essa situação comunicativa em especial será conduzida a partir de uma série de outros eventos comunicativos encadeados, mais ou menos sobrepostos, em que muito provavelmente transparecem, como evento, narrativas de vida e do cotidiano.

Dar anuência aos colaboradores acerca de minhas expectativas em angariar histórias, portanto, rotulava a ocasião numa *situação comunicativa*, de modo que o almoço na casa dos Baeza ou a cerveja com os Souza no Bar Beirute passariam a representar não mais a situação comunicativa em si, senão os elementos constituidores que a viabilizariam numa *entrevista narrativa*. Nesse sentido, o almoço de domingo e o bar passariam a ser representado nas figuras da categoria (S) – isto é, em que ambiente – e (I), com que instrumentos. Por estarem acostumados às expectativas do *gênero* (G) entrevista, alguns candidatos a colaboradores me perguntaram se as interações não poderiam ocorrer via telefone ou *Skype*. Sempre respondia negativamente, já que as interações deveriam acontecer num ambiente que proporcionasse a troca de pistas de contextualização que muitas vezes não estão disponíveis por esses meios. Os *instrumentos de transmissão*, portanto, foram as falas em discurso direto, “olho-no-olho”, recuperáveis apenas pelo pesquisador participante a partir da gravação das conversas.

Enquanto um almoço familiar de domingo pode ocorrer sem que o evento comunicativo *narrativa de vida* aconteça, a partir do momento em que os colaboradores me

esperavam para narrar algo sobre si mesmos, essa situação comunicativa já pressupunha algumas normas (N) de interação: por quanto tempo se deveria fazer o que os anglófonos chamam de *small talk*⁸⁵, onde acomodar o pesquisador, quem deve falar, em que momento e por quanto tempo. Nenhuma dessas normas era exatamente esclarecida nas conversas precedentes, de modo que cabia a mim delinear-las quando da minha chegada: “o tempo varia entre 40 e 80 minutos de gravação, mas podemos continuar conversando posteriormente caso nos estendamos; não há turnos fixados, todos podem falar a hora que quiserem, sobre o que quiserem, todos podem se indagar entre si, me indagar e responder também” – eu os instruí, o que sempre ocasionava um realinhamento, ou mudança de *footing* (GOFFMAN, 2013[1979]) na postura dos colaboradores. Isso porque, após a minha fala em geral abandonavam algumas de suas expectativas atribuídas ao gênero *entrevista* para situarem-se numa *conversa informal* parcialmente moderada. Não raro, no entanto, a busca pela manutenção desse *footing*, numa preocupação do tipo “será que estamos jogando dentro das regras?”, foi expressa muitos minutos após o inicialmente acordado, como no Enquadre 1, em que a conversa com a família de Abreu já acontecia há mais de trinta minutos:

ENQUADRE 1 – ALICE: “O QUE VOCÊ QUERIA OUVIR”

ALICE:	engraçado que e:u nem sabia o que você ia me perguntar
ALICE:	e eu já tava pensando no que que ia falar.. né a::
ALICE:	Luiza já tinha me dito que você vinha pra uma entrevista..
ALICE:	eu falei-e:u:: eu tenho muito me:do disso porque
ALICE:	tanto falar como escrever é montar uma palavra atrás da outra
ALICE:	e: a arte do falar.. ou do: escrever..
ALICE:	está relacionado muito com quem ouve e com quem lê
	/.../
ALICE:	então quer dizer.. é. tudo a::: o que você ouve..
ALICE:	é que vai dizer se eu falei o que você queria ouvir né/
ALICE:	.. então a arte tá mu:ito mais no:-no:: ouvido ou no leitor
ALICE:	.. do que no: que se vai falar.. então se a gente tiver se..
ALICE:	prolongando muito.. numa::-u:m assunto que =você não quer=
HEITOR:	=você muda o assunto=
ALICE:	você muda o assunto/
NEWTON:	=po:de deixar//

FONTE: O autor

No mesmo enquadre, após alguns minutos de fala ininterrupta de Heitor sobre o desemprego brasileiro e as atitudes de seus estudantes universitários diante dessa crise, preocupada com o tempo e, possivelmente, com as expectativas do pesquisador, Luíza lança uma pista de contextualização lexical e entoacional engatada, com tom assertivo e olhar direcionado à sua mãe: “fala da casa da minha vó.”. O que foi processado a partir do tom

⁸⁵ Como não há tradução direta, o termo pode ser visualizado na imagem do que entendemos por “conversa de elevador”.

descendente utilizado por Luíza – ou *key* (K) nos termos de Hymes (1974) –, tanto por sua mãe, quanto por seu tio, foi algo como “esse assunto não é relevante agora e não cabe, portanto, nessa ocasião; há coisas mais importantes a serem ditas numa *situação comunicativa* como esta”. Nesse sentido, Heitor cedeu imediatamente o turno de fala à Alice, que seguiu para tratar do assunto solicitado por Luíza. A interpretação, portanto, versou sobre o *para quê* daquela narrativa, quando os participantes se preocupam em alcançar os *ends* (E), isto é, os objetivos da situação comunicativa.

Os *footings* estabelecidos durante as interações desta pesquisa parecem lançar luzes sobre a forma como brasileiros cotidianamente interagem entre si e são percebidos por pessoas de fora. No Plano Piloto, muito dificilmente eu teria conseguido obter narrativas tão espontâneas caso não *furasse a bolha* de que falavam Giovana e Paulo, antes do excerto disponível do Enquadre 2. No referido enquadre, a família discute como existe certa expectativa de *frieza* no contato entre e com os brasileiros. Paulo tenta esclarecer que essa *frieza* normalmente é percebida por não-naturais do DF dentro da própria capital, mas não quando brasileiros visitam outros estados. Para ele, essa percepção tem a ver, portanto, com o papel exercido pelo brasileiro na interação: quando visitante fora de Brasília, será mais aberto e não será percebido como frio; quando anfitrião, operará num modo reservado e individualista, percebido como frio por imigrantes, mas entendido entre os conterrâneos como parte de um *modus vivendi* singular da capital federal: se há bastante espaço e áreas verdes numa RA que optou por crescer horizontalmente, o espaço individual também deve ser respeitado, de modo que as conversas do tipo “de elevador”, isto é, com estranhos, não são necessariamente esperadas.

ENQUADRE 2 – GIOVANA: “TE CONHECI E MUDEI DE IDEIA”

GIOVANA:	=mas cê percebe que esse discurso é quebrado-
GIOVANA:	=logo depois =que tipo=- eles sempre falam
SOFIA:	=si:m/=
GIOVANA:	ah:: eu achava que você era fri:a.. mas daí eu te conheci e mudei de ideia-
NEWTON:	[rindo]
GIOVANA:	=é porque tem essa coisa das tribos de Brasília
GIOVANA:	..porque todo mundo.. VAI criando..o-o-o próprio ciclo socia:l/
GIOVANA:	e aí a pessoa.. tem que fazer essa enTRAda.. né/ ela ela-
PAULO:	=sim/
GIOVANA:	tem que peDIR pra fazer parte desse gru:po/
GIOVANA:	=mas depois que isso acontece=-
PAULO:	=cê tem que ir lá dizer oi =
GIOVANA:	=é::-=-
PAULO:	=mas = aí todo mundo é super recepti:vo/

FONTE: O autor

Nos termos de Giovana, eu só poderia ter obtido a recepção calorosa que tive em todos os núcleos familiares, por ter me dedicado a minhas estratégias de entrada. Ao delinear colaboradores que me fossem contatos de primeira ou segunda ordem, o alinhamento gerado pôde sempre ser amistoso, como se eu pudesse me inserir naqueles grupos de forma ratificada, ainda que por pouco tempo. Embora o trato com as famílias cujos colaboradores eu desconhecia – tal como os Medeiros –, tenha sido mais formal no início, ao fim das entrevistas era difícil encontrar o que Jovchelovitch e Bauer (2002) chamam de coda, isto é, os “sinais de finalização” de um turno de fala ou da própria conversa, tamanha a disposição dos colaboradores em se engajar nos eventos comunicativos. Isso revela um sujeito típico do Plano Piloto como cordial e reservado no trato com desconhecidos, mas bastante afável após o que entendo como um ritual de ratificação, o *fazer a entrada*, de que trata Giovana.

Enquanto – e é também essa a minha visão – a maioria das interações no Plano Piloto pressupõem uma relação estabelecida previamente, características de sociedades mais urbanas com redes abertas e uniplex (MILROY, 1980; BORTONI-RICARDO, 2011[1985]), alguns *footings* no Gama parecem ser diferentes. No Enquadre 3, eu perguntava aos Carvalho o que lhes seria algo genuinamente do Gama, em oposição ao Plano Piloto ou a outras RAs:

ENQUADRE 3 – BRENO: “COMO SE FOSSE UMA FAMÍLIA”

BRENO:	..é::..e os meus amigos né ?.. de infância..né eles tão todos aqui né ?
BRENO:	=crescemos ju:nto também.. jogando bola junto e tudo ma:is..
BRENO:	..então assim.. qualquer lugar que eu vou aqui eu tô. trombando
BRENO:	com as pessoas que:: me conhecem né- e que eu conhe:ço né..
BRENO:	que a gente cresceu ju:nto/
BRENO:	..então isso pra mim é muito bo:m..
BRENO:	=é::.. é gratificante cê poder.. encontrar com os velhos amigo(s)/
NEWTON:	=uhum//
BRENO:	então assim.. você cresceu mais as pessoas-estudou junto com elas então-
KAREN:	=cê se sente em casa né ? =
BRENO:	=jogou futebol junto com elas..= e ho:je.. você pode encontrar..
BRENO:	bater papo. conversar ali.. jogar uma sinu:ca..
	/.../
BRENO:	=vou na farmácia conheço uma pessoa vou num lugar conheço outra-
BRENO:	=então assim.. pra mim é bem tranquilo morar aqui..
BRENO:	é como se eu tive:sse.. como se fosse uma famí:lia..
BRENO:	=vamo supor que os moradores fossem uma família entendeu ?
NEWTON:	=si:m//

FONTE: O autor

Uma impressão parecida pôde ser encontrada num enquadre da conversa com os Oliveira, a partir das seguintes elocuições de Beatriz:

ENQUADRE 4 – BEATRIZ: “ALGUÉM QUE ME CONHECE NÃO CONHECE SÓ A MIM”

BEATRIZ:	<2> mas eu acho que é isso.. eu acho que é essa coisa das-da
BEATRIZ:	conexão entre as famílias assim..
BEATRIZ:	a gente.. é.. todo mundo..
BEATRIZ:	tipo.. alguém que me conhece não conhece só a mim
BEATRIZ:	conhece a minha família inteira. Eventualmente. e.. e..
BEATRIZ:	por causa disso.. porque os irmã:os: se conhecem de outra forma..
BEATRIZ:	.os pais se conhecem de outra forma, os avós se conhecem de outra forma.
BEATRIZ:	e de repente quando eu falo da Beatriz eu falo da Beatriz
BEATRIZ:	que tá inserida nessa família. que mora.
BEATRIZ:	naque-naquele setor.
BEATRIZ:	e aí os vizinhos também
BEATRIZ:	{[imitando] ah você mora na vinte e dois ?
BEATRIZ:	eu tenho.. um amigo que mora na vinte e dois
BEATRIZ:	quem é seu amigo ?
BEATRIZ:	é o fulano da casa-..}

FONTE: O autor

Embora atualmente a população do Gama seja estimada em mais de cem mil habitantes (CODEPLAN, 2015), parece ainda imperar um senso de comunidade interiorana, especialmente uma submetida a relevante desigualdade social (Cf. Apêndice C). Como visto, em conglomerados com tais características, normalmente a população mantém relações em redes mais fechadas e multiplex, com um senso de comunidade alimentado pela necessidade de desenvolvimento coletivo. Mais dependentes entre si, esses núcleos também costumam superar a etapa da cordialidade e avançar a um interesse genuíno no engajamento de conversas acidentais, isto é, no encontro de pessoas conhecidas em lugares randômicos (a farmácia que menciona Breno, por exemplo).

Nesse sentido, algumas normas de interação se mostraram diferentes nas situações comunicativas com grupos maiores. No Gama, a entrevista com o maior número de participantes (seis, contando comigo) foi a dos Oliveira; no Plano Piloto, a dos Baeza, também com seis. O que pude perceber é que, no andamento dos diversos eventos comunicativos encadeados, vários enquadres aconteciam simultaneamente na família Oliveira. Isso implica dizer, por exemplo, que ao lembrar de uma memória específica da infância, algumas vezes Jean permanecia narrando determinada história – com o olhar direcionado ao pesquisador, supostamente a parte mais interessada, e com a plena atenção de Marília –, enquanto Dalva narrava a Beatriz uma outra memória, com participações pontuais de Pedro nos dois enquadres. Embora a noção de turnos de fala fique mais dissolvida numa conversa informal com vários participantes, com os Baeza há muitas sobreposições de fala, mas não muitas ocorrências de enquadres simultâneos. Com os Oliveira, tal ocorrência pareceu uma dificuldade apenas para mim, participante não habituado às normas de interação da família, esta que manejou muito

bem as fronteiras entre um enquadre e outro. Quase ao fim da entrevista, Mariana e Beatriz abordam o fenômeno como sendo algo “do Gama” e não exclusivamente de sua família:

ENQUADRE 5 – BEATRIZ: “A GENTE SE ATRAVESSA”

MARIANA:	e também pelo jeito que a gente é. né. assim.
MARIANA:	<2>é.. de ser pessoas mais efusivas. Porque a gale:ra..
MARIANA:	tradicional planopilotense é um pouquinho mais conti::da né
MARIANA:	e a gente é.. [dando gritinhos agudos]
BEATRIZ:	=e a gente cresceu ni::sso assim
BEATRIZ:	não tem ordem de fala:r
BEATRIZ:	você vai querer.. transcrever essa entrevista. boa so:rté porque
NEWTON:	= [gargalhando]
BEATRIZ:	=na minha vô.. são quinze pessoas uma falando em cima da outra
BEATRIZ:	porque assim. não tem essa de quando um fala..
MARIANA:	=você vai precisar de... contratar uma equi:pe=
NEWTON:	=eu vou precisar de uma equipe/
MARIANA:	=ah. não/
BEATRIZ:	=a gente se atravessa/

FONTE: O autor

O que a fala das duas irmãs demonstra é que existem normas de interação subjacentes em seu núcleo familiar hierarquicamente mais profundas e independentes que outras quaisquer previstas em situações comunicativas pré-determinadas. Em minha visita, fui eu quem teve de me submeter às regras de comunicação da família Oliveira, que naturalmente “se atravessa” sem que isso incorra em qualquer interpretação de rudeza ou quebra de contrato entre os participantes. Pelo contrário: a sobreposição de turnos enquanto regra, que me foi de fato um desafio na transcrição da conversa, desvela uma atmosfera coletiva e informal, palco onde todos têm voz.

Guardadas as devidas proporções, especialmente no que diz respeito os alinhamentos entre pesquisador e colaboradores, além daqueles mantidos entre os próprios membros familiares, pude constatar um padrão comunicativo recorrente em todas as interações: os eventos encadeados. Realizados no âmbito da situação comunicativa proposta nos sete núcleos familiares, os eventos comunicativos normalmente ficaram assim dispostos:

QUADRO 15 – PRINCIPAIS EVENTOS COMUNICATIVOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES

Situação comunicativa	Eventos comunicativos recorrentes
Entrevista narrativa de vida	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Small talk</i> de recepção do pesquisador; 2. Acomodação dos participantes; 3. Apresentação das Normas de Interação (N); 4. Narrativas espontâneas; 5. Perguntas do pesquisador e esclarecimentos dos colaboradores; 6. Apresentação de Novas Normas de Interação (N); 7. Preenchimento dos formulários; 8. Perguntas dos colaboradores e esclarecimentos do pesquisador e/ou conversa informal livre.

FONTE: O autor

Os dois primeiros eventos envolviam momentos de descontração, seja porque eu não encontrava meus contatos de primeira ordem há bastante tempo, ou porque não conhecia os de segunda ordem. Nesse momento, frequentemente me ofereciam água ou café e me conduziam até o ambiente (S) onde a situação comunicativa se desenvolveria. O caso foi assim, exceto com duas famílias. Com os Souza, a preocupação inicial foi a de acomodação: uma mesa num bar lotado num sábado. Dessa forma, a *small talk* talvez não tenha sido tão curta assim, já que envolveu a realização dos pedidos de comida e bebida, bem como a realização da refeição em si. Só então pudemos prosseguir à etapa 3. Com os Baeza, embora a entrevista tenha ocorrido numa residência, eu cheguei nas finalizações dos preparativos de almoço, o que também alongou a conversa inicial. Nesses dois casos, evitei ao máximo abordar as temáticas previstas na entrevista antes que a gravação se iniciasse.

Participantes devidamente acomodados, eu normalmente encabeçava o terceiro evento comunicativo, na apresentação de minhas expectativas – bastante flexíveis – quanto às Normas de Interação. A gravação sempre se iniciava nesse ponto. Feito o acordo, os participantes iniciavam seus turnos de fala na quarta etapa, que, por representar a essência da situação comunicativa, durava mais tempo que as outras. As narrativas espontâneas, embora sejam um evento comunicativo dentro da situação comunicativa total, foram costuradas por distintos enquadres. Enquanto na maior parte do tempo as categorias hymesianas se mantiveram relativamente estáveis, houve, em alguns momentos, mudança na configuração dos participantes da interação, ocasionadas por interrupções pontuais. No Bar Beirute, por exemplo, um enquadre se encerrou mediante à abordagem de um vendedor ambulante da Revista Traços, mídia impressa local atrelada a um projeto social bastante popular em Brasília. Os dois colaboradores, Samuel e Neusa, interagiram com o vendedor e o indagaram sobre último número da publicação. Enquanto algumas pessoas se incomodariam com tal interrupção, ambos pareciam dispostos a se engajar naquela interação, já que apoiam a venda da revista na cidade.

Ao encerrar esse enquadre, entretanto, Samuel e Neusa iniciam um outro assunto, uma mudança na *sequência dos atos* (A), isto é, no conteúdo abordado.

Quando os colaboradores ofereciam pistas de contextualização, por meio de entonações descendentes finais ou de longos silêncios, eu procedia por conduzi-los ao quinto evento, em que realizava de forma mais diretiva perguntas acerca de pontos que não haviam ficado claros ou que fossem objetos de minhas asserções. Essa etapa se concluía também a partir de uma coda evidente na resposta dos colaboradores, seguida do término da gravação.

Em seguida, o sexto evento configurava uma nova etapa, em que o turno de fala principal novamente retornava a mim, para que pudesse explicar o que lhes era esperado no preenchimento dos formulários e em que momento eu lhes sanaria dúvidas. Durante o preenchimento dos formulários, no sétimo evento, eu auxiliava os colaboradores com as questões que surgissem. Finalmente, a situação comunicativa terminava com maiores esclarecimentos acerca de minha pesquisa, se os colaboradores demonstrassem interesse, ou com conversas informais acerca de pontos mencionados na conversa. Um exemplo de conversa informal final ocorreu na residência dos Carvalho. Durante a narrativa espontânea, Breno havia enfatizado a sua ação como policial civil no Gama. Somente na oitava e última etapa, eu lhe contei que tinha um tio policial civil e que, em vida, meu avô havia sido policial federal. O lanche, que me foi oferecido por ele e sua esposa, durou cerca de trinta minutos e a conversa versou mais sobre a situação prisional nas penitenciárias do Distrito Federal que sobre suas histórias de vida, por exemplo.

Uma categoria que merece especial atenção ao longo de toda a situação comunicativa narrativa de vida é a da *sequência dos atos* (A). Os atos representam aquilo que foi essencialmente dito pelos colaboradores, o conteúdo da mensagem fixado na elocução. Como minhas principais asserções versam sobre o que pensam os naturais do DF no que concernem alguns conceitos, essa categoria será esmiuçada na próxima seção. Antes, contudo, cabe lembrar que a autoria de determinada elocução não é a representação única de um só ponto de vista, mas a conjunção de diversas vozes precedentes àquela. Assim, os colaboradores operam como animadores de discursos moldados, nos termos de Bell (2014), por instituições e pessoas que previamente assumiram papéis emissores de responsável, autor e/ou editor (Cf. 3.2.1.1.1). Assim, quando um colaborador, por exemplo, escolhe a categoria lexical “Revolução”, em lugar de “Golpe”, para falar da deposição do ex-presidente João Goulart em 1964 – dado que ocorreu no corpus – o conteúdo da mensagem deve ser entendido a partir de *quem* anima o discurso, de que forma ele foi editado (talvez por uma pessoa estimada ao colaborador), a partir de que

autoria (os filmes e/ou livros que essa pessoa tenha lido) e de que responsável (nesse caso, as instituições militares).

Feitas as devidas ressalvas, como num prelúdio de uma peça teatral dividida em atos, podem entrar agora os atores. Digo, animadores.

5.3.2 Sinfonia da Alvorada (remasterizada)

Por ora deixarei a metáfora da peça teatral de lado e me apegarei à de uma sinfonia, em homenagem a Tom Jobim e Vinícius de Moraes que, em 1963, compuseram a *Sinfonia da Alvorada*. Em cinco atos, a sinfonia trata da inauguração de Brasília, narrando a chegada do homem (sim, com essa designação) à terra. Neste estudo, muitas foram às *sequências dos atos* (A) pelas quais as narrativas foram conduzidas. Após análise apurada, resolvi compor essa sinfonia candango-brasiliense contemporânea em quatro. Nesta seção, apresento três. Embora o quarto ato pudesse ser aqui encaixado, preferi reservá-lo ao próximo capítulo, já que versa especificamente sobre os falares da capital federal.

5.3.2.1 Ato I: Brasília de Goiás, Brasília do DF

Em alguma de minhas pesquisas documentais, esbarrei no seguinte decreto federal, de 1959:

DECRETO Nº 45.385, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1959.
Autoriza o “Bank of London & South America Limited”, com sede em Londres (Inglaterra), a instalar agência em Brasília (GO).

Certamente, eu teria deixado passar esse, entre outros inúmeros documentos mais relevantes, não fosse o detalhe ao fim: “Brasília (GO)”. Brasília, Goiás. Quando a cidade do Rio de Janeiro ainda era referida como Distrito Federal, não restava outra alternativa senão tratar Brasília – a cidade que ainda não era cidade – como parte de Goiás. Igualmente surpreendente a essa descoberta foi encontrar, despreziosamente, três núcleos familiares que haviam imigrado à capital federal antes mesmo da inauguração, quando Brasília era só uma ideia, ou, no caso dos de Abreu, nem isso. A família imigrou em 1953, antes mesmo do comício de JK em Jataí, para ocupar terras na Fazenda Sobradinho, área que é hoje tombada e que, em 1964, deu origem à RA-V. Boa parte da conversa se alongou na narrativa da vinda de seu pai, desde Uberlândia, ora em trem de ferro até Anápolis, ora em “lombo de burro”, e do senso comunitário vivenciado numa época anterior ao nascimento de Brasília:

ENQUADRE 6 – ALICE: “O VIZINHO IA FAZER A MESMA COISA”

HEITOR:	() a fazenda ti:nha que ser autônoma.. porque você como que-
HEITOR:	qual que é o mais próximo tinha: vinte quilômetros..
HEITOR:	então ? você não SAI de manhã pra comprar um pão/ cê ti:nha que fazer o pão/
HEITOR:	você-a gente raramente comia carne de vaca/
HEITOR:	só: depois da vi:nda de Brasília que isso passa porque aí você..
HEITOR:	passa a ter.. a u:rbanização permitiu ter isso mas antes não/
HEITOR:	o que que a gente comia-frango e carne de po:roco porque o po:roco
HEITOR:	.. porque porque não tinha energia elétrica
HEITOR:	consequentemente não tinha como guardar as coisas na geladeira/
HEITOR:	uma vaca é um negócio dum tama:nho [afastando as mãos em sinal de “grande”]
	/.../
ALICE:	ma:s.. continuando na história do-do quinta:l..
ALICE:	/.../ não cabe aqui nenhuma pena.. entendeu ?
ALICE:	porque.. nós tínhamos u:m mundo... não era só o quintal.. entendeu ? é::
ALICE:	isso que ele falou.. nós nu:m-nu::m.. não podíamos matar uma vaca
ALICE:	não tinha como co-é:: um po:roco já dava/ fazia a-a carne a ba:nha
ALICE:	é: tu:do.. a galinha matava todo di:a então não tinha problema/
ALICE:	mas em compensação não surgi:am outras coisas.. né
ALICE:	.. é:::...<2> o meu pai matava uma vaca
ALICE:	e dividia com TODos os vizinhos aí ficava com um pedaço
ALICE:	que dava pra você: consumir se:m..
HEITOR:	=perder//
ALICE:	=perder/
HEITOR:	()
ALICE:	porque você sabi:a que quando o vizinho matasse
ALICE:	=ele ia fazer a mesma coisa/=

FONTE: O autor

A gente que um dia se tornaria a gente de Brasília foi, antes da chegada dos candangos, a gente do interior de Goiás, vivendo confinada na área central de um país predominantemente ocupado no litoral. Vida descrita por Alice, em outro momento, como “de uma grandeza que vocês [de outras gerações] não têm alcance”. O pai dos dois, de acordo com Heitor, costumava dizer: “Quer largueza? Vai *pra* Goiás”, território que já exalava pioneirismo, muito antes da inauguração de Brasília.

Fernando Medeiros, cujo o tio chegara em 1957, também faz referência a Goiás e sobre como a inauguração da capital foi definitiva no desenvolvimento da região Centro-Oeste:

ENQUADRE 7 – FERNANDO: “BRASÍLIA FOI UM NOVO NASCIMENTO”

FERNANDO:	quando o cara falava assim
FERNANDO:	{[imitando] nossa. fulano matou o outro e foi esconder lá no Goiás}
FERNANDO:	Goiás era um lugar assim que
FERNANDO:	era um buraco negro/
FERNANDO:	...ou seja. o cara foi para o Goiás ninguém achava mais
FERNANDO:	..ninGUÉM vai achar esse cara/
FERNANDO:	entã:o.. tanto que quando Brasília-quando Juscelino levou a proposta da: demarcação
FERNANDO:	...do: do: -desse quadrilátero aqui. pro-pra assembleia de Goiânia. de Goiás né/
FERNANDO:	foi aprovado no mesmo dia
FERNANDO:	..porque era dos interesses dos CARas também
FERNANDO:	que. houvesse desenvolvimento nessa região
NEWTON:	=sim//
FERNANDO:	...né? imagina. um país com um TERço do território de floresta Amazônica/
FERNANDO:	<5> e: dois terços praticamente inabitados/ só tinha gente no litoral
FERNANDO:	.igual caranguejo aí/

FERNANDO:	<5> e Brasília teve isso né. foi um no:vo nascimento.
FERNANDO:	teve mi:ssa, teve a:. cru:z /.../

FONTE: O autor

Entre os anos 1960 e 1970, a região Centro-Oeste praticamente dobrou a sua população (IBGE, 2000, p. 5). Nesse sentido, a inauguração de Brasília, como comenta Fernando, representou um *novo nascimento*, um verdadeiro batismo da urbanização brasileira, na imagem de uma capital moderna e inovadora.

Quase sessenta anos após a primeira missa de *Brasília (GO)*, em 3 de maio de 1957, na Praça do Cruzeiro, é curioso que sua população ainda não tenha alcançado consenso acerca do que venha a ser *Brasília*. As contradições apresentadas na esfera documental, no Capítulo 2, também ecoam nas elocuições dos colaboradores. Na maioria das vezes, os colaboradores referiram-se a Brasília como Distrito Federal. No Enquadre 8, Neusa fala que seus pais “foram parar aqui em Brasília”, sem que sua família nunca tenha vivido ou trabalhado na área central, correspondente ao atual Plano Piloto. Paralelamente, no Enquadre 9, Alice argumenta que era a única aluna *de Brasília*, num período em que a área em que nasceu, na Fazenda Sobradinho, já era uma entre as então dez RAs oficiais do DF.

ENQUADRE 8 – NEUSA: “FORAM PARAR AQUI EM BRASÍLIA”

NEUSA:	meu pai era mineiro.. minha mãe era goiana..
NEUSA:	e eles se conheceram em Ceres..né que é a cidade..
NEWTON:	=Ce:res?
NEUSA:	=Ceres.. que é cidade.. do Goiás..
NEWTON:	=ah tá/
NEUSA:	..e de lá.. eles rodaram (por) Ce:res.. Anápolis..
NEUSA:	..aí o que acontece.. (foram) parar aqui em Brasília..
NEUSA:	num sei porque.. num me pergunte.. mas vieram/

FONTE: O autor

ENQUADRE 9 – ALICE: “EU ERA A ÚNICA DE BRASÍLIA”

ALICE:	..e.. e é uma coisa que eu: notei eu era a. única. no:
ALICE:	no curso quando eu entrei: na UnB
NEWTON:	=uhum//
ALICE:	...eu era a única de Brasília/
ALICE:	..o restante do pessoal TDo tinha nascido fora
ALICE:	então eu era uma peça rara
ALICE:	..apesar de ser de Brasília NA Universidade de Brasília. né?

FONTE: O autor

Houve, contudo, diversas ocorrências em que os colaboradores se referiram à Brasília como RA-I, o Plano Piloto, o que pode ser percebido claramente no Enquadre 10. Tal sinonímia foi reforçada, ainda, na fala de Samuel, como demonstra a elocução no Enquadre 11.

ENQUADRE 10 – DALVA: “A PRIMEIRA VEZ QUE EU FUI A BRASÍLIA”

NEWTON:	=tipo existia- cês faziam- a família de vocês
NEWTON:	t-inha algum tipo de passeio. alguma coisa.
NEWTON:	alguma =rotina= fora do Gama?
DALVA:	=fora ?=
DALVA:	.. dos poucos passeios que eu me lembre/[f]
DALVA:	a gente foi ao sete de setembro.
JEAN:	=verdade
DALVA:	que foi o eVENTo da =nossa vida/=
JEAN:	=mas num era rotina não=
DALVA:	=num era rotina NÃO/ a gente foi
NEWTON:	[rindo]
DALVA:	e a mãe passou a noite costurando uns vestidos LINDos pra gente/
DALVA:	e a gente saiu assim. aquela família de caipira
NEWTON:	[rindo]
DALVA:	..tudo os vestidinhos rodado com laçarote/ [bebê balbuciando bem alto]
DALVA:	lindos e maravilhosos. e botava aquelas [f]() na caixa de isopor
DALVA:	com dindim, suco, refrigerante [rindo]
DALVA:	tod(a) um(a) lanchaiada pra aquele monte de menino come:r ?
DALVA:	.e nós fomos pro evento da minha vida ()-
BEATRIZ:	=que ano foi esse?
BEATRIZ:	=que ANO que era esse?
DALVA:	ah:.. num sei.. oitenta e sete... oito oito/
JEAN:	=um calor desgraçado.
DALVA:	mas pra mim foi um =evento=
BEATRIZ:	=mas era o quê ? =
DALVA:	= me marcou... era a primeira vez que eu fui a Brasília [f]

FONTE: O autor

ENQUADRE 11 – SAMUEL: “AQUI NO PLANO PILOTO”

SAMUEL:	=ai:nda é pouco difundida assim em nível de outros lugares por exemplo-
SAMUEL:	outras cidades satélites.. até:: em Brasília me:smo.. aqui::.. no Pla:no.. e tal
SAMUEL:	..ma:s ainda no Gama.. essa identidade.. é muito forte assim/

FONTE: O autor

A forte presença das duas interpretações no corpus evidencia que a contradição não está resolvida. Contudo, a preferência clara na capital federal parece ser tratar *Brasília* como sinédoque do *DF*, exceto quando o desejo do animador é de se referir à RA-1 em oposição a outras RAs, casos em que alguns a tratarão por *Plano Piloto*, outros por *Brasília* e outros utilizarão os dois termos. No Enquadre 12, Mariana e Beatriz elucubram acerca de como a questão é tratada com interlocutores supostamente não naturais do DF:

ENQUADRE 12 – MARIANA: “NESSE CASO, EU MORO NO GAMA”

BEATRIZ:	=eu nunca falo.. {[imitando] onde é que cê mora.}
BEATRIZ:	=no Gama.. porque no Gama não diz na::ada=
BEATRIZ:	é:: é:: ou eu sou do Distrito Federal
BEATRIZ:	eu nunca falo sou do Distr-eu sou do DF/
BEATRIZ:	não. eu sou de Brasília.
BEATRIZ:	e aí depend... a-a- especificação depende
BEATRIZ:	do quanto a outra pessoa sabe: sobre..
BEATRIZ:	como o Distrito Federal//
MARIANA:	.. se a pessoa for de perto também..
MARIANA:	..não. por exemplo. quando eu tava no Chi:le
MARIANA:	eu conheci uma menina que falou
MARIANA:	a: sou brasileira também onde é que cê mora

MARIANA:	eu falei .em Brasília/
MARIANA:	ela falou. a: eu também. moro na Samambaia
MARIANA:	{[rindo] ne::sse caso eu moro no Gama/}
BEATRIZ:	[gargalhando]
NEWTON:	[gargalhando]
NEWTON:	=aí si::m/
BEATRIZ:	{[rindo] isso rola sempre.. isso ro::la sempre-}
BEATRIZ:	=pô eu sou de tagua su:l
BEATRIZ:	a. então nesse caso Gama Oe::ste/
MARIANA:	=tá. de onde é que cê é de verdade ?
MARIANA:	{[ac] sou do Gama. sou da Samambaia}

FONTE: O autor

O fato é que, mesmo nas vezes em que *Brasília* é tratada como sinônimo de *Plano Piloto*, na fala dos colaboradores há sempre uma oposição relativa a essa RA e às outras, majoritariamente referidas nas visitas como “satélites”. Nesse sentido, uma outra dicotomia se fez presente: a de se as RAs (termo oficial raramente utilizado no corpus) se configurariam como *bairros* ou *idades* do DF. Para Breno, que anima um discurso editado por seu antigo professor de geografia, o Gama claramente deve ser tratado como bairro de Brasília:

ENQUADRE 13 – BRENO: “AÍ TÁ... BAIRRO, GAMA”

NEWTON:	.quando você:s.. saem do df pra viaja:r pra algum lugar:
NEWTON:	.. aí perguntam pra vocês onde vocês moram...
NEWTON:	que que vocês respondem imediatamente assim ?
	/.../
BRENO:	a eu se-eu =sempre= falei Brasília.. né ?
NEWTON:	=uhum//
BRENO:	porque eu sempre tive aquela::.. aquela coisa que depois de mu::ito anos..
BRENO:	é que vieram reconhecer que é dessa forma né ?/
BRENO:	eu:: assim eu igual de cidade satélite
BRENO:	se fala cidade satélite eu ia pra mim nu::nca ouvi cidade satélite/
BRENO:	eu pra mim é o seguinte... é Brasília e: bairros/
NEWTON:	=uhum//
BRENO:	é: depois de mu:itos anos-eu tinha um professor de geografia que falava
BRENO:	{[imitando] gente olha... esse negócio é tão estranho..
BRENO:	não vamos chamar de cidade satélite do ga:ma/
BRENO:	não.. você mora em brasília.. e mora num bairro.. gama/
BRENO:	isso um di:a ainda vai acontecer das pessoas entenderem que é assim }
BRENO:	isso aí há trinta an- trinta e cinco quarenta anos atrás.. né ?
BRENO:	ele falava isso pra gente.. ele falou vocês podem observar que nem ho:je
BRENO:	.. nem daqui há quarenta cinquenta anos.. você nu:m vê uma placa de carro
BRENO:	...gama... gama df.. taguatinga df.. você vai ver sempre brasília df/
BRENO:	porque tu:do é brasília.. () então hoje em dia por exemplo/
BRENO:	os endereços agora você tem que colocar.. é: moro: brasília
BRENO:	.. aí tá bairro..gama/

FONTE: O autor

Outros colaboradores argumentam na direção oposta, ao tratar as RAs como cidades independentes:

ENQUADRE 14 – SOFIA: “ESSAS DUAS CIDADES”

SOFIA:	mas.. de infância é Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo/
NEWTON:	=uhum/
NEWTON:	=mas estudava aqui no:..
SOFIA:	...no Cruzeiro Velho.. sempre estudei no Cruzeiro Velho/
SOFIA:	depois.. quando morei no Cruzeiro Novo.. no Cruzeiro Novo/
SOFIA:	SEMpre/
SOFIA:	foi aquele ciclo lá.
SOFIA:	essas <u>duas cidades</u> .. por conta do apartamento.. da casa funcional/
SOFIA:	.apartamento e casa funcional/

FONTE: O autor

Na mesma direção, Samuel, que a todo tempo trata o Gama como *cidade*, apresenta, no Enquadre 15, o seu entendimento de *bairro*, termo utilizado para se referir à subdivisão em setores do Gama:

ENQUADRE 15 – SAMUEL: “UM BAIRRO NOBRE”

SAMUEL:	..só que.. teve esse pla-essa ideia de fazer o Setor Sul <u>um bairro nobre</u>
SAMUEL:	mas num aconteceu/
SAMUEL:	..galera meio que invadiu de qualquer jeito.. mas ele é muito bem organizado
SAMUEL:	..então tem esses lotes.. grandô:es lá:
SAMUEL:	que meu tio comprou pra minha vô..
SAMUEL:	..e até hoje tem tí:o.. mora:.. três famílias lá-
SAMUEL:	aí cabe todo mundo lá dentro-tipo com (tranquilidade)-
NEWTON:	=tipo uma comunidade familia:r-
SAMUEL:	=é:./

FONTE: O autor

A pluralidade de entendimentos lexicais, seja o de Brasília enquanto DF ou RA-I, seja o das RAs enquanto cidades ou bairros, embora represente uma questão não consensual na interpretação singular de cada colaborador, parece ser resolvida na capital federal a partir das pistas de contextualizações fornecidas nas interações. No Enquadre 12, por exemplo, Mariana exemplifica que, ao receber a pista de uma desconhecida “eu também, eu moro na Samambaia”, sua interpretação processada foi a de “entendido, agora me diga de onde você é de verdade”, razão pela qual respondeu com a elocução “nesse caso...” – *no caso da interação situada* – “...eu moro no Gama”.

Se a disputa terminológica é resolvida mediante pistas de contextualização disponíveis, as imagens dos habitantes do *Plano Piloto* e de outras RAs com relação a essas duas categorias lexicais transparecem de forma relativamente consensual nas narrativas. A maioria dos moradores do Plano Piloto, muitas vezes limitados geograficamente às práxis da RA-I, se surpreende ao descobrir outras Brasília que não aquela narrada tantas vezes pelos colaboradores ou por não naturais do DF como organizada, limpa e disposta em ruas largas:

ENQUADRE 16 – FERNANDO: “BRASÍLIA NÃO ERA A SUPERQUADRA”

FERNANDO:	então tive que pegar um ônibus
FERNANDO:	...com treze anos.. pra rodoviária.. sozinho/
FERNANDO:	.e de lá pegar um outro ônibus pra Vila Planalto
FERNANDO:	.então foi um... igual ir pra lu:a/
FERNANDO:	=uhum// [rindo]
FERNANDO:	=né?... morrendo de me:do
FERNANDO:	..e:. depois... passou a ser natural né
FERNANDO:	ir pra rodoviária de noite depois do treino/
NEWTON:	=uhum//
FERNANDO:	.depois voltar pra casa.. não tinha carona do pai dele ou da mãe..
FERNANDO:	...e aí foi.. assim. {[ac] o basquete foi uma coisa muito legal}
FERNANDO:	e no-jogar na... na Vila Planalto também era muito legal/
FERNANDO:	porque..aquilo ali tinha che:iro de pioneirismo
FERNANDO:	...e:... eu jogava com um pessoal que tinha um... um..
FERNANDO:	nível sócio-econômico. bem abaixo do meu
FERNANDO:	então eles achavam que eu era um.. um barãozinho né como se dizia na época
FERNANDO:	eu e o Sérgio éramos barõezinhos
FERNANDO:	..só porque a gente tinha tênis de cano alto e tal
FERNANDO:	e:: foi muito bacana jogar ali
FERNANDO:	..ver outra realidade
FERNANDO:	..ver que Brasília que o Brasil não era a superquadra ali/
NEWTON:	=uhum//

FONTE: O autor

O que Fernando apresenta, no Enquadre 16, com a comparação de “ir pra lua” é, na verdade, o cotidiano da maior parte dos habitantes do DF, reféns da concentração de oportunidades de educação e emprego na RA-I, que têm de se engajar rotineiramente nas desventuras de usar o transporte público da capital federal. O contraste entre diferentes Brasília se mostra evidente também nos enquadres seguintes. No Enquadre 17, Paulo ratifica uma constatação feita em diversos momentos pelos colaboradores do Plano Piloto, a de que o verde em Brasília é algo singular em relação às grandes capitais brasileiras:

ENQUADRE 17 – PAULO: “O VERDE NÃO É QUESTÃO DE QUANTIDADE”

PAULO:	{[dc]..apartamento.. com árvore, com gr:ama, com..-
PAULO:	=aí cê tem o jardimzinho que é cuidadado}
PAULO:	e uma poRRAda de árvore do Cerrado que ninguém cuida mas foda-se sabe. me:smo-
GIOVANA:	=é verdade.. o verde daqui é..-
PAULO:	o-o-o ve:rde ele.. num é uma questão de quantidade porque:::
PAULO:	eu já conversei com is-isso com a galera de São Paulo
PAULO:	{[imitando] ah mas tem o pa:rque aqui.. que é de tal tamanho-}
PAULO:	=não é i:sso é você tá andando no meio da ru:a..
PAULO:	<2>e ter uma árvore..-
NEWTON:	=uhum//
PAULO:	..tipo.. aqui na frente do-do- ali né/
PAULO:	..na frente da-da-da própria Tho:mas
PAULO:	..ali que tem uma porcaria duma árvore que come::-
NEWTON:	=sim//
SOFIA:	=metade da rua/ [gargalhando]
TODOS:	[gargalhando]
PAULO:	=metade da (rua) véi/

FONTE: O autor

A combinação harmônica de verde e concreto de que trata Paulo reflete, muitas vezes, a forma editada pela qual muitos brasilienses resolvem apresentar a pessoas de fora a Capital da República. Isso também fica evidenciado em elocuções proferidas por Heitor:

ENQUADRE 18 – HEITOR: “UM CARTÃO POSTAL QUE IMPRESSIONA”

HEITOR:	/.../ a gente tinha vontade de trazer os parentes pra poder mostrar
HEITOR:	que é esse negócio da arquitetura/
HEITOR:	...da cidade. eu lembro quando vinha os parentes lá de uberlândia
HEITOR:	que a gente tem até hoje a gente queRIA vir no plano piloto
HEITOR:	pra mostrar... que é uma coisa que-que pertence a todo mundo/
HEITOR:	a arquitetura:ra.. a cidade meio pa:rque essa cidade:
HEITOR:	que é um cartão postal assim e tal... e impressiona: todo mundo/

FONTE: O autor

Além de Paulo e Heitor, para Gisele, que participou das interações com a família Baeza, essa Brasília cartão postal é entendida, por pessoas de fora, como cidade “sem centro, sem bairros e sem esquina”, algo que diz achar plenamente “normal”, assim como compreender que as distâncias na capital federal são medidas em quantos minutos é possível se chegar ao destino *de carro*. Giovana, dos Brum, argumenta ainda que ao receber uma colega argentina em visita a Brasília e levá-la à Esplanada dos Ministérios, sua primeira reação foi arregalar os olhos e lhe perguntar: “¿Pero dónde viven las personas? ¿Dónde están las casas?”. A separação entre Eixo Monumental e Eixo arqueado residencial/comercial é algo que ainda gera bastante surpresa em naturais de outros lugares, constatação frequentemente presente nas narrativas.

Esse imaginário, contudo, não parece ser o mesmo para as diversas RAs do DF, inclusive o Gama. Enquanto os testemunhos anteriores narram uma Brasília quase fictícia num contexto urbano brasileiro, Dalva trata de experiências vividas nos anos 1980 que, mesmo com a urbanização evidente da RA-II, poderiam ser transplantadas aos dias atuais sem maiores dificuldades:

ENQUADRE 19 – DALVA: “CHEGAR APRESENTÁVEL ERA DIFÍCIL”

DALVA:	..e quando a gente começou a trabalhar.
DALVA:	o difícil era conseguir chegar até o asfalto/
DALVA:	. pra poder ir pro serviço/[Jean volta da cozinha]
JEAN:	=mesmo quando fez o asfalto lá né/
JEAN:	ficou os dois conjuntos separados. largados.
DALVA:	=em dia de LA:ma. você med.. da ()
DALVA:	que era onde era minha rua/
DALVA:	até::: a PISTa/
DALVA:	pra você chegar.. no serviço apresentável =era difícil[rindo]=
NEWTON:	=[rindo]=
DALVA:	eu trabalhei no Hotel Nacional. Eu ia de chiNElo:/
DALVA:	até a pist-

FONTE: O autor

O Gama narrado nos três núcleos familiares originários dessa RA é um que, diferentemente da *Brasília cartão-postal* recebeu infraestrutura adequada tardiamente. Sem embargo, enquanto o Plano Piloto é referido em geral quanto a sua disposição arquitetônica, ou o seu visual – como apontou Paulo em certo ponto – o Gama é comumente lembrado pelas relações humanas calorosas e pelo seu conseqüente senso de cidade provinciana, como argumenta Mariana no Enquadre 20:

ENQUADRE 20 – MARIANA: “A MULHER DA PADOCA SABE”

MARIANA:	=já tinham as sa::las/
BEATRIZ:	=já tinha a estrutura. já era essa estrutura-
MARIANA:	=a cidade que meu pai contou
MARIANA:	eu num tem- eu num lembro.
MARIANA:	né. era outra cidade já quando a gente nasceu/
	/.../
MARIANA:	o Gama é uma cidade antiga. né/
MARIANA:	então ele tem um pouco dessa coisa de..
MARIANA:	interior assim. da gale:ra ainda conhecer os vizi::nhos..
MARIANA:	ter um comércio local/
MARIANA:	cê vai na padoca. a mulher da padoca sabe que tu é a menina que mora ali/
MARIANA:	quem é que vai lá que é a tua irmã::/
MARIANA:	faz cinco dias que cê num vem/
MARIANA:	cê tá comendo cuscuz/
MARIANA:	uma vez a mulhe- realmente perguntou i:sso/
MARIANA:	[rindo] a gente realmente tava comendo cuscuz/
NEWTON:	=[rindo]
BEATRIZ:	{[aum] cinco dias sem ir na padaria cê tá comendo cuscuz}

FONTE: O autor

A disputa entre as diversas Brasília apresentadas aqui, ora de concreto e arborização, ora de gente que ainda conhece os vizinhos, certamente influencia outra disputa terminológica: a dos gentílicos oficiais e extraoficiais adotados pelos naturais do DF.

5.3.2.2 Ato II: Candangos, brasilienses e calangos

Figuram, no sítio oficial do atual *Governo de Brasília*, os seguintes símbolos da Capital da República: a bandeira, o brasão e o hino. Na mesma direção que seguem outras unidades da federação, o gentílico não é instituído como símbolo por decreto ou lei; é senão consagrado pela população local e dicionarizado a partir da tradição popular e midiática. Nesse sentido, a maior proximidade do gentílico utilizado no DF com a esfera oficial talvez seja a recomendação adotada no Manual de Comunicação do Senado Federal⁸⁶: *brasiliense*. Além

⁸⁶ Cf. Adjetivos de gentílicos brasileiros. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/adjetivos-genticos/adjetivos-genticos-das-capitais-brasileiras>> Acesso em 20 out 2018.

disso, no sítio oficial do GDF, em diversos momentos o natural do DF é tratado também dessa forma:

Médicos, geólogos e botânicos compunham a equipe que fez um levantamento sobre a topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos materiais da região. A área ficou conhecida como Quadrilátero Cruls, a primeira versão do “quadradinho”, como todo brasiliense chama o mapa da cidade. (DISTRITO FEDERAL, 201-).

No Capítulo 2, devida atenção foi dispensada à predominância da categoria *brasiliense* – e não *candango* – na esfera midiática. O que se pôde constatar, neste corpus, é que o uso consagrado e mais espontâneo entre os naturais do DF é também esse. Nos Enquadres 21, 22 e 23, os interagentes trazem o gentílico à narrativa sem que a *sequência dos atos* (A) se referisse a coisa qualquer relacionada a esse assunto:

ENQUADRE 21 – GIOVANA: “O BRASILIENSE FORA DE BRASÍLIA”

GIOVANA:	=isso é geralmente quando eles-quando ELES vêm pra Brasília né-
PAULO:	=exatamente/
GIOVANA:	=o brasiliense fora de Brasília não é percebido como uma pessoa fria..

FONTE: O autor

ENQUADRE 22 – KAREN: “A COMIDA DO BRASILIENSE”

KAREN:	e a comida do <u>brasiliense</u> é uma mistura né ?
NEWTON:	uhum/
KAREN:	[risos] é mistura de.. mine::ira goia::na.. nordesti::na né ?
KAREN:	é bom que a gente aqui come de tudo né ?
KAREN:	a gente conhece: vá:rias.. várias especialidade né..

FONTE: O autor

ENQUADRE 23 – GISELE: “VÉI É MUITO BRASILIENSE”

MAÍSA: ’	=é uma mistu:ra né ?
GISELE:	=mas também nós temos as-as gírias de Brasília..
GISELE:	véi é muito brasiliense/

FONTE: O autor

Já em enquadres em que o gentílico se tornava a pauta, geralmente no quinto evento comunicativo – fase de perguntas dos pesquisador –, os colaboradores esclareciam:

ENQUADRE 24 – MICHELE: “EU APRENDI NA ESCOLA”

MICHELE:	...cara.. se me perguntam eu falo que <u>eu sou brasiliense</u> ..
MICHELE:	só porque eu nasci: em Brasília/
SAMARA:	=é.. pra mim é isso/
MAÍSA:	=can.da.nga/
MICHELE:	=aí:-
GISELE:	=anti:gamente a gente falava muito candango-
GISELE:	e depois acho que a gente apren-e:u <u>aprendi que candango eram os =pione:iros/=</u>
SAMARA:	=é//=

MICHELE:		==é//=
GISELE:		
MIGUEL:	=si:m/	
MICHELE:	=foi isso.. foi/	
SAMARA:	=é isso que eu aprendi/	
MICHELE:	=eu aprendi na escola.. é/	
MICHELE:	=mas falava muito candango na casa da minha vó:-	
MICHELE:	=eles falavam muito/	
NEWTON:	=uhum/	
NEWTON:	..tipo.. falavam.. pra você por exemplo ?	
MICHELE:	=é.. falava que é.. <u>minha mãe ensinou que a gente era candango entendeu ?</u>	
MAÍSA:	=é::-	
MICHELE:	=ela falava/	
MAÍSA:	porque: eu vim pra-eu-eu considero assim..	
MAÍSA:	eu so:u-e-eu sou as duas coisas.. sou mine:ira.. e: candanga.. porque::	
MAÍSA:	é:: eu sempre ia.. mu:ito pra Belo Horizonte né ?	
NEWTON:	=ahã//	
MAÍSA:	=ma:s aqui também.. eu vim mu:ito pequenininha.. então quer dizer..	
MAÍSA:	eu cresci aqui né ?	
NEWTON:	=uhum//	
MAÍSA:	..praticamente só NAsci/	
NEWTON:	=si:m/	
MICHELE:	=você só num nasceu.. basicamente isso mesmo/	
NEWTON:	=é:/	
NEWTON:	=mal tava sabendo falar já já.. tava aqui né	
MICHELE:	=exatamente/	

FONTE: O autor

O que se depreende a partir do Enquadre 24 é que Maísa, que chegou ainda criança na fase mais fervorosa da construção de Brasília, sempre se reconheceu como *candanga* e *mineira*. Embora a família tenha preservado e cultivado nuclearmente o uso da designação, a autorreferência corrente da G2 dos Baeza é a de *brasiliense*. Talvez porque, de fato, desde a época em que eu, Michele, Gisele, Miguel, Samara e outros colaboradores cursávamos os chamados anos iniciais do Ensino Fundamental, o quarto ano (naquela época a *terceira série*) tem como temática integralmente transversal ao ano letivo a história de Brasília. Nesse sentido, o atual currículo em movimento do Distrito Federal (SEEDF, 201-, grifos meus), que norteia a elaboração de livros didáticos, projetos políticos pedagógicos e planos de ensino, traz como alguns de seus objetivos e conteúdos previstos “investigar e elaborar trabalhos em arte sobre a diversidade cultural brasiliense e folclore com atividades lúdicas e diferentes linguagens artísticas” (p. 52); “os pioneiros e construtores de Brasília – a influência de homens e mulheres na construção do DF (os candangos)” (p. 106); e o “rock: história de diferentes bandas e artistas comparados aos brasilienses”. Assim, com relação à adoção do gentílico, pode-se deprender que as práticas sociais escolares – assentadas no termo *brasiliense* – tendem a demonstrar mais força que àquelas em núcleos familiares, uma vez que se atêm a uma designação de maior escopo, que inclui também naturais do DF que não tenham chegado à capital federal em épocas *candangas*.

Ainda quando discutíamos a mesma questão na residência dos Brum, Paulo oferece uma terceira designação:

ENQUADRE 25 – PAULO: “NÃO SOU CANDANGO, EU SOU CALANGO”

NEWTON:	=já:: chamaram vocês-alguma vez de.. canda:ngos ?-
PAULO:	=a mim não/=
PAULO:	=a mim já:-
NEWTON:	=que que vocês entendem por candango ?
PAULO:	=fora de Brasília e.. >>55'<<
PAULO:	=e eu falo não.. eu não sou candango.. eu sou cala:ngo/
TODOS:	[rindo]
PAULO:	=é difere:nte.. entendeu ?
PAULO:	..po-porque eu acho que canda:ngo fo-
PAULO:	=a galera que veio aqui prime:iro.. que fundou Brasília e tal..
GIOVANA:	=que não morava em Brasília/
PAULO:	..que NÃO morava em Brasília.. que não ERA de Brasília..
PAULO:	=ma:s.<2>
PAULO:	{[dc..eu acho... que falar que eu sou CALa:ngo/}
PAULO:	..TEM uma coisinha a mais.. entendeu é tipo..
PAULO:	mano:: e-eu nasci:... na se:ca-
NEWTON:	=rai::z/= [rindo]
PAULO:	=e-e:u entendo essa lógica..seca/
GIOVANA:	= {[red] eu literalmente porque tipo..}=
PAULO:	=..e não é tipo: canda:ngo eu vim aqui= procurar a vida-
PAULO:	=não irmão eu só nasci aqui:: tipo..
PAULO:	<2> tá bom.. eu tô aqui e-
SOFIA:	[apontando para Giovana] ..voCÊ:: é brasileiro.. você nasceu em agosto ()
GIOVANA:	=exatamente//

FONTE: O autor

Ao propor um novo gentílico, Paulo tem consciência de que seu uso não é disseminado a tal ponto que a G2 o adotasse – pelo menos não ainda – como o fizeram, por exemplo, os *manezinhos da ilha*, em Florianópolis. A designação *calango*, contudo, tem ganhado força no imaginário da capital brasileira. Empreendimentos comerciais, como o restaurante “Calango do Cerrado” ou o “Calango *Tatoo Studio*” têm reforçado a noção desse como um termo genuíno de Brasília. Além disso, o bloco de carnaval “Calango Careta” tem se firmado como um dos mais tradicionais do DF, tendo sido uma das atrações no pré-carnaval da cidade do Rio de Janeiro em 2018. Para Paulo, o termo *calango* não parece operar necessariamente num nível de construção gentílica, mas de constituição identitária, na metáfora de um réptil adaptado a condições adversas, tais como a seca de agosto na região do Planalto Central. Assim, antes de tudo, a designação trata daqueles que já nasceram imbuídos num modo de vida característico, em oposição àqueles que se enveredaram pelos desafios da fundação de um novo núcleo urbano. É importante ressaltar, então, que é no momento em que uma geração costuma se autorreferenciar que seu caráter identitário se reforça. A designação proposta por Paulo, além de trazer pistas acerca do que seja o natural do DF, contrapõe a G1 à G2 da capital federal.

Um último ponto em foco no corpus foi observar se formações gentílicas seriam construídas a partir da relação dos colaboradores com suas RAs de procedência. Diferentemente

do que eu esperava, o termo *gamense* parece ser bastante utilizado entre a população local. Ao me auxiliar na busca de famílias que pudessem participar de minha pesquisa, Beatriz utilizou o termo três vezes no *Whatsapp* sem que eu o tenha feito: “tá aí o número da família gamense, avisei que você entraria em contato”; “tem mais duas tias gamenses na mesma casa”; “tá difícil achar gamense?”. Também na tarde de segunda-feira em que me levou para desbravar o Gama, perdi as contas de quantas vezes utilizou o termo, com usos diversos, tais como “pizzaria gamense”, “cultura gamense”, “realidade gamense”, três aos quais consegui recorrer mediante registros feitos no Diário de Bordo. A designação também aparece no corpus, como no Enquadre 26:

ENQUADRE 26 – NEUSA: “GERAÇÃO DE GAMENSE”

NEUSA:	=é / cê vê que no período de jogos a família.. praticamente vai inteira/
NEUSA:	já tá na terceira geração também de game:nse..

FONTE: O autor

No terreno sinuoso que é compreender o que é Brasília, o mesmo não ocorre com os naturais e habitantes do Plano Piloto. Num primeiro cenário, essas pessoas serão chamadas apenas de forma pontual, num contraste local, de *brasilienses*. Beatriz, por exemplo, me indagou se eu também buscava colaboradores *brasilienses* (além dos *gamenses*). Como visto, contudo, no Enquadre 12, argumenta que a sua origem, quando tratada com interlocutores de fora, começa sempre a partir de Brasília, e não do Gama. Num segundo ângulo, os naturais do Plano Piloto simplesmente não recebem construções gentílicas, sendo referidas como “do Plano”. Dada essa constatação, no Enquadre 27 Giovana ensaia uma nova designação:

ENQUADRE 27 – GIOVANA: “ASANORTISTA, POR EXEMPLO”

GIOVANA:	=mas eu acho também que ao mesmo tempo quem não mora no Centro-
GIOVANA:	=quem não é do Plano Piloto faz um-é tipo muito tem orgulho de dizer que não é/
PAULO:	=uhum/
PAULO:	=claro porque:-
GIOVANA:	..e quem é do Plano não tem essa coisa de dizer que tipo:... SOU do Plano.. entendeu ?-
PAULO:	=sim é-
GIOVANA:	=e-e-eu moro na Asa Norte mas eu não faço questão de dizer
GIOVANA:	que eu sou =asa-asanortista= por exemplo.. entendeu ?

FONTE: O autor

O que a falta de gentílico específico no Plano Piloto, em oposição ao uso massivo da categoria lexical *gamense* parece refletir é uma realidade social profunda de contradições das diversas Brasília vivenciadas. Nos quase sessenta anos de história da terceira maior cidade do Brasil, os naturais do Plano Piloto possivelmente nunca tiveram de se definir pelo que *não* são.

Suas diferenças estabeleceram-se sempre a partir de outros grandes núcleos urbanos do país, enquanto as diferenças internas, e o senso de não pertencimento a um centro abastado e elitizado, parece ter favorecido nas primeiras e mais consolidadas RAs a criação de novos símbolos consagrados pelo uso, tais como os gentílicos.

5.3.3.3 Ato III: Vidas no Plano, vidas gamenses

As diferenças assinaladas entre as duas RAs, bem como entre as duas gerações em foco, ultrapassam em muito a questão terminológica até aqui discutida. Se há várias Brasília, há também pelo menos dois Gama e dois Plano Piloto. Numa análise apurada do corpus, as histórias narradas pela G2 em muito divergem daquelas da G1. Nesse sentido, se tornamos novamente ao Enquadre 20, Mariana argumenta que não lembra “da cidade que [seu] pai contou”. No âmbito deste trabalho, as entrevistas narrativas, talvez por ocorrerem como a situação comunicativa final e não como mero evento comunicativo, foram uma oportunidade de as duas gerações organizarem e contrastarem suas histórias no âmbito dos núcleos familiares.

A Geração 1 de Brasília, tanto no Gama quanto no Plano Piloto, por exemplo, vivenciou o marasmo de uma cidade em construção com a promessa de urbanizar o país a médio prazo. O médio prazo, porém, coincidiria com o que viriam a ser os seus anos de juventude. Talvez por essa razão o rock em Brasília nos anos 1980 tenha efervescido de forma tão singular, já que a “falta do que fazer” mencionada algumas vezes nas narrativas, bem como a não-inclusão de Brasília no eixo cultural RJ-SP-BH já durava pelo menos duas décadas.

O marasmo vivenciado no que hoje se entende por RA-I e RA-II foi bastante distinto, contudo. A maior parte das famílias do Gama havia se radicado na RA por meio de uma política de distribuição de lotes, em campanhas governamentais de erradicação de invasões, principalmente na Vila Planalto e no Paranoá. As três famílias gamenses aqui entrevistadas narram que suas figuras paternas receberam lotes para começar a vida numa cidade sem energia elétrica e sem água encanada. “O Gama era um mato que só”, enfatizou Neusa. Além disso, havia um dispendioso esforço diário na obtenção de água potável:

ENQUADRE 28 – JEAN: “FILA PRA IR BUSCAR ÁGUA”

JEAN:	<2> não tinha água, não tinha luz. né.
JEAN:	tinha uma torneirinha na [f] esquina do outro conjunto
JEAN:	que todo mundo usava. fazia fila.
NEWTON:	=uhum//
JEAN:	pra pegar... a luz chegou bem depois..
DALVA:	=já tinha aquela bica ?
JEAN:	. tinha uma bica que é onde as mulheres lavava(m) a roupa
JEAN:	() [f]os (pocinhos) ficavam lá também.. ()/

JEAN:	e a torneira era só uma pra uns dois ou três conjuntos lá..
JEAN:	() galera fazia fila pra ir buscar água//

FONTE: O autor

ENQUADRE 29 – BRENO: “TINHA QUE ENCHER OS TAMBORES D'ÁGUA”

BRENO:	água também encanada não tinha/
BRENO:	tinha um caminhão d'água que passava no beco/
BRENO:	e:: ele chegava três da manhã e às quatro e meia da manhã ia embora/
BRENO:	you tinha que encher os tambores d'água/
BRENO:	pra poder utilizar. durante as vinte quatro horas seguintes. né/

FONTE: O autor

A G1 gamense conta também de uma infância brincando nas ruas, nas erosões e no alto de pequenos morros, admirando carros ao longe. Ir a ocasiões sociais como o “sete de setembro”, como narrou Dalva no Enquadre 10, era situação de exceção. Neusa relembra ainda as idas de sua família ao primeiro *shopping center* do DF, o Conjunto Nacional, quando as crianças brincavam de subir e descer em escadas rolantes e elevadores, uma realidade urbana da qual não dispunham em sua RA.

Algo que se mostrou fortemente singular na análise do corpus é que as três narrativas gamenses poderiam ser costuradas numa só, como a verdadeira comunidade gamense de que os três núcleos familiares afirmam participar. Nesse sentido, os Souza contam que no início dos anos 1960 o pai de Neusa era um dos únicos – senão o único – padeiro da cidade. As fornadas de pães eram vendidas a mercearias ou distribuídas a crianças que atuavam como vendedores ambulantes nas primeiras horas da manhã, comercializando pães em grandes cestos pelas ruas do Gama; os Carvalho discorrem sobre uma época de trabalho infantil, em que Breno já aos cinco anos de idade engraxava sapatos e buscava pães para vender nas ruas antes de ir à escola. (Seriam os pães produzidos pelo falecido *seu Souza*?; Os Oliveira também elucubram – com humor, mas sem saudosismo – sobre uma época em que o *trabalho infantil* era referido apenas como *trabalho*. O pai de Jean e Dalva também atuava no comércio, no fabrico de canudinhos de doce de leite. Qual não foi a surpresa de Beatriz e Mariana ao descobrirem que o doce de leite utilizado no recheio não era comprado em lojas de atacado, senão produzido por seu avô e tios. “Você não sabe o sabor que tinha aquele doce!”, frisou Dalva na entrevista. Enquanto conciliava trabalho e educação, a G1 gamense fala de uma infância feliz, numa localidade que precisava superar os desafios da precariedade de forma coletiva.

Na adolescência, lembram que a maior diversão consistia na prática de “dar um som”, o que envolvia realizar pequenas festas nas áreas livres dos terrenos das casas, regadas a *rock* internacional e, de acordo com Jean, músicas lentas para dançar em par. De acordo com os Oliveira, ninguém precisava ser especificamente convidado “e triste do infeliz que ligasse

um som e não chegasse ninguém na festa dele.” As festas começavam no início da noite e terminavam por volta de uma da manhã. Breno relembra também a existência de algumas discotecas no Gama (menciona duas: *Camponesa* e *Sunshine*) que, de tão cheias, faziam o teto “pingar de suor”. Por diversas vezes, Breno argumentou que a vida no Gama se mostrara difícil, mas tranquila e segura, diferente do boato ouvido pelo narrador da crônica de Clarice Lispector, na epígrafe do Capítulo 2, em que se haveria “três homicídios por semana”.

Os colaboradores da G1 do Plano também narram uma época em que podiam brincar livremente nas ruas e debaixo dos blocos nas superquadras. Em lugar de os patriarcas e as matriarcas desses quatro núcleos familiares trabalharem no setor do comércio, como no Gama, eles pareciam ocupar postos de maior prestígio:

ENQUADRE 30 – MAÍSA: “PAPAI FOI DELEGADO”

MAÍSA:	=papai foi delega::do.. né que é aquela-
MAÍSA:	=pra botar ordem na cida::de.. essas coisas/
MAÍSA:	..e aí nós fomos pra setecentos e seis..
MAÍSA:	...ficamos na setecentos e seis..
MAÍSA:	até meus qu-dezesseis a:nos/
MAÍSA:	..aí depois nós fomos pra setecentos e três/
MAÍSA:	<3> e assim.. e era:-assim
MAÍSA:	setecentos e seis.. era assim uma::
MAÍSA:	..é:: todo mundo amigo porque todo:-
MAÍSA:	=assim.. tudo conhecido..porque vieram pra cá né ?
MAÍSA:	pra.. tentar a vida aqui.. né?
MAÍSA:	..engenge:iro.. economi:sta.. né ? administrado:r.. contado:r.. né?
MAÍSA:	<3> eu sei que tinha-era uma turma gra:nde.. né ?

FONTE: O autor

Além de um patriarca delegado na família dos Baeza, os de Abreu falam que seu pai era fazendeiro, o que lhes era até “motivo de uma certa vergonha”, já que todas as outras crianças em Sobradinho tinham pais envolvidos na construção civil. Paralelamente, a matriarca dos Brum já trabalhava aos dezesseis anos no Setor Militar Urbano, como auxiliar administrativo, enquanto o pai de Fernando Medeiros iniciava sua carreira como datilógrafo numa empresa na W3 Sul, logo passando a trabalhar no então Ministério da Educação e Cultura.

De acordo com Holston (1993), essa “turma grande” de que trata Maísa – economistas, administradores, servidores públicos, entre outros – tomou para si inicialmente a alcunha de *pioneiros*, sendo que os *candangos* seriam os operários envolvidos na construção civil. O mesmo autor argumenta que apenas alguns anos depois o termo *candango* seria ressignificado para abarcar as duas categorias de imigrantes. Na dicotomia original, essencialmente marcada por nítida desigualdade social, a G1 de colaboradores gamenses seria em sua maioria composta

por filhos de *candangos*, enquanto a do Plano por filhos daqueles que se autodenominavam *pioneiros*.

No que concerne a infância, as narrativas abarcam uma G1 do Plano que brincava nas ruas das superquadras ou debaixo de seus blocos. Os interagentes falam de uma época em que as crianças estudavam em escolas públicas, já que, como reforçou Alice, “só estudava em escola particular quem não dava conta de passar”. Nesse sentido, as narrativas mencionam, mais de uma vez, a passagem de alguns colaboradores pelo Centro de Ensino Médio Elefante Branco, primeira escola pública do segmento na capital federal, a qual também tive a oportunidade de trabalhar como professor décadas mais tarde. Fernando, que atingiu idade escolar mais de uma década após Alice, narra seus esforços em ser aceito no Colégio Marista, que pressupunha uma espécie de vestibular e entrevista. Assim, o que parece destoar entre a G1 de brasilienses do Plano, em relação à dos gamenses, é que não houve menção em suas narrativas de uma infância conflituosa na conciliação de trabalho e vida escolar.

Da adolescência se lembram com grande apreço. Sofia fala que as gerações menos abastadas do DF encontravam refúgio nos grupos jovens de igrejas. De acordo com ela, as grandes festas ou shows de artistas famosos eram eventos singulares, “que paravam a cidade”. Além disso, tanto Maísa Baeza, quanto o casal Medeiros e os irmãos de Abreu mencionaram uma adolescência em que os *points* de encontro entre os jovens eram o Gilberto Salomão – um centro comercial no Lago Sul –, o Conjunto Nacional e o Conic, ambos localizados no Setor de Diversões, numa época em que esse nome fazia jus ao propósito do setor. No Gilberto Salomão, Maísa relembra uma espécie de empreendimento não conhecido pela G2, o que entende por “restaurantes dançantes”, locais em que se podia, além de dançar, fazer uma refeição completa. Já o Conjunto Nacional e o Conic vivenciados pela G1 eram atrativos por suas sorveterias, cinemas, livrarias e localização central. Os interagentes recuperam ainda uma avenida W3 sul – hoje “largada”, de acordo com Sofia – com comércio e noite efervescente: bares, restaurantes e cinemas de rua.

Ademais, os cinemas, especialmente os de rua, foram bastante mencionadas nas elocuições dos colaboradores, o que está em consonância com o fato de que os anos 1970 e 1980 tenham visto o maior número de salas de cinema no Brasil (FREIRE e ZAPATA, 2017). Enquanto atualmente o Plano Piloto conta com apenas um cinema fora do conceito multiplex (dentro de *shopping centers*) – o Cine Brasília, na 106 sul –, a G1 do Plano relembra uma época em que ainda contava com o Cine Karin, na 111 sul, e com as salas de cinema do Conic, hoje substituídas principalmente por igrejas. Neusa relembra ainda os tempos de glória do Cine

Itapuã, no Gama. Ela também menciona ter ido muito ao Plano Piloto para desfrutar desse tipo de entretenimento. Sobre o tópico, Fernando descreve tempos em que:

ENQUADRE 31 – FERNANDO: “UM FILME VINHA NUMA LATA”

FERNANDO:	um filme.. vinha numa lata.. e
FERNANDO:	.às vezes o cara levava a lata do Conjunto Nacional para o Karin de moto
NEWTON:	no:ssa/ [rindo]
FERNANDO:	.então às vezes o-a sessão atrasava.. por causa disso
FERNANDO:	.porque =o cara da moto= por alguma razão
ÉRICA:	=nossa ()=
NEWTON:	um filme na cidade né. tipo pra cidade/
FERNANDO:	é:: era MUI:to fá:cil..
FERNANDO:	você:: assistir TODos: os filmes.. que estavam em cartaz
FERNANDO:	porque aqueles filmes só iam mudar dali a dois meses. dois, três meses/

FONTE: O autor

Entre outras coisas que hoje não fariam sentido às G2 e G3 do Distrito Federal, Fernando contempla em sua narrativa também outras diversões da G1 do Plano: ir ao aeroporto para tomar café-da-manhã, assistir pelas antigas grandes janelas de vidro à decolagem dos aviões e passar horas na antiga livraria local *Sodiler*.

Embora o seu entendimento de diversão pareça ser outro, a segunda geração de brasilienses parece ainda ter vivenciado as dicotomias entre o centro e a periferia, expressas nas discrepâncias existentes entre RA-I e RA-II. A G2 de colaboradores gamenses também pôde desfrutar de uma infância nas ruas da RA, com brincadeiras coletivas e certo senso de segurança. As experiências narradas, contudo, não trazem à tona infâncias permeadas por relações trabalhistas, como foram as de seus pais. De acordo com as narrativas da G2 gamense, o senso de comunidade parece ser nutrido ainda na infância, dado o pouco número de escolas públicas na RA-II: “todo mundo se conhece”. Os Carvalho, por sua vez, mencionam que seus filhos estudaram em escolas particulares do Gama, contexto não vivenciado por nenhum colaborador da G1 dessa RA.

Na adolescência, a G2 gamense trata de experiências vividas *in loco*, numa realidade que pouco dependia do Plano Piloto. Quando perguntei aos Souza o que havia de mais genuíno e singular no Gama, Samuel mal pestanejou ao responder:

ENQUADRE 32 – SAMUEL: “O TIME É UM LANCE ÚNICO DO GAMA”

SAMUEL:	=o ti:me-eu acho que o time é um.. lance único do Gama-
NEUSA:	=já ia falar ago:ra/
NEWTON:	..é:: ?
SAMUEL:	=a identidade-a identidade co:m-co:m-co:m o time do Gama do:-do:
SAMUEL:	em relação ao povo da cidade é muito grande assim-
NEWTON:	=ahã/
SAMUEL:	..porque::... ele cresceu junto com a cidade-

SAMUEL:	=ele foi fundado em setenta e ci:nco-
NEWTON:	=uhum//
SAMUEL:	..e ele foi crescendo ali junto.. foi também junto com a cidade..
SAMUEL:	que até o-a época que ele:-
SAMUEL:	o ápice que ele chegou até a série A durante quatro a:nos-
NEWTON:	=sim/
SAMUEL:	e:: todo o-a-o-o-isso acontece.. é mu:ito geral assim quando::
SAMUEL:	..no futebol regional.. quando isso acontece::-
SAMUEL:	..quando existe um {[ac] por exemplo um::}
SAMUEL:	..quando o time cre:sce.. o-é-é-é-sei lá-
SAMUEL:	=se constrói um estádio maior.. e tudo aquela região ali ela vai
SAMUEL:	se transformando junto. então isso aconteceu-isso aconteceu
SAMUEL:	mu:ito com o Gama também/
NEWTON:	uhum//
SAMUEL:	..depois da reforma do Bezerrão.. teve-toda aquela área ali teve
SAMUEL:	um crescimento muito grande/
SAMUEL:	..e:: toda a cidade do Gama tem uma (dedicação) muito grande pelo time..
SAMUEL:	..lá em casa então é pior ainda/
NEWTON:	=a:h é ?
SAMUEL:	=a gente se vê mais.. t:io primo se vê mais no estádio do que em casa/
NEWTON:	=a:h é ?
	/.../
SAMUEL:	=é muito::... e hoje..quando perguntam {[imitando] a: qual time cê torce ?}
SAMUEL:	=eu torço pro Gama/
SAMUEL:	=não vejo::.. não vejo sentido em torcer pra um time de outro esta:do
SAMUEL:	que eu ne:m-que eu nem sei lá-que eu nem vejo o ônibus do time passando/
NEWTON:	=e isso você vê lá ?
SAMUEL:	=e lá cê vê= e lá cê vê-você vê lá/
SAMUEL:	..se você quiser ir.. no-no (CT) você vê o como existe identidade e cultura/

FONTE: O autor

Tendo crescido no Plano Piloto, lembro-me da época em que a Sociedade Esportiva do Gama ganhou projeção nacional, o que foi motivo de bastante orgulho para o Distrito Federal. Não imaginava, contudo, que isso se imbricasse de forma tão profunda com a identidade dos gamenses.

Para além da relação com o futebol local, Samuel narra ainda uma adolescência marcada por encontros de bandas de *rock* no Teatro Galpão, uma cena que entrou em verdadeira ebulição no Gama nos anos 2000. Beatriz e Mariana relembram também a concentração de jovens ao redor do *Shopping* Gama. Mariana o descreve como sendo uma outra coisa genuinamente gamense: “o *shopping* do Gama tem até açougue!”. Em minha visita ao referido local, me surpreendeu também a diversidade de estabelecimentos comerciais, especialmente ao encontrar uma loja de produção de bonecas de porcelana – de bebês que parecem de verdade – algo que eu só havia visto em antiquários nas ruas de São Paulo e Buenos Aires. De acordo com as irmãs Oliveira, ao redor do *Shopping* Gama costumavam também se encontrar as diversas tribos da cidade: as *patricinhas*, os *emos*, os *rockeirinhos*... Mariana trata ainda de um período bastante propício à diversão na adolescência da G2 no Gama, o das festas juninas em escolas particulares que, na contramão do conceito tradicional brasileiro, se apresentavam como verdadeiros festivais de música, levando ao Gama diversas bandas famosas do circuito nacional.

Já no Plano Piloto, a G2 traz à tona uma outra realidade brasiliense. Bastante enfoque narrativo foi dedicado a um período em que os colaboradores falam das escolas particulares em que estudaram. Nas narrativas são mencionados, entre outros, os colégios Sigma, Leonardo da Vinci, Mackenzie e o Conselho Cultural Thomas Jefferson, instituto binacional de ensino de inglês, instituições que respondem como algumas das mais prestigiadas e caras do Distrito Federal.

Durante os anos 1990 e 2000, numa época de maior violência que aquela experienciada pela G1, muitas famílias do Plano Piloto encontraram refúgio na vida em condomínios de RAs dormitórios, locais onde alguns dos colaboradores da G2 puderam crescer e brincar. Michele, contudo, ainda apresenta uma época em que brincava debaixo dos blocos da superquadra 203 sul, onde também vivi enquanto criança, embora sem conhecê-la:

ENQUADRE 33 – MICHELE: “ELA DESCIA UMA CESTINHA”

MICHELE:	=eu brincava MU:ito na quadra-
MICHELE:	eu descia.. MU:ito brincava com as crianças-
MICHELE:	lá na duzentos e três.. a gente descia muito.. a gente passava o dia
MICHELE:	na ru:a.. brincando/
MICHELE:	={{ac}entendeu} tinha até uma mulher no bloco éfi (“F”).. bloco é (“E”)
MICHELE:	que vendia dindim-cê nunca comprou dindim dessa mulher não ?
NEWTON:	=provavelmente/
MICHELE:	=gritava lá {[imitando] tia num sei o quê} .. aí ela.. aparecia=
NEWTON:	=eu num tenho muitas memórias dessa-dessa época/=
MICHELE:	e ela descia uma cesti:nha..
MIGUEL:	=descia uma cesTI::nha..ca:ra eu lembro disso/=
MICHELE:	=aí cê colocava o dinhe::iro-
MICHELE:	=aí ela subia= a cesti:nha e colocava um dindi:m e descia/
NEWTON:	=olha SÓ::/=
MIGUEL:	=uma cesti:nha.. caRA:Mba/
MIGUEL:	=(véi por que) não fazem mais isso ?-
MIGUEL:	=acho que é porque não tem cria:nça mais nas quadras-

FONTE: O autor

A realidade experienciada por Miguel e Michele, supostamente de difícil acesso à G3, é uma similar à de Luíza de Abreu, que conta que quando criança não entendia o conceito de “estacionamento”, porque, para ela “estacionamento era lugar de brincar”.

A adolescência, para a G2 de colaboradores, representou muitas idas a *shopping centers*, como o Park Shopping e o Pier 21, local que concentrava muitos jovens nas noites de sábado, equivalente ao que representou, à G1, o Gilberto Salomão. No corpus também vieram à tona elocuições versando sobre as diversas “baladas” em estilo *matinê* em casas noturnas da cidade (*Macadâmia* e *Fashion*, por exemplo), os passeios de *skate* de Miguel no Setor Comercial Sul, e muitos “rolês” na casa de amigos, como expressa Giovana.

Se as diferenças entre as duas G2 parecem menos acentuadas que aquelas vividas pelas duas G1, ainda assim as oposições entre centro e periferia parecem ser marcadas nas constituições identitárias dos colaboradores. Ainda que todos os colaboradores gamenses da G1 tenham alcançado melhores condições de vida, com faixas salariais muito superiores à média do Gama, e que três deles (do total de cinco) tenham cursado o ensino superior, a diminuição da desigualdade social na G2 não foi suficiente para deixar transparecer a existência de uma Brasília unificada pelo fenômeno da conurbação. Mariana narra a sua entrada na Universidade de Brasília como um exemplo disso. Tendo que se deslocar diariamente à Asa Norte, ela argumenta que as amizades feitas durante seu período universitário centraram-se em pessoas das “satélites”:

ENQUADRE 34 – MARIANA: “UMA CRIAÇÃO DIFERENTE”

MARIANA:	a gente só:: fez amigo =com pessoas que a gente
BEATRIZ:	= que morava na satélite/=
MARIANA:	que a gente se vê e sabe que cê é da satélite
MARIANA:	e isso faz com que você.. tenha uma criação diferente
MARIANA:	mesmo que seja.. Gama e Taguatinga. =Gama e Vicente Pi::res=
BEATRIZ:	=não Brasília=-
MARIANA:	da visão que. a galera de Brasília tem/ e aí eu..
MARIANA:	todos os meus- a maioria dos meus amigos =próprios eu=
BEATRIZ:	=são de satélite/
MARIANA:	=fiz em quatro anos da faculdade. são pessoas dessas saté:lites/
NEWTON:	=uhum//
MARIANA:	=mas aí acaba que a gente sempre converge pra se encontrar no Plano/ [rindo]
MARIANA:	porque.. é um meio do caminho geraa:l..e é onde os ônibus vão..
BEATRIZ:	=é pra onde os ônibus vão.=

FONTE: O autor

Nesse sentido, não seria a distância de trinta quilômetros entre as duas RAs em foco a razão por realidades tão distintas. A “criação” no Gama de que trata Mariana se aproximaria muito mais daquela em regiões como Riacho Fundo, Samambaia e São Sebastião, bastante distantes entre si, mas igualmente periféricas em relação a um centro abastado e igualmente classificadas no grupo III de renda domiciliar, entendido como de renda média-baixa. Para Beatriz, há uma cultura bastante *planocêntrica* que trata RAs como o Gama como regiões exclusivamente periféricas e pobres, como se não existisse, dentro da própria RA, divisões diastráticas. Nesse sentido, o significado social de *gamense* é construído não só a partir de características comuns que definam o que são os habitantes dessa região, mas também a partir do que, para pessoas do centro, eles *não* são. Ao não partilharem de histórias e experiências divididas entre os habitantes da RA-I, como a de Paulo, de “andar de carro pelas superquadras admirando o visual da cidade”, os habitantes de outras RAs geograficamente periféricas parecem trazer entre si mais semelhanças que disparidades.

Até aqui, analisei as sete entrevistas narrativas do corpus a partir de seu ponto de vista interacional e social. Como sinalizado, o quarto ato desta Sinfonia da Alvorada (remasterizada) continua no próximo capítulo. Tal qual alguns espetáculos divididos em atos, em que o ato final é sempre menor que os demais por ser legado apenas à resolução dos problemas colocados ao longo da trama, o sexto e último capítulo desta dissertação será menor que os demais. Isso porque versa exclusivamente sobre os sotaques na capital federal. Não posso deixar de enfatizar, contudo, que ele possui relação direta com este capítulo, já que as reflexões aqui dispostas subsidiam as análises que se seguem.

6 PARA ALÉM DA MISTURA: SOTAQUES NA CAPITAL FEDERAL

Nosso sotaque é o mais importante indício de identidade que temos. Todos querem dizer quem são e de onde são. E o jeito mais barato e mais universal de fazer isso é pelo sotaque.

David Crystal, em entrevista à Revista Time⁸⁷ em 2014

Neste, que é o último capítulo desta empreitada, apresento a noção de *sotaque* elucubrada nas interações familiares, em contraste àquela discutida no Capítulo 1. Num segundo momento, me debruço sobre a análise de algumas variáveis relevantes na constituição dos *sotaques* da capital federal. De um ponto de vista mais próximo das contribuições dos estudos variacionistas (WEINREICH, LABOV e HERZOG, (2006[1968])), analiso uma variável em especial quanto à frequência e proporção de suas variantes. Outras serão tratadas a partir de constatações apreendidas de minha observação participante e frequente revisitação ao corpus.

6.1 ATO IV: BRASILIENSES COM A PALAVRA

As discussões conduzidas pelos colaboradores nas duas RAs acerca dos falares da capital federal em muito espelham aquelas levantadas pelos interlocutores do *Facebook*, no estudo piloto do Capítulo 4. Assim, como demonstram as súmulas daquelas discussões nos Quadros 12, 13 e 14, respectivamente, *as sequências dos atos* (A) a que os colaboradores mais se ativeram foram: a negociação tácita do que seria *sotaque*; a descrição de traços mais proeminentes na fala de Brasília; a emissão de opiniões sobre esses falares, assentadas no que entende por *atitudes linguísticas* (MELO, 1988).

No Enquadre 35, Heitor narra um período em que visitava os parentes de Uberlândia quando criança, em meados dos anos 1960:

ENQUADRE 35 – HEITOR: “LEMBRO DE ELES COLOCAREM A GENTE PRA CONVERSAR”

HEITOR:	eu me lembro deles-deles porem-colocarem a gente pra conversar
HEITOR:	..pra ficar ali ve:ndo: a dicção da gente eu lembro disso/
HEITOR:	a fala/ quando a gente ia nos parentes de São Paulo porque ?
HEITOR:	a gente criado aqui como menino.. é::... tinha: u:m-
HEITOR:	um sotaque um pouco diferente já. deles/
HEITOR:	o DEles muito mais caipirado aquele negócio do caipira de (senhor)

⁸⁷ Tradução minha. A entrevista ocorreu no âmbito do lançamento de Crystal e Crystal (2014). Disponível em: <<http://time.com/3525767/you-say-potato-accent-david-crystal-ben-crystal/>> Acesso em 1º nov, 2018.

HEITOR:	de São Paulo e tal.. mais a gente é-é::
HEITOR:	aqui depois eu posso falar.. o-o que eu acho disso/
HEITOR:	/.../ a: gente::
HEITOR:	quase não tem sotaque.. pela mistura.. muito grande: de:-
HEITOR:	de origens de dicção::o::... do jeito de falar:: da cultura mesmo

FONTE: O autor

O que se pode depreender de suas elocuições é que, para ele, sotaques são entidades consolidadas e reconhecíveis. A mistura de que trata não configuraria ainda um sotaque distinto, senão uma “dicção” diferente, que despertava curiosidade em seus parentes de fora. Outros colaboradores, como Samuel, também corroboram essa visão ao dizer que, em Brasília, se “fala reto”.

O mais interessante, contudo, é que o Enquadre 35 revele algo previsto num processo de difusão dialetal. Os pais de Heitor, vivendo em terras brasilienses até então há cerca de dez anos, já interagiam com pessoas de diversos outros estados, inseridas num fenômeno de coiné (Cf. 1.2.5) que, em geral, apaga ou mitiga traços mais evidentes de sotaques consolidados. O resultado desse processo já costuma aparecer na fala da primeira geração, ainda em sua infância, quando os primeiros naturais da cidade negociam tacitamente um novo sotaque para si. Esse processo, muitas vezes aqui referido como *difusão dialetal*, transparece também numa narrativa de Érica, ao narrar as opiniões de interlocutores de fora de Brasília sobre seu modo de falar:

ENQUADRE 36 – ÉRICA: “PUXO MAIS PRO CARIOCA”

ÉRICA:	=ah.. eles achavam engraçado/
ÉRICA:	..aí eles falavam esse seu sotaque é engraçado
ÉRICA:	e eu falava eu não tenho sotaque. você que tem [rindo]
TODOS:	[gargalhando]
ÉRICA:	né.. aí é:: e: e assim depois de um tempo eu percebi
ÉRICA:	que eu tenho muito sotaque carioca também
ÉRICA:	porque meus pais são d-do Rio né
ÉRICA:	mas ficou uma mistura assim
ÉRICA:	..e eu vejo na minha família
ÉRICA:	que:: mesmo quem não nasceu em outras cidades tem sotaques diferentes aqui mesmo né
ÉRICA:	=a Juliana fala igual paulista.. né/
ÉRICA:	..eu tenho mais -oo lado.. mais p-puxo mais pro carioca minha mãe também
ÉRICA:	..o Pedro é mais paulistano. né?

FONTE: O autor

Como as de Heitor, as elocuições de Érica no Enquadre 36 revelam um contexto de difusão dialetal, em que sotaques são formados a partir de uma profusão de idioletos. Enquanto traços mais proeminentes começam a convergir numa forma característica de falar, costumam sobreviver ainda traços singulares na fala de cada natural da nova localidade. Com essa concepção, não é de se estranhar que Érica tenha sido a colaboradora que mais produziu ocorrências do /s/ pós vocálico palatalizado, isto é, chiado, próximo à variedade carioca. Ou,

ainda, que a professora com quem conversei na Escola Classe 407 Norte também parecesse denunciar uma procedência carioca, enquanto era – tal como a colaboradora Sofia – do Cruzeiro. Sofia, porém, não manifestou nas interações nenhum dos referidos traços. Ainda no Enquadre 36, Érica reflete uma concepção bastante proferida no corpus, bem como nos comentários do *Facebook*: a de que o *sotaque* é relativo a quem ouve, na conjunção de formas distintas àquela com que estão habituados os interlocutores.

Nessa direção em que muitos colaboradores entendem os falares de Brasília como mera mistura incharacterística e irreconhecível, alguns deles parecem interpretar os sotaques como o desvio de alguma espécie de pronúncia padrão:

ENQUADRE 37 – BRENO: “APESAR DE...”

BRENO:	é: veio uma prima minha agora pra ficar aqui esses dias/
BRENO:	.. e aqui também.. apesar dela viajar mu::ito
BRENO:	mas o sotaque dela é:::
KAREN:	é: diferenciado/
BRENO:	é todo diferenciado/
KAREN:	nordestino ()
BRENO:	=apesar de estudar mu::ito viajar mu::ito mas o sotaque tá lá/
BRENO:	tem a outra lá.. ela é uma menina jo:vem estudiosa també:m
BRENO:	.. hoje é professora e tu::do é:::.. tem mestrado e tudo/
BRENO:	mas o sotaque dela é assim uma coisa impressionante/

FONTE: O autor

Para Breno, “apesar de” sua prima ter obtido reconhecimento profissional, “o sotaque tá lá”, como se o não-apagamento de marcas mais proeminentes – nesse caso do fala potiguar – representasse algum tipo de relação direta com pessoas desprestigiadas, sem acesso a culturas urbanas, letramento acadêmico ou capital simbólico (BORDIEU, 1991). No Enquadre 38, Breno esclarece ainda mais o que venha a entender por *sotaque*:

ENQUADRE 38 – BRENO: “SE EU QUISER FALAR EU FALO”

BRENO:	aí já fui pro interior visitar os meus parentes lá no ceará
BRENO:	que eu tenho parente no ceará e no rio grande do norte né/
BRENO:	passei alguns dias com eles lá né/
BRENO:	então eles falam assim pô você perdeu TOtalmente o sotaque/
BRENO:	eu falo vocês querem que eu fale igual vocês ?
NEWTON:	[risos]
BRENO:	então tá bom vou conversa:r igua:l você/
BRENO:	converso com eles.. com o sota::que
BRENO:	falando as palavras igual eles falam lá.. entendeu ?
BRENO:	assi::m.. até hoje de vez em quando eu:-eu brincando com () eu falo né ?
BRENO:	como se tivesse lá/
BRENO:	eu posso ? ter sotaque qualquer coisa né se eu quiser falar eu falo/
BRENO:	eu vim de lá com dez anos de idade
BRENO:	então tinha o sotaque TOtalmente realment-é: cearense, rio grandense do norte/
BRENO:	então.. se eu quiser falar eu falo mas no meu.. dia a dia
BRENO:	.. eu converso assim () mas sem sotaque nenhu:m/
BRENO:	então isso é uma coisa própria do-do:: da-das pessoas de Brasília/
KAREN:	é: eu não temos sotaque/

BRENO:	não temos sotaque/()
---------------	-----------------------

FONTE: O autor

O entendimento de Breno, como frisaram também alguns colaboradores no corpus, é que as categorias lexicais elencadas numa variedade linguística constituem o sotaque de determinada comunidade. Enquanto afirma não ser reconhecido como parte das cidades em que cresceu até os dez anos de idade, já nos primeiros minutos das elocuições de Breno na entrevista narrativa, diversos traços fonológicos me denunciaram a sua procedência de fora, tal como a realização constante de /t/ e /d/ alveolares – e não africados, normas na capital federal. Para ele, traços como esse não seriam suficientes para que “tivesse sotaque”, já que conseguiria surripiar de seu repertório linguístico quaisquer pistas lexicais que denunciasses a sua procedência.

Também em outros núcleos familiares, como na família Brum, um léxico peculiar da capital federal é discutido como parte de um falar característico, mas não reconhecível por interlocutores de fora:

ENQUADRE 39 – PAULO: “VÉI”

GIOVANA:	=e o véi/
PAULO:	=é:: o que eu ia falar é justamente i:sso/=
GIOVANA:	=o vé:i, o ma:ssa=
GIOVANA:	=porque a gente tem uma forma muito específica de falar-
PAULO:	=eu acho que tem um certo diale:to-
PAULO:	=não é exatamente dialeto-
GIOVANA:	=é::/
PAULO:	=umas certas gí:rias-
SOFIA:	=é:: eu não reconheço pelo sotaque mas pe::la..
PAULO:	=bem específicas/
SOFIA:	=pelas gírias específicas/
PAULO:	=sim//=
SOFIA:	=é a única coisa que eu consigo perceber=
GIOVANA:	=eu acho que:: eu acho que isso é talvez a minha:-a minha::
GIOVANA:	supervisora tenha falado.. do..-da caDÊNcia.. ?
GIOVANA:	porque esse-essas pala-essas gírias específicas que a gente tem
GIOVANA:	acabam dando o TOM do-da-da {[ac](da forma como a gente fala)}
PAULO:	=si::m/
GIOVANA:	=então a gente fala.. (em tom de surpresa)..
GIOVANA:	{[aum] VÉI..do.. CÉU.. cê num vai ()} tipo..
GIOVANA:	esse [imitando a entonação] NA-na-na-na-na-na/
GIOVANA:	sabe.. aquela coisa (que se tornou) uma coisa meio específica/
PAULO:	e-e a::s milhões de diferentes formas de véi né/
GIOVANA:	é::
PAULO:	vé:i.. [#em tom de anúncio]
PAULO:	vé::i.. [#em tom de alerta]
PAULO:	VÉ:I/ [#em tom de espanto]
TODOS:	[gargalhando]

Na concepção negociada pela família Brum, *sotaques* parecem se aproximar das definições linguísticas discutidas no Capítulo 1: conjunto de formas segmentais e suprasegmentais específicas de se realizar uma língua no âmbito fonético-fonológico. Um

pouco antes desse excerto, no mesmo enquadre interacional, Giovana nos contava de como se surpreendeu com o fato de sua chefe, carioca radicada em Brasília, reconhecê-la como brasiliense antes mesmo de perguntar a sua naturalidade: “vocês têm um jeito *cantadinho* de falar”, disse ela a Giovana, que trata o fenômeno como uma *cadência* entoacional distinta. Nesse sentido, corrobora um pressuposto da categoria hymesiana *tom*, ou *key* (K), de que uma mesma categoria lexical possa ser processada de forma distinta a partir de alterações na entoação. Assim, o que argumentam Paulo e Giovana é que, embora outras cidades brasileiras utilizem faticamente o termo “véi”, a frequência de uso e a multiplicidade de significados depreendidos a partir de diferentes entonações, fariam do uso de “véi” algo genuinamente *brasiliense*.

Um outro inventário lexical foi apresentado pela mesma família no Enquadre 40:

ENQUADRE 40 – SOFIA: “FIZ UM BALÃO”

SOFIA:	=gente eu só reconheceria se-a pessoa fala-
SOFIA:	=começasse a falar.. uma éle dois (“L2”) da vi:da..
SOFIA:	uma dábio três (“W3”).. uma tesourinha-
GIOVANA:	Ah é:-
SOFIA:	=se a pessoa falar.. TEsourinha..
PAULO:	é.. falou tesourinha já era véi =você é brasiliense/=
SOFIA:	[em tom de flagra]=VOCÊ é brasiliENSE/=
GIOVANA:	[gargalhando] =isso é um clássico..né é verda:de/
SOFIA:	=[imitando ah eu tava lá no Eixo-
SOFIA:	=tava onde:: ?
GIOVANA:	=no Eixo/
SOFIA:	=A.:h você é de Brasília/
SOFIA:	..eu fui pra Asa Sul-
PAULO:	=fiz um balã:o/
SOFIA:	..fiz um balã:o

FONTE: O autor

O léxico em evidência, comentado pelos Brum – “tesourinha”, “eixo”, “balão”, “asa” – relaciona-se retamente à disposição arquitetônico-urbanística da cidade, que parece influenciar bastante o repertório linguístico dos naturais capital federal. Nesse sentido, em sua dissertação de mestrado, Pires (2009) cataloga um conjunto de 216 entradas lexicais presentes na capital federal, como o frequente uso de siglas para setores habitacionais e institucionais. Muitos não-naturais de Brasília estranham uma toponímia baseada em letras, números e siglas, o que é lugar comum no repertório lexical dos brasilienses.

Não foram, porém, só elementos lexicais os comentados na formação dos *dialetos* ou *sotaques* (a depender da interpretação do colaborador) brasilienses. Um traço bastante comentado em quase todos os núcleos familiares foi a variante utilizada no contexto do [r] em coda silábica:

ENQUADRE 41 – MIGUEL: “ESSE 'R', ASSIM, MUITO PECULIAR, NÉ?”

MIGUEL:	=falam que a gente faz muito rrr #som de /R/ como [x]#
MIGUEL:	=po[x]ta- é:: esse érre (“R”) assim.. é muito peculia:r né ?
MIGUEL:	=então o pessoal sente.. quando cê vai pro-pra São Paulo..
MIGUEL:	..ai eles sentem ma:is assim/
SAMARA:	..sentem um:ito.. nossa.. o ex-namorado da Sabrina fala:va
SAMARA:	é o a[x]oz ? ca[x]o ? que agonia.. ele falava que agonia-
MIGUEL:	=é:: tem essa questão aí/
SAMARA:	=[rindo] de vocês falando/
SAMARA:	<3> que a gente acha que num te:m sotaque né ?

FONTE: O autor

O /r/ predominante, enfatizado por Miguel e Samara no Enquadre 41 numa versão mais próxima da velar carioca [x], é na verdade a realização aspirada [h] da variável, comentada, nos termos de Giovana como *soprada*, e nos de Fernando, como *gutural*, a partir do exemplo que traz: [‘kah.nI] para <carne>. Mesmo na G1 das duas RAs, essa parece ser a variante quase categórica, o que demonstra que os diversos “Rs” supostamente mais marcados na capital federal, já foram atualizados numa versão aspirada ainda no período da difusão.

Uma outra variável brevemente comentada foi a do /s/ na mesma posição de coda silábica (pós-vocálico). Em certo ponto da narrativa na casa dos Baeza, Gisele afirma já ter sido confundida muitas vezes com mineira, mas que, ao visitar o estado de Minas Gerais já ouviu diversas vezes que fala um pouco “chiado”. Giovana, por sua vez, fala da realização de um /s/ “limpo”, o que parece apontar para a predominância da variante sibilante [s] na Capital da República, já que afirmou que o “sh-sh” do carioca a irrita bastante. Nesse sentido, o chiado de que trata Gisele parece ser aquele herdeiro de contextos favorecedores, perceptíveis talvez por interlocutores cuja realização seja igualmente – ou mais – sibilante que a de Brasília, como no caso de algumas cidades do estado de Minas Gerais.

No que concernem as atitudes linguísticas demonstradas em relação aos falares da capital, como visto, a maior parte dos colaboradores parece manter uma atitude positiva com o que, na maioria das vezes, tratam por *não-sotaque* ou por *sotaque misturado*. O “falar reto” proferido por Samuel, ou o /s/ “limpo” de Giovana parecem indícios de uma afiliação bem alicerçada às variedades utilizadas na capital federal. *Variedades*, no plural, porque, para além das distinções diageracionais estabelecidas nos processos de difusão e focalização dialetal, parece haver em Brasília uma oposição clara entre falares centrais – do Plano Piloto e de RAs adjacentes mais abastadas – e de falares periféricos. Essa discrepância se reflete claramente na atitude dos colaboradores. Enquanto as atitudes frente aos falares centrais tendem a ser positivas, algumas colocações revelam outras impressões acerca de falares periféricos:

ENQUADRE 42 – SAMARA: “QUE COISA FEIA”

MIGUEL:	=é:: aqui em Brasília a gente(tem essa) impressão.. que a gente não tem sota:que/=
MICHELE:	=a gente acha que não tem/=
MICHELE:	=a gente acha que não te:m/
MIGUEL:	=isso daí é bri:ga.. a gente fala igual o William Bonner/
SAMARA:	=mas sério.. às vezes eu vejo gente falar no DFTV eu fico..
SAMARA:	=a:i que coisa fe:ia=-

FONTE: O autor

A *gente* de que trata Samara, como ficou claro na interação na sequência deste enquadre, é a gente de uma Brasília periférica, com falares desprestigiados tanto a partir de sua dimensão diatópica – que por vezes se assemelha a alguns falares da Região Nordeste –, quanto da diamésica, a que demonstra a distância entre a língua (popular) falada e a língua (de prestígio) escrita. Nesse sentido, Beatriz, da G2 gamense, afirma que em muitas incursões ao *Plano* foi questionada acerca de sua procedência. “Se eu não era do Nordeste, então meu pai deveria ser” – eles diziam, de acordo com Beatriz. A questão é que Jean, seu pai, é natural do Paraná, tendo chegado a Brasília aos três anos de idade. Sua mãe, que não participou do estudo, é brasiliense da primeira geração. Assim, a associação não rara de falares periféricos à Região Nordeste – mesmo os da G2 – parece ter a ver com a realização suprasegmental do discurso, nos âmbitos da prosódia e entonação. Isso porque a realização fonológica de diversas variáveis definidoras de isoglossas parecem ser muito similares entre os jovens escolarizados do Plano Piloto e do Gama, por exemplo. Outras evidências para essa constatação se encontram nos resultados de uma pesquisa conduzida por Ribeiro Alves (2010). No ano de 2005, a autora investigou a produção escrita e oral de estudantes da primeira série do ensino médio do Gama – isto é, a mesma G2 deste estudo, com cerca de quinze anos de idade – e constatou que:

[...] quanto ao contínuo de urbanização, os falantes situam-se no polo urbano, o que condiz que todos eles moram na zona urbana e frequentaram, antes de chegar ao ensino médio, o ensino fundamental no Distrito Federal. Há, porém, a presença de características que estão presentes na fala de todos os brasileiros e que são denominados por Bortoni Ricardo (2004) de “traços graduais” (p. 396)

Numa análise que considera a dimensão diamésica da língua, ou seja, a transferência da oralidade à escrita como causa de possíveis imprecisões ortográficas, Ribeiro Alves não constatou, num corpus ostensivo de dados, a ocorrência de traços descontínuos, encontrada em meu estudo apenas no âmbito da G1.

Uma outra peculiaridade notável é que as divergências sociais entre as duas RAs opere também no nível do discurso. Na família Brum, muitos termos em inglês foram utilizados ao

longo da conversa: *fun fact, mainstream, co-working*⁸⁸. Sofia, que nunca havia sido professora de inglês – diferentemente dos outros três participantes – parecia bastante confortável com isso, tendo inclusive utilizado a expressão *let it go*⁸⁹. O uso de um vocabulário rebuscado também pôde ser percebido nas elocuições das outras três famílias do Plano Piloto em ocorrências como *um termo cunhado por..., não cabe aqui falar disso agora* ou *isso são vicissitudes*. Já no Gama, por exemplo, embora a família Oliveira conte com dois mestres em literatura e professores de português, o repertório linguístico utilizado na interação foi muito mais informal que aquele utilizado, por exemplo, pelos de Abreu, o que pode mais uma vez evidenciar que as *normas de interação* na RA-II, de redes mais fechadas e multiplex – tendem a ser respeitadas a partir da preferência de realizações vernaculares às de prestígio.

Na próxima seção, discuto em mais detalhes outras diferenças – presentes no âmbito fonológico – transversais ao delineamento de quatro grupos em foco: as Gerações 1 e 2 do Plano Piloto e as Gerações 1 e 2 do Gama.

6.2 SOTAQUES: DIFUSÃO CANDANGA E FOCALIZAÇÃO BRASILIENSE

Por meio de análises interacionais, apresentei anteriormente algumas das diversas Brasília que compõem o imaginário dos naturais do DF. Algo que ficou bastante nítido, para além das muitas diferenças entre Plano Piloto e Gama, é que as duas gerações em foco nesta pesquisa vivenciaram Brasília bastante distintas daquelas de seus pais, os filhos dos candangos. Num contexto de bastante difusão cultural, como foram os anos 1960 e 1970, era esperado que a fala dos primeiros naturais do DF também sofresse influências calcadas na profusão de sotaques das cinco regiões do país concentrada num espaço comum. Por essa, razão, tenho tratado a coine de Brasília como *difusão candanga*. Paralelamente, no momento em que a primeira geração de naturais do DF tem seus filhos, nos anos 1980 e 1990, Brasília já galgava aspectos identitários, num período em que as diferenças culturais e linguísticas começavam a dar lugar a um *modus operandi* genuinamente brasiliense. Também por esse motivo tenho tratado a focalização dialetal em Brasília como *focalização brasiliense*. O meu intuito, nesta seção, é averiguar se houve diferenças diageracionais e diatópicas na realização de algumas variáveis fonológicas que justifiquem essa distinção. Nesse sentido, a realização do /s/ pós-vocálico será analisado no âmbito da frequência e proporção de três variantes. Outras

⁸⁸ Respectivamente: *um fato curioso; convencional* ou de grande *circulação; espaços colaborativos de trabalho*.

⁸⁹ No contexto da elocução, *deixa isso pra lá*.

quatro variáveis receberão comentários a partir de minhas impressões formadas do manejo constante dos dados do corpus.

Antes das análises, contudo, é importante tornar a Tabela 5. No Capítulo 5, apresentei breve descrição dos núcleos familiares e de todos os colaboradores que participaram deste estudo. Além disso, sinalizei quais deles seriam considerados nas análises quantitativas da realização do /s/ pós-vocálico, chamando-os *plenamente ratificados*. Assim, na referida tabela, estão condensadas as principais informações ali delineadas:

TABELA 5 – PERFIL DOS COLABORADORES PLENAMENTE RATIFICADOS

GRUPO	COLABORADOR	FAMÍLIA	IDADE	ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO	INSTRUÇÃO	RENDA
Plano Piloto G1	Érica	Medeiros	46	0,53 – M	Pós (Esp. C.)	4
	Maísa	Baeza	62	0,9 – MA	Sup. C.	4
	Fernando	Medeiros	45	1 – MA	Pós (Esp. C.)	4
	Heitor	de Abreu	60	0,54 – M	Pós. (Dout. I.)	4
	MÉDIA	-	53.2	0,74 – A	-	4
Plano Piloto G2	Giovana	Brum	23	0,76 – A	Sup. C.	3
	Samara	Baeza	29	0,99 – MA	Sup. C.	4
	Miguel	Baeza	31	0,95 – MA	Sup. C.	4
	Paulo	Brum	29	0,61 – M	Sup. C.	2
	MÉDIA	-	28	0,83 – A	-	3.2
Gama G1	Dalva	Oliveira	44	1 – MA	E.M.C.	3
	Karen	Carvalho	55	0,61 – M	Pós (Esp. C.)	4
	Neusa	Souza	57	1 – MA	E.M.I.	3
	Jean	Oliveira	51	0,72 – A	Pós (Mest. C.)	
	MÉDIA		53.2	0,83 – A	-	3.5
Gama G2	Beatriz	Oliveira	28	0,88 – A	Pós. (Mest. C.)	1
	Mariana	Oliveira	26	0,86 – A	Sup. C.	2
	Samuel	Souza	34	0,83 – A	Sup. I.	3
	TOTAL		29.3	0,85 – A	-	2

FONTE: O autor

LEGENDA:

Índice de Integração: M – Mediano; A – Alto; MA – Muito alto;

Instrução: E.M. – Ensino Médio; Sup. – Ensino Superior; Pós – Pós-graduação; Esp. – Especialização; Mest. – Mestrado; Dout. – Doutorado; C – Completo/a; I – Incompleto/a;

Renda: Faixa 1 – Até 2.499 R\$; Faixa 2: entre 2.500 e 4.999 R\$; Faixa 3: Entre 5.000 e 9.999 R\$; Faixa 4: Mais de 10.000 R\$;

A Tabela 5 desvela que, entre os quatro grupos em foco, ambas as gerações do Plano Piloto possuem maior grau de instrução e poder aquisitivo em relação às do Gama. Ainda nesse quesito, doze dos quinze colaboradores chegaram ao Ensino Superior, sendo que apenas um deles não o completou: Samuel. Ademais, Dalva possui ensino médio completo e Neusa não chegou a concluí-lo. Na subseção seguinte, os resultados serão apresentados levando em conta os contrastes entre os quatro grupos em evidência. Já no Apêndice D, pode-se tornar aos resultados individuais de cada colaborador. Ali, o que se pode notar é que, apesar de certa

heterogeneidade no perfil dos colaboradores, o grau de instrução, bem como a faixa de renda não se mostraram fatores relevantes para os resultados obtidos na realização do /s/ pós-vocálico.

6.2.1 Ocorrências em foco: o /s/ pós-vocálico

Como apontado no Capítulo 3, a realização do /s/ pós-vocálico é uma variável que contribui à delimitação de isoglossas em mapeamentos dialetais brasileiros. Nesse sentido, nenhum brasileiro de outro estado que passasse somente duas horas na capital federal interagindo com brasilienses das duas gerações e de quaisquer RAs provavelmente teria dúvidas acerca da norma elencada na capital federal: a sibilante. Como visto em 3.6.4.1, o fato é também endossado pelos dados de Corrêa (1998), que mapeia uma sibilização quase universal no Plano Piloto e em Ceilândia.

Dessa forma, analisar a distribuição do /s/ pós-vocálico na capital federal tem mais a ver com o mapeamento das *exceções*, isto é, das realizações não-sibilantes na fala dos colaboradores. Em Lima Neto (2010), investiguei um chiado recorrente num contexto específico do /s/ pós-vocálico: diante de sílabas palatais ou africadas⁹⁰. Enquanto alguns foneticistas argumentariam que o ambiente é favorecedor e que o fenômeno ocorre em diversos dialetos brasileiros, eu me ative ao fato de que nem todos os colaboradores, naquele corpus, realizavam a palatalização do /s/ nesse contexto. Assim, se a palatalização já era a norma na minha G2 de colaboradores exclusiva do Plano Piloto, por vezes a preferência da G1, mesmo nesse contexto, era a sibilização.

Naquele estudo, o que pude observar é que, uma vez que a coíné brasiliense tenha dado lugar a formas sibilantes, as formas palatais nesse contexto— mais facilmente articuladas, de fato — puderam sobreviver nos falares da capital federal sem qualquer estigmatização, dada a sua quase não-percepção. *Mas brasiliense chia?* foi o título daquele trabalho, em referência às muitas vezes em que ouvi essa pergunta. Ainda em Lima Neto (2010), não obtive dados que revelassem um /s/ pós-vocálico palatal (chiado) diante de outro contexto qualquer que não aquele em evidência. Neste corpus, porém, houve ocorrências do tipo na fala de alguns dos colaboradores da G1, em ambas RA-I e RA-II. Érica foi a colaboradora com mais ocorrências do tipo, alcançando a proporção de 10% na produção de ocorrências palatais em contextos não favorecedores, em elocuições como:

ÉRICA: aí o[3] meu[j] trê[z]irmão[3] vieram..morar. com ele[j]

⁹⁰ [j] e [3] ou [tʃ] e [dʒ], como nos respectivos exemplos: *as chuvas, os jogos, estilo e desde*.

Na apresentação de dados como os produzidos por Érica, reitero que o meu intuito na análise desta pesquisa é mapear as variantes do /s/ pós-vocálico marcado, que considerei inicialmente como três: sibilante, como em [‘mez.mʊ]; palatal, como em [‘mez.mo]; aspirada, como em [‘meh.mʊ]⁹¹. Nos quatro grupos de colaboradores, os dados universais ficaram assim dispostos:

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO UNIVERSAL DO /S/ PÓS-VOCÁLICO

	Sibilantes (Frequência)	Sibilantes (Proporção)	Palatais (Frequência)	Palatais (Proporção)	Aspiradas (Frequência)	Aspiradas (Proporção)
Plano Piloto G1	1521/1678	90,64%	132/1678	7,87%	25/1678	1,49%
Plano Piloto G2	804/873	92,1%	62/873	7,10%	7/873	0,8%
Gama G1	1047/1181	88,65%	84/1181	7,11%	50/1181	4,24%
Gama G2	883/956	92,36%	67/956	7,01%	6/956	0,63%

FONTE: O autor

Como se pode observar, a sibilização está confirmada como a norma na capital federal nos quatro grupos em foco. O que é evidente, porém, é que há um aumento das ocorrências dessa variante na transição da G1 para a G2 do Plano Piloto (de 90,64% a 92,1%), bem como no Gama (de 88,65% a 92,36%). Há também no âmbito das duas G1 maior número de ocorrências de variantes entendidas como de exceção, as aspiradas e as palatais.

A Tabela 6 trata os dados de forma global, de modo que as ocorrências palatais diante de sílabas como /tʃ/ e /dʒ/ estão consideradas na análise universal de ocorrências palatais. Como essas ocorrências não costumam despertar um senso iminente de que há predominância de um chiado na fala do brasileiro, podendo ser entendidas por fenômenos inerentes à realização de uma variante definida, optei por reagrupar, numa só variante, os totais de realizações sibilantes do /s/ pós-vocálico e os totais de realizações do /s/ pós vocálico diante de sílabas favorecedoras, como /tʃ/ e /dʒ/. Assim, a segunda variante passou representar as ocorrências palatais em quaisquer outros contextos, que não o diante dessas sílabas. Na terceira variante, permaneceram em foco as ocorrências de realizações aspiradas, Dessa forma, apenas ocorrências mais perceptíveis a interlocutores de fora foram consideradas na Tabela 7:

⁹¹ As três variantes são formas possíveis para o vocábulo <mesmo>. Nas análises, foram consideradas ambas as realizações surdas e sonora no /s/ pós-vocálico.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO PERCEPTÍVEL DO /S/ PÓS-VOCÁLICO

	Variante 1	Variante 1	Variante 2	Variante 2	Variante 3	Variante 3
	Sibilantes e Palatais em contextos favorecedores	Sibilantes e Palatais em contextos favorecedores	Palatais em outros contextos	Palatais em outros contextos	Aspiradas	Aspiradas
	(Frequência)	(Proporção)	(Frequência)	(Proporção)	(Frequência)	(Proporção)
Plano Piloto G1	1604/1678	95,59%	49/1678	2,92%	25/1678	1,49%
Plano Piloto G2	866/873	99,2%	0/873	0%	7/873	0,80%
Gama G1	1104/1181	93,48%	27/1181	2,29%	50/1181	4,23%
Gama G2	950/956	99,37%	0/966	0%	6/956	0,63%

FONTE: O autor

Da Tabela 7 pode-se perceber, novamente, uma tendência maior à difusão dialetal nas G1 e à focalização nas G2. Enquanto não há ocorrência qualquer de natureza palatal em outros contextos na G2, tanto no Plano Piloto, quanto no Gama, a palatalização ocorre em 2,92% dos dados na G1 do Plano Piloto e em 2,29% dos dados da G1 gamense. Além disso, as ocorrências de /s/ aspirado nas duas G2 é também bastante reduzida e similar: 0,80% no Plano Piloto e 0,63% no Gama. Já na G1 do Plano Piloto se constatou uma proporção quase duas vezes maior que a de sua G2, enquanto no Gama a diferença da G1 para a G2 é de quase sete vezes. Jean, colaborador da G2 do Gama, lidera o número proporcional de ocorrências aspiradas no corpus, pouco mais de 6% de todos os seus dados produzidos (Cf. Apêndice D).

Uma outra análise realizada foi a de reagrupar os dados para trata-los sob os pontos de vista diageracional e diatópico. Com relação as diferenças entre as duas gerações da pesquisa, os dados ficaram assim dispostos:

TABELA 8 – VARIAÇÃO DIAGERACIONAL DO /S/ PÓS-VOCÁLICO

	Variante 1	Variante 1	Variante 2	Variante 2	Variante 3	Variante 3
	(Frequência)	(Proporção)	(Freq.)	(Prop.)	(Freq.)	(Prop.)
	Sibilantes e Palatais em contextos favoreced.	Sibilantes e Palatais em contextos favoreced.	Palatais em outros contextos	Palatais em outros contextos	Aspiradas	Aspiradas
G1 Plano Piloto e Gama	2708/2859	94,72%	76/2859	2,66%	75/2859	2,62%
G2 Plano Piloto e Gama	1816/1829	99,28%	0/1829	0%	13/1829	0,72%

FONTE: O autor

Uma vez mais, o que se pode depreender é que a sibilização do /s/ pós-vocálico para os colaboradores da G2 das duas RAs é quase categórica, sem quaisquer ocorrências palatais em outros contextos e apenas 0,72% de ocorrências aspiradas. A G1, no entanto, também realiza a sibilização de forma predominante, mas apresenta ocorrências em proporções equilibradas para as duas outras variantes: 2,66% para palatais e 2,62% para aspiradas.

Já quando são confrontadas os dados realizados nas duas RAs, independentemente da geração dos colaboradores, as ocorrências se apresentam dessa forma:

TABELA 9 – VARIAÇÃO DIATÓPICA DO /S/ PÓS VOCÁLICO

	Variante 1 (Frequência)	Variante 1 (Proporção)	Variante 2 (Frequência)	Variante 2 (Proporção)	Variante 3 (Frequência)	Variante 3 (Proporção)
	Sibilantes e Palatais em contextos favorecedores (Freq.)	Sibilantes e Palatais em contextos favorecedores (Prop.)	Palatais em outros contextos (Freq.)	Palatais em outros contextos (Prop.)	Aspiradas (Freq.)	Aspiradas (Prop.)
Plano Piloto (G1 e G2)	2470/2551	96,82%	49/2551	1,92%	32/2551	1,26%
Gama (G1 e G2)	2054/2137	96,11%	27/2137	1,27%	56/2137	2,62%

FONTE: O autor

As diferenças entre a proporção de ocorrências sibilantes e palatais em outros contextos nas duas RAs não ultrapassa 1%. Entre as aspiradas, a diferença é de 1,36%. Não foi constatada, portanto, a partir dos dados dispostos na realização do /s/ pós-vocálico, distinção diatópica relevante entre as duas RAs. Ainda assim, é possível que outras variáveis fonológicas, como as que se seguem, possam representar melhor essa diferença em estudos que se dediquem a uma análise quantitativa apurada.

6.2.2 Ocorrências observáveis

Mesmo os naturais do DF que não saibam definir os sotaques presentes na capital federal pelo que são, provavelmente saberão defini-los a partir do que *não* são. Nesse sentido, a mera ocorrência de uma variante não esperada pode denunciar uma procedência não brasileira. Já em Hanna (1986), a autora constatou pelo menos três outras variáveis, para além da sibilização do /s/ pós vocálico, que se realizavam de forma praticamente unânime entre os jovens do DF. Na sequência, discuto brevemente como essas três variáveis – além de uma quarta que se mostrou bastante evidente no corpus – ainda representam unanimidade nas realizações fonológicas da G2, mas não nas da G1. Essa breve descrição configura mais um

EIXOS CRUZADOS

Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.

Lúcio Costa, em 1987⁹²

Dois anos depois de um pré-projeto que já habitava há outros bons anos a minha cabeça, olho agora em retrospecto para o seu resultado: muitos foram os eixos aqui cruzados, para além daqueles que eu poderia ter imaginado. Este trabalho representou um mergulho numa abordagem metodológica qualitativa, com a qual eu só flertava. Quem diria, também, que eu revisitaria memórias (minhas e de tanta gente, como as de minha avó) e lugares saudosos da infância para iluminar algumas das reflexões aqui delineadas. E que grande prazer também foi me enveredar em núcleos familiares tão generosos, para ouvir muito mais histórias do que aqui couberam. *Brasília está funcionando*. Depois daqueles dois eixos cruzados no que mais tarde se tornaria a Rodoviária do Plano Piloto, coração do DF, a capital federal viu nascer uma profusão de culturas *brasiliensis*, termo latino utilizado para batizar algumas espécies da fauna e flora brasileiras, que poderia muito bem ter sanado a dicotomia gentílica *candangos* vs. *brasilienses*. Brasília é um pouco de tudo, mas essa mistura já é singular, já é característica, já é *focalizada*. Já é Brasília.

Neste estudo almejei apresentar um pouco do que é essa Brasília. Como prometido na seção 3.3, faço agora um retorno ao meu desenho de pesquisa, ao analisar se as subasserções e asserções gerais foram confirmadas ou refutadas; se as perguntas de pesquisa foram respondidas; se os objetivos específicos e gerais foram alcançados. A reflexão é feita das subasserções aos objetivos gerais, considerando a relação horizontal exposta na Figura 9, num percurso que vai da direita à esquerda.

Com relação à **subasserção A**, “*colaboradores provenientes do DF não se identificam com a palavra candango, preferindo o termo brasiliense nas duas RAs em foco*”, as análises interacionais nas entrevistas narrativas, bem como das interações realizadas na netnografia do Capítulo 4, a confirmam. Apenas Maísa, colaboradora que chegou ao DF aos três anos de idade, parece se identificar com o gentílico *candango*, o que faz sentido, já que a concepção animada

⁹² Dos elementos pré-textuais de Costa (1991).

pelos colaboradores, bem como nos livros didáticos consultados é a de que *candangos* são os primeiros imigrantes do DF; *brasilienses*, os nascidos no Distrito Federal.

A **subasserção B** “*colaboradores das duas RAs raramente utilizam gentílicos formados a partir dos nomes das RAs (como gamense ou taguatinguense, por exemplo), exceto em alguns contextos limitados*” foi parcialmente validada. Enquanto não há gentílico específico aos naturais do Plano Piloto, o uso do gentílico *gamense* é bastante produtivo na RA-II. O que se mostrou claro é que os naturais das primeiras RAs do DF, atualmente bastante consolidadas, tomam para si um gentílico exclusivo, referindo-se ao termo *brasiliense* apenas a interlocutores de fora de Brasília. A formação *planopilotense* foi produtiva apenas no Enquadre 5, na fala de Mariana, para se opor aos naturais daquela região.

No que concernem as **subasserções C e D**, que são interdependentes “*colaboradores provenientes do Gama apresentam traços fonológicos mais marcados em seu falar, tais quais eventual palatalização do /s/ pós-vocálico, especialmente em ambientes favorecedores, como diante de consoantes africadas*” e “*colaboradores provenientes do Plano Piloto apresentam traços fonológicos menos marcados em seu falar, tais quais a sibilização do /s/ pós-vocálico, exceto em ambientes favorecedores, como diante de consoantes africadas, em que a palatalização possivelmente é a norma*” pôde-se verificar a sua veracidade apenas parcialmente. As ocorrências mais discrepantes das tendências evidenciadas pelos quatro grupos de Brasília ocorreram, de fato, na fala da G1 *gamense*: abaixamento das vogais médias pretônicas, alteamentos não esperados dessas mesmas vogais e aspirações frequentes da consoante /v/ no morfema -ava. Com relação ao /s/ pós-vocálico, contudo, a maior proporção de ocorrências palatais provém da fala da G1 do Plano Piloto. Cabe ressaltar, porém, que apenas Érica, entre os quatro colaboradores da G1 do Plano Piloto, produziu um número considerável de ocorrências palatais (cerca de 10%). Com relação à G2 do Gama, não houve diferenças relevantes na realização de nenhuma das variáveis em relação à G2 do Plano Piloto. Além disso, como previsto, para os quatro grupos, a palatalização do /s/ pós vocálico diante de ambientes favorecedores é a norma na capital federal.

Não foi possível atestar, de maneira quantitativa, a veracidade da **subasserção E**: “*quanto menos integrado um colaborador for à RA de procedência, mais difusa será a sua variedade linguística e vice-versa.*” Mensurar se um idioleto é mais difuso que outro envolve averiguar se os resultados obtidos por determinado colaborador divergem ou convergem àqueles obtidos na média de seu grupo focal. Posteriormente, correlaciona-se o Índice de Integração à RA do colaborador com a sua diferença obtida em relação às variantes mais utilizadas por seu grupo focal. Nesse sentido, o que se pôde observar é que colaboradoras como

Érica e Kátia, que têm Índice de Integração apenas mediano, se distanciam relativamente dos resultados obtidos por seu grupo. Na contramão, porém, colaboradores como Paulo, que teve um dos menores Índices de Integração entre os colaboradores, apresentou resultados muito semelhantes à média de seu grupo focal. A integração de um colaborador, portanto, parece ser apenas um entre muitos outros fatores que aqui não foram compreendidos para a constituição de falares mais difusos ou focalizados. Alguns desses fatores podem dizer respeito ao senso ou desejo de pertencimento no referido grupo, bem como ao letramento acadêmico do colaborador para além daquele atestado pelo grau de instrução.

Os cinco **objetivos específicos** deste estudo, que delinearão as subserções deste trabalho, foram satisfatoriamente atingidos:

- 1) As crenças dos colaboradores foram discutidas nos três últimos capítulos, no âmbito de um fórum virtual e nos dois campos de pesquisa, a RA-I e a RA-II;
- 2) No Capítulo 6, as variedades foram contrastadas em nível diageracional e diatópico. Constatou-se diferença relevante no primeiro nível, mas não no segundo. Além disso, é possível averiguar o resultado individual de cada colaborador no Apêndice D;
- 3) Depreendeu-se que, num espectro de focalização dialetal, há diferenças significativas entre as duas gerações em foco. O sotaque da G2 já se encontra em fase de focalização bem encaminhada: /s/ pós vocálico sibilante, /r/ em coda aspirado e variante média como predominantemente elencada na realização das vogais médias pretônicas /e/ e /o/, próxima da ortografia, com alguns alteamentos consagrados pelo uso. Além disso, para essa geração não houve, mesmo no Gama, aspiração da consoante /v/, em ocorrências como *andarra* <andava>. As falas de ambas G1, no entanto, se mostraram mais difusas. Embora haja uma tendência muito próxima às mesmas normas elencadas na G2, houve usos discrepantes no que concernem as variantes esperadas;
- 4) As tendências observadas entre as gerações jovens do DF são as de uma possível aproximação entre os falares de RAs mais periféricas e outras centrais. Isso porque não se constatou diferenças significativas em nível segmental entre os falares das duas G2 em foco. O fato de alguns colaboradores do Gama serem reconhecidos

como nordestinos ou descendentes de nordestinos parece mais ter a ver com a atualização suprasegmental de sua variedade, isto é, com a entonação e prosódia de seu sotaque;

5) Quanto à correlação entre Índice de Integração e menor ou maior grau de difusão/focalização na fala dos colaboradores, o Índice parece ser um entre outros fatores que podem influenciar a definição de um falar como difuso ou focalizado, mas não o único;

A partir deste estudo, pôde-se também responder às três perguntas de pesquisa:

1ª) Como os colaboradores enxergam as suas regiões administrativas e entendem alguns conceitos como *Brasília, brasiliense, candango e sotaque*?

Como apontado no Capítulo 5, os colaboradores do Plano Piloto estabelecem uma relação identitária com sua RA a partir da configuração arquitetônico-urbanística do espaço, enquanto os do Gama mencionam, muitas vezes, o senso de vizinhança ou de família, numa comunidade marcada por relações mais multiplex e de redes mais fechadas. O conceito de *Brasília* ora aparece como sinônimo de Distrito Federal, ora como sinônimo de Plano Piloto. A dualidade, contudo, não parece gerar problemas comunicativos: os naturais do DF entendem a que o conceito se refere mediante pistas de contextualização fornecidas nas situações comunicativas. Quase por unanimidade nas narrativas dos colaboradores, *brasilienses* são os naturais do DF, independentemente de geração ou RA. *Candangos* são aqueles que imigraram à Brasília na época da construção. *Sotaque*, ora aparece como desvio de uma norma de prestígio, ora como sinônimo de *dialeto*, ora como entidade reconhecível da língua, o que muitas vezes justificou a assertiva de que “brasiliense não tem sotaque”. Poucas foram as concepções que diferiram *sotaque* de *dialeto*, como o fizeram os Brum.

2ª) É coerente (re)associar o termo *falar candango* à difusão dialetal promovida pelos primeiros imigrantes e seus filhos, a primeira geração de brasilienses, e legar o termo *falar brasiliense* à focalização dialetal em evidência promovida a partir da segunda geração?

Fundamenta no entendimento negociado pelos naturais (ou quase naturais) do DF acerca do que venham a ser os termos *candango* e *brasiliense*, a resposta para a segunda pergunta é *sim*, é coerente. Isso porque a G1 de colaboradores experienciou uma Brasília que ainda tateava na construção de sua identidade em termos culturais, sociais e linguísticos. Isso certamente contribui para que o sotaque em formação da G1 seja certas vezes sobreposto aos idioletos de cada colaborador, mais ou menos afiliados aos falares de origem de seus pais. A G2 das duas RAs, porém, demonstrou forte consistência na realização das variáveis em foco, independentemente da origem de seus progenitores. Recomenda-se, portanto, que futuros estudos sociolinguísticos se debrucem sobre *falares brasilienses* – em lugar de um *falar candango*. Os *falares brasilienses*, contudo, são oriundos de uma *difusão candanga*.

(3ª) Como um Índice de Integração à RA menor ou maior pode influenciar a fala dos colaboradores?

Alguns colaboradores apresentaram um perfil mais heterogêneo que outros, ao explorarem, ao longo de suas vidas, diversas RAs da capital. Quanto mais heterogêneo o perfil, menor foi o Índice de Integração à RA em evidência. Enquanto essa correlação pôde ser feita de forma axiomática, o mesmo não foi válido para a relação entre o Índice e a fala dos colaboradores. Isso porque, como já apontado, alguns colaboradores menos integrados assemelharam-se bastante às médias obtidas por seu grupo no contexto da realização das variáveis em foco, enquanto outros, muito integrados, se distanciaram. Recomenda-se, portanto, que futuros estudos considerem no Índice de Integração um fator como o senso de pertencimento dos colaboradores. Isso envolveria avaliar, por exemplo, quanto, numa escala de 0 a 10, determinado colaborador se sente parte de sua RA de origem. Além disso, é preciso incluir outros aspectos que possam aferir seu nível de letramento acadêmico, com vias a elucidar se há correspondência com a manutenção ou rejeição de formas mais vernaculares.

—

Tomando como base todo o exposto até aqui, está confirmada a **Asserção Geral 1**: “a maior parte dos colaboradores, naturais do DF, não reconhecerá possuir sotaque, o que pode ter a ver com o seu entendimento de conceitos como sotaque e/ou dialeto”. Já a **Asserção Geral 2**, “pessoas das duas gerações em foco nascidas e criadas no Plano Piloto ou no Gama provavelmente utilizam sotaques e/ou variedades linguísticas distintas. É esperado que utilizem

variedades mais focalizadas – em nível diatópico – os colaboradores nascidos e criados no Gama e – em nível diageracional – as pessoas da Geração 2, independentemente da RA de origem. Por conseguinte, é provável que pessoas nascidas e criados no Plano Piloto, bem como da Geração 1 das duas RAs, utilizem variedades mais difusas” se confirma quase integralmente, exceto pela presunção de que a variedade utilizada no Gama seria mais focalizada, já que, com os dados obtidos para a realização do /s/ pós vocálico, não foi possível aferir diferenças significantes diatópicas entre as duas RAs. A partir das variáveis observáveis, contudo, constatou-se mais lealdade linguística às formas vernaculares por parte da G1 do Gama que da G1 do Plano Piloto, que tende a se ater a formas mais prestigiadas.

Com as reflexões feitas até aqui, relembro os dois **objetivos gerais** deste trabalho e constato que foram alcançados satisfatoriamente:

(I) *Investigar a máxima relativamente comum de que “Brasiliense não tem sotaque”, as justificativas para essa assertiva e seus contrapontos, isto é, os possíveis fenômenos sociais que tenham contribuído à constituição das variedades linguísticas do Distrito Federal nas formas como se apresentam quase sessenta anos após a sua inauguração.*

(II) *Partindo de dentro das comunidades de fala, analisar alguns dos falares brasilienses utilizados por pessoas de duas gerações provenientes do Plano Piloto (RA-1) ou do Gama (RA-2), por meio da descrição de alguns dos traços mais evidentes de cada um desses falares, especialmente no nível fonético-fonológico.*

—

Postas estas considerações, é meu entendimento que este trabalho pode contribuir a interessados de pelo menos dois *eixos*: sociolinguistas em formação e pessoas interessadas na história de Brasília, tanto pesquisadoras quanto apaixonadas pela cidade. Aos futuros sociolinguistas, o trabalho contribui ao se ater à Sociolinguística Etnográfico-interacional, uma vertente em ascensão no Brasil e ao demonstrar uma conjunção harmônica com alguns preceitos da Sociolinguística Variacionista. Aos interessados em desbravar a história de Brasília, ou especificamente do Plano Piloto e do Gama, o Capítulo 2 serve bem a esse propósito, além da vasta bibliografia sobre o tema disposta nas Referências.

Além disso, a futuros pesquisadores fica sempre o desafio de continuar o mapeamento da focalização brasiliense: seja em sua dimensão fonológica, lexical ou morfossintática, seja na

dimensão segmental ou suprasegmental. A sociolinguística do DF se beneficiará, ainda, de pesquisas qualitativas que versem sobre as outras 29 atuais RAs. Além disso, estudos como o de Melo (1988), que se debruçam sobre atitudes linguísticas, merecem ampliação e atualização três décadas depois.

No que diz respeito a esta empreitada que aqui me permiti realizar, faço minhas as palavras de Costa (1991) quando viu com muita vida a Brasília que desenhou: “a realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.”

REFERÊNCIAS

ADANT, Josepha. **Difusão Dialetal**: o caso dos alagoanos em Brasília. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

ALMEIDA, Severina. **Etnossociolinguística e letramentos**: contribuições para um currículo bilíngue e intercultural indígena Apinajé. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

AMARAL, Amadeu. **O Dialeto Caipira**. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf>> Acesso em 24 de março de 2018 [1920].

ANDRADE, Adriana. **A variação você, ce, ocê no português brasileiro falado**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

ANDRADE, Carolina. **“Tu e mais quantos?”** – A segunda pessoa na fala brasiliense. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

_____. **A fala brasiliense**: origem e expansão do pronome tu. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARANTES, Ana Clara. “Brasilienses lotam casas lotéricas para apostar na Mega da Virada” In: **Jornal de Brasília**, edição de 29 dez. 2017. Disponível em:
<<http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/brasilienses-lotam-casas-lotericas-para-apostar-na-mega-da-virada/>>. Acesso em 20 fev. 2018.

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliézer. **História do Distrito Federal, 4º ano ou 5º ano**: Ensino fundamental. São Paulo: Scipione, 2011.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Português ou Brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

BARBOSA, Adriana. **Brasilienses e a idéia do não-sotaque no processo de formação de identidade linguística**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

BARBOSA, Altair. “Pré História dos Cerrados: período paleoíndio”. In.: **Coleção Suma Arqueológica dos Cerrados**, volume 5. Goiânia: Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás, 1993. (mimeo.)

BAUER, Martin; GASKELL, George. (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. “Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões”. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. Ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEHR, Nicolas. **BraXilia Revisitada**. Vol 1. Brasília: [s.n], 2016[2004].

BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: UCG/Codeplan, 1988.

_____. **História da terra e do homem do planalto central: eco-história do Distrito Federal – do Índigena a Colonizador**. 3 ed. Brasília: EdUnB, 2011[1995].

BLOOM, Jan-Petter; GUMPERZ, John. “O significado social na estrutura linguística”. In: RIBEIRO, Branca; GARCEZ, Pedro. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2013 [1972].

BOURDIEU, Pierre. **Language and Symbolic Power**. Cambridge: Polit Press, 1991.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. “Problemas de comunicação interdialetoal”. Sociolinguística e ensino do vernáculo. **Revista Tempo Brasileiro**, nº 78/79, 1984.

_____. **The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil.** Cambridge: University Press, 1985.

_____. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2005.

_____. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais.** Tradução: Stella M. Bortoni-Ricardo, Maria do Rosário Caxangá. São Paulo; Parábola Editorial, 2011[1985].

_____. **Manual de Sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella M.; VELLASCO, Ana Maria; FREITAS, Vera. (orgs.) **O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais.** Brasília: EdUnB, 2010.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 24 fev. de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.html> Acesso em 24 jan. de 2018.

_____. Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro, 19 set. de 1956.

_____. Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro, 13 abr. de 1960.

_____. Decreto nº 51.000, de 19 de julho de 1961. Manda adotar sob o título de “Hino a Brasília” a composição musical que menciona. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 19 jul. de 1961.

_____. Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 dez. 1964.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html> Acesso em 24 jan. de 2018>

BUENO, Francisco. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1963. 8 v

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity.
In: BRAT PAULSTON, C.; TUCKER, G. R. (Eds.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford, 2003[1960]

CÂMARA Jr., Joaquim. **Estrutura da língua portuguesa**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 [1970].

CARDOSO, Suzana. **Atlas Linguístico do Brasil**. v.1 (Introdução). Londrina: EDUEL, 2014a.

_____. **Atlas Linguístico do Brasil**. v.2 (Cartas linguísticas). Londrina: EDUEL, 2014b.

_____. Dialetolegia. In: MOLLICA, M; FERRAREZI, J. (Orgs) **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARNIE, Andrew. **Syntax: a generative introduction**. 2nd edition. Oxford: Blackwell. 2007.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002 [1993]

CODEPLAN. **Evolução da fecundidade no Distrito Federal entre 2000 e 2010**. Demografia em foco nº 5. Brasília, DF, 2012. Disponível em:
<<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia-em-Foco-5-Evolu%C3%A7%C3%A3o-da-Fecundidade-no-Distrito-Federal-entre-2000-e-2010.pdf>>
Acesso em 18 fev. 2018.

_____. **Evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal: 1959-2010.** Demografia em foco n°7. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Movimentos_Migrat%C3%B3rios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf>. Acesso em 18 dez. de 2017

_____. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015:** Gama. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Gama-1.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2017.

_____. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015/2016:** Plano Piloto. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Plano-Piloto.pdf>> Acesso em 20 abr. 2017.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal 2015.** Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>> Acesso em 20 abr. 2018.

_____. **Atlas do Distrito Federal.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>> Acesso em 20 mar. 2018.

_____. **Delimitação das regiões administrativas:** proposta. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://catalogo.codeplan.df.gov.br/layers/geonode%3Aregiao_administrativa_proposta_gt> Acesso em jul. 2018.

CONTERRÂNEOS Velhos de Guerra. Direção: Vladimir Carvalho. Rio de Janeiro: Sagres Home Vídeo/Rio Filme, 1992. 1 Fita de vídeo-VHS (175min), sonoro, color.

CORRÊA, Cíntia. **Focalização Dialetal em Brasília:** um estudo das vogais pretônicas e do /S/ pós-vocálico. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

CORREIO Braziliense. “Nordestinos não eram maioria entre os candangos, mas sim goianos e mineiros”. In: **Correio Braziliense**, edição de 17 mar. 2002. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/03/17/interna_cidadesdf,293674/nordestinos-nao-eram-maioria-entre-os-candangos-mas-sim-goianos-e-mineiros.shtml>. Acesso em 20 fev. 2018.

COSTA, Kelerson. **Meiaponte**: história e meio ambiente em Goiás. 1 ed. Brasília, DF: Paralelo 15, 2013. v.1. 232p.

COSTA, Lucio. “Relatório do Plano Piloto de Brasília”. In: RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília, GDF, 1991[1957].

CUNHA, Antônio; MELLO SOBRINHO, Cláudio. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. acrescida de um suplemento. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

CRYSTAL, Ben; CRYSTAL, David. **You say potato**: the story of English accents. London: MacMillan, 2014.

DE OLIVEIRA, Fernando. **A influência da linguagem do candomblé no falar dos homossexuais**: a Língua Como Resistência. Miguilim, v. 2, p. 3-12, 2014.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: **XIV SHCU Cidade, Arquitetura e Urbanismo**: visões e revisões do século XX, 2016, São Carlos. Anais do XIV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo [recurso eletrônico]. São Carlos: IAU-USP, 2016

DIAS, Edilene. **O uso do tu no português brasileiro falado**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 23 out. 1987.

_____. Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989. Altera a estrutura da administração do Distrito Federal, extingue órgãos e dá outras providências. Brasília, DF, 25 out. 1989a. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/18122/Lei_49_25_10_1989.html>. Acesso em 24 jan. 2018.

_____. Decreto nº 11.921, de 25 de outubro de 1989. Fixa novos limites das regiões administrativas do Distrito Federal. Brasília, DF, 25 out. 1989b. Disponível em: <http://www.segeth.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/decreto_11921_25101989.pdf>. Acesso em 24 jan. 2018.

_____. Lei nº 110, de 28 de junho de 1990. Altera a Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989, e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 29 jun. 1990.

_____. Lei orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 09 jun. 1993.

_____. Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997. Dá nova denominação à região administrativa I - RA I. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 29 jun. 1997.

_____. Decreto n 19.040, de 18 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 19 fev. 1998.

_____. Governo de Brasília. **História** - Brasília: a cidade sonho. Brasília, DF, 201-. Disponível em: <<http://www.df.gov.br/historia/>> Acesso em 20 out. 2018.

ERICKSON, Frederic. **Qualitative methods in research in teaching and learning**. Vol 2. New York: Macmillan Publishing Company, 1990.

_____. **Etnografia na educação**: textos de Frederic Erickson. Tradução de Carmen Lúcia Guimarães de Mattos. 1998.

ERVIN-TRIPP, Susan. "An analysis of the interaction of language topic and listener". In: FISHMAN, Joshua. **Readings in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1972.

FAIRCLOUGH, Norman. "Teoria social do discurso". In: _____. **Discurso e mudança social**. Brasília: EdUnB, 2008.

_____. **Global Capitalism and critical analysis of language**. Language Awareness. 8, 2, 1999: 71-83. <<http://eprints.lancs.ac.uk/8546/1/la0080071.pdf>>. Acesso em 23 de março de 2018.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Dicionário da língua portuguesa de Cândido de Figueiredo**. 14. ed. Lisboa: Bertrand, [194-]

FISHMAN, Joshua. (Org.) **Readings in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1972.

FLICK, Uwe. **Triangulation Revisited**: Strategy of or Alternative to Validation of Qualitative Data, Journal for the Theory of Social Behaviour, 1992, 22(2): 175-97.

_____. Introdução à coleção pesquisa qualitativa. In: AGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Rafael; ZAPATA, Natasha. **Quantas salas de cinema existiram no Brasil?** Reflexões sobre a dimensão de características do circuito exibidor brasileiro. *Significação*, São Paulo, v. 44, n. 48, p. 176-201, jul-dez. 2017

GARCEZ, Pedro; OSTERMANN, Ana Cristina. “Glossário conciso de Sociolinguística Interacional”. In: RIBEIRO, Branca; GARCEZ, Pedro. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2013.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GOFFMAN, Erving. “A situação negligenciada”. In: RIBEIRO, Branca; GARCEZ, Pedro. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2013a [1964].

_____. Footing. In: RIBEIRO, Branca; GARCEZ, Pedro. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2013b [1979]

GOOGLE. Google Earth. Version 9.2.68.2. 2018. Gama, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: < <https://goo.gl/cKcrJV>>. Acesso em 01 fev. 2018.

GUMPERZ, John. “Convenções de contextualização”. In: In: RIBEIRO, Branca; GARCEZ, Pedro. (orgs.) **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2013[1982]

_____. “Contextualization and understanding”. In: C. Duranti A.; Goodwin (Ed.), (Tran.), **Rethinking context: Language as an interactive phenomenon** (229-252). Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

_____. “Interactional Sociolinguistics: A Personal Perspective.”. In: **Handbook of Discourse Analysis**. Eds. Deborah Tannen, Deborah Schiffrin, and Heidi Hamilton. Malden, MA: Blackwell, 2001. 215-228.

GUMPERZ, John; BERENZ, N. “Transcribing conversational exchange”. In: J. A. Edwards e M. D. Lampert (Eds.), **Talking data: Transcription and coding in discourse research**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1993, pp. 91-121.

GUMPERZ, John.; HYMES, Dell. (eds). **Directions in Sociolinguistics**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1972.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, M. A. K.; McINTOSH, Angus; STREVENS, Peter. “The Users and Uses of Language”. In: FISHMAN, Joshua. (Org.) **Readings in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1972.

HANNA, Elizabeth. **Difusão e focalização dialetal: o caso de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

HELLER, M. **Paths to Post-nationalism: a critical ethnography of language and identity**. New York: Oxford University Press, 2011.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUGHES, Arthur; TRUGDILL, Peter; Watt, Dominic. **English Accents and Dialects: an Introduction to Social and Regional Varieties of English in the British Isles**. 5th ed. London: Hodder Education, 2012 [1979].

HAYANO, David. “Auto-ethnography: Paradigms, Problems and Prospects”. In: **Human Organization**, v. 38, n. 1, p. 99-104, 1979.

HYMES, Dell. “On Communicative Competence”. In.: PUGH, A. K.; Lee, V. J.; SWAN, J. (orgs.). **Language and language use**. London: Heinemann, 1972.

_____. **Foundations in Sociolinguistics: an ethnographic approach**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

IBGE. **Tendências demográficas no período de 1950/2000: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2015**. Brasília, 2015. Disponível em:
<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>> Acesso em 20 dez. 2018.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2018/estimativa_dou_2018.pdf>. Acesso em 22 ago. 2018.

KOZINETS, Robert. “The Field Behind the Screen: Using Netnography For Marketing Research in Online Communities”. In: **Journal of Marketing Research**, 39, February, 2002, 61-72.

LABOV, W. “A motivação de uma mudança sonora”. In: **Padrões Sociolinguísticos**; tradução Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.[1963]

_____. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William; COHEN, P.; ROBINS, C.; LEWIS, J. **A study of the non-standard English of Negro and Puerto Rican Speakers in New York City**. Cooperative Research Report 3288. Vols I and II. Philadelphia: U.S. Regional Survey (Linguistics Laboratory, U. of Pa.), 1968.

LE PAGE, Robert. “Projection, focussing and diffusion”. In: **York Papers in Linguistics** 9, pp. 9-31, 1980.

LIMA NETO, Newton. **Mas brasileiro chia?** – Focalização dialetal e o fenômeno da (des)palatalização em Brasília. Monografia (Graduação em Letras-Português). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LISPECTOR, Clarice. “Brasília/Brasília: esplendor”. In.: **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999 (pp. 40-63)

LOBATO, Lucia. “Linguística e linguagem”. In: _____. **Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação**. Belo Horizonte: Vigília, 1986, capítulo 1 – Linguística e linguagem.

LUCCA, Nívia. **A variação tu/você na fala brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LUIZ, Edson. **Os filhos dos candangos: exclusão e identidades**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Tradução de Marilda Winker Averborg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009 [1981]

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Lisboa: Horizonte, 1977. 5 v

MAIDEN, Martin; PARRY, Mair. (orgs.). **The Dialects of Italy**. New York: Routledge, 1997.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAKONI, Sifree. “Shifting discourses in language studies in South Africa”. In: **Knowledge in Black and White: The Impact of Apartheid on the Production and Reproduction of Knowledge**. Kwesi Kwaa Prah (Org.). Cape Town: Centre for Advance Studies of African Society, 1999, pp. 143-148.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Djalma. **Atitudes Linguísticas e as Variedades Regionais de Fala no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

MILROY, Lesley. **Language and social networks**. Oxford: Basil Blackwell: 1980.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; LOPES, Ruth. **Novo Manual de Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

MONNERAT, Alessandra; BERALDO, Paulo. “Brasília segundo os candangos”. In: **O Estado de São Paulo**, edição de 12 abr. 2018. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,brasil-ia-segundo-os-candangos,70002276976>>. Acesso em 20 fev. 2018.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].

_____. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. 2 v

NORTON, Bonny. **Identity and language learning: Gender, ethnicity and educational change**. Harlow, England: Longman/Pearson Education, 2000.

PEREIRA, Rodrigo. **Um estudo de polidez no contexto de L2: estratégias de modalização de atos impositivos por falantes de espanhol**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PEREIRA, Wellington. **Variação linguística entre nós e a gente no falar da juventude planaltinense**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PIMENTEL, Carolina. Agência Brasil. “Brasilienses e moradores do Entorno do DF participam da Corrida pela Água”. In: **Sítio eletrônico da Agência Brasil**, em 18 mar. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/brasilienses-e-moradores-do-entorno-participam-da-corrída-pela-agua>>. Acesso em 20 fev. 2018.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. **JK, Jânio, Jango: três jotas que abalaram o Brasil**. Brasília: Letrativa, 2001

RAMSEY, S. Robert. **The languages of China**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília, GDF, 1991[1957].

RIBEIRO ALVES, Maria. **A escrita na 1ª série do Ensino Médio: uma análise sobre a alfabetização**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

_____. “Características da escrita e da fala de alunos ingressantes no ensino médio: um estudo na cidade do Gama, DF”. In: BORTONI-RICARDO, Stella M.; VELLASCO, Ana Maria; FREITAS, Vera. (orgs.) **O falar candango: análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais**. Brasília: EdUnB, 2010.

RIOS, Alan. “Após a chuva, seca deve voltar a castigar os brasilienses no fim de semana”. In: **Correio Braziliense**. Brasília, DF, edição de 10 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/08/10/interna_cidadesdf,699906/apos-a-chuva-seca-deve-voltar-a-castigar-os-brasilienses.shtml> Acesso em 20 fev. 2018;

ROACH, Peter. **English Phonetics and Phonology: a practical course**. 4th ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RUBIN, Joan. "Bilingual usage in Paraguay". In: FISHMAN, Joshua (Org.) **Readings in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1968, pp. 512-520.

SANTOS, Silvio M. "O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios." In: *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241.

SAVILLE-TROIKE, Muriel. **The Ethnography of Communication**: an introduction. 3 ed. Malden, MA: Blackwell, 2003.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**: um sonho, uma esperança, uma realidade. 4 ed. Câmara de Dirigentes Lojistas do DF, 1999.

SILVA, Luiz Antônio. Projeto NURC: Histórico. **Linha D'Água**, São Paulo, v.10, pp. 83-90, 1996.

SOUSA, Rosineide. **Gênero discursivo mediacional, da elaboração à recepção**: uma pesquisa na perspectiva etnográfica. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUSA, Socorro; ANDRADE, Rafaela; DIONISIO, Cynthia. **Sotaque no telejornalismo brasileiro**: uma questão de política linguística. *Revista (Con) Textos Linguísticos (UFES)*, v. 9, p. 255-273-273, 2015.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

TERMOS de serviço. Elaborado por Facebook © 2018. **O que são informações públicas?** Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/203805466323736?ref=dp>>. Acesso em 12 mar. 2018.

UN-HABITAT. **State of the World's Cities Reports 2011/2011**: bridging the urban divide. London: Earthscan, 2012.

VELLASCO, Ana Maria. "O léxico no falar do jovem candango e a influência da mídia televisiva". In.: BORTONI-RICARDO, Stella Maria; VELLASCO, Ana Maria; FREITAS, Vera, (orgs.). **O Falar Candango**: Análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais. Brasília: EdUnB, 2010.

VIANNA, Juliana; LOPES, Célia. “Variação dos pronomes ‘nós’ e ‘a gente’”. In: Marco Antônio Martins; Jussara Abraçado. (Org.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 109-131.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Tradução: Marcos Bagno. 5 ed. São Paulo: Parábola, 2002.

WEHMEIER, Sally. **Oxford Advanced Learner’s Dictionary of Current English**. 7th ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WEINREICH, U; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZIMMERMAN, Ana. “Sotaques do Brasil” desvenda diferentes formas do falar brasileiro. **Jornal Hoje**, São Paulo, 02 set. 2014. Disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-hoje.htm>>. Acesso em 05 abril 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



Universidade de Brasília / Programa de Pós-Graduação em Linguística

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Estudo de falares do Distrito Federal: da difusão candanga à focalização brasiliense*, de responsabilidade de *Newton Vieira Lima Neto* aluno(a) de *mestrado* da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é investigar a relação e as crenças dos indivíduos nascidos no Distrito Federal – especialmente os nascidos no Plano Piloto e no Gama – com a sua história, cultura e maneira de falar. Há poucos estudos feitos por brasilienses que versem sobre o tema e pretendemos ampliar esse escopo, especialmente no que diz respeito às variedades linguísticas utilizadas em Brasília-DF. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A sua participação se dará por meio de entrevistas individuais ou em grupos focais, já que, caso seja a sua preferência, pessoas do seu círculo, como amigos ou familiares poderão participar da entrevista com você. As entrevistas serão gravadas com um gravador de voz ou uma câmera digital. Você será informado e consultado acerca da melhor mídia no dia da entrevista. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Espera-se com esta pesquisa apresentar novos olhares a respeito dos brasilienses e seus modos de viver e falar, além de apontar as tendências mais proeminentes nos falares de brasilienses.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone **61-992732125** ou pelo e-mail newtonvln@gmail.com. Disponibilizo também o contato de minha orientadora, Rosineide Magalhães, mediante o e-mail rosimaga@uol.com.br e o telefone 61 999748354.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de congressos científicos e em publicações posteriores, oferecendo à comunidade acadêmica mais uma contribuição para futuras pesquisas no contexto da sociolinguística do Distrito Federal. Os dados e materiais serão utilizados somente pelo pesquisador e ficarão sob a sua guarda, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

NOME:

NEWTON VIEIRA LIMA NETO

Brasília, ____ de ____ de ____

APÊNDICE B –ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO À RA (FORMULÁRIO)

Nome: _____

RA-I

Data de nascimento: ____/____/____

região administrativa de nascimento no DF: _____

(Cidade-satélite)

Grau de escolaridade mais alto			
Ensino Fundamental Completo [] Incompleto ou em curso []	Ensino Médio Completo [] Incompleto ou em curso []	Ensino Superior Completo [] Incompleto ou em curso []	Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) Completa [] Incompleta ou em curso []

Especifique E, M ou D: ____

Renda familiar aproximada			
[] Até 2499 R\$	[] Entre 2500 e 4999 R\$	[] Entre 5000 e 9999 R\$	[] 10000 R\$ ou mais

VERSÃO DO PESQUISADOR

I) ATÉ OS SEUS 6 ANOS DE IDADE... (PESO 1 – Máx. 10 pontos)

Morou no Plano Piloto em algum momento? (Máx. 10 pontos)	
SIM []	NÃO []
Por quanto tempo? [] Todo esse tempo. (6 anos) +10 [] A maior parte desse tempo. (Por 4 ou 5 anos) +7.5 [] A metade desse tempo (Por 3 anos) +05 [] A menor parte desse tempo. (Por 0, 1 ou 2 anos) +2.5	Especifique as RAs onde morou nessa fase da sua vida e quanto tempo passou em cada uma delas: <hr/> Se tiver morado no Plano Piloto E em outras RAs, especifique quais e por quanto tempo:

II) DOS SEUS 7 A 18 ANOS DE IDADE... (PESO III, Máx. 10 pontos)

Morou no Plano Piloto em algum momento? (Máx. 3.4 pontos)	
SIM []	NÃO []
Por quanto tempo? [] Toda, ou quase todo, esse tempo. (Entre 10 e 11 anos) +3.4 [] A maior parte desse tempo. (entre 6 e 9 anos) +2.6 [] Parte considerável desse tempo. (entre 4 e 5 anos) +1.8 [] Pouca parte desse tempo (entre 0 e 3 anos) +0.9	Especifique as RAs onde morou nessa fase da sua vida e quanto tempo passou em cada uma delas: <hr/> Se tiver morado no Plano Piloto E em outras RAs, especifique quais e por quanto tempo:
Estudou no Plano Piloto em algum momento? (Máx. 6.6 pontos)	
SIM []	NÃO []
Por quanto tempo? [] Toda, ou quase toda, a minha vida escolar. (10 ou 11 anos) +6.6 [] A maior parte da minha vida escolar. (6 a 9 anos) +5 [] Parte considerável da minha vida escolar. (3 a 5 anos) +3.3 [] Pouco tempo da minha vida escolar (0 a 2 anos) +1.7	Especifique as RAs onde estudou nessa fase da sua vida e quanto tempo em cada uma delas: <hr/> Se tiver estudado no Plano Piloto E em outras RAs, especifique em quais e por quanto tempo:
Trabalhou no Plano Piloto em algum momento? (Até 1.5 pontos extras)	
SIM []	NÃO []
Por quanto tempo?	

<input type="checkbox"/> 5 anos ou mais. +1.5 <input type="checkbox"/> Entre 3 e 4 anos. +1 <input type="checkbox"/> Entre 0 e 2 anos. +0.5	Obs.:
Realizou atividades culturais, religiosas ou extracurriculares no Plano Piloto? (Até 1.5 pontos extras)	
SIM []	NÃO []
Qual, dentre as atividades realizadas, foi a de maior duração? Exs.: <i>Aulas de flauta, catequese, aulas de inglês etc.</i>	Se realizou alguma dessas atividades em outras RAs, especifique onde realizou a atividade de maior duração e quanto tempo durou: (Ex.: aulas de futebol no Paranoá por 7 anos)
Por quanto tempo? <input type="checkbox"/> 5 anos ou mais. +1.5 <input type="checkbox"/> Entre 3 e 4 anos. +1.0 <input type="checkbox"/> Entre 0 e 2 anos. +0.5	

Sua idade atual: _____

III) DOS 19 ANOS ATÉ A SUA IDADE ATUAL... (PESO II – Máx. 10 pontos)	
Morou no Plano Piloto em algum momento? (Máx. 3.4 pontos)	
SIM []	NÃO []
Por quanto tempo? <input type="checkbox"/> Todo esse tempo. +3.4 <input type="checkbox"/> A maior parte desse tempo. +2.6 <input type="checkbox"/> A menor parte desse tempo. +1.8 <input type="checkbox"/> Pouca parte desse tempo +0.9	Especifique as RAs onde morou nessa fase da sua vida e quanto tempo passou em cada uma delas: Se tiver morado no Plano Piloto E em outras RAs, especifique em quais e por quanto tempo:
Estudou no Plano Piloto em algum momento? (Máx. 3.3 pontos)	
SIM []	NÃO []
Por quanto tempo? <input type="checkbox"/> 7 anos ou mais +3.3 <input type="checkbox"/> De 4 a 6 anos +2.6 <input type="checkbox"/> De 2 a 3 anos +1.8 <input type="checkbox"/> 1 ano ou menos +0.9	Especifique as RAs onde estudou nessa fase da sua vida e quanto tempo em cada uma delas: Se tiver estudado no Plano Piloto E em outras RAs, especifique em quais e por quanto tempo:
Trabalhou no Plano Piloto em algum momento? (Máx. 3.3 pontos)	
SIM []	NÃO []
Por quanto tempo? <input type="checkbox"/> Todo esse tempo. +3.3 <input type="checkbox"/> A maior parte desse tempo. +2.6 <input type="checkbox"/> A menor parte desse tempo. +1.8 <input type="checkbox"/> Pouca parte desse tempo. +0.9	Especifique as RAs onde trabalhou nessa fase da sua vida e quanto tempo em cada uma delas: Se tiver trabalhado no Plano Piloto E em outras RAs, especifique em quais e por quanto tempo:
Realizou atividades culturais, religiosas ou extracurriculares no Plano Piloto? (Até 1.5 pontos extras)	
SIM []	NÃO []
Qual, dentre as atividades realizadas foi a de maior duração? Exs.: <i>Aulas de flauta, missa aos domingos, aulas de inglês etc.</i>	Se realizou alguma dessas atividades em outras RAs, especifique onde realizou a atividade de maior duração e quanto tempo durou: (Ex.: aulas de futebol no Paranoá por 7 anos)
Por quanto tempo? <input type="checkbox"/> 5 anos ou mais. +1.5 <input type="checkbox"/> Entre 3 e 4 anos. +1.0 <input type="checkbox"/> Entre 0 e 2 anos. +0.5	Obs.:

Local e data da entrevista: _____

APÊNDICE C – COMPILAÇÃO DOS PRINCIPAIS DADOS DA PDAD (2015)

QUADRO A – CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA: RA-I, RA-II E DF

	Plano Piloto (RA-1)	Gama (RA-2)	Distrito Federal
Total populacional e distribuição por sexo em número e (%)	Homens: 103.472 (46,95)	Homens: 67.241 (47,38)	Homens: 1.391.276 (47,87)
	Mulheres: 116.921(53,05)	Mulheres: 74.670 (52,62)	Mulheres: 1.515.197 (52,13)
	Total: 220.393 (100)	Total: 141.911 (100)	Total: 2.906.574 (100)
População, segundo os três grupos de idade mais expressivos (em %)	40 a 59 anos – 27,33	40 a 59 anos – 27,19	40 a 59 anos – 25,66
	25 a 39 anos – 25,27	25 a 39 anos – 20,9	25 a 39 anos – 23,58
	65 anos ou mais – 16,91	65 anos ou mais – 14,22	65 anos ou mais – 10,56
População, segundo as três cores ou raças declaradas mais expressivas (em %)	Branca – 67,79	Parda – 51,36	Parda – 52,25
	Parda – 28,94	Branca – 38,09	Branca – 41,71
	Amarela – 1,81	Preta – 10,47	Preta – 5,67
População, segundo os três estados civis/união conjugal mais expressivos (em %)	Casado civil/religioso – 37,35	Solteiro – 42,27	Solteiros – 39,51
	Solteiro – 35,8	Casado Civil e Religioso – 25,94	Casado Civil e Religioso – 24,62
	União estável – 9,04	União Estável – 13,39	União Estável – 15,74
População, segundo as três religiões declaradas mais expressivas (em%)	Católica – 60,99	Católica – 62,5	Católica – 58,51
	Não têm religião – 14,42	Evangélica tradicional – 22,38	Evangélica tradicional – 20,17
	Espírita – 8,37	Evangélica pentecostal – 6,17	Evangélica pentecostal – 8,74

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CODEPLAN (2015a;2015b;2015c)

QUADRO B – TRABALHO E RENDIMENTO*: RA-I, RA-II E DF

	Plano Piloto (RA-1)	Gama (RA-2)	Distrito Federal
Situação de atividade	Têm trabalho remunerado – 46,21	Têm trabalho remunerado – 45,4	Têm trabalho remunerado – 48,81
	Aposentados – 19,22	Aposentados – 15,77	Estudantes – 16,50
	Estudantes – 12,96	Estudantes – 15,72	Aposentados – 13,33
População ocupada segundo o setor de atividade remunerada	Administração Pública Federal – 23,56	Comércio – 26,67	Comércio – 27,60
	Comércio – 15,97	Serviços Gerais – 20,68	Serviços Gerais – 17,55
	Empresa Pública Federal – 13,85	Administração Pública Distrital – 8,63	Administração Pública Federal – 7,52
População ocupada segundo a região administrativa em que trabalha	Na própria RA – 89,40	Na própria RA – 46,42	Plano Piloto – 41,53
	Vários locais – 3,26	Plano Piloto – 33,33	Vários Locais – 8,64
	Gama – 1,14	Vários Locais – 7,21	Taguatinga – 7,71
População ocupada segundo a utilização de transporte para o trabalho	Automóvel – 78,52	Ônibus – 42,69	Automóvel – 41,42
	Ônibus – 9,67	Automóvel – 36,91	Ônibus – 38,07
	A pé – 5,84	A pé – 13,85	A pé – 9,88
Renda Domiciliar em reais	Renda domiciliar mensal – 12.391,62 (15,73 salários mínimos)	Renda domiciliar mensal – 4.541,79 (5,76 salários mínimos)	Renda domiciliar mensal – 5.192,38 (6,59 salários mínimos)

	Renda per capita mensal – 5.559,75 (7,06 salários mínimos)	Renda per capita mensal – 1.396,93 (1,77 salários mínimos)	Renda per capita mensal – 1.652,97 (2,1 salários mínimos)
População, segundo as três faixas salariais mais representativas	Mais de 10 a 20 salários mínimos – 30,61	Mais de 2 a 5 salários mínimos – 39,26	Mais de 2 a 5 salários mínimos – 37,71
	Mais de 20 salários mínimos – 28,71	Mais de 5 a 10 salários mínimos – 20,88	Mais de 5 a 10 salários mínimos – 19,36
	Mais de 5 a 10 salários mínimos – 20,18	Mais de 1 a 2 salários mínimos – 17,21	Mais de 1 a 2 salários mínimos – 17,43

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CODEPLAN (2015a;2015b;2015c)

NOTA: *População acima de 10 anos de idade, em %

QUADRO C – INSTRUÇÃO: RA-I, RA-II e DF: RA-I, RA-II E DF

	Plano Piloto (RA-1)	Gama (RA-2)	Distrito Federal
População, segundo o nível de escolaridade (3 níveis mais expressivos)	Superior completo – 56,55 (do total universal, 7,3 possuem ainda especialização, 2,38, mestrado e 1,02, doutorado)	Fundamental incompleto – 32,96	Fundamental incompleto – 29,08
	Médio completo – 13,81	Médio completo – 25,62	Médio completo – 21,57
	Superior incompleto – 9,75	Superior completo – 12,66 (do total universal, 0,12 possuem ainda especialização, 0,31 mestrado e 0,04, doutorado)	Superior completo – 18,74
População, segundo a condição de estudo	Não estudam – 78,05	Não estudam – 73,83	Não estudam – 73,15
	Escola pública – 12,5	Escola pública – 17,96	Escola pública – 19,43
	Escola particular – 9,42	Escola particular – 8,21	Escola particular – 7,39
Analfabetos (15 anos ou mais)	0,21	2,27	2,08
Crianças de 6 a 14 anos fora da escola	0,02	0,04	0,03
Menores de 6 anos fora da escola	2,43	3,01	4,12
População de estudantes segundo a região administrativa onde estuda	Na própria RA – 97,61	Na própria RA – 82,68	Plano Piloto – 19,81
	Lago Sul – 0,47	Plano Piloto – 10	Ceilândia – 15,03
	Cruzeiro – 0,38	Taguatinga – 4,03	Taguatinga – 13,13

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CODEPLAN (2015a;2015b;2015c)

QUADRO D – NATURALIDADE E MIGRAÇÃO: RA-I, RA-II E DF

	Plano Piloto (RA-1)	Gama (RA-2)	Distrito Federal
População, segundo a naturalidade (em %)	Imigrantes – 63,04	Nascidos no DF – 54,96	Imigrantes – 51,09
	Nascidos no DF – 36,96	Imigrantes – 45,04	Nascidos do DF – 48,91
População imigrante segundo a naturalidade por região (em %)	Sudeste – 45,94	Nordeste – 60,10	Nordeste – 52,15
	Nordeste – 26,7	Sudeste – 25,15	Sudeste – 26,94
	Centro-Oeste – 10,95	Centro-Oeste – 11,62	Centro-Oeste – 13,71
	Sul – 9,74	Norte – 1,82	Norte – 3,93
	Norte – 5,26	Sul – 0,86	Sul – 2,72
	Exterior – 1,39	Exterior – 0,35	Exterior – 0,52

	Não sabem – 0,03	Não sabem – 0,09	Não sabem – 0,03
População imigrante segundo a naturalidade por estado (cinco estados mais expressivos em %)	Minas Gerais – 20,32	Minas Gerais – 18,83	Dados indisponíveis
	Rio de Janeiro – 15,31	Ceará – 12,3	
	São Paulo – 9,4	Piauí – 12,05	
	Goiás – 8,86	Goiás – 11,28	
	Rio Grande do Sul – 6,26	Bahia – 11,02	
População, segundo o ano de chegada ao Distrito Federal (períodos mais expressivos em %)	Após 2000 – 36,86	De 1961 a 1970 – 30,44	De 1961 a 1970 – 54,15
	De 1971 a 1980 – 19,70	De 1971 a 1980 – 20,12	De 1981 a 1990 – 26,94
	De 1961 a 1970 – 15,14	Após 2000 – 16,83	De 1971 a 1980 – 13,71
População, segundo o motivo da mudança para o Distrito Federal (três mais expressivos em %)	Acompanhar parentes – 51,76	Acompanhar parentes – 61,67	Acompanhar parentes – 56,17
	Procura de trabalho – 31,49	Procura de trabalho – 28,89	Procura de trabalho – 29,16
	Transferência de local de trabalho – 8,08	Melhor acesso aos serviços de saúde – 6,85	Melhor acesso aos serviços de saúde – 7,06
População, segundo o tempo de moradia na região administrativa atual (durações mais expressivas em %)	15 anos ou mais – 55,5	25 anos ou mais – 49,69	15 anos ou mais – 52,02
	1 a 5 anos – 21,91	15 a 24 anos – 18,75	1 a 5 anos – 18,48
	10 a 14 anos –, 10,45	1 a 5 anos – 11,25	10 a 14 anos – 14,89
População segundo a região administrativa de procedência (migração interna expressa pelas RAs mais relevantes em % do total de imigrantes)	73,17% nunca moraram em outra RA	76,02% nunca moraram em outra RA	56,54% nunca moraram em outra RA
	Taguatinga – 15,8	Taguatinga – 26,06	Taguatinga – 18,05
	Guará – 12,8	Plano Piloto – 13,19	Ceilândia – 16,59
	Sobradinho – 10,03	Ceilândia – 12,87	Plano Piloto – 13,00

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CODEPLAN (2015a;2015b;2015c)

QUADRO E – POSSE DE BENS E SERVIÇOS: RA-I, RA-II E DF

	Plano Piloto (RA-i)	Gama (RA-II)	Distrito Federal
Têm veículo	Automóvel – 87,39	Automóvel – 72,78	Automóvel – 66,83
	Bicicleta – 34,33	Bicicleta – 27,99	Bicicleta – 29,35
	Motocicleta – 4,61	Motocicleta – 7,13	Motocicleta – 7,48
Domicílios ocupados segundo o tipo de serviço de comunicação utilizado	Têm Internet – 91,94	Têm Internet – 71,76	Têm Internet – 70,57
	Têm TV por assinatura – 79,52	Têm TV por assinatura – 53,31	Têm TV por assinatura – 54,47
	Têm Assinatura de jornais – 11,66	Têm Assinatura de jornais – 4,96	Têm Assinatura de jornais – 6,54
	Têm Assinatura de revistas – 11,77	Têm Assinatura de revistas – 2,93	Têm Assinatura de revistas – 9,32

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CODEPLAN (2015a;2015b;2015c)

APÊNDICE D – /S/ PÓS-VOCÁLICO: TOTAIS INDIVIDUAIS

TABELA A – O /S/ PÓS-VOCÁLICO: TOTAIS DE CADA COLABORADOR

		Sibilantes (Frequência)	Sibilantes (Proporção)	Palatais (Frequência)	Palatais (Proporção)	Aspiradas (Frequência)	Aspiradas (Proporção)
Plano Piloto G1	Érica	375/449	83,51%	69/449	15,36%	5/449	1,11%
	Maísa	195/208	93,75%	10/208	4,80%	3/208	1,44%
	Fernando	372/398	93,46%	23/398	5,77%	3/398	0,75%
	Heitor	579/623	92,93%	30/623	4,81%	14/623	2,25%
	TOTAL	1521/1678	90,64%	132/1678	7,86%	25/1678	1,48%
Plano Piloto G2	Giovana	419/461	90,88%	36/461	7,80%	6/461	1,30%
	Samara	40/42	95,23%	2/42	4,75%	0/42	0%
	Miguel	67/73	91,78%	6/73	8,21%	0/73	0%
	Paulo	278/297	93,60%	18/297	6,06%	1/297	0,33%
	TOTAL	804/873	92,41%	62/873	7,10%	7/873	0,89%
Gama G1	Dalva	162/183	88,52%	10/183	5,46%	11/183	6,01%
	Karen	202/213	94,83%	10/213	4,69%	1/213	0,47%
	Neusa	392/460	85,21%	50/460	0,10%	18/460	3,91%
	Jean	291/325	89,53%	14/325	4,30%	20/325	6,15%
	TOTAL	1047/1181	88,65%	84/1181	7,11%	50/1181	4,23%
Gama G2	Beatriz	269/288	93,40%	18/288	6,25%	1/288	0,35%
	Mariana	294/322	91,30%	25/322	7,76%	3/322	93,16%
	Samuel	320/346	92,48%	24/346	6,93%	2/346	0,58%
	TOTAL	883/956	92,36%	67/956	7,00%	6/956	0,62%

FONTE: O autor

TABELA B: O /S/ PÓS-VOCÁLICO PERCEPTÍVEL: TOTAIS DE CADA COLABORADOR

		Sibilantes e Palatais em contextos favorecedores	Sibilantes e Palatais em contextos favorecedores	Palatais em quaisquer outros contextos	Palatais em quaisquer outros contextos	Aspiradas	Aspiradas
Plano Piloto G1	Érica	399/449	88,86%	45/449	10,02%	5/449	1,11%
	Maísa	204/208	98,07%	1/208	0,48%	3/208	1,44%
	Fernando	392/398	98,49%	3/398	0,75%	3/398	0,75%
	Heitor	609/623	97,75%	0/623	0%	14/623	2,24%
	TOTAL	1604/1678	95,58%	49/1678	2,92%	25/1678	1,49%
Plano Piloto G2	Giovana	455/461	98,69%	0/461	0%	6/461	1,30%
	Samara	42/42	100%	0/42	0%	0/42	0%
	Miguel	73/73	100%	0/73	0%	0/73	0%
	Paulo	296/297	99,66%	0/297	0%	1/297	0,33%
	TOTAL	866/873	99,19%	0/873	0%	7/873	0,80%
Gama G1	Dalva	171/183	93,44%	1/183	0,54%	11/183	6,01%
	Karen	212/213	99,53%	0/213	0%	1/213	0,46%
	Neusa	419/460	91,08%	23/460	2,82%	18/460	3,91%
	Jean	302/325	92,92%	3/325	0,92%	20/325	6,15%
	TOTAL	1104/1181	93,48%	27/1181	2,28%	50/1181	4,23%
Gama G2	Beatriz	287/288	99,65%	0/288	0%	1/288	0,34%
	Mariana	319/322	99,06%	0/322	0%	3/322	0,935
	Samuel	344/346	99,42%	0/346	0%	2/346	0,57%
	TOTAL	950/956	99,37%	0/966	0%	6/956	0,62%

FONTE: O autor

ANEXO I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO DE FALARES DO DISTRITO FEDERAL: DA DIFUSÃO CANDANGA À FOCALIZAÇÃO BRASILENSE

Pesquisador: NEWTON VIEIRA LIMA NETO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80561718.2.0000.5540

Instituição Proponente: Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.747.188

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa de natureza sociolinguística a respeito das crenças sobre os falares do Distrito Federal por parte de moradores de Plano Piloto e Gama com posterior descrição de aspectos fonológicos mais proeminentes de sua fala, registrada por meio de gravações de entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa se propõe a fazer uma revisão da literatura sociolinguística produzida sobre o Distrito Federal nos últimos trinta anos e alinhá-la com um estudo conduzido à luz da Sociolinguística Etnográfico-Interacional (GUMPERZ, 1972; HYMES, 1976). O pesquisador visitara as RAs Plano Piloto e Gama e, por meio da metodologia de observação participante, registrara suas principais análises sobre as RAs para posteriormente entrevistar famílias que residam nessas duas regiões. As entrevistas semiestruturadas versarão sobre tópicos relacionados a Brasília e ao ser brasileiro e serão gravadas para posterior transcrição e análise. As análises levarão em conta os aspectos qualitativos do discurso, além de servirem de instrumento atualizado para o estudo dos aspectos proeminentes do sotaque brasileiro. O enfoque linguístico recairá sobre a realização das vogais médias pretonicas e do /S/ pos-vocalico. A pesquisa se propõe a apresentar narrativas sobre o ser brasileiro quase sessenta anos depois da fundação da capital, além de tocar no mito de que brasileiro não tem sotaque. Os resultados provavelmente apontarão que sobre o mito existem diversos conceitos a respeito da noção de sotaque dos brasileiros que o justificariam. A provável ocorrência de traços proeminentes na fonologia das falas analisadas apontará tendências

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.747.188

na constituição do sotaque atual. Pretende-se ainda, que os sujeitos de Gama e Plano Piloto sejam contrastados em suas histórias, culturas e falares, dado a imensa desigualdade social entre as duas RAs.

Objetivo da Pesquisa:

Descrever e analisar alguns dos falares brasileiros – variedades focalizadas – em sua essência, partindo de dentro das comunidades de fala para investigar as crenças relacionadas a essas variedades, o histórico das regiões administrativas em foco e os traços mais marcados de cada falar, especialmente no nível fonológico;

Servir como mais uma resposta a máxima de que Brasileiro não tem sotaque;

Revisitar a literatura sociolinguística disponível sobre a fala brasileira de modo a preencher algumas das lacunas e questões levantadas em trabalhos anteriores.

- Contrastar as variedades linguísticas dos colaboradores escolhidos das regiões administrativas de Plano Piloto e Gama, bem como das duas gerações foco da pesquisa.
- Identificar se, num espectro de focalização dialetal, as variedades linguísticas da Geração 1 serão, de fato, mais difusas.
- Apontar eventuais tendências transformadoras nas falas da geração mais jovem
- Contribuir para o reforço do caráter identitário das regiões elencadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o autor a pesquisa não oferece riscos de qualquer natureza aos participantes, o que está em consonância com a metodologia e proposta de pesquisa.

Benefícios: A pesquisa vem para se somar a literatura sociolinguística da capital federal e contribuir na constituição do caráter identitário dos brasileiros, além de tocar em diversos mitos sobre sua cultura e modo de falar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa compreenderá leituras acadêmicas publicadas nas últimas décadas sobre as duas RAs em foco, visitas às sedes das Administrações Regionais do Plano Piloto e do Gama, a eventos culturais, museus e bibliotecas locais, análise detalhada da mais atual Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2015-2016) e um debrucar sobre as produções audiovisuais locais. A documentação será complementar a observação participante, até mesmo como forma de auxiliar a análise interpretativa concomitante e posterior das observações.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.747.188

Será realizada análise interpretativista das entrevistas semiestruturadas; transcrição fonológica das entrevistas com síntese em tabelas dos fenômenos fonológicos em evidência.

Desfecho Primário: A partir da análise interpretativista que seguira o momento em campo, pretendo responder as perguntas iniciais de pesquisa e, por meio do conteúdo e forma obtidos de minhas interações com os colaboradores, evidenciar a focalização das variedades linguísticas em foco. Em momento posterior à condução desta pesquisa, tenho a intenção de submeter as gravações realizadas a pacotes estatísticos e confrontá-las quantitativamente a diversas variáveis linguísticas, que poderão ser de ordem fonológica, lexical ou sintática. Esta pesquisa é feita por um brasileiro para os brasileiros. Pretende-se, assim, que a pesquisa sociolinguística do Distrito Federal seja ainda mais explorada em futuros trabalhos, e que outros estudos com olhares etnográficos ocorram nas 31 regiões administrativas que nos cercam.

Aqui, os colaboradores serão convidados a compor um conjunto de narrativas pessoais representativas por ocasião da aproximação dos 60 anos de Brasília. Este será, como coloca o mesmo autor, o meu tópico guia. Como colaborador, entenda-se aqui apenas os indivíduos que tenham ciência da pesquisa e tenham concordado em participar, assinando o TCLE. As entrevistas serão prioritariamente realizadas em grupo e registradas com gravador de voz ou câmera de vídeo. Os equipamentos pertencem ao patrimônio pessoal do próprio pesquisador. O deslocamento para a realização das entrevistas tampouco possui financiamento e é de inteira responsabilidade do pesquisador.

Caso seja realizada em grupo, este poderá ser formado por indivíduos que atendam ou não aos perfis regionais ou etários desejados. Isto porque possivelmente um indivíduo que atenda ao perfil de pesquisa desejado possui laços (familiares, de amizade ou profissionais) com outros com perfis diversos. Como já colocado, é meu interesse analisar como tal interação ocorre no âmbito de redes sociais estabelecidas. No entanto, todos os colaboradores convidados preencherão o TCLE e serão avisados sobre o momento inicial da gravação. Quaisquer interações realizadas com indivíduos que possivelmente estejam presentes, mas não tenham ciência da pesquisa ou assinado o TCLE serão descartadas na análise.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador forneceu todos os termos de apresentação obrigatória e sanou as pendências inicialmente identificadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências das Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.747.188

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1128732.pdf	09/08/2018 14:51:52		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisa_atualizadoNEWTON.docx	09/08/2018 14:50:43	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeesclarecimento_atualizadoNEWTON.pdf	09/08/2018 14:49:00	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Esclarecimento.pdf	09/08/2018 14:48:39	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Cartadeencaminhamento_NEWTON.pdf	14/05/2018 12:55:01	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Aceiteinstitucional_NEWTON.pdf	08/05/2018 17:30:01	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada_NEWTON.pdf	08/05/2018 17:29:09	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Lattes_ROSINEIDE.pdf	07/05/2018 14:44:24	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Lattes_NEWTON.pdf	07/05/2018 14:44:09	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Instrumentodecoletadedados_NEWTON.docx	07/05/2018 14:43:51	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Imagemesomdevoz_NEWTON.doc	07/05/2018 14:43:35	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Outros	Cartaderevisaoetica_NEWTON.docx	07/05/2018 14:42:32	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito
Cronograma	Cronograma_NEWTON.docx	07/05/2018 14:41:12	NEWTON VIEIRA LIMA NETO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
 Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 2.747.188

BRASILIA, 29 de Junho de 2018

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br